

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**  
**ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES**

**SIDNEI RAIMUNDO**

**EM BUSCA DO PARAÍSO: inclusão social e redução de  
problemas ambientais nas práticas de lazer e turismo**



**São Paulo**

**2017**

**SIDNEI RAIMUNDO**

**EM BUSCA DO PARAÍSO: inclusão social e redução de  
problemas ambientais nas práticas de lazer e turismo.**

Tese apresentada à Escola de Artes, Ciências e  
Humanidades da Universidade de São Paulo  
(EACH/USP) como requerimento para o concurso  
de livre-docência.

Área: Ciências Humanas e Artes

Especialidade: Análise Espacial e Ambiental do Lazer e Turismo

**São Paulo**

**2017**

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO  
(Universidade de São Paulo. Escola de Artes, Ciências e Humanidades. Biblioteca)

Espaço para inserir a ficha  
catalográfica solicitar a  
biblioteca

*Aos queridos Francisco e Frederico,*

Ambos, com suas personalidades distintas,  
me ampliaram as visões do mundo.  
Produzir o presente trabalho não foi fácil, mas foi muito  
menos custoso se comparado ao desafio constante de  
aprender a ter coragem, para mostrar a esses dois  
lindos meninos os melhores caminhos da vida.

## Agradecimentos

Escrever uma tese que reflita uma parte da trajetória acadêmica é, na maior parte do tempo, um trabalho individual, mas nunca solitário. É também um momento desafiador, pois permite contatos com familiares, amigos, colegas... Um conjunto de pessoas que me ajudaram, por meio de conversas informais ou em debates acadêmicos acalorados, a construir o presente trabalho. Fica aqui minha enorme gratidão a todas elas.

Aos estudantes do grupo de pesquisa em Territorialidades, Políticas Públicas e Conflitos na Conservação do Patrimônio, da EACH-USP. Principalmente a Alessandra Martins, Denise Scótoló, Fabricio Matheus, Juliana de Castro, Paula do Valle, Paulo Ferreira, Solange Alencar e Vinicius Morende, com os quais pudemos desenvolver alguns aspectos debatidos nesse trabalho a partir do projeto: “Participação Política e Turismo na Gestão de Áreas Naturais no Estado de São Paulo”, financiado pelo CNPq, assim como as discussões calorosas sobre seus mestrados;

Aos Prof. Dr. Davis Sansolo (UNESP-SV), Profa. Dra. Eliana Simões (NEPAM-UNICAMP), Profa. Dra. Juliana Bussolotti (UNITAU), pelas conversas sobre manejo do uso público em unidades de conservação e gerenciamento costeiro, assim como nos debates no projeto de pesquisa: “O contexto territorial e ambiental no programa de uso público do Parque Estadual da Serra do Mar”, financiado pela FAPESP;

Aos companheiros Prof. Dr. Reinaldo Pacheco e participantes do GUP - Grupo de Uso Público: Julia Machado, Bertholdo Costa, Cesar Alves, Gustavo Espírito Santo, Lorraine Lopes, Luis Pereira, com os quais desenvolvi o projeto “Programa de Uso Público das Áreas Protegidas do Rodoanel – RMSR”, pelo Depto de Geografia/FFLCH-USP e DERSA S.A. e cujos resultados também ajudaram a compor o presente trabalho;

Aos professores e colegas da Universidade de Girona, Espanha, nas pessoas de Lluís Mundet i Cerdan, que me supervisionou durante a estância de pós-doutorado e a Profa. Dra. Dollors Vidal, coordenadora do curso de turismo dessa universidade;

Aos Profs. Drs. Anna Maria Ribas Palom, David Pavón Gamero, Rosa Maria Fraguell Sasbelló e Dra. Ariadna Gabarda, da Universidade de Girona; e Profs. Drs. Pedro Jacobi e Ana Paula Fracalanza, da USP, pelas discussões no projeto “Water governance in touristic areas. Cases of study: mature destination (Costa Brava, Spain) Vs non-consolidated destination (Litoral Norte de São Paulo, Brasil)”, financiado pela Fapesp, que me possibilitaram a ampliação do conhecimento sobre gestão de recursos naturais;

Ao amigo Prof. Dr. Antônio Carlos Sarti, com quem divido a coordenação do curso de lazer e turismo da EACH-USP e com quem sempre estou aprendendo sobre paisagismo, floresta urbana e questões administrativas da universidade;

Aos professores do Curso de Lazer e Turismo da EACH-USP e de Turismo da ECA-USP, que de forma ora mais descontraída, ora mais formal, me fazem sempre aprender mais sobre a vida e sobre lazer e turismo;

Aos professores do PROMUSPP-EACH-USP e da cátedra da UNESCO – Rede Unitwin – sobre “Cultura, Turismo, Desenvolvimento” que sempre permitem um debate aberto sobre mudança social e participação política e me ajudam na construção dessas ideias.

Aos amigos Alfredo e Mariana, Orlando, Eustáquio e Rita, Ermínio pelas confraternizações e conversas mil sobre Geografia, o glorioso Palmeiras, vinhos e outros assuntos “*cult*”;

Aos estudantes da graduação em lazer e turismo da EACH-USP. Foram sempre enriquecedores os debates nas disciplinas: “Abordagem Geográfica do Lazer e Turismo”, “Lazer, Turismo e Meio Ambiente” e “Uso Público em Parques Urbanos”. De fato, é verdadeira a máxima de que o professor não só ensina, mas sempre aprende com seus estudantes;

Aos estudantes da pós-graduação em “Mudança Social e Participação Política” e em “Turismo” da EACH-USP, cujos debates foram igualmente importantes, nas disciplinas “Áreas Naturais e Participação Política” e “Turismo Urbano: processos espaciais e sustentabilidade”;

À família, onde encontro abrigo para acalentar a alma: Edena, Quiria, Leria, Deia, Bá, Gigi, Isa, Arthur, Sophis, Ivo, Marcelo, Igor, Gabriel, Paulo, Rosana, Dorô, Dani, Dudu;

Aos meus pais, Osvaldo e Elizabeth (*in memoriam*), lastros da minha existência, percebo seus traços e atitudes no Francisco e Frederico e me tranquilizo pensando em vocês;

À Ana, minha grande companheira que me incentivou a realizar este trabalho e me incentiva em todas as conquistas da vida, por todo apoio e pela construção de uma trajetória comum que vai além das palavras.

muito obrigado a todos vocês!

## RESUMO

RAIMUNDO, S. EM BUSCA DO PARAÍSO: inclusão social e redução de problemas ambientais nas práticas de lazer e turismo. 2017. 187 p. Tese (Livre Docência) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

Lazer e turismo são resultados de uma construção histórica que ocorreu no mundo ocidental a partir do final do século XVIII. Desde então, passaram a ser planejados com um viés puramente economicistas, produzindo grandes transformações no espaço. Tais transformações geraram impactos negativos na natureza e na cultura local, produzindo uma crise no modelo de ocupação destes espaços. Isto fez os pensadores da área buscarem formas alternativas, como a da sustentabilidade do lazer e turismo. Essa discussão já existe a longa data na academia e já se produziu vários estudos sobre como praticar a sustentabilidade no lazer e turismo. Contudo, são exemplos pontuais e descontínuos, que ainda não se consolidaram de uma forma ampla e a todos os segmentos do turismo e ao campo do lazer. Há a necessidade de avanços no entendimento e aplicação da sustentabilidade, devido à polissemia que este termo adquiriu presentemente. Este trabalho procurou contribuir com o preenchimento dessas lacunas de conhecimento, a partir da questão: como as práticas de lazer e turismo podem promover a inclusão social e contribuir para a conservação da natureza/meio ambiente? E teve como objetivo geral: Apresentar elementos para a análise das características socioambientais dos espaços públicos urbanos e das unidades de conservação e, a partir daí, propor ações para o desenvolvimento de um lazer e turismo sustentável. Com isso, foi realizada uma discussão teórica sobre as ideias, estratégias e técnicas para alcançar a sustentabilidade, embasada numa tríade de análise: nos processos de gestão e princípios de boa governança; nos locais, considerando os serviços ecossistêmicos que eles prestam a sociedade; e nas atividades, embasadas na interpretação ambiental e na animação socioambiental. Foram discutidos casos de estudos para busca de uma práxis socioambiental e de um lazer e turismo sustentável. Os resultados apontam que a sustentabilidade é parcial nos casos analisados, mas para atingir uma plenitude, na acepção do termo, é necessário garantir um equilíbrio de forças no planejamento e gestão de ações voltadas ao lazer e turismo a partir de bases adequadas: com legitimidade e voz de todos, conhecimento sobre os “direcionamentos” da área – os instrumentos de ordenamento -, com responsabilidade, equidade e prestação de contas por todos; que considerem os parques urbanos e as unidades de conservação como bens comuns (não excluível e rival), de domínio público, e não como uma mera mercadoria; que as atividades junto aos visitantes permitam uma reflexão mais ampla do visitante, não só sobre os aspectos da natureza, mas também sociais, culturais e econômicos, entre outros, no qual o local visitado se insere, considerando a diversidade cultural, participação social e educação não formal; e que os locais, como os parques urbanos, precisam ser pensados a partir de soluções técnicas multifuncionais, sistema de drenagem associado a áreas verdes, terrenos de esportes ou outros interesses culturais do lazer, parques lineares, e conectados dentro da cidade, por uma floresta urbana. Nas unidades de conservação o trabalho é na redução de possíveis problemas que o lazer e turismo trazem a eles, baseados nas técnicas de mínimo impacto da visitação.

**Palavras-chave** – lazer e turismo sustentável; manejo de áreas protegidas, gestão e boa governança; serviços ecossistêmicos; interpretação e animação socioambiental.

## ABSTRACT

RAIMUNDO, S. LOOKING FOR THE PARADISE: social inclusion and environmental problem reduction in leisure and tourism practices. 2017. 187 p. Thesis (Livre Docência – Associated Professor) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

Leisure and tourism are the result of a historic construction that took place in the western society from the late eighteenth century. Since then, they have been planned with a purely economicist bias, producing larger transformations in space. Such transformations have generated negative impacts on the nature and local communities, producing a crisis in the model of occupation of these spaces. This did thinkers look for alternative ways, such as the sustainability of leisure and tourism. This discussion has already existed for a long time in the academy and several studies have been produced on how to practice sustainability in leisure and tourism. However, they are still punctuals and discontinuous examples, which have not yet been consolidated in a broad way and to all segments of tourism and leisure field. There is a need for advances in the understanding and application of sustainability, due to the polysemy that this term has acquired presently. This paper sought to contribute with these knowledge gaps, based on the question: how can leisure and tourism practices promote social inclusion and contribute to the conservation of nature / environment? The main objective was: to present elements for the analysis of the socio-environmental characteristics of urban public spaces and protected areas, so propose actions for the development of leisure and tourism sustainable. It was held a theoretical discussion about the ideas, strategies and techniques to achieve sustainability, based on a triad of analysis: in the management processes and principles of good governance; in locals, considering the ecosystem services they provide to society; and activities, based on environmental interpretation and socio-environmental animation. Cases were discussed to seek a socio-environmental practice and a leisure and tourism sustainable. The results point out that sustainability is partial in the cases analyzed, but in order to achieve fullness, in the sense of the term, it is necessary to ensure a balance of forces in the management of actions for leisure and tourism aimed from adequate bases: with legitimacy and voice of all, knowledge about the "direction" at the area - plans and others instruments - considering responsibility, equity and accountability for all; considering urban parks and protected areas as common goods (non-excludable and rival), as the public domain, and not as mere commodities; that the activities allow a broader reflection of the visitor, not only on the aspects of nature, but also on social, cultural and economic aspects, among others, in which the area visited is inserted, considering cultural diversity, social participation and non-formal education; and that sites, such as urban parks, need to be thought from multifunctional technical solutions, drainage system associated with green areas, sports grounds or other cultural interests of leisure, linear parks, and connected within the city, by a urban forest. In protected areas the work is to reduce possible problems that leisure and tourism bring to them, based on minimum impact techniques of visitation.

**Keywords** – Leisure and tourism sustainable; management of protected areas; good governance; ecosystem services; interpretation and social-environmental animation.



## LISTA DE FIGURAS

FIGURA	PAG
Foto da Capa: Morros do Camelo e do Cuscuzeiro, Analândia (SP). Foto Sidnei Raimundo, com filtros digitais, 2007.	
Figura 1.1a: Evolução Hipotética de uma área turística .....	17
Figura 1.2a: Motivações de visita a um parque urbano.....	32
Figura 1.2b: Emoções experienciadas por visitantes em parques urbanos.....	32
Figura 1.3a: Segmentos de clientes atuais e potenciais, segundo processo decisório, comportamento de compra e estilo de vida.....	42
Figura 1.3b: Principais características dos praticantes de ecoturismo.....	43
Figura 1.3c: Hábitos e atitudes de viagem dos ecoturistas.....	43
Figura 1.4a: Sustentabilidade no Lazer e Turismo - dimensões integradas e articuladas com as estratégias e técnicas de análise.....	57
Figura 1.4b: Aportes teóricos de estudos das relações sociedade x natureza como busca para um lazer e turismo sustentável.....	58
Figura 1.4c: Etapas de estabelecimento de indicadores e monitoramento da técnica “VIM”.....	67
Figura 1.4d: Oito degraus da escada da participação cidadã.....	80
Figura 2.1a: Visitantes no Mirante da Pedra Grande, PE Cantareira (SP).....	89
Figura 2.1b: Sistema de trilhas ecoturísticas do Parque Estadual da Cantareira, Núcleo Pedra Grande.....	90
Figura 2.1c: Principais localidades (vilas) da área do Núcleo Picinguaba.....	93
Figura 2.1d: Mirante da Almada, no Núcleo Picinguaba do PESM.....	94
Figura 2.1e: Matriz de agrupamento para estabelecimento das classes de legenda do mapa-síntese dos atributos naturais da paisagem.....	97
Figura 2.1f: Legenda do mapa-síntese dos atributos naturais da paisagem.....	97
Figura 2.1g – Mapa das unidades de paisagem natural (geossistemas) do Núcleo Picinguaba, do Parque Estadual da Serra do Mar.....	99
Figura 2.2a: Pintura “Uma Tarde de Domingo na Ilha de Grande Jatte” – 1884 -, de Georges-Pierre Seurat.....	109
Figura 2.2b: Funções ecossistêmicas divididas em categorias.....	115
Figura 2.2c: Carta bioclimática de conforto ambiental de trabalhadores ao ar-livre.....	115
Figura 2.2d: Carta de conforto ambiental dos locais para práticas de lazer e turismo..	116
Figura 2.2e: Vista aérea do Parque Trianon, na região da Paulista na cidade de São Paulo.....	118
Figura 3.1a: Grau de aprendizagem/sensibilização de visitantes dos Núcleos do PESM sobre as relações ecológicas da área.....	122
Figura 3.1b: Paisagem da periferia ao sul da RMSP.....	125
Figura 3.1c: Represa Billings em área próxima ao Parque Bororé.....	125
Figura 3.1d: Placa “interpretativa” na trilha da Pedra Grande, Parque Estadual da Cantareira.....	133
Figura 3.1e: Placa interpretativa implantada na trilha da Bica.....	133
Foto 3.1f: Placa interpretativa implantada na Trilha das Figueiras.....	134
Figura 4.1a. Localização das áreas pesquisadas para avaliação de gestão e governança em UCs.....	139
Figura 4.1b: Reunião do conselho da RDS da Vila Barra do Una.....	143
Figura 4.1c: Situação das entidades pesquisadas com relação a sua posição na escada de participação cidadã.....	159
Figura CF1. Fluxo de ações para atingir a práxis socioambiental voltada ao lazer e turismo.....	166

## LISTA DE QUADROS

QUADRO	PAG
Quadro 1.2a: Dimensões emocionais dos visitantes em parques urbanos.....	32
Quadro 1.2b: Significado da Cantareira para os visitantes.....	33
Quadro 1.2c: Características do Parque da Cantareira que trazem sensações e emoções aos visitantes.....	33
Quadro 1.3a: Princípios básicos do ecoturismo.....	40
Quadro 1.4a: Turismo sustentável versus turismo não sustentável.....	54
Quadro 1.4b: Lista de possíveis indicadores de impacto.....	67
Quadro 2.1a: Dados de monitoramento do sistema de trilhas da Pedra Grande.....	90
Quadro 2.1b: Observações sobre a experiência dos visitantes nas trilhas do PEC..	91
Quadro 2.2a: Comparação das abordagens no tratamento da drenagem das águas no urbanismo brasileiro.....	111
Quadro 4.1a. Princípios de boa governança.....	141
Quadro 4.1b: Relação dos membros do conselho consultivo do PETAR.....	149

## SUMÁRIO:

CAPÍTULOS	PÁG
INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1 - LAZER E TURISMO COMO ELEMENTOS PARA UMA INCLUSÃO SOCIAL E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA.....	7
1.1. O advento do turismo como atividade contemporânea e seus impactos socioambientais.....	7
1.2. A busca pela natureza e o aparecimento das áreas protegidas como elementos fundantes de um turismo alternativo.....	19
1.3. O ecoturismo como segmento de religação com a natureza e suas práticas em unidades de conservação.....	35
1.4. Turismo sustentável: a busca por outra lógica de pensar o turismo e também o lazer.....	49
CAPÍTULOS 2- O <i>LÓCUS</i> PARA AS ATIVIDADES DE LAZER E TURISMO: a busca por um lugar ideal para as práticas de lazer e turismo na natureza / meio ambiente.....	87
2.1. Lazer e turismo em unidades de conservação.....	87
2.2. Locais sustentáveis para o lazer e turismo em áreas urbanas.....	103
CAPÍTULO 3 – AS ATIVIDADES: a busca por práticas críticas e criativas do lazer e turismo na natureza/meio ambiente.....	121
CAPÍTULO 4 – GESTÃO E BOA GOVERNANÇA DO LAZER E TURISMO NA NATUREZA/MEIO AMBIENTE.....	136
4.1. Governança em áreas naturais.....	139
4.2. Espaços de participação em áreas naturais de interesse turístico do Estado de São Paulo.....	142
4.3. Análise das áreas de estudo a partir dos princípios de governança dos assuntos ligados a turismo.....	146
4.4. Situando as áreas naturais do Estado nos degraus de participação cidadã.....	157
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	163
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	168
ANEXO.....	187

## INTRODUÇÃO

O final do século XVIII foi marcado por mudanças radicais na maneira como a sociedade ocidental estabelecia suas relações com o meio. Essas mudanças foram impulsionadas por pensadores como Copérnico, Galileu, Newton, entre outros, que construíram novas maneiras de pensar o mundo, baseadas no método científico, que desestabilizou a concepção religiosa da Idade Média (MELO; DONATO, 2011). Assim, essa nova racionalidade transformava-se num pensamento exclusivo do conhecimento humano, suplantando as explicações teológicas de até então. Nesse contexto, a natureza com seu fator de encantamento e receio da sociedade passava a ser governada pelo pensamento racional e técnico da sociedade moderna (ADORNO; HORKHEIMER, 1985).

Mais relacionado ao Turismo, as ciências modernas como a Oceanografia e a Medicina contribuíram significativamente para transformações dessa visão. A primeira vasculhou os “sete mares” em busca de seres apavorantes, como os da mitologia nórdica e celta, concluindo que eles não existiam (CORBIN, 1989). A segunda induziu a sociedade a banhos terapêuticos, notadamente no mar, até então visto como local maligno e depositário dos excrementos da sociedade (BOYER, 2003; ALENCASTRO, 1997).

O final do século XVIII foi marcado pelos ideais iluministas da Revolução Francesa, cujos fundamentos preconizavam um cidadão emancipado do absolutismo e da Igreja. Seria, a partir de um conhecimento científico, a ascensão do cidadão que tinha poder para compreender os fenômenos que o cercava. Nesse sentido, o homem moderno (e depois contemporâneo) acreditava ser o detentor de seu próprio destino, inclusive questionando a “razão” divina de existir e os privilégios dados à nobreza e ao clero (MELO; DONATO, 2011). Apesar de a Revolução Francesa ter alterado os segmentos da sociedade no poder, com a substituição da nobreza pela burguesia e a classe trabalhadora ficar alijada dos processos mais amplos de participação; ela reconfigurou as formas políticas do estabelecimento do Estado.

Este século foi notado também por outra revolução – a Industrial – que mudou a forma como a sociedade produzia seus bens. O artesão medieval, que já havia sido substituído pelo trabalhador dos galpões de manufatura, agora era trocado pela máquina, produto do conhecimento científico e que produzia em quantidade nunca antes pensada. A necessidade de buscar matérias primas em locais mais distantes, ou o deslocamento das fábricas para mais próximas dessas fontes, fez a sociedade ampliar e melhorar significativamente os meios de transportes (PEREIRA; GIOIA, 2014). A ferrovia era o modal mais importante, mas as estradas de rodagem capilarizavam-se até locais mais distantes, conectando-os à malha ferroviária.

Esses fatores associados fazem surgir o turismo como o fenômeno que entendemos hoje. A ciência produzindo outras formas de pensar o mundo, este ficando mais “reduzido” pelos avanços dos meios de transporte que conectavam locais antes inacessíveis e que não se “ouvia falar” – portanto fora do cotidiano. Nessa linha, a comunicação foi elemento importante de divulgação dos “novos” lugares descobertos ou conectados. A “necessidade” de banhar-se no mar, por suas propriedades medicinais,

mas ao mesmo tempo, pela tranquilidade de saber que não havia seres monstruosos nele. Um retorno à natureza e ao rural, por conta da insalubridade da cidade industrial poluída e abarrotada de pessoas. Esses fatores contribuíram para a ascensão do turismo como uma importante atividade socioeconômica.

Nessa linha, o rural e o natural ganharam destaques, pelo menos para alguns segmentos da sociedade mais sensíveis a um encontro com paisagens naturais. Fazia parte dos ideais românticos do século XIX esse tipo de contato com um ambiente natural, como um paraíso perdido (McCORMICK, 1992). Nesse bojo, aparecem as primeiras ideias sobre conservação da natureza, com a criação das unidades de conservação, principalmente os parques nacionais, concebidos como santuários para proteção da natureza e desfrute da sociedade urbana (DIEGUES, 1993). Os parques, dentro dessa concepção, passam a atrair um crescente grupo de aficionados pelo contato com a natureza, dando origem a segmentos como o do ecoturismo.

A classe operária no início da revolução industrial, e mesmo ao longo de século XIX, não tinha acesso a essas benesses proporcionadas pelo turismo, como o descanso numa praia ou parque distante do cotidiano de trabalho. Ao contrário, o modo de produção capitalista exigia um exército de trabalhadores mal pagos, que expulsos do campo, dirigiam-se para as cidades industriais, transformando-se numa “ampla força de trabalho utilizável pelo capital em condições sub-humanas: 16 horas diárias de trabalho, menores de idade, ausência de toda proteção social” (PEREIRA; GIOIA, 2014, p. 265, OTTONI, 2002), ou seja, sem direito a descanso remunerado, entre outras conquistas posteriores. Foi um longo período de embates entre trabalhadores e patrões para, a partir de meados do século XX, ocorrer conquistas para a classe operária: férias remuneradas, direito a finais de semana também remunerados, entre outras. Isso se deu como parte da luta da classe trabalhadora, mas também como reflexo da modernização da indústria, que com mais tecnologia permitia uma redução da jornada de trabalhos sem prejuízo aos lucros. Tais mudanças foram sempre conquistadas com muita luta, nunca aconteceu como algo dado pelos patrões. O fato foi que, por conta dessas conquistas trabalhistas e mudanças estruturais na indústria, a classe trabalhadora teve acesso ao lazer (como tempo livre fora do trabalho) e, em seguida, às viagens turísticas.

O turismo, criado pela e para a aristocracia e burguesia europeia, vai se transformar num primeiro momento num símbolo de distinção das camadas mais ricas (BOYER, 2003) e vai gerar um ritmo “industrial” de produção dos espaços, com rápidas transformações da paisagem natural e sociocultural pré-existentes. Ocorre a instalação de residências secundárias, balneários, hotéis, restaurantes, centros de atrações turísticas, entre outros equipamentos. A velocidade de transformação nesses espaços turísticos foi tão severa que alguns destinos já haviam perdido seu *glamour* (Yázigi, 2001) e se saturado de interferências cerca de um século depois, levando as classes mais abastadas e procurarem outros destinos. Os antigos locais destinados às classes dominantes, agora estagnados, eram redirecionados para outros segmentos da sociedade.

A classe operária, pelo menos as mais politizadas e detentoras de um processo de negociação mais forte com seus patrões, vai acender ao lazer e turismo, e passar a

frequentar esses locais tornados saturados às classes ricas. Ocorreram programas governamentais que facilitavam o deslocamento e hospedagem da classe trabalhadora (BOYER, 2003). Os sindicatos também tiveram um papel importante, com a construção de facilidades para a hospedagem, como as colônias de férias para seus segmentos de trabalhadores.

Contudo, seja para as classes ricas ou para mais pobres, o modelo de ocupação dos espaços para o lazer e turismo era despreocupado com problemas ambientais, sociais e culturais, à medida que se produzia aqueles equipamentos (residências secundárias, balneários, hotéis...) visando à satisfação do turista (que até a primeira metade do século XX não tinha nenhuma preocupação ambiental) e a maximização dos lucros dos investidores.

Essa forma de uso e ocupação do solo para finalidades de lazer e turismo atinge seu ápice entre os anos de 1950 e 1970. Num contexto mais amplo, Jones (2005) explica que a partir da década de 1950 ocorre a reconstrução de uma nova economia global, que durou até 1973, com a crise do primeiro choque do petróleo. Tal fato se deveu à posição hegemônica assumida pelos EUA após a segunda guerra mundial. Estes não tinham sido destruídos pela guerra e, do ponto de vista econômico, pelo acordo de Breton Woods (1944), foi instituído o padrão Dólar-Ouro. A moeda dos EUA transformou-se na principal moeda de reserva do mundo. Com isso, os EUA passaram a financiar pesados investimentos em infraestrutura ao redor do mundo. Nesse período, o crescimento real anual do PIB dos países ricos ficou em torno de 5% e não ocorreu recessão expressiva.

Nesse contexto favorável de investimentos globais, o turismo também teve um rápido crescimento. Segundo Moesch (2004) nesse período o turismo foi concebido como uma “indústria sem chaminé”, tratado não como um setor de desenvolvimento, mas como uma mercadoria. Ganhou força, segundo a autora, projetos apoiados por um forte empirismo e em análises turísticas pautadas em modelos estatísticos, baseados somente na concepção economicista do fenômeno.

O jargão de que o turismo é uma “indústria sem chaminés” ou uma “indústria limpa” acaba sendo uma inverdade, como também apontou Moesch (2004). Embora o turismo não produza interferências como outros setores da economia: indústria petroquímica, siderúrgica, mineração, por exemplo; ele promove impactos negativos, gerando também, como esses outros setores, a descaracterização da paisagem em seus aspectos naturais e socioculturais. Assim, entre os anos de 1950 e 1970 com o período de expansão econômica, os impactos foram (e são) intensos e o modelo denominado “turismo de massa” dominou as práticas de se conceber projetos turísticos e ganhou áreas em todos os continentes.

As transformações inadequadas trouxeram outras concepções e modelos de uso e ocupação dos espaços para lazer e turismo. Influenciados por movimentos mais abrangentes da sociedade como o do desenvolvimento sustentado, ou da sustentabilidade, que aparece como uma alternativa no final dos anos 1980, surge também as ideias sobre o turismo sustentável, e mais tarde de lazer sustentável. Contudo, os embates entre os diversos setores da sociedade que discutiam a

sustentabilidade geraram certo esgarçamento do termo, se transformando num olhar polissêmico, ou seja, todos os segmentos da sociedade falam em sustentabilidade, mas cada um com seus interesses, por vezes, conflitantes, e todos reforçando as características de suas sustentabilidades.

Diante dessa polissemia, Alier (2014) indica que a sustentabilidade pode ser dividida em três correntes: a primeira é o culto ao silvestre, que aglutina os “preservacionistas”, ambientalistas mais radicais quanto à presença do homem e/ou comunidades em áreas naturais; a segunda é a da ecoeficiência, com posturas mais “conservacionistas”, na qual se busca redução de gastos energéticos, de consumo, entre outros; e a terceira é o “ecologismo dos pobres” ou também chamado por outros pesquisadores de “justiça ambiental”, como Acserald; Mello; Bezerra (2009). Esta última vertente surge por ocasião da crescente desigualdade social, e também pelos diversos conflitos quanto aos usos dos recursos, como da água, de acesso às florestas, a respeito de cargas de contaminação e o comércio ecológico desigual.

Inicia-se o século XXI com esse dilema se arrastando e a discussão entre a força do capital e os interesses difusos e coletivos dos outros segmentos ainda longe de chegarem a um consenso. O debate sobre problemas ambientais é acalorado com antigas questões sociais, culturais se reconfigurando em questões ambientais, na maioria das vezes, como elementos para escamotear conflitos e responsabilidades.

É nesse contexto que se encontram atualmente as práticas de lazer e turismo, assim como os equipamentos para elas projetados. Fato que permite a colocação da questão central que norteou a elaboração da pesquisa apresentada neste trabalho: como as práticas de lazer e turismo podem promover a inclusão social e contribuir para a conservação da natureza/meio ambiente?

A ideia de inclusão social vai ao encontro do estabelecido por Nascimento; Araújo (2015) para os quais a inclusão está associada à inserção econômica e a participação política e social. Trata-se de uma “forma pela qual a sociedade inclui pessoas ‘externas’ à sua própria dinâmica para guardar uma coerência interna suficiente e para poder assegurar sua continuidade, por meio da sua reprodução” (NASCIMENTO; ARAUJO, 2015, p. 94). Importante destacar que não se trata de uma homogeneização sociocultural, pois a sociedade é composta por classes distintas, mas é entender essa sociodiversidade para garantir, de alguma forma, o acesso aos recursos daqueles que foram sempre considerados como “excluídos” dos processos decisórios. Nessa linha, a ideia de inclusão social deve ultrapassar o discurso da geração de emprego e renda (IRVING, 2015). Isso é importante, mas a inclusão social deve ser pensada como uma distribuição justa dos benefícios de desenvolvimento e a afirmação do sentido de reconhecimento (idem, ibidem).

Portanto, não é um olhar só pela perspectiva material. O compromisso da “redistribuição abrange não apenas a transferência de renda como também a reorganização da sociedade a democratização dos processos através dos quais são tomadas as decisões” (IRVING, 2015, p. 57). Com isso, não se trata de pensar a inclusão social como antítese da exclusão social. Esta última pode corresponder a

processos “de falsas inclusões ou inclusões insatisfatórias, baseadas em trajetórias de vulnerabilidade e/ou precariedade e até mesmo rupturas de vínculos sociais” (IRVING, 2015, p. 57).

Essa discussão é importante no sentido de que alguns espaços públicos, notadamente os parques urbanos e unidades de conservação, tem sido requisitados para práticas mais inclusivas da sociedade. São práticas que, no meio urbano, são oriundas de coletivos que se apropriam desses espaços dando-lhes novos significados para práticas políticas e culturais e tendo no lazer, e também no turismo, um dos bastiões desses novos usos. Contudo, ainda é um processo conflitual que se depara com forças hegemônicas da sociedade, que elegem outros usos para tais espaços, gerando, por vezes, processos de gentrificação.

Nesse contexto, as condições ambientais são importantes, pois locais degradados ou que não apresentem condições adequadas para as práticas de lazer e turismo podem afastar os cidadãos desses espaços públicos. Mais que isso, as atividades de lazer e turismo precisam ser estruturadas, levando os praticantes a uma consciência mais crítica e criativa, atividades que “sejam gratificantes e não utilitárias, partindo de qualquer das suas dimensões: lúdica, criativa, festiva, ambiental-ecológica e solidária [Uma] experiência enriquecedora, gratuita e solidária” (CUENCA CABEZA, 1999, pp.19-20). As atividades, seja no urbano, mas principalmente fora dele, ainda tem um caráter muito “biologizante”, focadas na explicação do mundo natural. Esta abordagem é importante, mas acaba sendo reducionista, pois as práticas voltadas ao uso público em áreas protegidas perdem a oportunidade de sensibilizar o visitante sobre os demais contextos (políticos, econômicos, territoriais, culturais, entre outros) das regiões nas quais esses espaços públicos estão inseridos.

Locais adequados do ponto de vista ambiental e atividades transformadoras são elementos fundamentais para promover a inclusão social e para uma tomada de consciência sobre os espaços públicos, seja para a questão ambiental, seja para uma educação pelo lazer e turismo, que pode transformar as pessoas, em seu tempo livre, em cidadãos mais críticos e criativos.

Trata-se da busca por uma práxis socioambiental. No sentido que lhe atribui o marxismo, práxis diz respeito à “atividade livre, universal, criativa e auto-criativa, por meio da qual o homem cria (faz, produz) e transforma (conforma) seu mundo humano e histórico e a si mesmo” (BOTTOMORE, 1997, p. 292). Nesse sentido, a perspectiva desta pesquisa funda-se no entendimento de locais, de atividades e de formas de gestão/governança para reduzir problemas ambientais, permitir uma inclusão social e garantir uma práxis socioambiental a partir de atividades de lazer e turismo.

Nos espaços urbanos, os locais precisam ser pensados como garantidores de conforto ambiental, mas fora das cidades essa característica não é a fundamental. As áreas protegidas, ou unidades de conservação, apresentam-se como importantes remanescentes de ambientes naturais e as práticas de lazer e turismo devem se embasar na redução dos impactos negativos na natureza. Há uma série de técnicas já construídas



em países como Canadá, EUA e Austrália, mas que precisam ser topicalizadas para o caso brasileiro, a fim de evitar impactos negativos na natureza.

Com isso, esses espaços ainda não desempenham plenamente seu papel na inclusão social e na conservação da natureza, devido ao processo histórico de suas criações e implantações. Nesse sentido, a trajetória da pesquisa aqui apresentada diz respeito a uma tríade de análises: uma focada nos locais, outra nas atividades e a última no sistema de gestão. Procura-se, a partir da análise desta tríade, desenvolver os objetivos da pesquisa: Apresentar elementos para a análise das características socioambientais dos espaços públicos urbanos e das unidades de conservação e, a partir daí, propor ações para o desenvolvimento de um lazer e turismo sustentável.

Assim, este trabalho está estruturado em quatro capítulos, além desta introdução e das considerações finais. No primeiro capítulo, dividido em quatro tópicos constrói-se as ideias sobre os grandes temas da pesquisa. O tópico 1.1. discute a ascensão do turismo moderna e atualmente entendido. A ideia central é apresenta-lo como um elemento importante da socioeconomia mundial, mas que ao mesmo tempo, gera problemas socioambientais. O tópico 1.2 apresenta as concepções sobre a natureza na sociedade ocidental e partir dela, os processos de criação das primeiras áreas protegidas (unidades de conservação). Estas representam atualmente os principais espaços onde a sociedade pode se ligar a natureza. Contudo, nesse tópico, são apresentadas as concepções dessas áreas – o modelo norte americano – que resultou em sérios conflitos em outros locais como o Brasil. O tópico 1.3 apresenta a consolidação do ecoturismo como prática de lazer e turismo, notadamente nas áreas protegidas. Mas procura-se, a partir da legislação e dos conceitos existentes, entende-lo como uma prática diferenciada, não só pelo espaço que utiliza (a natureza), mas também pelas formas como deve ser executado. Esses três tópicos permitem trazer no 1.4, a construção teórica e conceitual de uma nova ordem de se praticar o lazer e turismo – o lazer e turismo sustentável. Para tanto, é realizada uma discussão sobre essas ideias dentro de um contexto maior – o do desenvolvimento sustentável e da sustentabilidade -, assim como as estratégias e técnicas para pensar o lazer e turismo sustentável. Os capítulos seguintes são estudos de caso que permitem a discussão e averiguação dessas bases apresentadas.

Assim, no capítulo 2, a discussão foca-se nos locais, seja num parque urbano ou numa unidade de conservação, apresentando suas características ideais para a prática de um lazer e turismo sustentável. Este capítulo está dividido em dois tópicos, o 2.1 que trata especificamente das unidades de conservação e o 2.2 que apresenta as características em um parque urbano. No capítulo 3 são apresentadas as atividades de lazer e turismo e como elas devem ser pensadas para que o visitante, seja em um parque urbano ou numa unidade de conservação, possa aprender pelo lazer e turismo e, assim, adquirir uma consciência crítica e criativa. No capítulo 4 são apresentadas as formas de gestão e de uma boa governança para esses espaços de lazer e turismo. A partir de alguns casos paulistas são apresentados os desafios para uma gestão adequada, que leve à inclusão social da população de trabalham com o lazer e turismo.

## **CAPÍTULO 1 - LAZER E TURISMO COMO ELEMENTOS PARA UMA INCLUSÃO SOCIAL E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA**

Este capítulo está dividido em quatro tópicos e visa à apresentação e discussão dos principais temas da pesquisa: a ascensão do turismo como prática sociocultural e seus impactos, no tópico 1.1; as concepções sobre a natureza na sociedade ocidental e a ideias de como protegê-la em unidades de conservação, no 1.2; o ecoturismo como modalidade turística de encontro com a natureza, com destaque para as práticas diferenciadas que ele precisa conter, em 1.3; e as bases teóricas e conceituais para o enfrentamento da questão e objetivo geral desta pesquisa, ligadas a sustentabilidade do lazer e turismo, no 1.4.

### **1.1. O ADVENTO DO TURISMO COMO ATIVIDADE CONTEMPORÂNEA E SEUS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS<sup>1</sup>**

O turismo aparece como fenômeno social e econômico em meados do século XVIII, na Europa, notadamente na França por conta de alguns fatores associados. Avanços da ciência, como a medicina, transformaram a visão do homem moderno sobre as praias e outros locais considerados ameaçadores dando início as primeiras viagens turísticas modernamente entendidas. As praias no imaginário da Era medieval eram locais considerados profanos, pois não existia mar no Jardim do Éden; ou amedrontadores, porque era pela costa por onde chegavam os bárbaros invasores. Mas, no início da Era Moderna, por recomendações da medicina que indicavam banhos de mar para tratar doenças dermatológicas, entre outras propriedades terapêuticas, fizeram a sociedade mudar seu imaginário sobre as praias.

Nessa linha, a natureza e o campo, também considerados como profanos ou símbolos de atraso cultural e econômico, passam a ser redescobertos pelas elites da sociedade industrial na Europa que buscavam locais mais salubres e aprazíveis em seu tempo de lazer. A melhoria dos meios de transportes, principalmente da ferrovia, integrando locais cada vez mais distantes, tornou lugares ermos, exóticos, pitorescos, acessíveis às elites e as viagens para lazer que passam a fazer parte do cotidiano das classes ricas.

A classe operária vai ingressar nesse circuito só na primeira metade do século XX, quando melhorias tecnológicas, mas principalmente conquistas trabalhistas como direito a férias e finais de semanas remunerados, colocaram tais segmentos da sociedade com tempo disponível para viajarem a lazer. Assim, as práticas de lazer e turismo transformaram-se num dos mais notáveis fenômenos socioculturais.

Essas práticas interligadas envolveram e envolvem o planejamento e gestão do deslocamento de pessoas, materiais, informação, assim como a estruturação de polos receptivos. Mas é só após a segunda guerra mundial que o turismo apresenta um crescimento que vai colocá-lo como um dos mais expressivos fenômenos sociais e econômicos de nossos tempos. Contribuem para isso o advento do automóvel como

---

<sup>1</sup> Para redação deste capítulo foram utilizados os seguintes artigos, escritos em autoria própria e em coautoria, que constam nas Referências Bibliográficas: Alencar; Raimundo (2014); Raimundo (2015a); Raimundo (2011c); Raimundo (2010a); Raimundo (2009); Raimundo; Sarti (2016) e Stigliano; Nucci; César; Raimundo (2007)

meio de transporte individual, ou familiar, e o aumento significativo da malha rodoviária, superando a ferrovia instalada pelo menos cem anos antes. O aparecimento mais intenso de empresas voltadas a esse setor, como agências, operadoras, companhias aéreas e rodoviárias, além do estabelecimento de hotéis e restaurantes nos locais visitados, que consolidam o turismo como importante setor econômico, sendo em alguns países, como Espanha e França, com expressivo destaque em suas economias.

No Brasil, embora mais tardiamente, o fenômeno foi parecido, sendo eleito preferencialmente o litoral pelas elites para serem destinos turísticos, por suas características naturais e/ou culturais e nas quais se instalaram infraestrutura hoteleira, bares, restaurantes e demais obras urbanísticas que viraram imagem do turismo Brasileiro. Guarujá no Estado de São Paulo; Guarapari, no Espírito Santo; Balneário Camboriu, em Santa Catarina; Boa Viagem, Pernambuco, são exemplos dessa transformação.

O turismo se consolida no Brasil como importante setor. Embora as commodities do país, como café, soja, carne e minérios tenham destaque na economia atual, o país deixou de ser um país agrícola, pois este setor representa, segundo dados do IBGE, apenas 3,5% da economia. Pode-se dizer também que a indústria brasileira, apesar de ser bastante diversificada, não é mais o principal setor da economia, representando atualmente em torno de 30% da economia. O Brasil é, portanto, um país de serviços, com esse setor representando 66% da economia. O lazer e turismo, inserido neste último setor, representa 3,5% de participação na economia.

Nessa abordagem, a população economicamente ativa no Brasil é de cerca de 100 milhões de pessoas, segundo o último censo do IBGE, de 2010. Deste total, 10% trabalham na agricultura, 19% na indústria e 71% em serviços. O turismo emprega 7,5% de pessoas neste setor de serviços.

O turismo evoca muitas imagens na sociedade atual. A grande maioria delas ligadas a prazer, felicidade, descanso, entre várias outras (BARBOSA, 2002). As viagens, principal prática motriz do turismo, foram sendo reformuladas ao longo do tempo, dos espaços e das realidades vividas pelos grupos humanos<sup>2</sup>. Quando as executamos, estamos, de fato, reproduzindo um ato que milhares de seres humanos, em sociedades tão antigas quanto as sumérias ou babilônicas já faziam (LIMA, 2013). Então o que fazemos de novo? Como podemos pensar que a prática de viagens atual não constitui um simples deslocamento, um ir e vir em espaços territoriais? Como podemos não incorrer em anacronismos considerando estes deslocamentos da antiguidade, ou ainda da medievalidade, como uma forma de viagem, e a partir dela, considerarmos atos turísticos?

Questões como estas passam pela percepção do turismo a partir de visão que não é apenas econômica, mas, sobretudo, se coloca como uma prática também social.

---

<sup>2</sup> A formação de “novas sensibilidades” por parte da burguesia e aristocracia europeias, a partir da Idade Moderna, é bem apresentada por Alain Corbin (1989). Mais tarde Hobsbawm (1995), mostra que a expansão imperialista europeia divulga essas “neo-sensibilidades” para fora das fronteiras europeias.

Todavia, o turismo é uma prática modernamente<sup>3</sup> entendida e que aparece ao longo de um lento processo histórico, fortalecido a partir das transformações históricas europeias do século XIX e ao longo do século XX, notadamente após a Segunda Guerra Mundial, mas que continuam, ainda no século XXI, em plena efervescência formadora.

Partindo desta compreensão – social, econômica, além de histórica e geográfica - percebe-se a intrínseca conexão com uma determinada forma de produção econômica (MARX, 1859), a qual se tornando mundial (HOBSBAWM, 1995, p. 19), finda por pressionar as realidades sociais dos sujeitos usuários de destinos turísticos. A relação assim tensionada reflete na construção de uma determinada forma de turismo.

Marx em sua “Crítica da Economia Política” (1859), afirma que toda forma de produção é realizada por indivíduos, e que ela, produção, está socialmente determinada. Ao afirmar que a produção tem um aspecto determinista, o autor não está fixando em uma imutabilidade dada pela natureza, mas está atrelando sua visão da produção a capacidade dos sujeitos enquanto constituintes de um processo histórico. A produção segue determinações ao longo da História e, portanto, constitui um corpo social que atua em conjunto. O sujeito que produz o faz orientado por suas próprias necessidades e também por outros sujeitos (MARX, 1859, pp. 01-05)

Para este autor a produção é uma apropriação da natureza pelo indivíduo, no seio e por intermédio de uma forma de sociedade determinada. Cria-se um objeto que precisa ser usado e precisa ser dado um sentido, quando só então passa a ser consumido por um novo sujeito: o consumidor. A produção “produz o objeto de consumo, o modo de consumo e o impulso para consumir.” (MARX, 1859, p. 09)

A partir desta percepção coloca-se o turismo como uma produção histórica e não um dado da natureza. E é isto que diferencia sua prática ao longo dos séculos XIX, XX e XXI de formas anteriores assumida por viajantes, contrariando, assim, uma visão repetitiva dos manuais de ensino do turismo<sup>4</sup>. Ele não é um fenômeno praticado desde sempre por civilizações e sociedades antigas, antes é um fenômeno onde os próprios sujeitos fazem parte da sua construção e precisam-se evitar os anacronismos, isto é, evitar entender o passado a partir do presente e, sobretudo, “não se iludir com analogias contemporâneas que aproximariam contextos históricos muito distintos e construções sociais de tempo absolutamente incompatíveis” (CAMARGO, 2007, p. 41)

Este autor percebe que o turismo é um fator pós 1850, quando há uma nova noção de tempo social: tempo astronômico, tempo do trabalho e tempo do não-trabalho. A este último pode-se acrescentar o tempo do lazer, mas que não é necessariamente gasto com viagens turísticas. Nessa lógica, aparece a ascensão das práticas turísticas entre as classes sociais, sobretudo a partir do advento da ideia das férias para a classe trabalhadora. Um fator significativo para a transformação dos tempos livres pelo trabalhador, que era

---

<sup>3</sup> O termo “moderna” refere-se ao conjunto de processos que coincidem com a formação da Idade Moderna europeia (1453-1789). Contudo cronologicamente o Turismo é uma prática contemporânea, porquanto se concretiza ao longo dos séculos XIX e XX.

<sup>4</sup> “O Turismo (...) ser um fenômeno já praticado pelas civilizações antigas...”; “... o Turismo de aventura data de milênios antes de Cristo...”; “Cruzadas (...) [como] precursoras do turismo de grupos...” (IGNARRA, L. R., 2005, pp. VII)

apropriado discursivamente por vários sujeitos: igrejas, sindicatos, revolucionários, Estados, entre outros.

Este é “o tempo das sociedades industriais. (...) Nela é possível identificar o turismo.” Antes disso, o tempo do não-trabalho, que inclui férias e viagens, ainda não podia ser conscientemente identificado e materialmente difícil de se realizar. Portando-se mais como uma sensibilidade, onde o caráter elitista se evidencia pela possibilidade real de apreciação do ambiente natural, convertido em espetáculo e onde estas elites, burguesas e aristocráticas, “encontram o prazer até então desconhecido de usufruir de um ambiente convertido em espetáculo”, razão do desenvolvimento do turismo (CORBIN, 1989, p. 35).

Partindo desta compreensão, entende-se que a consolidação da prática turística se inicia na Europa pelas questões históricas do desenvolvimento do capitalismo como prática econômica<sup>5</sup>. A proximidade intracontinental, a possibilidade de viajar sem ser exclusivamente pelo mar, ou ainda uma viagem de barco em tempo menor e, dessa forma, menos insegura, fomentou os *Grand Tour* dos jovens estudantes ingleses, realizados desde o século XVII (CORBIN, 1989, p. 49).

As viagens marítimas são um contratempo ao desenvolvimento dos deslocamentos necessários ao turismo. Bem lembrado por Camargo (2007) e Gomes (2009), mesmo o príncipe regente do Brasil, D. João, enfrentou a travessia pelo atlântico por estar em fuga de Napoleão. Até a completa adequação da ferrovia como meio de transporte de cargas e pessoas por via terrestre, as longuíssimas viagens marítimas só eram pensadas mesmo por alguma necessidade: negócios, fugas. Ademais quem poderia ficar tanto tempo longe de seus negócios, ou mesmo do trabalho.

Assim a segunda metade do século XIX marca o turismo como prática econômica, porquanto já está em rápido processo as viagens como um objeto de consumo desejável a todos os sujeitos. Que pese as diferenciações sociais, com a burguesia e a aristocracia consumindo mais viagens, a tecnologia dos deslocamentos – ferrovias, sobretudo, estradas, automóveis e aviões posteriormente – possibilitou a outros grupos sociais, entre eles os trabalhadores, compartilharem o desejo de consumir o novo objeto, seguindo um modelo já estabelecido e defendido pelas elites europeias.

O século XIX é, portanto o momento de cristalização do turismo como prática socioeconômica. Pforr; Wesley (2009, pp. 20-21) apontam uma data e um marco para esse fenômeno. Trata-se de uma atividade iniciada em 1841, com a realização da primeira viagem organizada de que se tem registro. Foi uma excursão, na Inglaterra, entre as cidades de Leicester e Loughborough. Um jovem pregador batista, Thomas Cook, teve a ideia de alugar um trem a fim de levar os fiéis de sua igreja a um congresso antialcoólico. Tratava-se de uma atividade um tanto isolada, mas como tudo precisa ter uma data de início, muitos autores, por exemplo, Barbosa (2002) e Acerenza (2002), consideram essa viagem de Cook, como a primeira forma organizada de viagem turística e ele o “pai do turismo”. Apesar dessas curiosidades, segundo Pforr; Wesley

---

<sup>5</sup> A construção histórica do capitalismo enquanto sistema econômico é apresentada por Eric Hobsbawm em sua quadrilogia: Era das Revoluções; Era do Capital; Era dos Impérios; Era dos Extremos.

(2009), a partir de Cook criou-se desejos e oportunidades para a maioria das classes sociais desfrutarem de viagens de férias e de lazer, as quais, segundo os autores, propiciaram inicialmente um destaque para classe média europeia, que souberam e puderam auferir as vantagens do progresso industrial.

Com esta nova realidade, o impulso para esse novo consumir vai se alargando a outros sujeitos, promovendo o turismo a uma complexidade sistêmica (BOYER, 2003), cuja composição inclui as transformações das sociedades humanas, dos meios de transportes, dos tipos de viagens, além das formas e modos de vida, os quais proporcionam a constituição de diferentes formas de turismo em diversos lugares.

É na Europa, portanto, que o turismo aparece nos moldes hoje discutidos e o espaço litorâneo acabou sendo o grande elemento fundante desse processo. A relação entre o litoral e o turismo foi sendo construída longamente. Por vários séculos a praia tem emergido metamorficamente como um local de fascínio para aqueles que se vêm como visitantes, e as modificações da costa para fins de práticas turísticas continua em crescente efervescência formadora, englobando, inclusive, áreas que inicialmente não eram consideradas adequadas às novas sensibilidade, necessidade e economia litorâneas (CORBIN, 1989; PFORR; WESLEY, 2009).

Descrever e entender a dimensão do turismo costeiro de uma dada localidade não é simples, porquanto ele representa um fenômeno complexo e que compreende um mix de dimensões econômicas, políticas e socioculturais do litoral e que, cada vez mais embora possua uma identidade local, sente as influências das forças econômicas globais.

A atratividade da costa, o apelo a benefícios para a saúde, a importante função de rede social, os 5s da sigla em inglês – sol, mar, areia, satisfação e sexo<sup>6</sup> - não podem ser atribuídos apenas aos aspectos sociais, mas a mudança de padrões econômicos de uma sociedade industrial que continua avançando no modo produtivo e tecnológico (PFORR; WESLEY, 2009, p. 16).

No Brasil as ações que promoveram a mudança na população e, sobretudo, na classe ociosa<sup>7</sup>, são marcadas pela chegada da comitiva real portuguesa em 1808. A partir desse momento a Colônia portuguesa inicia seu processo de aproximação com a cultura europeia muito além do reino português, absorvendo um novo conceito que Gilberto Freyre chama de ocidentalização da cultura brasileira. Traduzindo-se pelo consumo dos produtos europeus, originários da Revolução Industrial e lançados pelo imperialismo britânico e caracteriza-se pelo adquirir, comprar artigos de casa, de vestuário, de gozo, de alimentação, de transporte, de recreação, etc. (FREYRE, 2004, p. 556).

---

<sup>6</sup> Em inglês, a denominação é apropriada, pois todas as palavras se iniciam com “S”: sun, sea, sand, satisfaction and sex.

<sup>7</sup> “Classe ociosa” é um termo largamente usado por Alain Corbin (1989). Entre a burguesia e a aristocracia, o autor nota que não há uma diferença de classe, pois ambas formam um grupo elitista. Há sim diferenças de comportamentos. Daí a preferência no uso do termo ocioso para demonstrar que não está se falando da classe trabalhadora; acompanhando, assim, Veblen (1974), quem primeiro lançou o termo e estabeleceu o conceito. Este termo é adequado quando se orienta para os sujeitos do século XIX, mas que se torna anacrônico quando utilizado no período republicano brasileiro.

Nesse processo ao longo do século XIX, é percebida por Freyre a lenta concepção de uma tecnologia do corpo social, aquele que não é mais simplesmente o corpo físico, mas o qual passa a ser uma realidade bio-política dentro da sociedade capitalista em consolidação (FOUCAULT, 1984). A chegada da Corte, a presença cada vez maior de europeus no Brasil oitocentista, leva a classe ociosa brasileira a aceitar cada vez mais o modo de vida europeu em detrimento dos costumes coloniais. As elites brasileiras foram as primeiras a serem normalizadas, isto é, a seguirem as regras da sociabilidade europeia, destacando as relações entre os usos dos espaços públicos para a fruição deles e não mais apenas trânsito.

Freyre (op. cit.) percebe e destaca bem esta transição uma vez que não são simplesmente objetos consumidos, mas vêm acompanhados de toda uma forma de relação: com o outro, com o corpo, de classes, de ambiente, entre os gêneros e exemplifica na mulher esta percepção pois,

“correspondiam às modas inglesas e francesas a outro tipo de mulher – o já burguês e caracteristicamente ocidental: mulheres enxutas e até magras, algumas mesmo ossudas, angulosas, como as inglesas mais secas de fins do século XVIII e princípios do XIX, que parecem ter precisado de artifícios como das anquinhas e o das saias-balão para parecerem femininamente redondas. Também correspondiam as novas modas ocidentais que chegaram ao Brasil no começo do século XIX a outro gênero de vida de mulher: o de mulheres que andavam a pé nas ruas, que iam às lojas e aos armazéns fazer compras, que acompanhava os maridos ao teatro, aos concertos, aos jantares, às corridas de cavalo, aos jogos da bola. Que andavam a cavalo quase à maneira dos homens” (FREYRE, 2004, p. 600)

Estas mudanças refletidas na absorção dos produtos europeus são repassadas nos novos comportamentos pelos quais as elites brasileiras se assumem. O espaço público passa também a ser um objeto re-significado e, desse modo, as ruas, os parques, os rios e as praias, todos sofrem de uma nova leitura e ocupação pelas elites, as quais desconsideram a divisão destes espaços entre as classes sociais, uma vez que estes espaços consagrados ao público “em princípio constrangeria a seguir normas universais sem distinção de sexo, idade, cor ou dinheiro, algo paradoxal e dilemático numa sociedade dividida entre os ideais de hierarquia e da igualdade, do familismo e do individualismo” (DA MATTA, 2004, p. 12).

Nesse sentido, com apontam Rechez; Strauss (2001), os trabalhadores que se lançaram em férias e nestas em viagens, foram enquadrados em atividades que se esperavam que fossem fermentadoras de uma postura criativa, estando de acordo com as respectivas posturas dos Estados Nacionais. Contudo, tal fato foi sufocado, pois da mesma forma que o trabalho industrial exigia passividade e conformismo dos trabalhadores, exigia-se a mesma postura nos momentos de lazer e na atuação como turista.

Dessa forma tanto o turismo quanto as férias das classes trabalhadoras e seu direcionamento para usufruir do turismo, são mecanismos discursivos de poder apresentados mais como uma oferta das camadas elitizadas e até mesmo como uma consequência natural das relações fomentadas pela Revolução Industrial. Boyer (2003) entende que o turismo assim se caracterizou por ser mais social, isto é, por criar

mecanismo que intentavam incluir algumas categorias de trabalhadores europeus no processo de consumo do novo produto, do que uma forma massiva de consumo.

Assim estes espaços, públicos e citadinos, passaram a ser vistos muito além do transitar e foram percebidos como de fruição, daí ensejar “novas relações de subordinação, novas distâncias sociais entre o rico e o pobre, branco e o de cor; novas relações de poder. (...) A rua, outrora só de negros, mascates, moleques, se aristocratizava” (FREYRE, 2004, pp.31 e 126). Mais além, reforçando esta percepção aparteadora dos espaços, a própria Proclamação da República no final do século XIX em seu ideal igualitário entre as classes sociais, era algo estranho às elites nacionais, as quais passaram a perceber as classes pobres, devido a um contato cada vez mais intenso nas cidades e ao desaparecimento das senzalas, como classes perigosas (O'DONNELL, 2013, p. 20).

Foi a partir deste contexto histórico que os espaços públicos, entre eles as praias, foram sendo lentamente ocupadas pelas elites brasileiras, as quais deram-lhes sentidos, usos e normas até então desconsiderados. É importante perceber que este movimento em direção ao litoral é algo novo porquanto não se volta para o uso das águas, das areias, dos ventos e do mar em proveito econômico. Desde o início do processo de ocupação portuguesa o litoral serviu de baliza à colonização. Frei Vicente do Salvador, cronista do século XVI, ressalta bastante esta característica ao comparar colonos aos caranguejos, os quais se deslocam para o norte e para o sul ao longo da costa, mas sempre evitando o interior (SALVADOR, 1975).

A própria praia, não sendo objeto de uso em si mesma, também não era um espaço vazio. Havia um uso significativo das praias para a pesca, produção de sal, plantações diversas, além de ser usada como moradia das classes pobres, dos ex-escravos, mas sem significação estética ou de fruição pelas camadas elitistas da sociedade brasileira. Muito pelo contrário, mesmo a ocupação se baseando nessa linha de comunicação com a Metrópole, a praia era lugar de despejos e expurgos das casas dos senhores. É renitente a imagem dos escravos, os chamados “tigres”, que toda manhã saíam pelas ruas das cidades levando toneis carregados de fezes acumuladas nas residências e indo jogá-las nos rios próximos e no mar. Sem esquecer também que o areal da praia servia, durante todo os oitocentos, de cemitério para aqueles que a Igreja não reconhecia como pertencentes ao seu rebanho: negros pagãos, hereges, judeus, ciganos e outros indivíduos, todos considerados indignos de receberem enterro cristão e de serem sepultados em solo sagrado (TOLLENARE, 1978, p. 42; FREYRE, 2004, p. 313; ARAÚJO, 2007, p. 80).

Por estes olhares o litoral tinha um uso bastante diverso daquele que foi sendo adotado pelo turismo ao longo do século XX. Contudo, menos intensamente na primeira metade do Século XX e, sobretudo, no pós-segunda guerra mundial, a ocupação do litoral para fins de lazer e turismo ganha forma e dimensão capazes de produzir alterações significativas nas paisagens naturais e nas culturas locais. Um dos principais motores dessa transformação foi (e é) a especulação imobiliária, que conduziu a ocupação litorânea através da comercialização de segundas residências, ou o turismo de veraneio.



O estudo dessa forma de turismo, ou seja, praticado em função de residências secundárias, ganhou interesse mundial na década de 1990. Hall e Muller (2004) relatam que este interesse é atribuído a fatores como: a) o crescimento da migração inter-regional e internacional por causa de aposentadorias; b) maior reconhecimento pelo setor público das implicações econômica, ambiental e social do turismo; e c) o uso deliberado de segundas residências como uma ferramenta, por parte de governos locais, para o crescimento econômico.

Na Europa, durante a década de 1990, no início do século XXI e mesmo no pós-crise de 2008, a flutuação dos preços no mercado contribuiu para a difusão espacial de segundas residências (PARIS, 2013; MAZÓN, LAGUNA, HURTADO, 2013). Além disso, a reestruturação das economias rurais, com declínios das populações camponesas tem aumentado o número de proprietários de segundas residências, gerando novas oportunidades de consumo que transformaram áreas rurais em áreas de recreação, lazer e turismo. Este fenômeno está relacionado com a criação de uma paisagem rural de consumo em uma sociedade pós-industrial (MULLER, HALL, KEEN, 2004; MULLER, 2013), tornando-se um símbolo de status no mundo contemporâneo.

Novos valores e crenças sobre paisagens rurais têm incentivado a aquisição de uma segunda residência (Roca, Z., 2013). Com isso, a “tradição” desempenha um forte papel, com memórias de infância em tempos usufruídos com a família em segundas residências. Tal situação motiva as pessoas a comprar uma propriedade fora das cidades; muitas vezes em cidades, mas em áreas urbanas litorâneas.

No nível individual, segundas residências podem ser consideradas símbolos de identidade e pertencimento, representados pela conexão da família e das crianças com os lugares (HALL & MULLER, 2004). Este aspecto torna-se mais complexo, como observado por Kaltherborn (1998), que indicou que as segundas residências raramente são vendidas, mas, em vez disso, passam através das gerações gerando “razões ocultas” para as pessoas adquirirem uma residência secundária.

Segundas residências também podem ser entendidas como uma fuga do cotidiano estressante e um retorno à natureza (WILLIAMS; KALTENBORN, 1999; NEFEDONA; PALLOT, 2013), levando os proprietários a modificarem suas residências, incorporando características da natureza ou pelo menos a visão que eles têm da natureza. Outros proprietários de segundas residências procuram um estilo de vida idealizado ligado ao simples e rústico, em que a ideia de ruralidade torna-se extremamente importante (HALL; PAGE, 2002).

Comprar uma segunda residência pode ser visto como um símbolo de status. Halseth (2004) indica que no Canadá, residências secundárias se transformam, cada vez mais, no playground das elites. Em alguns lugares, estas propriedades podem ser percebidas como conferindo status para o seu proprietário (MULLER, 2004). Há uma percepção crescente de residências secundárias como o domínio dos ricos, especialmente no Reino Unido, e até mesmo na Rússia, mas também em outros países, como Nova Zelândia (PARIS, 2013; NEFEDONA, PALLOT, 2013). Em alguns casos, a vida no campo não está associada com a produção florestal ou agrícola, mas, ao invés disso, ao consumo de

acomodações, ações ambientais e a um estilo de vida imaginado sobre o rural (MULLER, HALL, KEEN, 2004).

Hall e Muller (2004) observam que, desde o início do século 20, segundas residências foram construídas com o intuito dos proprietários em ligarem-se a natureza e ao selvagem, e na América do Norte, segundas residências eram (e são) muitas vezes construídas em áreas selvagens. Na Nova Zelândia e Austrália, as primeiras segundas residências na costa eram cabanas de pesca em terras públicas (SELWOODS; TONTS, 2004; KEEN; HALL, 2004). Na França, a procura de segundas residências tem estado presente desde os anos 1960 em zonas de montanha e na costa, o que resultou nas disparidades econômicas regionais francesas, o que representa um exemplo da especialização econômica, resultante do turismo (ZANIMETTI, 2013).

Facilidade de deslocamento é sempre vista como um fator importante de penetração e ocupação de novas áreas para segundas residências. A instalação de residências secundárias ao longo dos eixos de circulação e penetração, como os canais de Estocolmo ou os fiordes da Noruega, têm proporcionado férias baratas nas praias para as famílias (HALL; MULLER, 2004). Estes autores indicam que ocorreu um forte aumento dos proprietários de segundas residências desde 1960 devido ao aumento da mobilidade pessoal fornecida pelo automóvel e devido às facilidades de acesso. Um fenômeno semelhante ocorreu no Brasil, como discutido por Tulik (2001) para áreas litorâneas paulistas com a construção de estradas ligando a capital paulista a costa.

Nessa lógica, o Setor Imobiliário fornece um fator preponderante, com agentes desempenhando um papel importante, pelo menos em termos de segundas residências destinadas a compradores internacionais (HALL; MULLER, 2004; MAZÓN, LAGUNA, HURTADO, 2013). Em alguns lugares, os proprietários de segundas residências são direcionados para locais específicos em atividades promovidas por agentes imobiliários.

A disponibilidade de terras é também um fator importante na seleção de locais para segundas residências, ao mesmo tempo em que as restrições de uso do solo podem limitar os tamanhos mínimos dos lotes e gerar uma escassez de terra e, conseqüentemente, uma diminuição na quantidade de lotes disponíveis para a construção de segundas residências (KEEN, HALL, 2004; PARIS, 2013). Cada governo controla as taxas e impostos e, dependendo da localização, estas são frequentemente manipuladas para maximizar as taxas de retorno para os especuladores (HALL, MULLER, 2004). Cada quadro legal é frequentemente justificado pelos governos locais como base para a proteção do ambiente ou para manter a paisagem sem transformação (KEEN; HALL, 2004), que têm um forte impacto sobre a avaliação de terrenos para residências secundárias.

Atualmente, a paisagem é consumida por turistas e proprietários de segundas residências com um estilo de vida de alta mobilidade, todos caracterizados por um ideal imaginado sobre a paisagem e a natureza. Esta situação muitas vezes cria conflitos em ambientes rurais entre populações tradicionais e os recém-chegados com respeito ao uso dos recursos naturais (MULLER, HALL, KEEN, 2004). Em algumas circunstâncias, os

proprietários de segundas residências podem ser vistos como invasores por residentes locais tradicionais, fato que, com o passar dos anos, podem gerar desentendimentos (HALL, MULLER, 2004). Esta percepção pode conduzir à destruição das relações entre os dois grupos, mudanças ambientais e mudanças na cultura local.

Todos esses fatos evidenciam a necessidade de planejamento para o turismo de veraneio como instrumentos de políticas públicas. No entanto, o planejamento técnico nem sempre considera todos os interesses envolvidos, e assim, com frequência só as classes mais abastadas são beneficiadas, levando a gentrificação (PARIS, 2013). Muller, Hall e Keen (2004) mostram que as segundas residências também são percebidas como gentrificação rural, o que implica em um choque entre o estilo de vida tradicional rural e o de áreas com imagens urbanas no campo.

Todas essas motivações e interesses para viajar e/ou ter uma segunda residência condicionaram o mercado a se estruturar para atender a esse fluxo. Com isso, a velocidade de transformações dos destinos turísticos foi grande e em alguns anos regiões como a orla marítima desfiguraram-se apresentando severas modificações nos ambientes naturais e nas formas de organização da sociedade local.

Tal estrutura se consolidou num modelo de uso e ocupação de espaços para fins turísticos, incluindo as áreas com instalação de segundas residências, modelo esse que passou a ser estudado por especialistas da área. Butler (1980) foi um dos precursores em pensar essa forma de organização socioespacial e ambiental do turismo, relacionando as formas de ocupação com o ciclo de vida de um produto – O TALC, da sigla em inglês (*Tourism Area Life Cycle*), ou ciclo de vida de uma área turística, vide figura 1.1a.

As análises de Butler (1980) apontavam que um local é “descoberto” pelos turistas, numa fase inicial de **exploração**. Knafou (1995) apontou que neste momento, não há outros atores sociais que não os próprios turistas, em sua relação com as comunidades locais. São turistas que Plog (1974) classificou como “allocentricos”<sup>8</sup>

uma nova destinação turística será “descoberta” pelos turistas allocêntricos e, quando se torna mais conhecida e com melhor infraestrutura turística em geral passa a ser frequentada pelos mesocêntricos, que correspondem ao segmento quantitativo mais numeroso – geralmente chamado de turismo de massa (RUSCHMANN, 1997, p. 95).

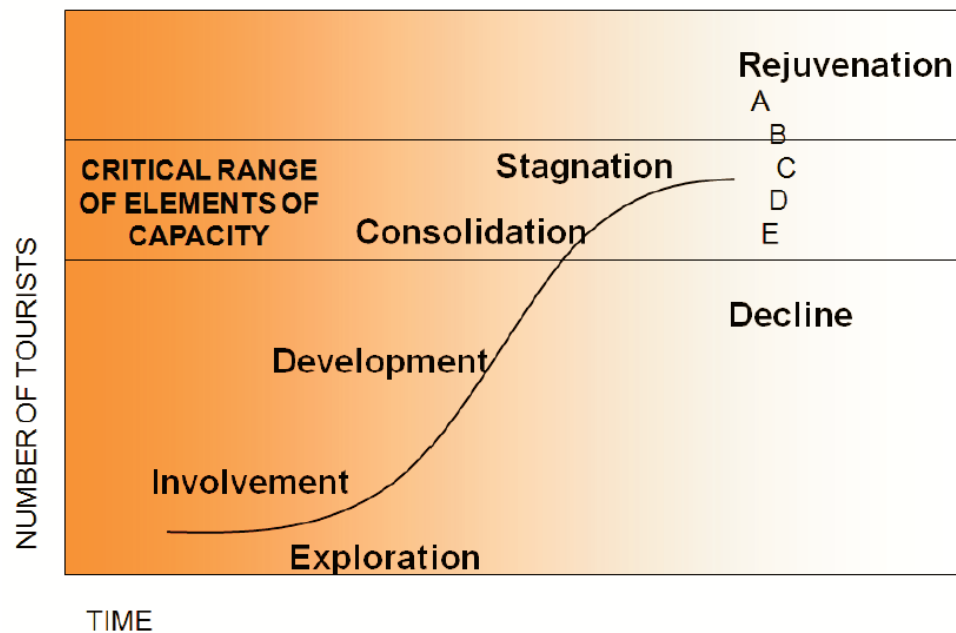
Na linha de tempo estabelecida por Butler (op. cit.) o próximo passo é a área ser **envolvida** e **desenvolvida** pelo turismo. Trata-se nesse momento, da inserção do *trade* turístico com a incorporação de empresas e atividades voltadas ao turismo. Segundo Knafou (1995) é o estabelecimento de um mercado gerido por prestadores de serviços turísticos, como agências, operadoras, cias. aéreas ou rodoviárias, hotéis, restaurantes, entre outros. O turista e a comunidade local passam a conviver e, na maioria das vezes,

---

<sup>8</sup> Termo derivado de *allo*, que significa “de formas variadas” (Ruschmann 1997). São aqueles turistas “que querem descobrir novos destinos e explorar culturas estrangeiras com um espírito de aventura. Os visitantes allocêntricos têm uma personalidade extrovertida e normalmente são confiantes. Muitos não gostam de ser chamados de turistas, porque buscam uma integração com as pessoas e a cultura local” (LOHMANN; PANOSSO NETO, 2017, p. 157).

a ser subordinada por este *trade*. Com isso, o turista subordina-se ao turismo, ou seja, inventa-se uma “indústria do turismo” e o turista passa a consumir as paisagens que o mercado lhe oferece (Krippendorf, 1977). Para SERRANO (1998) o turista na modernidade apresenta uma dupla característica: ele é ator e é espectador, consciente e feliz de sua condição de consumidor. Com isso, influenciado pela estruturação de roteiros turísticos massificados, ocorre uma perda de especificidade da prática turística na viagem, em virtude da disseminação de uma conduta rotineira de se mover, olhar e estar no mundo como turista.

**Figura 1.1a: Evolução Hipotética de uma área turística, conforme Butler (1980)**



O “envolvimento” e “desenvolvimento” são fases de rápidas transformações socioespaciais até a sua plena **consolidação** para essas práticas turísticas. Contudo, é um modelo que gerou uma **estagnação**, também rápida, do destino turístico, pois não havia preocupação com os problemas ambientais ou com os impactos que as atividades e equipamentos causavam nas culturas locais. Esse momento, no dizer de Ruschmann (1997)

Trata-se de uma fase de excessos, acentuada pela qualidade medíocre da arquitetura das localidades turísticas. Predomina o concreto, o crescimento desordenado, a arquitetura urbana, falta de controle de efluentes [...] Em resumo, um período catastrófico para a proteção do meio ambiente (RUSCHMANN, 1997, p. 21).

O turismo tem na especulação imobiliária uma grande parceira nas alterações de paisagens, a qual transforma grandes destinações turísticas em espaços de segundas residências, desabitadas fora da temporada de visitação.

Nesse contexto, Krippendorf (1977) elenca uma série de problemas causados pela ocupação dos espaços com finalidade turística, indicando que o “turismo consome e devora as paisagens que ele mesmo constrói”. E Bernaldéz (1992, 1991), estudando áreas turísticas na Espanha, elencou impactos negativos do turismo na natureza e na comunidade local. São eles:

- incremento do consumo de recursos naturais, podendo levar ao seu esgotamento;

- consumo do solo e transformação negativa da paisagem pela implantação de construções e infraestrutura;
- aumento da produção de lixo e resíduos sólidos e efluentes líquidos;
- alteração de ecossistemas naturais devido à introdução de espécies exóticas de animais e plantas;
- estímulo ao consumo de *souvenires* produzidos a partir de elementos naturais escassos;
- perda de valores tradicionais em consequência da homogeneização das culturas;
- aumento do custo de vida, supervalorização dos bens imobiliários e consequente perda da propriedade de terras, habitações e meios de produção por parte das populações locais;
- geração de fluxos migratórios para áreas de concentração turística; e
- adensamentos urbanos não planejados e favelização.

Assim, perseguindo a linha do tempo do ciclo de Butler (1980), a localidade turística entra em **estagnação** devido a esses impactos negativos e seu **rejuvenescimento** ou **declínio** dependerá das formas de organização da sociedade e das políticas públicas estabelecidas, por meio de uma ordem técnica, concebidas por instrumentos de planejamento, como planos turísticos, EIAs-Rimas, entre outros, e pela capacidade de organização e empoderamento dos atores envolvidos no processo.

Essa transformação da maneira de pensar o modelo turístico aparece a partir dos anos de 1970, no bojo das aspirações e reivindicações de toda a sociedade, ligadas ao desenvolvimento sustentável. No turismo não foi diferente e surgem ideias ligadas ao turismo sustentável. Essa transformação no pensamento dos planejadores e pesquisadores do turismo será discutida no tópico 1.4.

Antes disso, é importante discutir que mesmo nesse modelo tradicional de turismo de massa, que se inicia no século XIX e ganha expressão máxima no pós-segunda guerra mundial, não era um caminho linear, como proposto por Butler (op. cit.). Sempre houve outros interesses, de pessoas almejando num contato mais próximo com natureza. Quer dizer, a maneira massificada de praticar turismo, governada pelos padrões de consumo, nunca foi idealizada por parte de alguns turistas que possuíam outras motivações e aspirações de viagem. No dizer de Ruschmann (1997) após a década de 1980, ocorreu uma renovação do turismo, com o enaltecimento da calma, das aventuras e aspirando um conhecimento mais aprofundado das regiões visitadas. Esses fatos deram abertura para outras práticas turísticas associadas ao turismo na natureza ou turismo alternativo.

Assim, no próximo tópico – 1.2 – discute-se esse fenômeno, que também se configurou num movimento, que resultou nas formas como a sociedade ocidental pensou a conservação da natureza, por meio da criação de áreas protegidas, e que também conduziu para outras formas menos impactantes de práticas turísticas, como o ecoturismo.

## 1.2. A BUSCA PELA NATUREZA E O APARECIMENTO DAS ÁREAS PROTEGIDAS COMO ELEMENTOS FUNDANTES DE UM TURISMO ALTERNATIVO<sup>9</sup>

Natureza e meio ambiente configuram-se na sociedade ocidental contemporânea como termos polissêmicos. Seus significados tornaram-se mais complexos a partir dos anos de 1960 com a “ecologização” da ciência (Guerasimov, 1980), quando as instituições de pesquisas passaram a se preocupar com uma agenda natural/ambiental. E esse tema ganhou, em seguida, várias abordagens, ampliada com a participação da mídia e da sociedade como um todo, levando até a uma “ambientalização” dos conflitos sociais (Lopes, 2006). Assim, vários tipos de conflitos territoriais, sociais, culturais, econômicos, passaram a ser definidos como conflitos ambientais a fim de mascarar seus reais problemas e, nesse sentido, tornando mais complexa a relação da sociedade com a natureza.

Parte da explicação dessa polissemia atual remonta a períodos históricos anteriores, até da Antiguidade e da Idade Média. Quer dizer, o imaginário e o simbólico sobre natureza (e meio ambiente) dessas sociedades anteriores não foram totalmente encerrados com os avanços tecnológicos e científicos posteriores, mas seus mitos e crenças se transformaram em neomitos (Morin, 1991<sup>10</sup>) adquirindo re-significações na sociedade contemporânea.

Nesse sentido, o mito do paraíso perdido, construído como um dos mitos judaico-cristãos fundadores do mundo ocidental reaparece atualmente como elemento qualificador e definidor de natureza e meio ambiente. Bauman (2003, p. 09) aponta que

Paraíso perdido ou paraíso ainda esperado; de uma maneira ou de outra, não se trata de um paraíso que habitemos e nem de um paraíso que conheçamos a partir de nossa própria experiência. Talvez seja um paraíso precisamente por essa razão. A imaginação, diferente das duras realidades da vida, é produto da liberdade desenfreada. Podemos “soltar” a imaginação, e o fazemos com total impunidade — porque não teremos grandes chances de submeter o que imaginamos ao teste da realidade.

E o autor continua,

A história de Adão e Eva, cujo castigo por terem comido o fruto da Árvore do Conhecimento foi a expulsão do paraíso; e o paraíso era um paraíso porque lá eles podiam viver sem problemas: eles não tinham que fazer as escolhas das quais dependia sua felicidade (ou infelicidade). (BAUMAN, op. cit., p. 14)

No imaginário do mundo ocidental, o Paraíso transformou-se em sinônimo de natureza e de meio ambiente equilibrado. Não existiam problemas no jardim do Éden, momento mítico em que a natureza estava ao dispor, subordinada, da sociedade (de Adão e Eva).

---

<sup>9</sup> Para redação deste capítulo foram utilizados os seguintes artigos, escritos em autoria própria e em coautoria, que constam nas Referências Bibliográficas: Raimundo, (no prelo); Raimundo (2017); Raimundo (2016), Raimundo (2011a); Raimundo (2008a); Raimundo; Matheus (2013); Raimundo; Sarti (2016).

<sup>10</sup> Para Morin (1991), há persistência do pensamento mitológico em regiões rurais distantes e atrasadas, mas também há ressurgência de mitos no mundo urbano. De um lado, ainda que a antiga mitologia esteja morta no plano da crença nas sociedades modernas, seus paradigmas se encontram vivos na experiência afetiva, na poesia e na arte.

Contudo, no imaginário medieval, entendiam-se as cidades e demais ambientes produzidos pelo Homem como espaços do sagrado; e as florestas, praias, mares, montanhas, entre outras, como ambientes profanos. Nesse contexto fortemente religioso conforme aponta Corbin (1989), o mar, era considerado um grande abismo, lugar de mistérios insondáveis, massa líquida sem pontos de referência, imagem do infinito, do incompreensível, sobre o qual pairava o espírito de Deus. Isso tudo gerava um sentimento do terrível, não existia mar no Jardim do Éden. Mas no início da Era Moderna essas visões sobre a natureza vão mudar radicalmente. No dizer de Thomas (1988):

as montanhas em meados do século XVII eram odiadas como estereis ‘deformidades’, ‘verrugas’, ‘furúnculos’, ‘monstruosas excrescências’, ‘refugio da terra’, mas tinham se transformado cerca de um século depois, em objetos da mais elevada admiração estética. (THOMAS, 1988, p. 307)

Já no século XIX, os ideais românticos, reforçaram o gosto pela natureza, conforme aponta Thomas (op. cit.),

em fins do século XVIII a antiga referência por paisagens cultivadas e dominada pelo homem conhecia uma contestação radical. Encorajadas pela sua facilidade para viajar e por não estarem diretamente envolvidas no processo agrícola, as classes educadas vieram a atribuir importância sem precedentes à contemplação da paisagem e à apreciação do cenário rural (THOMAS, 1988, p. 316-317)

A chegada de espécies exóticas na Europa, oriundas do novo mundo contribuiu para essa mudança de visão da natureza. Os esforços para catalogar plantas e animais e as coleções em museus, jardins zoológicos e botânicos aumentaram o gosto do europeu acerca da natureza desconhecida e fizeram surgir as primeiras ideias a respeito de conservação de espécies (Thomas, 1988).

Essas mudanças de visão com relação à natureza, destacadas por Thomas (op. cit.) podem ser explicadas por quatro fatores associados: 1) os melhoramentos dos meios de transporte, que tornaram as montanhas e outros locais de difícil acesso mais próximas dos moradores da cidade, tornando-as menos proibitivas para estes; 2) os avanços da ciência e melhorias de técnicas de navegação que desmistificavam os temores do homem em relação aos oceanos e à praia; 3) o gosto e uma difusão pela jardinagem, paisagismo e outras formas de representar a natureza, notadamente com a chegada de espécies exóticas oriundas da América recém-descoberta; 4) e as artes e literatura, que reforçavam o imaginário do europeu da idade moderna e ao longo do século XIX pelas paisagens pouco humanizadas.

Com isso, o gosto pela natureza chega às artes e literatura. Estas “romantizaram o ambiente natural e os primeiros turistas foram atraídos para locais descritos por elas” (arte e literatura) (MEYER-ARENDDT, 2004, p. 476). Curiosamente, ao mesmo tempo em que avanços tecnológicos, como a estrada de ferro e os barcos a vapor, marcaram a era industrial; estes meios de transportes facilitaram a chegada de turistas em locais mais distantes e preservados. Meyer-Arendt (2004, p. 476) aponta que o vale do Rio

Hudson, nos EUA, “tornou-se o primeiro corredor turístico deste país e as Catskills<sup>11</sup> – onde o hotel Mountain House abriu em 1824 – o primeiro destino de ambiente natural para turistas urbanos”.

Assim, a natureza passa a ser apreendida de maneira diferente pelo mundo ocidental moderno, com a atribuição de valores e sentimentos até então não experimentados (pelo menos pelas classes mais abastadas): a mudança de gosto pela observação e sensação de espaços abertos, onde predominavam o inculto – terras não cultivadas -, que davam ao apreciador a sensação de liberdade. Há assim, um movimento de retorno ao campo ou de re-ligação à natureza pouco transformada que estará nas bases do turismo modernamente entendido e, de certa forma, nas raízes dos aficionados pelo turismo na natureza, como se discutirá no próximo tópico.

Nesse contexto, McCormik (1992) aponta que a criação dos primeiros parques nacionais nos Estados Unidos estiveram associados a esse movimento de valorização da natureza, pois as cidades em industrialização e urbanização crescentes não podiam mais oferecer ambientes naturais adequados. E, mais que isso, nos EUA a criação desses parques obedeceu a uma visão da sociedade urbana, cujo objetivo era oferecer locais nos quais o cidadão pudesse de tempos em tempos admirar e reverenciar a natureza (Diegues, 1998). Os parques constituíram-se em elementos de identidade do povo estadunidense, à medida que era fator de diferenciação desta nação em relação aos países europeus, estes com suas paisagens há muito humanizadas<sup>12</sup>.

No Brasil, no dizer de Bussolotti et al. (2008) tal fato também aconteceu.

Também no Brasil, os pensadores dos séculos XVIII e XIX não tratavam a “natureza”, de maneira geral, com base em sentimentos de simpatia pelo valor intrínseco, seja em sentido estético, ético ou espiritual, mas sim devido à sua importância para a construção nacional. Esse grupo tinha seu referencial teórico “profundamente enraizado no ideário iluminista herdado do século XVIII” (BUSSOLOTTI et al., 2008, p. 90).

Assim, os parques americanos passaram a ser intensamente visitados, para reforçar os ideais de construção da nação americana e também como santuários da vida silvestre. Por outro lado, não frearam os processos de uso e ocupação – o avanço das frentes pioneiras, rurais e urbanas – sobre espaços ainda pouco ou nada alterados. No dizer de Acot (1990),

como não se sabe restaurar os equilíbrios potencialmente comprometidos, e como não se trata de designar os responsáveis, uma vez que a degradação da natureza acompanha ‘fatalmente’ as atividades industriais ou agrícolas, encerram-se relíquias em santuários, a fim de preservar, com nostalgia, alguns restos do paraíso perdido (ACOT, 1990, p. 127).

---

<sup>11</sup> As montanhas de Catskill estão localizadas a cerca de 160 km ao norte-noroeste de Nova York e podem ser acessadas pelo Rio Hudson. Presentemente parte destas montanhas está protegida pelo Parque Catskill, a cadeia de montanhas com uma cobertura de floresta com cerca de 700.000 hectares (2.800 km<sup>2</sup>).

<sup>12</sup> A Europa foi, juntamente com a Ásia, os primeiros continentes a sofrer grandes consequências do estabelecimento do Homem..., que consistiu na destruição da cobertura florestal que se estendia sobre a maior parte do continente, com repercussões profundas no equilíbrio natural (DORST, 1973, p. 31; FERNANDEZ, 2000).



É com essa mudança na visão de natureza da sociedade de 200 anos atrás que surgem as primeiras unidades de conservação. Nos Estados Unidos do século XIX, pensadores como Aldo Leopold e John Muir lançaram as bases da conservação da natureza como a conhecemos presentemente. Essa visão idealizada na Europa e reforçada e tornada referência nos EUA, com a ideia de proteger a vida selvagem (*wilderness*) ameaçada, segundo Diegues (1993), determinou como se deveria proteger a natureza, afastando-a do homem. Seriam ilhas de natureza cercadas por outras formas de usos, para que o homem moderno pudesse admirá-la e reverenciá-la.

Constituiu-se num modelo que considerava a natureza “pura”, intocada, como aquela que fosse afastada da sociedade, necessitando ser conservada, principalmente na forma de Parques Nacionais. A natureza teria um valor estético e simbólico para a sociedade com a permissão da visitação, reforçando os ideais românticos destacados por Thomas (1988) anteriormente. Para Rodman (1973) a criação de parques obedeceu então, uma visão antropocêntrica, na medida em que beneficiava as populações urbanas e valorizava, principalmente, as motivações estéticas, religiosas e culturais dos seres humanos.

Nesse sentido, a religião teve um papel importante de aproximação das pessoas com a natureza. Meyer-Arendt (2004, p. 479) aponta que os Metodistas realizavam “reuniões no campo” para converter habitantes rurais isolados e para reafirmar a fé e a individualidade de Deus, sendo que estas reuniões eram realizadas com frequência, em pequenas matas. As florestas remanescentes entre campos cultivados foram transformados em “campos recreativos” e, para estes grupos religiosos, a natureza tornou-se fortemente associada aos equivalentes naturais dos pináculos das igrejas (MEYER-ARENDRT, 2004).

Presentemente a religião desempenha um papel importante nessa relação sociedade x natureza fruto dessas heranças das visões de mundo sobre a natureza. Em Embu das Artes, na Região Metropolitana de São Paulo, as vigílias de grupos de evangélicos são realizadas no interior do Parque Natural Municipal de Embu, uma área natural remanescente próxima ao Rodoanel. No olhar do gestor do parque, tais atividades, embora sejam importantes como expressões religiosas, os praticantes acabam causando impactos negativos na floresta, pois passam a noite em vigília pisoteando as plântulas do sub-bosque da floresta<sup>13</sup>. Na mesma linha, Lorejan; Raimundo (1998) apontavam os impactos das oferendas aos orixás das religiões afro-brasileiras, que ao deixarem alimentos junto aos cursos d’água do Parque Estadual da Serra do Mar, Núcleo Cubatão (atual Itutinga-Pilões) causavam problemas aos recursos hídricos e à fauna silvestre que vinha se alimentar das oferendas. Outro exemplo importante são os batismos realizados no Parque Estadual do Jaraguá, na cidade de São Paulo. Era muito grande a quantidade de fieis de igrejas evangélicas que aos finais de semana dirigiam-se para os lagos do parque para serem batizados. Em suas crenças e nas recomendações dos pastores, o batismo tinha de ser feito em águas na natureza, como as do Rio Jordão, onde Cristo foi

---

<sup>13</sup> Raimundo et al. Relatório final do Projeto de Desenvolvimento: “Programa de Uso Público das Áreas Protegidas do Rodoanel – RMSP”. Depto de Geografia/FFLCH/USP e DERSA-SA. Relatório não publicado, 2011.

batizado, e as águas dos lagos do parque eram opções interessantes no olhar dessas igrejas. A situação ficou inadequada ao ponto de no plano de manejo desta unidade de conservação (SÃO PAULO, 2006), ser criado um “batismódromo” para estes fiéis, no qual foi destinado um local específico no lago e construídas escadas para que os fiéis pudessem descer com segurança no lago e serem batizados.

No século XIX e mesmo ao longo do século XX, a criação de parques também estava atrelada, ou subordinada, ao sistema econômico vigente. Boyd (2004) argumenta, com razão, que os locais destinados à criação de parques eram aqueles que não tinham valor comercial. Tanto o primeiro parque criado nos EUA – Yellowstone, assim como o de Yosemite, na Califórnia, tinham características excepcionais da natureza, para sua valorização estética e cultural, mas ao mesmo tempo, elementos que limitavam a ocupação para atividades econômicas: gêiseres, lagos de enxofre, penhascos íngremes de granito, daí o raciocínio de que não tinham valor comercial (BOYD, 2004). No dizer desse autor,

Tongarino, o primeiro parque nacional da Nova Zelândia, foi estabelecido em 1887, consistindo em três vulcões centrais da ilha norte [...] Embora o núcleo do terreno tenha sido transferido para a Coroa em 1887, só em 1894 é que o parque foi legalmente constituído. A demora entre a transferência do terreno e o estabelecimento do parque se deveu na preocupação do governo em verificar o terreno sem valor comercial para o estabelecimento do parque e em chegar à certeza absoluta de que o terreno adicionado ao parque não tinha valor econômico (BOYD, 2004, p. 528)

No Brasil a discussão sobre áreas protegidas é contemporânea desta discussão nos EUA e Europa, remontando ao início do século XIX, a partir de problemas relacionados ao crescimento das cidades e aos impactos de atividades ligadas à expansão agrícola, notadamente no sudeste brasileiro. Em 1861, com o objetivo de garantir a qualidade da água no Rio de Janeiro, D. Pedro II<sup>14</sup> convocou o botânico Major Manuel Gomes Archer para reflorestar as matas ciliares do Maciço da Tijuca, na então periferia da cidade. Cem anos depois, em 1961, com a paisagem contendo uma floresta regenerada, foi criado o Parque Nacional da Tijuca, uma das áreas protegidas mais visitadas do Brasil atualmente (SANTOS, 2004). Urban (1998) lembra que em 1876 o engenheiro André Rebouças, em seu artigo chamado “Parque Nacional”, motivado pela criação do Parque Nacional de Yellowstone, nos EUA, propôs a criação de duas áreas no Brasil, a Ilha de Sant’Anna, do Bananal ou de Carnonaré, na Amazônia, e a do Guaira, abrangendo desde as Sete Quedas até o Salto do Iguaçu, na divisa do Brasil com Argentina e Paraguai. Se esta proposta tivesse tido êxito, a construção da barragem de Itaipu, nos anos de 1970 teria dificuldades de ser implantada, ou mesmo poderia ser proibida.

Apesar dessas propostas, o primeiro parque brasileiro foi decretado apenas em 1937, o Parque Nacional de Itatiaia, no Estado do Rio de Janeiro que, segundo Diegues (1993), fez o Brasil herdar o modelo norte-americano de implantação de unidades de

---

<sup>14</sup> Segundo e último imperador brasileiro, que ficou no trono até 1889, quando da proclamação da república.

conservação, ou seja, de natureza intocada sem a presença humana. Porém, desde antes de sua criação os legisladores do país desenvolveram um arcabouço normativo relativo à proteção do meio ambiente e às áreas protegidas no Brasil. Diversas leis foram criadas para estabelecer normas para diferentes categorias de áreas protegidas. Exemplos disso são: as Cartas Régias de 1796 e 1797, que declarava de propriedade da Coroa todas as matas e arvoredos à borda da costa, ou dos rios que desemboquem imediatamente no mar e por onde as jangadas se possam conduzir as madeiras cortadas, até as praias (URBAN, 1998). Importante destacar que esses diplomas legais não tinham a conservação das áreas como principal objetivo, mas sim o controle mais efetivo da Coroa Portuguesa em locais estratégicos para fiscalização e dominação do território da colônia.

Os ideais de conservação começam a se aproximar dos objetivos das áreas protegidas brasileiras apenas no século XX, com a implementação do Serviço Florestal em 1926, para produção de mudas para reflorestamento, estudos biológicos das essências e da flora; o Decreto Federal nº 23.793/1934, que aprova o primeiro Código Florestal do país, que já previa a figura dos Parques Nacionais; a Lei Federal nº 4.771/1965, que institui o Código Florestal e prevê a criação de Parques, Reservas Biológicas e Florestas; a Lei Federal nº 6.902/1981, que dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental; a Lei Federal nº 6.938/1981, que institui a Política Nacional do Meio Ambiente e prevê a criação de Áreas de Proteção Ambiental, Áreas de Relevante Interesse Ecológico e Reservas Extrativistas (GUATURA, 2000).

Nesse contexto, em 18 de julho de 2000, foi sancionada a lei federal nº 9.985, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC. O objetivo foi consolidar todos os atos normativos referentes às áreas protegidas no Brasil, bem como modernizar a gestão e o manejo das UCs do país (SÃO PAULO, 2009c).

No Estado de São Paulo, em 29 de dezembro de 2006, por meio do Decreto Estadual nº 51.453, alterado pelo Decreto Estadual nº 54.079/2009, foi instituído o Sistema Estadual de Florestas – SIEFLOR. Da mesma forma como o SNUC, o objetivo do SIEFLOR é aperfeiçoar a gestão e otimizar as ações públicas de conservação (SÃO PAULO, 2009a).

O SIEFLOR é composto pelas UCs de proteção integral, pelas florestas estaduais, estações experimentais, hortos e viveiros florestais, e outras áreas naturais protegidas, que tenham sido ou venham a ser criadas pelo Estado de São Paulo. Essas unidades estão sob a administração do Instituto Florestal –IF, da Secretaria do Meio Ambiente – SMA, e da Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo – FF.

O Sistema Estadual Paulista engloba aproximadamente 140 UCs, desde as primeiras áreas protegidas, como o Parque Estadual Alberto Loefgren, antigo Horto Florestal, criado em 1896, até o de criação mais recente, o Parque Estadual Nascentes do Paranapanema, em junho de 2012.

Retomando a visão mundial de conservação da natureza, na segunda metade do século XX, foi criada a IUCN – União Internacional de Conservação da Natureza. Este órgão, juntamente com o PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - são as principais referências mundiais para as questões de conservação da natureza. A IUCN desenvolve uma série de estudos sobre parques e demais áreas protegidas. A IUCN incorporou ao manejo destas áreas, a partir da década de 1960 os avanços das ciências naturais. Passaram a fazer parte das discussões sobre criação e manejo de áreas protegidas os estudos consolidados na Ecologia da Paisagem e da Biologia da Conservação. Esse assunto será tratado com mais profundidade no tópico 1.4.

Em no final dos anos 1980, foram incorporadas informações das Ciências Humanas. Isso porque, experiências na África e América Latina, em estudos realizados pela IUCN constataram que o modelo norte americano, que não permitia o uso de recursos naturais por comunidades humanas acabou fracassando. Um envolvimento de *stackholders* do interior e entorno dos parques e demais unidades de conservação começou a ser utilizado como instrumento de planejamento, traduzido por elementos de governança, autogestão, cogestão, participação comunitária, construídos nas ciências humanas. Esse assunto será discutido no capítulo 4. Contudo, o modelo norte americano da natureza intocada ainda é bastante presente e condiciona diversas ações sobre o manejo de áreas protegidas.

No interior das unidades de conservação de proteção integral, a legislação é bastante restritiva, proibindo a presença de moradores e outras atividades como, por exemplo, a instalação de segundas residências. Práticas de ecoturismo ou turismo na natureza, embora permitidas, também sofrem limitações da legislação ambiental ou da administração dessas áreas, com a indicação da necessidade de um planejamento criterioso (CEBALLOS-LASCURAIN, 1995).

Diante desse quadro, há sérios conflitos entre os usuários e moradores das unidades de conservação, com a legislação que proíbe o “uso direto” de recursos naturais, ou seja, aquele que envolve coleta e uso, comercial ou não, dos recursos naturais<sup>15</sup>.

Diegues (2000a) aponta que o modelo norte-americano adotado pelo Brasil na criação dessas unidades de conservação está em crise, à medida que necessita de grandes contingentes de pessoas para fiscalizar a área, assim como grandes aportes de recursos financeiros. Tal situação, dentro da realidade brasileira, só pode ser conquistada através de empréstimos ou doações de países ricos.

Discutindo os objetivos dessas áreas destinadas à conservação, Miller (1997), faz um resgate sobre a evolução do conceito de áreas protegidas e aponta três enfoques para a criação desses espaços: i) preservar habitats naturais e sítios culturais considerados valiosos; ii) resguardar e regular o suprimento de recursos de alto valor, como os mananciais de água; e iii) manter as características e a diversidade paisagística (MILLER, op. cit., p. 3).

---

<sup>15</sup> Alínea X do Artigo 2º, do SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação, Lei Federal nº 9.985, de 18 de Julho de 2000.

Diante desses três enfoques apresentados por Miller (op. cit), torna-se difícil proteger ambientes ainda pouco alterados de processos de uso e ocupação mais intensos, como a expansão do veraneio no litoral, mas é adequado para o planejamento do ecoturismo, notadamente no interior de uma unidade de conservação.

Nesse sentido, Milano (1997) indica que, em virtude dos vários objetivos de conservação, que na prática muitas vezes não podem ser compatibilizados em uma mesma área, instituíram-se diferentes categorias de manejo de unidades de conservação. Obedecendo a essa lógica, o SNUC agrupa as categorias de unidades de conservação em dois blocos: o de proteção integral e o de uso sustentável. O primeiro impede o uso direto de recursos naturais, ficando restrito apenas à contemplação da natureza através de práticas de educação e vivência ambiental, além da pesquisa ambiental. O principal objetivo desse bloco de unidades de conservação é preservar a natureza e admite-se apenas o uso indireto dos seus recursos (aquele que proíbe coleta e/ou comercialização de recursos naturais). O ecoturismo é a grande atividade socioeconômica deste bloco.

O segundo bloco tem como objetivo compatibilizar a conservação da natureza com o uso direto sustentável de parcela dos seus recursos naturais. Assim, conforme Hauff (2004, p. 6) no primeiro grupo visa-se preservar os processos naturais e a diversidade genética com a menor interferência humana possível, permitindo apenas o uso indireto dos recursos. Com o segundo grupo, busca-se conciliar, dentro do possível, a preservação da diversidade genética e dos recursos naturais com o uso direto, moderado e sustentável de alguns destes recursos, limitando a alteração antrópica a um nível compatível com a sobrevivência permanente de comunidades vegetais e animais. Percebe-se com isso, que seja no bloco de proteção integral, seja no de uso sustentável, as atividades de ecoturismo desempenham importante papel, praticamente exclusivo no primeiro e como fonte complementar de renda e de possibilidades de visitação no segundo.

Mas seja do bloco de proteção integral, seja do de uso sustentável, uma área protegida precisa apresentar atributos naturais e culturais importantes e o SNUC define essas áreas como um

espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (Artigo 2º, alínea I, do SNUC).

Desta forma, segundo Robim (1999, p. 1) as Unidades de Conservação têm a finalidade de preservar áreas naturais de interesse científico, ecológico, educativo e de lazer e que por se tratarem de importantes recursos naturais e culturais, de difícil quantificação econômica, devem ser mantidas na forma silvestre e adequadamente manejadas.

Mas o manejo de que trata Robim (op. cit.) apresenta alguns problemas, principalmente quando os limites de unidades de conservação desconsideram os territórios pré-existent, notadamente de populações tradicionais, como o dos caiçaras do litoral brasileiro. E a criação de áreas mais restritivas ao uso de recursos naturais, como parques e estações ecológicas, acabou incorporando em seus limites os usos dessas

comunidades. Este fato vai gerar sérios conflitos entre a administração dessas unidades e a comunidade, como estudado por Diegues; Nogara (1994) no litoral sul fluminense, no qual a criação da unidade de conservação alterou o modo de vida de camponeses pescadores no Saco do Mamanguá (RJ).

Nesse sentido, Diegues (2000b, p.13) argumenta que um parque sem a presença de moradores é visto com bons olhos pelos gestores dessas áreas por duas razões: a primeira é que tais áreas de grande beleza cênica (sem uso humano) podem gerar renda por meio do ecoturismo; e a segunda é que fica mais fácil negociar contratos de venda de biodiversidade com empresas multinacionais em espaços desabitados, controlados pelo governo.

Por outro lado, Olmos et al. (2001) discordam da presença de moradores no interior de uma unidade de conservação de proteção integral destacando o quanto as práticas consideradas tradicionais geram extinções à fauna de uma dada região. Para eles, tal discordância não se baseia em considerações étnicas, mas sim devido ao dano ambiental que essas comunidades tradicionais causam e à ameaça que suas atividades e seu crescimento populacional potencial representam aos ínfimos 3% do território nacional destinado à proteção integral da biodiversidade, patrimônio de toda a nação brasileira (OLMOS et al., op. cit., pp. 288-290).

Na mesma linha, Terborgh; van Schaik (2002) dão justificativas sobre a importância de não permitir a presença de moradores no interior de um parque. Estes autores apontam que a proteção da biodiversidade é o principal objetivo de uma unidade de conservação, a qual deve ser adequadamente protegida de um conjunto de forças destrutivas, muitas ilegais, mas algumas legais. Para Terborgh; van Schaik, práticas de “desenvolvimento sustentável que não sejam relacionadas ao ecoturismo são incompatíveis com a conservação da natureza porque, por princípio, seres humanos e animais silvestres não combinam bem” (Terborgh; van Schaik, op. cit., p. 28).

As premissas nas quais Olmos et al. (op. cit.) e Terborgh; van Schaik (op. cit.) se embasam (incompatibilidade entre seres humanos e animais silvestres) são de difícil aceitação para alguns pesquisadores. Arruda (1997), por exemplo, considera que uma das principais dificuldades na gestão e manutenção das unidades de conservação têm sido os conflitos dos gestores dessas áreas com as populações humanas que ali vivem e viviam antes da apropriação da área pelo Estado. A legislação acaba sendo um fator altamente impeditivo, pois aborda superficialmente tal questão, desconsiderando as aspirações dessas populações.

Concordando com Arruda (1997), Morsello (2001) relata alguns problemas do modelo norte-americano de criação de unidades de conservação. Nos próprios Estados Unidos, segundo essa autora, ocorreram 300 mortes entre tribos locais e a superintendência do parque de Yellowstone após a sua criação (Morsello, op. cit., p. 143). Yellowstone é um marco na visão de conservação modernamente entendida – o modelo norte-americano. Este parque foi a primeira unidade de conservação criada em 1872 que incorporou o conceito de natureza intocada, portanto sem a presença de moradores. O modelo norte-americano foi importado por outros países latino-americanos quando da criação de suas

áreas protegidas. Nesses países, e em outras partes do mundo, populações residentes há séculos em um local foram e são expulsas de suas terras (Morsello, op. cit, p. 144).

Como se pode perceber, a situação dessas áreas protegidas no Brasil é bastante complexa. Sobretudo no Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil, onde atualmente, as unidades de conservação são “ilhas” cercadas por usos agropecuários ou urbano-industriais, sendo que a gestão integrada e a utilização mais adequada, ou consensuada, dos seus recursos naturais não faz parte da estratégia de seus administradores.

Agrava-se a tal situação o modelo norte-americano de criação dessas unidades de conservação, que não avalia ou considera os usos ou conhecimentos produzidos por moradores. Na estratégia de ação na qual o gerenciamento das unidades de conservação está pautado, parte-se do pressuposto que a sociedade, independente de suas características, produz impactos negativos no ambiente. Não são consideradas, portanto, as distinções entre as várias formas de organização da sociedade – os seus modos de produção -, tais como indígenas, tradicionais, urbano-industrial, entre outras (VIANNA, 1996).

Nessa linha, para Maretta et al. (1997), atualmente, as unidades de conservação necessitam de uma integração em contínuos ecológicos, procurando maximizar a potencialidade de proteção das espécies, facilitando intercâmbios genéticos e possibilitando a existência de populações biologicamente viáveis. Segundo os autores, recupera-se assim, aquela ideia inicial de estabelecimento de um continuum de conservação e de integração entre o rural e áreas destinadas à conservação, que estavam no início dos debates sobre conservação da natureza. Ao mesmo tempo, é preciso pensar nessas áreas integradas às ações de desenvolvimento local e regional, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida das populações de seu interior e entorno e não se constituir num fator de impedimento do desenvolvimento regional. E as atividades de lazer e turismo acabam sendo para os Parques as únicas que podem gerar renda.

Assim, os Parques criados por motivações estéticas do ideal romântico do século XIX, passaram a ser manejados no século XX com as informações construídas pelas ciências naturais e humanas.

Naquela argumentação de que as áreas protegidas eram criadas em locais sem valor econômico (BOYD, 2004), esse movimento de conservação da natureza também estava, portanto, no bojo do processo em curso da revolução industrial e do aparecimento e fortalecimento do modo de produção capitalista. Neste, a natureza entendida como fonte infinita e inesgotável de recursos naturais é transformada em mercadoria. Num sistema de produção de um determinado bem, a possível escassez de elementos da natureza era tratada, pela economia neoclássica, como substituíveis por outra fonte de recursos ou por mais tecnologia ou mão de obra. Portanto, a escassez não era problema, bastando substituir ou incrementar nesses períodos mais tecnologia ao sistema. Mercer (2004) expõe que nessa visão neoclássica, os indivíduos são encarados como “racionalistas” e que estes atribuem valores aos recursos individuais e que as preferências manifestadas e a escassez se refletem em “verdadeiros” valores de mercado. Este autor exemplifica esta condição com relação ao turismo na natureza,

Se os turistas percebem que o ambiente “natural” ao ar livre não está proporcionando uma experiência satisfatória, então eles pagam por uma experiência alternativa, ou substituta, num cenário controlado de interior. A maior praia de interior do mundo – o *Ocean Dome*, em Miyazaki, no Japão (2800m<sup>2</sup> de areia e uma temperatura constante de 30°C) é talvez um exemplo extremo desse tipo de pensamento (MERCER, 2004, p. 517)

O Capitalismo fez a sociedade ocidental novamente alterar seus padrões de comportamento e de entendimento com relação à natureza. Alguns dos ideais iluministas e românticos da Era Moderna foram aproveitados pelo Capitalismo como, por exemplo, o trabalho como fim em si mesmo e as necessidades dos cuidados de si; porém, outros foram esquecidos, pois colidiam com os valores capitalistas (utilitários), como: autonomia do indivíduo, direitos do cidadão, desenvolvimento espiritual, acesso ao mundo da cultura e da natureza. Nesse sentido, percebe-se a substituição da figura do cidadão pela do contribuinte e, especialmente, pela do consumidor.

Concomitantemente e fortemente associado ao movimento de criação de áreas protegidas no Brasil e no mundo, ocorria a valorização da natureza nas cidades, como já destacado. Isso porque, com a intensificação da industrialização e urbanização no século XX, os processos de degradação da natureza se acentuam e tornam as metrópoles e as cidades industriais em locais insalubres para o viver em sociedade. Tal fato vai contribuir para a visita em áreas protegidas e o fortalecimento das práticas de lazer e turismo nesses ambientes.

Nessa abordagem, Ruschmann; Rosa (2006) destacam as doenças causadas nos centros urbanos – depressão, stress, hipertensão – como motivadoras para a re-ligação da sociedade com a natureza. O contexto discutido por esses autores é o de fuga. As pessoas aguardam seu tempo livre para escapar do cotidiano dessas cidades carregado de problemas: doenças tropicais (dengue, entre outras), saneamento inadequado, poluição, segurança policial deficiente, entre outros problemas. E os ambientes mais próximos ao natural têm atraído um número crescente de visitantes.

Nessas necessidades e no imaginário dos cidadãos, os locais na cidade que guardam ainda remanescentes da natureza, como parques urbanos, possuem uma intensa frequência. Nessa argumentação, turistas que visitaram a cidade de São Paulo em 2015 elegeram, segundo dados do órgão municipal de turismo – SPTURIS -, os dez melhores pontos turísticos da cidade<sup>16</sup>. Dois deles eram destinos de “natureza”: Parque do Ibirapuera e Jardim Botânico. Isso se constitui em elemento importante de análise, pois refletem a opinião de turistas e não de moradores. Os turistas, segundo dados da SPTURIS visitam São Paulo por motivos ligados a eventos e compras. Mas é curioso constatar que numa metrópole com a paisagem altamente artificializada, com rica gastronomia, teatros, museus, entre outros equipamentos; eles elegeram locais

---

<sup>16</sup> 1 – Sala São Paulo; 2 – Catavento Cultural e Educacional; 3 – Theatro Municipal; 4 – Cinépolis JK Iguatemi; 5 – Pinacoteca do Estado de São Paulo; 6 – Museu da Língua Portuguesa; 7 – Centro Cultural Banco do Brasil; 8 – **Parque Ibirapuera**; 9 – Mosteiro de São Bento; 10 – **Jardim Botânico**. (grifo nosso). Disponível em <http://www.cidadedesao paulo.com/sp/br/noticias/4385-internautas-elegem-dez-melhores-pontos-turisticos-de-sao-paulo>, acesso em 22/09/2015.



“naturais” para visitarem como esses parques, donde se pode inferir que mesmo em lugares como o da paisagem da cidade de São Paulo, a natureza é também mote de visitação. Engrossam, assim, o contingente de moradores que procuram esses remanescentes de espaços naturais na cidade, ou fora dela, e reforçam o papel destes equipamentos (parques) e unidades de conservação na vida atual dos cidadãos.

No capitalismo, a natureza foi metamorfoseada em mercadoria, transformando seus elementos em “recursos naturais”. Venturi (2006) sintetiza a apropriação da natureza pela sociedade na lógica capitalista, definindo recurso natural como:

qualquer elemento ou aspecto da natureza que esteja em demanda, seja passível de uso ou esteja sendo usado direta ou indiretamente pelo Homem como forma de satisfação de suas necessidades físicas e culturais, em determinado tempo e espaço. Os recursos naturais são componentes da paisagem geográfica, materiais ou não [...] cuja gênese independe do Homem, mas aos quais foram atribuídos, historicamente, valores econômicos, sociais e culturais. [...] sempre haverá alguma alteração no ambiente, seja na exploração, apropriação ou no uso dos recursos naturais. Tais alterações podem tornar-se negativamente impactantes se a apropriação dos recursos desconsiderar as dinâmicas naturais, e/ou orientar-se por procedimentos não éticos (VENTURI, 2006, pp. 15-16).

Contudo, os recursos naturais não são apropriados de uma maneira uniforme e sem contradições pela sociedade, ou agentes econômicos, gerando, por vezes, os procedimentos não éticos destacados por Venturi (2006). É preciso considerar, portanto, as diferenças de usos e as questões legais que envolvem sua utilização. Nessa abordagem, as unidades de conservação, com os recursos naturais e socioculturais nelas inseridos, devem ser consideradas como um bem comum, um bem de domínio público e não uma mercadoria. Por bens comuns, Kreimann; Stuart (2009, p.6) os entendem como

aqueles bens coletivos e intergeracionais (água, solos, sementes, conhecimentos, ideias, diversidade cultural, atmosfera etc.), naturais ou sociais, palpáveis ou intangíveis; herdados coletivamente que não são exclusivos de uma geração e, em alguns casos, nem das pessoas, porque são fundamentais para a vida do planeta em suas diferentes expressões

Nessa lógica, Mankiw (2001), em seu Manual de Introdução à Economia, apresenta alguns recursos naturais como “recurso comum”, ou seja, não excluível e rival, de modo que os agentes econômicos não podem estabelecer um uso que impeçam outros agentes de também usar esse bem, assim como essa utilização por um determinado agente, além de conflitar com os outros agentes, pode gerar externalidades ambientais negativas.

A despeito das agências, operadoras e demais empresas do setor de lazer e turismo não questionarem as unidades de conservação como um bem comum e de domínio público, pois elas não fazem uso direto desses recursos; elas acabam vendendo a paisagem a seus clientes. A paisagem se transforma em mercadoria e, numa unidade de conservação, alcançam uma característica de que não são possuidores, ou seja, um fetiche – o fetiche da mercadoria. No dizer de Bottomore (1997)

na sociedade capitalista, os objetos materiais possuem certas características que lhes são conferidas pelas relações sociais

dominantes, mas que aparecem como se lhes pertencessem naturalmente. Essa síndrome, que impregna a produção capitalista, é denominada fetichismo, e sua forma elementar é o fetichismo da mercadoria enquanto repositório ou portadora do valor. [...] A ilusão do fetichismo brota da fusão da característica social com as suas configurações materiais: o valor parece inerente às mercadorias, natural a elas como coisas (BOTTOMORE, 1997, p. 242).

Assim, as práticas de lazer e turismo estão imersas nessas visões de natureza, que com o Capitalismo configurou-se numa visão fetichizada de visitas à natureza. Parte deste fetiche pode ser analisada pela busca por emoções e riscos controlados. Coloca-se, assim, a natureza como objeto do marketing do consumo. Aparecem sentimentos associados à natureza que se entrelaçam àqueles até aqui apresentados: a adrenalina e a vertigem propiciada pelos esportes de aventura na natureza. Marinho (2003) indica que

A natureza é reduzida a um cenário teatral, com os protagonistas se empurrando para além de seus limites físicos. Nessa aventura, os participantes podem (ou não) ganhar (status, dinheiro e/ou fama) devendo, contudo, se submeterem aos mais extravagantes e, às vezes, ridículos exageros físicos mentais (MARINHO, op. cit.: 14).

E Bruhns (2003) completa que

a busca por emoções na natureza, além de tentativas de reencontro com subjetividades desvalorizadas nos processos históricos de construção científica, pode representar uma possibilidade de reaproximação com estados de surpresa, medo e repugnância, constituído num ambiente natural. (BRUHNS, 2003, p. 35)

São percepções construídas em uma sociedade conectada e sob influência da mídia, que re-significa a natureza, conferindo-lhe novos valores e crenças, transformando-a numa mercadoria fetichizada. Como aponta Guimarães (2007),

Podemos dizer que a paisagem ou seus elementos constituintes impressionam o ser humano, e este passa a valorá-la ou a revalorá-la tanto nos aspectos estruturais, setoriais como subjetivos, em razão do acompanhamento das mutações dos ciclos da vida, das ideias e mentalidades de suas épocas, de seus agrupamentos sociais específicos e concepções de modo de vida, de suas experiências de integração e interação única e individual com o meio ambiente. (GUIMARÃES, 2007, p. 25).

Tal fato pode ser atribuído aos valores que a natureza adquiriu para a sociedade contemporânea. Nessa linha, Chiesura (2004, p. 130), destaca: “[...] a experiência em um parque pode reduzir o estresse [...], melhorar a contemplação, rejuvenescer o morador da cidade e proporcionar uma sensação de paz e tranquilidade”. Essa autora indica em seus levantamentos que foi encontrada uma relação significativa entre o uso dos parques e do estado de saúde percebido: os que usavam parques locais com frequência eram mais propensos a relatar uma boa saúde do que aqueles que não o faziam; e também demonstrou que ambientes naturais com vegetação e água induziam a estados de relaxamento e redução de estresse em observadores em comparação com cenas urbanas sem vegetação.

Os elementos naturais presentes num parque urbanos eram valorizados pelos visitantes, gerando “benefícios psicológicos”, de difícil mensuração, à medida que incentiva o uso de espaços ao ar livre, aumenta a integração social e a interação entre vizinhos (COLEY

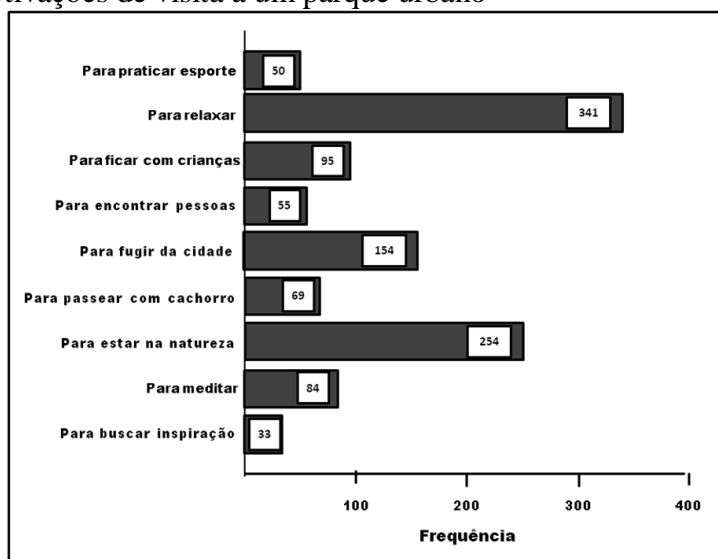
et al., 1997, apud, CHIESURA, 2004). O quadro 1.2a e as figuras 1.2a e 1.2b indicam valores que visitantes atribuem à natureza de parques, encontrados por essa autora.

Quadro 1.2a: Dimensões emocionais dos visitantes em parques urbanos

Respostas das pessoas	Dimensão
Eu posso recarregar minhas baterias. Meu equilíbrio psicofísico é restaurado. Eu preciso da natureza para funcionar bem.	Restauração
Eu esqueço minhas preocupações diárias. Faço uma pausa do estresse da cidade. Para sair da rotina do dia-a-dia.	Amenidade
Dar valor a essência da vida. Natureza é a base da vida. Nós pertencemos à natureza.	Espiritual

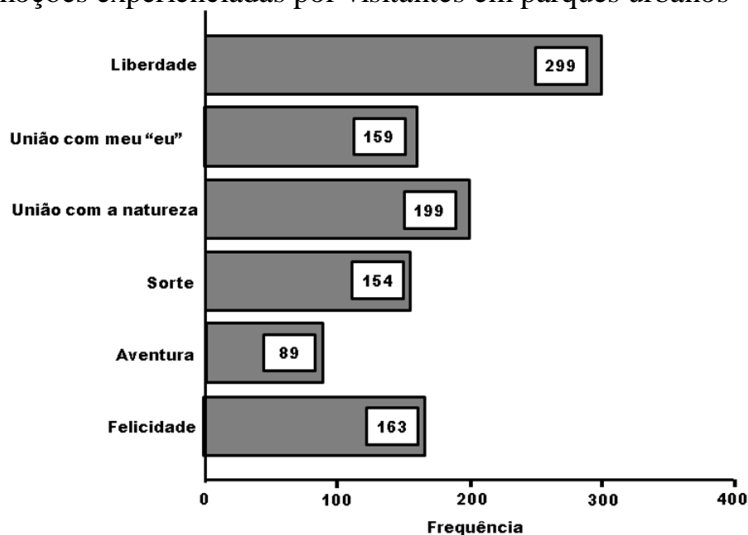
Fonte: Chiesura (2004, p. 135)

Figura 1.2a: motivações de visita a um parque urbano



Fonte: Chiesura (2004, p. 132)

Figura 1.2b: emoções experienciadas por visitantes em parques urbanos



Fonte: Chiesura (2004, p. 134)

Alves; Raimundo (2009) corroboram esses dados de Chiesura (2004), quando, estudando a percepção dos visitantes de uma unidade de conservação - do Parque Estadual da Cantareira -, na cidade de São Paulo (SP), levantaram as percepções da natureza atribuídas por eles sobre o parque: tomada de consciência sobre a conservação

do meio ambiente; reparação das condições físicas e mentais; conscientização sobre práticas ambientais positivas; fuga do cotidiano do trabalho e de suas relações; equilíbrio emocional (Alves; Raimundo, 2009, p. 355), como indicado nos quadros 1.2b e 1.2c.

Quadro 1.2b: Significado da Cantareira para os visitantes

Formulação dos sentidos	Nº de incidências no discurso	%
Oportunidade de contato e interação com a natureza preservada	10	33,3%
Remanescente de Mata nativa na cidade	9	30%
- Qualidade de vida	4	13,3%
- Manutenção das tradições culturais	3	10%
- Interação social	3	10%
- Aproximação com o criador	3	10%
- Parte integrante da vida do homem	2	6,6%
- Nenhum significados	2	6,6%
- Volta às origens do ser humano	1	3,3%
- Patrimônio da sociedade	1	3,3%

Fonte: Alves; Raimundo (2009, p. 352)

Quadro 1.2c: Características do Parque da Cantareira que trazem sensações e emoções aos visitantes

Formulação dos sentidos	Nº de incidências nos discursos	%
Contraste do cotidiano com a prática de lazer desenvolvida	16	53,3%
Observação da fauna em seu habitat natural	14	46,6%
Contraste da cidade e a mata avistada na Pedra Grande	10	33,3%
- Baixa demanda de visitantes	1	3,3%
Ruídos emitidos pela fauna	6	20%
Apreciação da paisagem natural do Núcleo	6	20%
Observação da flora	5	16,6%
Contemplação da paisagem do Lago das Carpas	4	13,3%
Cheiro da mata	4	13,3%
Saudações entre os visitantes	4	13,3%
Silêncio no decorrer da visita	3	10%
Prática de lazer em mata fechada	3	10%
Contato com a umidade do ar	2	6,6%
Contato sensorial com elementos da natureza	2	6,6%
Trilhas com percurso em terra	1	3,3%
Conservação do Núcleo	1	3,3%

Fonte: Alves; Raimundo (2009, p. 353)

A relação da sociedade com a natureza governada pelo Capitalismo desde os primórdios da revolução industrial vai refletir, cerca de 250 anos depois, nas crises ambientais que o planeta atravessa. Num movimento aparentemente contraditório, aparecem ações que começam a questionar essas maneiras como a sociedade se relaciona com a natureza. Críticas a essa estrutura da organização de como a sociedade produz seus bens surgem

na virada dos anos de 1950 e 1960, cujo marco histórico pode ser considerado o livro “Primavera Silenciosa” da jornalista Rachel Carson, publicado em 1962, que denunciava o uso abusivo de pesticidas (DUARTE, 2003). Pesquisadores como Bressan (1996) e Foladori (2001) apontam que a necessidade de mudança na utilização dos recursos naturais ganhou força a partir deste período (1960), com o surgimento dos primeiros movimentos ambientalistas que, com apoio de jornalistas, passam a denunciar problemas ambientais. O caso da poluição da baía de Minamata, no Japão, na década de 1950 e dos agentes desfoliantes (Napalm) utilizados na guerra do Vietnã tornaram-se emblemáticos nesse período. Bressan (op. cit.) indica que o apoio do meio científico, notadamente das ciências naturais, também foi importante e junto com aqueles outros (jornalistas e ambientalistas) forçaram uma nova maneira de entender o uso de recursos naturais.

Assim, o grande desenvolvimento econômico mundial vivido no pós-segunda guerra até os anos de 1970 faz surgir novas visões sobre a relação da sociedade com a natureza, estruturadas em termos como o da sustentabilidade, que será mais discutida no tópico 1.4.

Mas ao mesmo tempo, nesse período, o trade turístico se apropriava dessas ideias e ideais de contato com a natureza, transformando-o num segmento de mercado – o ecoturismo – com se discutirá no próximo tópico 1.3.

### **1.3. O ECOTURISMO COMO SEGMENTO DE RELIGAÇÃO COM A NATUREZA E SUAS PRÁTICAS EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO<sup>17</sup>**

O turismo como fenômeno socioeconômico do mundo contemporâneo, discutido no tópico 1.1. e, nesse bojo, a busca por uma re-liquação com a natureza, como apresentada no tópico 1.2, confluíram numa prática de turismo na natureza que ganhou espaços e avanços consideráveis no final de século XX e nesse início do XXI – o qual se convencionou chamar de ecoturismo. Para se ter uma ideia dessa grandeza, a Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu em 2002, o ano internacional do ecoturismo. Isso reflete as articulações do setor junto aos organismos internacionais. Cater (2004) apresenta a situação em que o mundo se encontrava e, curiosamente, o fato da ONU escolher o tema do ecoturismo para designar o ano internacional.

Num mundo em que um em cada cinco por cento da população (1,2 bilhões de pessoas) vive em extrema pobreza, com menos de um dólar por dia, em que cerca de 10 milhões de crianças não frequentam a escola [...], é um tanto assombroso que um nicho de mercado do turismo pareça, aparentemente, chamar a si lucros universais suficientes para conduzir a uma designação pelas Nações Unidas em 2002 como ano internacional do ecoturismo [E isso é mais surpreendente, pois dentro do turismo] a Organização Mundial do Turismo (OMT) considera que o ecoturismo constitui apenas 2-4 por cento do turismo global (CATER, 2004, p. 541).

Então, como essa modalidade, ou segmento do turismo, adquiriu essa força? A trajetória tem suas origens na reliação com a natureza destacada no tópico anterior, mas sua consolidação enquanto prática específica do turismo merece aqui ser mais bem trabalhada.

É naquele contexto de grandes transformações da paisagem promovidas pelo turismo que o ecoturismo se insere e tem suas raízes. Quer dizer, a maneira massificada de praticar turismo, governada pelos padrões de consumo, nunca foi idealizada por parte de alguns turistas que possuíam outras motivações e aspirações de viagem. Como apontado em 1.1, segundo Ruschmann (1997) após a década de 1980, ocorreu uma renovação do turismo, com o enaltecimento da calma, das aventuras e aspirando um conhecimento mais aprofundado das regiões visitadas.

Assim, foi durante as duas últimas décadas do século XX que o Ecoturismo, ou seja, o turismo baseado na natureza passou a ser visto como possibilidade de proporcionar benefícios tanto para a natureza quanto para a sociedade – o mercado que trabalha com o turismo, assim como as comunidades anfitriãs.

Essas mudanças inseriam-se em um novo entendimento sobre o uso dos recursos praticado pela sociedade até meados de 1970. Além daqueles fatores de reliação com a natureza, o fato de que o planeta apresentar limitações para a manutenção de uma população crescente foi amplamente discutido no século passado, durante os anos 1970

---

<sup>17</sup> Para redação deste capítulo foram utilizados os seguintes artigos, escritos em autoria própria e em coautoria, que constam nas Referências Bibliográficas: Matheus; Raimundo (2017); Raimundo (2008a); Raimundo; Matheus (2013); Raimundo; Stigliano; Nucci; César (2007).

e 1980, sendo mundialmente evidenciado pelo Relatório Brundtland (conhecido como *Our Common Future* - “Nosso Futuro Comum”), e publicado em 1987.

As ideias sobre sustentabilidade e turismo sustentável serão mais bem discutidas no próximo tópico 1.4, mas ele reflete uma mudança fundamental no modo como os seres humanos enxergam e se relacionam com a natureza, o que acabou por estimular o interesse global e o grande crescimento do ecoturismo, como uma estratégia de desenvolvimento sustentável.

Com base nesse contexto, outras formas de praticar o turismo ganharam força. E o turismo praticado em ambientes naturais passa a ser considerada uma forma alternativa de turismo, realizado em pequena escala, servido por pequenos negócios e, normalmente, sem uma estação dominante.

Para que ocorresse o aparecimento destas formas alternativas, foi fundamental que os turistas (razão de ser do turismo), começassem a exigir novas maneiras de praticar o turismo. Assim, os turistas alternativos, aos quais podem se destacar aqueles com características de *alocêntricos* (PLOG, 1974) ou o que Urry (2002), indicava como a motivação direcionada para paisagens e centros fora do cotidiano das pessoas. A natureza é um elemento distinto do cotidiano e reforça o apelo e motivação ao ecoturismo. Lohmann; Panosso Neto (2016), analisando a obra de Urry (op. cit.) destacam esse olhar do turista sobre a paisagem natural,

Urry observa o olhar “romântico” do turista. Este olhar enfatiza a natureza, a paisagem, o rural, o pastoral, a privacidade, gerando uma introspecção a uma natureza intocável. [Esta visão] é marcadamente individual, [tendo] seu foco na solidão e privacidade, numa experiência individual e semi-espiritual (LOHMANN; PANOSSO NETO, 2016, p. 155).

Assim, esses tipos de turistas passam a procurar experiências diferentes e não buscavam apenas os principais “cartões-postais” de uma localidade, pois desejavam descobrir coisas novas, sejam elas, ligadas à natureza, cultura local e aventura representadas nos novos destinos.

A atividade turística em ambientes naturais segue a tendência de crescimento geral do turismo. Dados mundiais indicam que o ecoturismo chega a se expandir a uma taxa que gira em torno de 20% ao ano. No Brasil, em 2015, 15,7% dos estrangeiros que visitaram o país, tiveram, como principal motivação, essa modalidade turística, segundo o Ministério do Turismo (MinTur, 2016<sup>18</sup>). Esse crescimento do turismo na natureza reflete mudanças muito importantes na forma como os seres humanos observam e interagem com o ambiente natural, mas, sobretudo, direciona a ação do mercado turístico para atender essa demanda. CREST (2015) indica que

uma pesquisa realizada em 2013, com agentes de viagens da “Travel Guard” apontou que 38% dos agentes relataram que o ecoturismo é a mais popular atividades entre seus clientes, das quais destacam-se

---

<sup>18</sup> Disponível em <http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/6511-atrativos-naturais-e-ecoturismo-atraem-cada-vez-mais-estrangeiros-ao-brasil.html>, acesso em 17/12/2016.

atividades como safáris de vida selvagem e observação de pássaros, que representam 22% dessas atividades (CREST, 2015, p. 4).

A OMT prevê que o ecoturismo, a natureza, o patrimônio, o turismo cultural e de "*soft adventure*" irão crescer rapidamente ao longo das próximas duas décadas e os gastos globais com o ecoturismo deverão aumentar a um ritmo mais elevado do que o turismo em geral [...] Tal turismo tem potencial para crescer até 25% do mercado global de viagens dentro de seis anos e representar US \$ 470 bilhões por ano em receitas, de acordo com a Sociedade Internacional de Ecoturismo (TIES) (CREST, 2015, p. 5).

Neste contexto, no Brasil, as políticas públicas do Ministério do Turismo contribuíram para o desenvolvimento desta atividade. Destaca-se o Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal (PROECOTUR), o Programa de Regionalização do Turismo, o Programa de Segmentação, além de um Programa de Certificação. Todas elas, embora com interrupções ou descontinuidades acabaram construindo uma base mínima sobre o planejamento e gestão do ecoturismo no Brasil.

No entanto, deve-se ter atenção com relação a um fato importante: o turismo em ambientes naturais ainda vem sendo desenvolvido de forma bastante restrita e com ações isoladas. Desta forma, o vasto potencial natural e cultural existente no Brasil, ainda não é plenamente aproveitado como alternativa de desenvolvimento econômico e social para as comunidades locais e como propulsor da conservação e da proteção do ambiente natural. Por isso, faz-se necessária a ação conjunta de governantes, iniciativa privada, entidades do terceiro setor e comunidades, de forma que os recursos existentes nos ambientes sejam aproveitados de maneira sustentável.

Admitindo-se essas informações, o ecoturismo pressupõe uma série de princípios que não se restringem apenas a atividades sem compromisso em espaços abertos e áreas protegidas com pouca interferência humana na paisagem. Desta forma, é oportuno melhorar o entendimento sobre a ideia de ecoturismo, apontando suas dimensões conceituais.

Embora as motivações de encontro com a natureza seja entendida aqui como iniciada em fins do século XVIII, o termo "ecoturismo" foi cunhado apenas no início da década de 1980, sendo seu uso, portanto, muito recente (CEBALLOS-LASCURAIN, 1995). Ecoturismo é uma atividade turística desenvolvida em áreas naturais em que o visitante procura algum aprendizado ou interação com os componentes do local visitado. Safáris fotográficos, estudos do meio e observação da fauna são algumas das possibilidades que o ecoturismo oferece. É baseado em atrativos naturais variados como cachoeiras, rios, lagos, grutas, montanhas, fauna e flora. Necessita, portanto, de um ambiente pouco alterado pela sociedade.

No Brasil, em agosto de 1994, formou-se um Grupo de Trabalho Interministerial em Ecoturismo, que reuniu o Ministério da Indústria, Comércio e Turismo (MICT) e o Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal (MMA), além dos Institutos Brasileiro de Turismo (EMBRATUR) e o Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA), assim como empresários e consultores. Esse grupo formulou as Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo, na qual o ecoturismo foi assim definido:



Segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações (BRASIL, 1994).

Importante destacar que no nível mundial, e 08 anos depois dessa definição brasileira, a Declaração de Quebec, Canadá, organizada pela ONU para discutir o ano internacional do ecoturismo em 2002 (UNEP/WTO, 2002<sup>19</sup>) apresentou as principais características do ecoturismo, destacando-se os seguintes princípios:

- Contribui ativamente para a conservação da herança natural e cultural;
- Inclui comunidades locais e indígenas no seu planejamento, desenvolvimento e operação e contribui para seu bem estar;
- Interpreta a herança natural e cultural do local para seus visitantes;
- Destina-se tanto a viajantes independentes como a excursões organizadas para grupos de pequena dimensão.

Da definição oficial brasileira (BRASIL, 1994) e da Declaração de Quebec (UNEP/WTO, 2002), alguns elementos se destacam, e cabe uma análise mais aprofundada que traz em seu bojo uma série de princípios que diferenciam o ecoturismo de outras modalidades turísticas.

A definição brasileira traz a indicação do termo “utilização sustentável” do patrimônio natural e cultural. Desta forma, o ecoturismo só pode ser desenvolvido respeitando os preceitos, ou dimensões, da sustentabilidade. O termo sustentabilidade é bastante abrangente e passível de muitas interpretações, como será apontado no tópico 1.4. Contudo, para uma utilização sustentável dos recursos naturais pelo turismo é preciso ter um entendimento sistêmico da natureza e considerar seus limites ou capacidade de suportar interferências. Os equipamentos e atividades turísticas projetadas não podem suplantar a capacidade de regeneração dos elementos da natureza (os fluxos de energia e matéria) que compõem a área. Diz-se que é a capacidade de resiliência da natureza frente à ação humana.

A “utilização sustentável” tem também como princípio, atividades que incorporem a comunidade local nas estratégias de planejamento e de tomada de decisão. A comunidade local que será afetada por um equipamento ou serviço turístico não pode ser alijada do processo de planejamento. Ao contrário, elas precisam participar de sua estruturação. Técnicas de planejamento participativo são necessárias a fim de eliminar ou reduzir a distância entre os interesses do empreendedor externo e as aspirações da comunidade, como também será apontado no tópico 1.4 e no capítulo 4.

Importante destacar que para ser “sustentável” há a necessidade de uma mudança da filosofia comercial do investidor. A natureza tem limites, que resultam na necessidade de interferências menores no ambiente. Da mesma forma, as comunidades locais merecem ser beneficiadas pela implantação de um projeto ou roteiro ecoturístico. Com isso, os lucros não terão a magnitude nem uma taxa de retorno como no turismo de

---

<sup>19</sup> Disponível, entre outros sites, em <http://www.ecobrasil.org.br/turismo/ecoturismo-quebec-2002>, acesso em 17/12/2016.

massa, mas espera-se uma perenidade na utilização dos recursos e do equipamento. Ao contrário do turismo de massa, no qual há uma “vida útil” do equipamento. Depois disso, o mesmo se deteriora e processos de re-funcionalização da paisagem, ou do destino, precisam ser levados a cabo, frequentemente com grande ônus político, econômico, social e ambiental, como descrito por Butler (1980) sobre o ciclo de vida do produto turístico, apresentado em 1.1.

Ressalta-se também que a visitação, segundo a definição de ecoturismo brasileira e a resolução de Quebec, se dá num “Patrimônio Natural e Cultural”. Portanto, a natureza não está vazia de pessoas. Ao contrário, além da comunidade local ser envolvida no planejamento do ecoturismo, seus saberes tradicionais, ou seja, suas manifestações culturais merecem respeito e devem ser incentivadas nas práticas ecoturísticas. Segundo a UNESCO (1972),

Patrimônio cultural inclui monumentos, grupos de edifícios e áreas que têm valor histórico, estético, arqueológico, científico, etnológico ou antropológico. Patrimônio natural compreende formações físicas, biológicas e geológicas excepcionais, hábitat de espécies animais e vegetais ameaçadas e zonas que tenham valor científico, de conservação ou estético.<sup>20</sup>

Pode-se, portanto, indicar que o patrimônio histórico, cultural e artístico de um povo é mais do que um conjunto de antiguidades, ele é responsável pela continuidade histórica de uma comunidade que se reconhece como tal e corporifica seus ideais e valores; manifestadas ao longo das gerações, expressam a memória e a identidade das populações e comunidades. Desta forma, além da natureza, a cultura faz parte das aspirações de viagens dos ecoturistas.

Além disso, segundo essa definição brasileira de ecoturismo e a Resolução de Quebec, as práticas ecoturísticas devem estar apoiadas em três bases principais. A primeira é o ambiente. Assim, qualquer atividade de visitação à natureza que não contribua para a sua conservação não pode ser entendida como ecoturística. A segunda base é o próprio turista, ou ecoturista, o qual deve ser sensibilizado para uma “consciência ambientalista”, promovendo a reflexão e a integração “homem e ambiente”, em uma inter-relação vivencial com o ecossistema, os costumes e a história local. Desta forma, espera-se das práticas ecoturísticas o respeito à natureza e interação com ela, através de técnicas de interpretação ambiental. Interpretação ambiental é uma das alternativas para potencializar impactos positivos da atividade ecoturística e será mais bem trabalhada no tópico 1.4 e no capítulo 3. A terceira base está centrada nas comunidades locais, reforçando o que já havia sido mencionado, ou seja, que o turismo, através da participação da comunidade, contribua para seu bem estar.

É nesse conjunto de procedimentos e preocupações que o ecoturismo se embasa. Não respeitar quaisquer destes preceitos é praticar um turismo na natureza e não um ecoturismo.

---

<sup>20</sup> Disponível em <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/cultura/world-heritage/heritage-legacy-from-past-to-the-future/>, acesso em 12/12/2015

O ecoturismo, além de buscar a conservação ambiental, visa à geração de recursos econômicos para a manutenção do ambiente natural, bem como de oportunidades de inclusão social para a população local, de maneira direta ou indireta.

O ecoturismo tem um fim contemplativo e de percepção; através dele, busca-se apreender algo sobre o ambiente visitado. Associados ao ecoturismo, muitas vezes são praticados esportes de aventura, no entanto, deve-se ter em mente que as emoções desencadeadas por esses esportes são meios de se atingir o objetivo maior da viagem: aprender sobre o ambiente e sua necessidade de conservação. É nesse sentido que esportes de aventura e ecoturismo se relacionam.

Além disso, se o turismo de aventura for praticado com o envolvimento da comunidade local, fornecendo a ela alternativas de renda, essa modalidade estará respeitando aqueles princípios do ecoturismo. E, portanto, será uma forma de ecoturismo com a complementação da aventura (vertigem, adrenalina) proporcionada pela modalidade.

Reforçando essas características e as premissas do ecoturismo até aqui comentadas, o quadro 1.3a, a seguir, apresenta uma lista dos princípios básicos para a implantação de uma atividade ecoturística.

#### **Quadro 1.3a: Princípios básicos do ecoturismo**

- ✓ O ecoturismo estimula a compreensão dos impactos do turismo sobre o meio natural, cultural e humano.
- ✓ O ecoturismo assegura uma distribuição justa dos benefícios e custos.
- ✓ O ecoturismo gera empregos no local, tanto diretamente no setor do turismo, como em diversos setores da administração de apoio e de recursos.
- ✓ O ecoturismo estimula as indústrias locais rentáveis – hotéis e outras instalações de alojamento, restaurantes e outros serviços de alimentação, sistemas de transporte, produção de artesanato e serviços de guia.
- ✓ O ecoturismo gera divisas estrangeiras para o país e injeta capital e dinheiro novo na economia local.
- ✓ O ecoturismo diversifica a economia local, particularmente nas áreas rurais, onde o emprego agrícola pode ser esporádico ou insuficiente.
- ✓ O ecoturismo busca a tomada de decisões em todos os segmentos da sociedade, inclusive nas populações locais, de modo que o turismo e outros usuários dos recursos possam coexistir. O ecoturismo incorpora o planejamento e o zoneamento, assegurando o desenvolvimento turístico apropriado para a capacidade de sustentação do ecossistema.
- ✓ O ecoturismo estimula a melhoria do transporte, da comunicação e de outros elementos da infra-estrutura comunitária social.
- ✓ O ecoturismo cria instalações recreativas que podem ser usadas pelas comunidades locais, pelos visitantes domésticos e internacionais. Também estimula, auxiliando seu custeio, a preservação dos sítios arqueológicos e de edifícios e bairros históricos.
- ✓ O turismo local estimula o uso produtivo das terras marginais para a agricultura, permitindo que grandes áreas conservem sua cobertura de vegetação natural.
- ✓ O turismo cultural aumenta a auto-estima da comunidade local proporciona a oportunidade de maior entendimento e comunicação entre pessoas de diversas origens.

- ✓ O turismo ambiental sustentável demonstra a importância dos recursos naturais e culturais para o bem-estar econômico e social da comunidade, podendo ajudar a preservá-los.
- ✓ O ecoturismo monitora, avalia e administra os impactos do turismo, desenvolve métodos confiáveis de contabilidade ambiental e calcula qualquer efeito negativo.

*Fonte: Modificado da Conferência Global 90, Corrente Turística, Estratégia de Ação, Vancouver, Canadá, apud WEARING & NEIL, 2009, p.13).*

Da mesma forma que o ecoturismo possui um conjunto de princípios de respeito à natureza e à cultura local, para ser seu praticante também é preciso compreender e respeitar essas dimensões. Assim, é possível apontar algumas características mais marcantes sobre o perfil destas pessoas que se lançam a visitar e se envolver com ambientes ainda pouco transformados pela sociedade.

Em 2010, a Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura (ABETA), fez uma ampla pesquisa sobre os praticantes de ecoturismo e turismo de aventura, numa tentativa de definir um perfil desses usuários.

Este trabalho (ABETA, 2010) optou por uma denominação de perfis pouco científica, atribuindo aos usuários adjetivos estereotipados, conforme seus comportamentos, como: “mandachuva, engomadinho, receoso, certinho e tranquilão”, cujo processo decisório da viagem e seu comportamento estão representados na figura 1.3a. Apesar do “juízo de valores” dessa conceituação, ela traz uma contribuição, no sentido de entender essa gama de interesses de pessoas em praticar o ecoturismo. É também uma contribuição que supre a lacuna a respeito de perfil do ecoturista, pois nenhuma instituição de pesquisa procurou caracterizá-los até o presente momento.

Os “mandachuvas”, na definição da ABETA (2010) não tem

características psicográficas marcantes em relação aos demais grupos, o que realmente os diferencia é o controle da decisão de viajar. Preferem escolher o que fazer quando chegam ao lugar e comprar atividades no meio de hospedagem. 35% estão na faixa de 18 a 29 anos e 34% entre 30 e 39 anos (ABETA, 2010, p. 65).

Já os “engomadinhos”

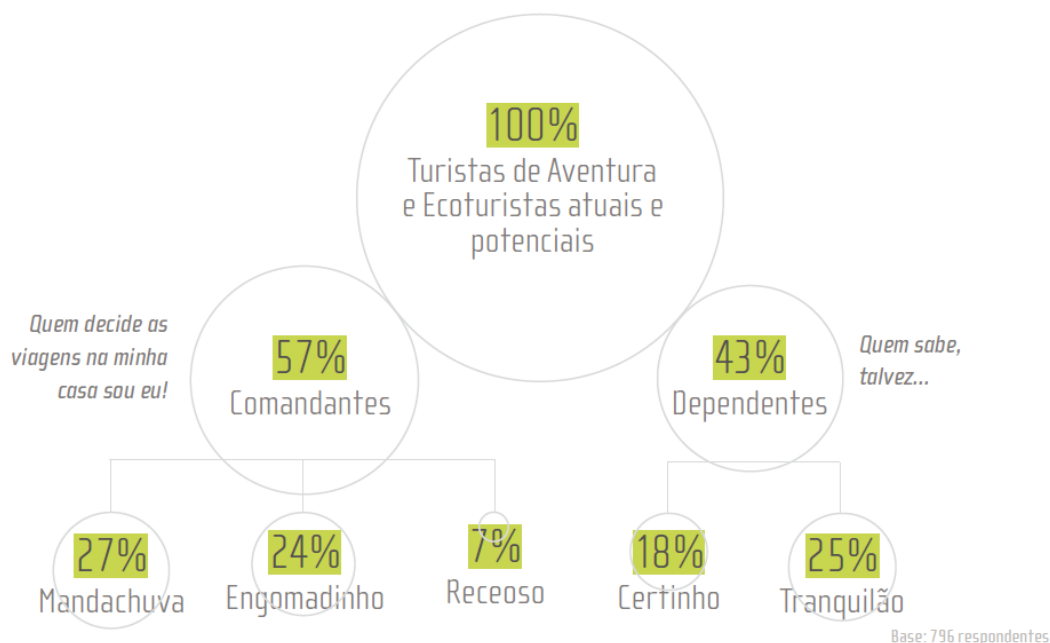
São pessoas que gostam de leitura, arte, cultura e história, reconhecem que gostam de chamar a atenção, se acham à frente do seu tempo, *fashion* e de interesses restritos. Frequentemente optam por marcas conhecidas, adoram comprar e acham que qualidade é mais importante que preço. Perfeccionistas, controlam seus gastos, planejam antes de fazer e gostam de rotinas. Gostam de ler relatos sobre viagens e compram na internet (idem, ibidem, p. 66).

E os “receosos”

Diferem essencialmente dos Engomadinhos por preferirem o campo, sossego e não gostarem de badalação nem de praia. Perfeccionistas, controlam seus gastos, planejam antes de fazer e gostam de rotinas. Gostam de ler relatos sobre viagens e compram na internet. Contratam agência, compram pacote completo e pagam pelo conforto. Gostam de guias. Embora sejam decisores, afirmam que quem manda na viagem são os filhos. São os mais velhos da amostra: 35% estão entre 50 e 59 anos, têm o maior percentual de classe C (26%) e de divorciados/viúvos (21%), são os menos escolarizados (19% têm até

ensino médio incompleto). São os mais ligados em TV da amostra, sendo essa a forma mais eficiente de informá-los (82%). Também gostam de revistas de fofoca, e são os que menos usam a internet (ABETA, 2010, p. 66).

**Figura 1.3a: Segmentos de clientes atuais e potenciais, segundo processo decisório, comportamento de compra e estilo de vida**



Fonte: ABETA (2010, p. 65)

Os “certinhos” são

Parecidos com os Receosos, o que marca os Certinhos é a falta de decisão. Também preferem o campo, sossego e não gostam de badalação nem de praia. Gostam de leitura, arte, cultura e história. Perfeccionistas, controlam seus gastos, planejam antes de fazer e gostam de rotinas. Gostam de ler relatos sobre viagens e compram na internet. Contratam agência, compram pacote completo e pagam pelo conforto. Quem manda na viagem são os filhos. 34% estão entre 18 e 29 anos e 31% entre 40 e 49 anos. São o grupo mais feminino da amostra (56%), os que mais apreciam artes (37%); cultura (59%) e que desprezam “baladas” /shopping. Destacam-se no envolvimento com revistas especializadas (49%) e por usarem a internet para comparar preços (82%). São criteriosos, minuciosos, mas não decidem. Como são muito exigentes, exercem importante papel como influenciadores nas decisões dos comandantes (idem, ibidem, p. 67).

E finalmente os “tranquilões” são

os que menos gostam de guias na amostra e os mais jovens: 54% estão na faixa entre 18 e 29 anos e também o grupo mais masculino (56%). Como jovens, são estudantes (38% têm superior incompleto), são solteiros e moram com a família (47%). Sua diversão preferida é viajar (48% é o percentual mais elevado entre os grupos). São os mais envolvidos com a revista Aventura e Ação (29%) e os que mais usam a internet para ouvir música (73%) (idem, ibidem, p. 67).

As figura 1.3b e 1.3c, a seguir, sintetizam as motivações e atitudes dos ecoturistas, segundo essa caracterização da ABETA (2010).

**Figura 1.3b: Principais características dos praticantes de Ecoturismo, ABETA (2010, p. 69).**

PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DOS SEGMENTOS					
Perfil demográfico, social, lazer e mídia	Comandantes (57%)			Dependentes (43%)	
	Mandachuva (27%)	Engomadinho (24%)	Receoso (7%)	Certinho (18%)	Tranquilão (25%)
Praça				São Paulo (59%)	
Faixa etária	18-29 (35%) 30-39 (34%)	18-29 (30%) 30-39 (35%)	50-59 (35%)	18-29 (34%) 40-49 (31%)	18-29 (54%)
Média de idade	35	36	40	37	32
% Mulheres	-	54%	-	56%	44%
Classe econômica	-	Maior percentual: Classe A (39%)	Maior percentual: Classe C (26%)	-	-
Grau de instrução	-	-	Menos escolarizado: até Ensino Médio Completo (19%)	-	Maior percentual: Superior Incompleto (estudantes) (38%)
Estado civil	-	-	Maior percentual: Divorciados/ Viúvos (21%)	-	Solteiro, mora com a família (47%)
Formas de diversão	-	-	-	Artes (37%) Cultura (59%) Despreza "baladas" e shopping	Viagens (48%)
Formas de informação	-	-	TV (82%)	Revistas especializadas (49%)	-

**Figura 1.3c: hábitos e atitudes de viagem dos ecoturistas.**

HÁBITOS E ATITUDES DE VIAGEM DOS SEGMENTOS						
Hábitos e atitudes de viagem	Total (100%)	Comandantes (57%)			Dependentes (43%)	
		Mandachuva (27%)	Engomadinho (24%)	Receoso (7%)	Certinho (18%)	Tranquilão (25%)
% fez só 1 viagem no ano		19	18	30	27	17
% de viagem para natureza	54	56	54	42	56	52
% Viaja só dentro do Brasil	57	60	57	68	49	57
% Vai de carro	61	60	54	52	56	74
% Vai de ônibus	15	15	13	31	13	12
% Influência da certificação	72	74	79	44	70	67
Melhor companhia	-	Amigos (92%)	-	Sozinho (46%)	Família completa (94%)	Amigos (90%)

Fonte: ABETA (2010, p. 70)

Mesmo com esses nomes “curiosos”, admitindo-se essas informações da ABETA (2010) é possível afirmar que os ecoturistas, geralmente, apresentam elevado grau de instrução, muitos concluíram um curso superior e gastam mais em serviços e produtos oferecidos por fornecedores que respeitam as culturas tradicionais e os limites da natureza.

Apresentam uma sensibilidade pelo conhecimento científico e focalizam suas preferências no estudo e aprendizado, buscando informações nas destinações visitadas.

No entanto, não se preocupam apenas em observar um cenário ou um objeto, mas também em sentir e perceber alguma característica do seu valor, de acordo com vários critérios, como por exemplo, com base nos serviços executados pela natureza para o bem do ser humano, como valor histórico, produção de recursos (alimentos e matéria-prima), oportunidades de reflexão, contemplação, controle de processos (regulação do escoamento superficial da água e das inundações, formação do solo, fotossíntese e produção de biomassa), entre outros.

Os ecoturistas procuram, além do rico contato com a natureza, vivenciar novos estilos de vida e esperam ver o dinheiro que gastam em suas viagens contribuindo para a conservação e para o benefício da economia local.

Outro aspecto importante diz respeito ao mercado turístico. Para relacionar as aspirações de viagens de ecoturistas em locais de grande singularidade natural e cultural, respeitando os princípios dessa atividade, as empresas devem também modificar sua maneira de trabalhar tornando a montagem de roteiros menos impessoal.

O ecoturista aceita um guia mais descritivo e espera o fornecimento de um nível apropriado de explicação sobre a natureza e a cultura das localizações visitadas. Sendo assim, o operador de ecoturismo deve ser capaz de explicar conceitos, significados e inter-relações do fenômeno natural, de entender a estrutura e a dinâmica básica dos sistemas ecológicos e das paisagens naturais visitadas, e ser capaz de explicar sobre as consequências das mudanças promovidas pelo ser humano, considerando os princípios básicos da conservação da natureza.

É bom lembrar que os conhecimentos “necessários” adquiridos por meio de livros e cursos devem estar associados e não substituir a familiaridade com o meio, que é uma ferramenta poderosa para os guias de ecoturismo. Os conhecimentos já existentes na comunidade local devem ser reconhecidos, valorizados e utilizados na interpretação da natureza. Desta forma, é importante resgatar interpretações culturais sobre o ambiente visitado. Não se prender apenas a explicações técnico-científicas, mas procurar relacionar os significados e o simbolismo da área visitada pelo morador local. Buscar atividades lúdicas ao ar livre que acentuem a percepção do meio, aguçando os outros sentidos além da visão também contribui para uma experiência rica e agradável do ecoturista.

Finalmente, é importante destacar o papel das áreas protegidas como um dos locais mais importantes para as práticas do ecoturismo. De acordo com o documento do BRASIL (1994) que trata das Diretrizes para uma Política Nacional do Ecoturismo, ao abordar a questão das áreas protegidas, ressalta especialmente os Parques Nacionais, Estaduais ou Municipais, Florestas Nacionais e Áreas de Proteção Ambiental – APAs -, como primeiros destinos ecoturísticos procurados pelos fluxos nacionais e internacionais.

Os atrativos dessas áreas protegidas devem ser estruturados como núcleos de visitação pública, que, de acordo com o Sistema de Unidades de Conservação (SNUC), tem como objetivo “o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.” (SNUC, Lei nº 9.985 de

18 de julho de 2000). Essas áreas são importantes para o desenvolvimento de atividades relacionadas ao lazer e turismo em contato com a natureza, sendo objeto de instalação de uma estrutura mínima como trilhas interpretativas e de acesso aos atrativos, centro de visitantes, portaria e outras estruturas. Tais estruturas devem ser reguladas de acordo com diretrizes e normas estabelecidas por documentos oficiais como Plano de Manejo ou para UCs que não os possuem, normas dos órgãos ambientais que as regem.

As atividades oferecidas como percurso em trilhas interpretativas ou o estudo do meio contribuem para a construção de conhecimentos sobre a fauna, flora, recursos hídricos e as relações entre os seres vivos em geral, sendo procuradas como atividades de ecoturismo e lazer em contato com a natureza (PELICIONI; TOLEDO, 2010).

Assim, o uso público em áreas protegidas ou Unidades de Conservação – UC brasileiras vem crescendo nos últimos anos e as políticas públicas, tanto federais quanto do Estado de São Paulo (sudeste do Brasil), visam incrementar a atividade ainda mais. Trata-se de uma nova abordagem, que objetiva fomentar o ecoturismo como uma ferramenta para a conservação do patrimônio natural e geração de emprego e renda para as comunidades do entorno das áreas protegidas. Iniciativas como o programa de concessões de unidades de negócio nos Parques Nacionais e o Projeto de Ecoturismo na Mata Atlântica, desenvolvido pela Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, pretendem implantar um modelo de desenvolvimento nas UCs brasileiras similar ao norte americano sem perder o foco em atividades de mínimo impacto.

Além do ecoturismo, o uso público em áreas protegidas envolve outras formas de uso, que podem ser resumidas em duas atividades distintas: pesquisa científica; educação e interpretação ambiental (DUDLEY, 2008).

Assim, a oferta de áreas para lazer, recreação e educação ambiental à comunidade estão inseridas no Programa de Uso Público de uma UC. O IBAMA indica que um “Programa de Uso Público” deve propiciar a aproximação dos visitantes com a natureza, permitindo que estes interiorizem o significado das áreas protegidas, sua importância em termos de preservação, manejo e aproveitamento indireto dos recursos naturais e culturais. (BRASIL, 1999).

Percebe-se, com essa definição, um enfoque preservacionista nas diretrizes gerais brasileiras (e mesmo paulista) das atividades de uso público numa UC. Na mesma linha, para Milano (2001), o Uso Público define e indica as atividades a serem desenvolvidas numa Unidade de Conservação, estabelecendo as normas e diretrizes para sua execução, vinculadas ao componente educativo para a estimulação do aprendizado e **não o simples entretenimento** (grifo meu).

Contudo, é preciso avançar nessas abordagens e trabalhar com a ideia de que “o simples entretenimento” pode e deve ser pensado também como uma prática educativa. É possível respeitar os interesses dos visitantes e, ao mesmo tempo, atingir objetivos educativos, nesse caso, com ênfase na conservação da natureza, por meio da interpretação da natureza (ou ambiental), como estabelece a definição de ecoturismo brasileira (BRASIL, 1994). Esse deve ser um pressuposto importante para o



estabelecimento do ecoturismo no programa de uso público em Unidades de Conservação.

Esse pressuposto deve ser pensado com mais atenção naquelas UCs que registram um crescente aumento de visitantes. Seguindo a lógica do crescimento geral do ecoturismo no mundo, o número de pessoas que ingressaram em Unidades de Conservação nos últimos anos vem crescendo no Brasil e no estado de São Paulo, conforme dados do ICMBio e da FF. As UCs federais, que possuem controle desse número, tiveram um crescimento de 17% no total de visitação entre 2010 e 2011, alcançando o recorde de 4,8 milhões de pessoas. As UCs estaduais paulistas administradas pela FF também registraram um grande crescimento entre os anos de 2011 e 2012, partindo de aproximadamente 1,3 milhão de visitantes para 1,7 milhão (SÃO PAULO, 2013a).

Esse crescimento e a necessidade de adequações das ações do Uso Público geram, com frequência, impactos negativos nas áreas protegidas paulistas. A percepção do impacto, levaram os órgãos gestores, em São Paulo e no Brasil, a intensificarem aquela postura mais preservacionista. A visitação não era uma prioridade de gestão dessas áreas e, em muitos casos, os visitantes eram vistos como um problema e um dos vetores de pressão das UCs.

Essa concepção se alterou a partir de 1996 no Estado de São Paulo, quando foi implantado o Projeto de Preservação da Mata Atlântica – PPMA, financiado pelo banco alemão KfW<sup>21</sup>. Os planos de manejo elaborados a partir desse projeto, segundo Maretti et al. (1997, p. 208) embasavam-se na elaboração em fases, que permitia enfrentar os desafios da gestão, aproximando a implementação do planejamento, melhorando a administração da UC, superando a dicotomia dos planos de manejo clássicos.

No que diz respeito às ações de ecoturismo das UCs inseridas nesse projeto, destaca-se os resultados de dois parques: Parque Estadual da Ilha do Cardoso e Núcleo Santa Virgínia do Parque Estadual da Serra do Mar.

Na Ilha do Cardoso, a comunidade do bairro mais populoso – o Marujá - já tinha um nível de organização bastante grande, e as reuniões para o estabelecimento das diretrizes de ecoturismo em 1997, quando da elaboração do plano de manejo, contaram com a participação da comunidade nos processos de tomada de decisão (MENDONÇA et al., 1997). E na revisão do plano de manejo em 2000/2001, essa diretriz de participação se manteve, com um maior engajamento da comunidade na decisão sobre sua relação com a gestão da área e nas diretrizes para o ecoturismo. A questão da gestão de áreas protegidas, inserindo comunidades locais no processo de decisão, será mais bem trabalhada com capítulo 4.

Assim, destaca-se como grande resultado o controle das atividades de ecoturismo pela comunidade do Marujá, tornando essa a primeira experiência exitosa de Turismo de Base Comunitária no Estado de São Paulo (MENDONÇA et al., 1998). Essas atividades dizem respeito: ao transporte de visitantes do continente para a Ilha do Cardoso, que passou a ser operacionalizado pelos barcos dos moradores; às atividades de hospedagem

---

<sup>21</sup> *Kreditanstalt für Wiederaufbau* (KfW) – Banco da cooperação financeira alemã.

e alimentação, em que os turistas hospedavam-se em casas, pousadas e campings administrados pela comunidade e alimentavam-se nos bares e restaurantes dos moradores; as atividades ligadas à interpretação ambiental, com a capacitação de jovens moradores na condução de grupos pelas trilhas nos ambientes naturais da ilha. Todas as atividades foram ordenadas e disciplinadas em comum acordo entre os técnicos do Instituto Florestal e Fundação Florestal e as lideranças da comunidade do Marujá, com propostas de minimização de impactos negativos ao meio ambiente e descaracterizações culturais dos moradores da ilha.

No Núcleo Santa Virgínia, do Parque Estadual da Serra do Mar, as questões ligadas ao Uso Público e Ecoturismo estavam associadas às operadoras de esportes de aventura, que tinham no Rafting das corredeiras do Rio Paraibuna seu principal produto (VILANI et al., 1998). Novamente foram fundamentais as reuniões do plano de manejo realizadas de maneira participativa, com o envolvimento de todas as operadoras de Rafting. Os resultados mais importantes, segundo Raimundo; Vilani (2000) são os relacionados ao controle do impacto dos visitantes, estabelecido pelas técnicas de estudos de capacidade de carga e pelo Visitor Impact Management – VIM (estas técnicas serão mais bem trabalhadas no tópico 1.4 e no capítulo 2), assim como o estabelecimento de regras de segurança e planos de contingência, como orientação a todos os envolvidos na operação. Tratou-se de um marco nas práticas de aventura na natureza no Brasil, cujos resultados foram posteriormente utilizados nas “Diretrizes para Visitação em Unidades de Conservação” (BRASIL, 2006a).

Por fim, destaca-se que no caso paulista, houve um empenho de tentar ordenar o uso público em UCs, formalizada por meio de marcos regulatórios, desenvolvidos pela SMA e pela FF. A descrição desses marcos regulatórios encontra-se no Anexo 1.

As políticas públicas de manejo do uso público em unidades de conservação são marcadas por avanços e retrocessos. O conjunto desses marcos regulatórios apontam ações como: Plano de Gestão de Riscos e de Contingências, de modo a minimizar os riscos à visitação; desenvolvimento de parcerias com instituições públicas ou privadas ou com as comunidades tradicionais locais para a oferta de serviços de apoio ao uso público; monitoramento dos impactos da visitação; Criação de Conselho Consultivo de Ecoturismo; estabelecimento de um sistema de cobrança de ingressos nas UCs e outros serviços.

Esses marcos apontam para uma gestão compartilhada do Uso Público das UCs paulistas, com a participação da sociedade em conselhos gestores. Contudo, como será discutido no capítulo 4, não garantem uma participação adequada dos atores locais, salvo aquelas UCs em que já apresentam um nível de politização e organização mais elevado desses atores. A concessão de serviços de uso público, da maneira como está estabelecida, tendem a valorizar empresas externas às áreas das UCs, deixando ainda nebulosa a participação e das comunidades locais. Isso pode aumentar os abismos de renda e desenvolvimento dessas comunidades, sendo contrária a ideia de “inclusão social” mencionada na introdução desse trabalho. Nessa linha, as cobranças de ingresso também podem gerar uma gentrificação dos usos dessas unidades, embora muitas delas

já cobrem ingressos. Para as UCs próximas a grandes centros, em que elas se constituem como única alternativa de lazer na natureza para as comunidades, essa cobrança pode não garantir o direito constitucional ao lazer, ainda mais em uma UC, que é uma área entendida como um “bem comum de domínio público” como conceituado por Kreimann; Stuart (2009) no tópico 1.2. A constituição brasileira de 1988 reforça essa ideia de direito ao lazer, em seu capítulo II, de direitos sociais,

São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o **lazer**, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta constituição (BRASIL, 1988, Constituição Federal, art. 6º). (grifo meu).

Reforçando esses comentários, quanto às parcerias para as UCs, apesar do Decreto Estadual 57.401/11, que estabelece o programa, não trazer nenhuma novidade em termos legais, uma vez que todos os procedimentos ali elencados já estavam previstos na lei federal 8.666/93, ele demonstra um caminho que o Estado pretende trilhar. Ainda dentro dessa estratégia, foi apresentado pela SMA um novo projeto de lei (PL n.º 249/2013) para a concessão das áreas públicas de 3 parques estaduais por um período de até 30 anos, que se encontra em tramitação na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

A concessão de áreas no interior de UCs para a exploração de serviços e atividades de uso público por parte da iniciativa privada conta com experiências positivas em casos internacionais, notadamente nos Estados Unidos e no Canadá, e pode se mostrar como uma alternativa para a gestão das áreas protegidas. No Brasil, a justificativa apresentada pelo Estado é, na maior parte das vezes, a desoneração dos cofres públicos para que os recursos possam ser direcionados para a conservação do patrimônio e para o aumento da qualidade dos serviços ofertados. A concessão é apenas uma das alternativas, que pode não ser a melhor solução para todos os casos, mas, pode apresentar bons resultados em algumas unidades.

Somam-se a isso as dificuldades comuns aos órgãos públicos no Brasil, como a falta de recursos humanos, financeiros e de técnicos capacitados, e a burocracia, além do ineditismo do tema. Com relação a esse último item, não é só o poder público que está pouco preparado para a discussão do ecoturismo em UCs, a sociedade civil organizada e os empresários também estão apenas começando a se envolver com o assunto, o que corrobora a lentidão do avanço da atividade.

Admitindo-se as informações aqui destacadas, passa-se a seguir a discutir as questões teóricas e conceituais do estabelecimento do turismo sustentável. Este deve ser entendido como uma outra maneira de planejar o turismo e, portanto, onde as ações sobre ecoturismo também estão inseridas.

#### **1.4. TURISMO SUSTENTÁVEL: A BUSCA POR OUTRA LÓGICA DE PENSAR O TURISMO E TAMBÉM O LAZER <sup>22</sup>**

Nesse tópico, apresentam-se as bases teóricas e conceituais das pesquisas que trabalham para reduzir problemas na natureza/meio ambiente e minimizar as divergências e diferenças socioeconômicas dos atores envolvidos num determinado projeto ou local. Trata-se de uma discussão, dentro do campo do lazer e do turismo que coadunem com o objetivo e a questão central lançada na introdução deste trabalho, recapitulando: como as práticas de lazer e turismo podem promover a inclusão social e contribuir para a conservação da natureza/meio ambiente? E como objetivo: analisar as características socioambientais de espaços públicos urbanos e de Unidades de Conservação para busca de um lazer e turismo sustentável (para uma práxis socioambiental do lazer e turismo).

Nesse sentido, é necessário discutir as bases do turismo e do lazer sustentável, como uma nova lógica de planejamento e gestão dessas práticas. As ideias e os ideais da sustentabilidade e do lazer e turismo sustentável, aparecem num contexto de crise, que consistiam em grande parte em abordagens filosóficas, ou no campo das ideias, como uma intenção de melhorar as condições que o planeta atravessa. Faltava-lhe uma abordagem mais científica, no que diz respeito às suas bases teóricas e conceituais. Não se trata, na análise da base científica, de considerá-la apenas em uma visão tecnicista. Ela vai mais além e necessita de ser pensada nas questões de equidade econômica, valorização cultural e de participação política dos atores envolvidos num determinado projeto ou local. E é isso que se procura abordar nesse tópico, como as construções teóricas e conceituais se debruçaram sobre essa temática nas diversas ciências, contribuindo para melhorar as bases da sustentabilidade e do lazer e turismo sustentável?

Como apontado no tópico 1.1., o turismo de massa se consolidou como importante atividade após a Segunda Guerra Mundial, promovendo grandes transformações no meio ambiente “natural” e nas comunidades receptoras. Essa forma de turismo era (e é) prioritariamente governada pela lógica do modo de produção capitalista, que se alicerçava na satisfação do usuário (do turista) e na máxima rentabilidade do investidor dos empreendimentos. Nessa lógica, a natureza era entendida como fonte infinita e inesgotável de recursos e a sociedade local pouco ou nada considerada na implantação de um equipamento e atividades turísticas. Embora já haja ações há mais de 40 anos contrárias a essa abordagem, elas ainda são esporádicas e pontuais. O olhar predominante, que ainda perdura fortemente na implantação de equipamentos turísticos e na gestão de atividades, está baseado em modelos associados ao turismo de massa. Modelo esse que promoveu, e ainda promove, grandes interferências nas paisagens, descaracterizando-as natural e socioculturalmente.

---

<sup>22</sup> Para redação deste capítulo foram utilizados os seguintes artigos, escritos em autoria própria e em coautoria, que constam nas Referências Bibliográficas: Alves; Laranja; Raimundo (2014); Oliveira; Pacheco; Raimundo (2012); Raimundo (2017); Raimundo (2016), Raimundo (2015a); Raimundo (2015b); Raimundo (2012); Raimundo (2011a); Raimundo (2011b); Raimundo (2010b); Raimundo (2008b).

Considerar novas alternativas de praticar e planejar o turismo faz parte do escopo de encontros especializados desde a década de 1970. Contudo, só a partir da segunda metade da década de 1990 é que algumas ações mais efetivas começaram a ser implementadas e serem consideradas dentro das dimensões da sustentabilidade do turismo.

O modelo do turismo tradicional de massas, que imperou até meados dos anos de 1980 foi criticado, provavelmente pela primeira vez, no livro de Mathieson; Wall (1982) “*Tourism: economic, physical and social impacts*”, que abordava com grande detalhe os impactos mundiais do turismo, considerando sua vertente negativa e positiva. Em seguida, Murphy (1985) discutiu pela primeira vez a relação do turismo e a comunidade local, em seu livro *Tourism: a community approach*.

Bernaldéz (1992, 1991), estudando áreas turísticas na Espanha, apontou os principais problemas desse modelo, entre eles: consumo do solo e transformação negativa da paisagem pela implantação de construções e infraestrutura; aumento da produção de lixo e resíduos sólidos e efluentes líquidos; perda de valores tradicionais em consequência da homogeneização das culturas; supervalorização dos bens imobiliários com consequente perda da propriedade de terras, habitações e meios de produção por parte das populações locais; geração de fluxos migratórios para áreas de concentração turística.

As transformações naturais e culturais foram tão severas nos polos receptivos que tais locais, saturados de interferências, fizeram os profissionais de turismo se organizar para repensar as formas como esse modelo se apresentava.

O turismo refletia algo que ocorria de maneira mais abrangente na sociedade como um todo, que procurava buscar caminhos para enfrentar a crise socioambiental que ganhou destaque nos anos de 1960. A partir dessa década, houve um aumento significativo de estudos e de matérias jornalísticas, considerando as questões ambientais, que discutiam os problemas gerados pela sociedade na natureza e começou-se a pensar na construção de uma base de entendimento da relação sociedade e natureza, com vistas a reduzir problemas ambientais.

Dentre os trabalhos que discutiam esse tema, em 1970 uma entidade chamada Clube de Roma, encomendou ao *Massachusetts Institute of Technology* (MIT), dos Estados Unidos, um estudo que ficou conhecido como o Desenvolvimento Zero, estudo esse que propunha o congelamento do crescimento econômico como única solução para evitar que o aumento dos impactos ambientais levasse o mundo a uma tragédia ecológica.

Esse estudo motivou a ONU, em 1972, a chamar a primeira reunião entre as nações para discutir os problemas ambientais e soluções para eles. Essa reunião da I Cúpula de Terra da ONU - a Estocolmo-72 - foi marcada, então, pela polêmica entre os defensores do “desenvolvimento zero”, basicamente representantes de parte dos países industrializados, embora entre estes não houvesse unanimidade, pois alguns estavam receosos que o “crescimento zero”, levasse ao fim da sociedade industrial (SCOTTO;

CARVALHO; GUIMARÃES, 2007), e os defensores do “desenvolvimento a qualquer custo”, representantes dos países não industrializados.

Nesse contexto, a crise econômica mundial dos anos 1970, detonada pelo choque do petróleo e que serviu para alertar o mundo para o fato de que os recursos naturais são esgotáveis, colocou questões econômicas mais urgentes para os governantes do mundo. E no início dos anos de 1980 a discussão acerca do desenvolvimento econômico versus conservação da natureza é retomada e ganha força.

Novos estudos são patrocinados para compreender o uso de recursos. Em 1987, foi publicado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CMMAD) da ONU um trabalho denominado “Nosso Futuro Comum”, também conhecido como Relatório *Brundtland* (1987), que defendia o crescimento para todos e buscava um equilíbrio entre as posições antagônicas surgidas na Estocolmo-72. É nesse relatório, que procuravam conciliar o desenvolvimento e a preservação do meio ambiente, que surgiu pela primeira vez a concepção de desenvolvimento sustentável.

O termo desenvolvimento sustentável foi primeiramente utilizado por Robert Allen, no artigo "*How to Save the World*" elaborado para a IUCN. Allen o define como sendo

o desenvolvimento requerido para obter a satisfação duradoura das necessidades humanas e o crescimento (melhoria) da qualidade de vida (ALLEN, 1980, p. 42).

Rotmans e Vries (1997) comentam que a noção de desenvolvimento sustentável demorou quase uma década para ser amplamente conhecida nos círculos políticos e que o relatório *Brundtland* (1987) foi a peça chave. Eles destacam também que apesar da importância do conceito nos atuais debates político e científicos, não existe uma única definição que seja compartilhada por todos interessados.

Nesse sentido, os elementos que compõem o conceito de desenvolvimento sustentável são:

- a preservação da qualidade dos sistemas ecológicos;
- a necessidade de um crescimento econômico para satisfazer as necessidades sociais e a equidade em que todos possam compartilhar entre geração presente e futuras.

Desta forma, percebe-se que os ideais do desenvolvimento sustentável são bem maiores do que preocupações específicas, como a racionalização do uso da energia, ou o desenvolvimento de técnicas substitutivas do uso de bens não renováveis ou, ainda, o adequado manejo de resíduos, o que Alier (2014) denominou como “ecoeficiência”. Principalmente, é o reconhecimento de que a pobreza, a deterioração do meio ambiente, o padrão de consumo dos países industrializados e o crescimento populacional estão indiscutivelmente interligados. Nenhum destes problemas fundamentais pode ser resolvido de forma isolada, na busca de parâmetros ditos como aceitáveis, visando à convivência do ser humano numa base mais justa e equilibrada

Partindo-se da premissa, já consensual entre pesquisadores, de que o modelo de desenvolvimento atual não pode ser mantido pelos países ricos, nem seguido pelos países que almejam atingir ao estágio deles, e que o “crescimento zero” já é uma ideia

superada por todos, deve-se procurar formas de conciliar as ideias sobre desenvolvimento sustentável dentro de um novo paradigma de desenvolvimento.

Contudo, esta mudança de paradigma envolve a mudanças de estratégias e enfoques socioeconômicos que ainda estão longe de serem alcançados. No dizer de Foladori

enquanto se considerar a forma social de produção existente (a capitalista) como única possível, a sustentabilidade torna-se impraticável. Não se está disposto a discutir a forma capitalista de produção, mas tão somente seus efeitos negativos para a sociedade, desde que possam ser corrigidos sem afetar os lucros (FOLADORI, 2001, p. 120-121).

Como a alteração do modo de produção capitalista por outro é uma questão distante, o desafio, agora, é traduzir o desenvolvimento sustentável em ação. A nova questão passa a ser como gerenciar a questão socioambiental no contexto do desenvolvimento sustentável? (BELLO, 1998). Questão essa que deve considerar o entendimento e os limites do meio natural e as aspirações e necessidades dos diversos atores envolvidos nos projetos de desenvolvimento.

Assim, pensar o desenvolvimento sustentável é considerar as dimensões econômicas, sociais e ambientais na busca de alternativas para a dicotomia crescimento econômico versus preservação ambiental. Há várias controvérsias e diferentes entendimentos sobre quais estratégias de desenvolvimento são sustentáveis. O tripé “ambientalmente sustentável, socialmente justo e economicamente viável” leva constantemente a um conjunto grande de interpretações sobre como viabilizar o desenvolvimento sustentável.

Nesse sentido, as diversas tentativas de definições de sustentabilidade incluem conceitos relacionados à sustentabilidade ambiental, social e econômica, mas, todas elas, chegam a definições vagas / genéricas, que não respondem em como implantar o desenvolvimento sustentável. O próprio conceito de desenvolvimento sustentável estabelecido pelo relatório Brundtland (1987) apresenta essa dificuldade, quando o define como “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”.

Essas definições vagas geraram críticas ao modelo, mas Barbosa (2008) argumenta,

Apesar de ser um conceito questionável por não definir quais são as necessidades do presente nem quais serão as do futuro, o relatório *Brundtland* chamou a atenção do mundo sobre a necessidade de se encontrar novas formas de desenvolvimento econômico, sem a redução dos recursos naturais e sem danos ao meio ambiente. Além disso, definiu três princípios básicos a serem cumpridos: desenvolvimento econômico, proteção ambiental e equidade social (BARBOSA, 2008, p. 2-3).

Assim, a “ideia de sustentabilidade são, mais do que conceitos homogêneos e bem delimitados, campos de disputa sobre diferentes concepções de sociedade” (SCOTTO; CARVALHO; GUIMARÃES, 2007, p.8). Apesar de ter um apelo na sociedade, o que sobressai é o caráter polêmico e ambíguo do termo (idem, ibidem, p. 9). Assemelha-se assim, às três correntes destacadas por Alier (2014): o do culto ao selvagem, da ecoeficiência e do ecologismo dos pobres. Todas as três formas buscando estratégias e

soluções para os problemas socioambientais que por vezes, são bastante diferentes ou até antagônicas.

Como visto, desenvolvimento sustentável se transformou num termo, cujas tentativas de definições acabaram sendo vagas ou genéricas. Para tentar resolver esse problema, alguns autores preferem trabalhar com a ideia de princípios ou premissas da sustentabilidade. Veiga (2005) comentando os trabalhos de Sachs (2004), indica que o termo é um “conceito força”, e para seu entendimento, deve-se considerar 8 (oito) dimensões: social, cultural, ecológica, ambiental, territorial, econômica, política nacional e política internacional. São dimensões gerais a serem seguidas, mas moldável às condições e características distintas dos diversos locais.

Nessa linha, a ideia de sustentabilidade é repercutida para vários campos do conhecimento, nos quais se deseja ou se tenha sensibilidade para trabalhar com as questões (premissas) que envolvem a sustentabilidade. Passa-se a se chamar, por exemplo, práticas de agricultura que atendam a essas premissas de “agricultura sustentável”. O mesmo se aplica para outros ramos de atividade: comércio sustentável, transporte sustentável, entre tantos outros. O turismo, e mais recentemente o lazer, seguem essa tendência e passa-se a chamar de turismo e lazer sustentável os empreendimentos e atividades focados nos princípios da sustentabilidade.

Mas é necessário fazer um recorte, devido à amplitude ou vaguidade do termo sustentável. As opções adotadas para a presente pesquisa estão associadas às ideias de inclusão social, de redução de desigualdades socioeconômicas, de redução de problemas ambientais, como apontado. E as ideias e construções teórico conceituais aqui apresentadas são para atender a essas premissas.

E no campo do conhecimento do turismo, a construção da ideia de sustentabilidade também estava inserida nesse debate mais amplo sobre desenvolvimento sustentável ou sustentabilidade. Mas não só, o debate foi reforçado por aqueles movimentos alternativos, destacados nos tópicos 1.2 e 1.3, que a seu modo, já pensavam outras formas de praticar o turismo, muito antes das discussões sobre sustentabilidade.

Dentro das discussões mais abrangentes de sustentabilidade, Pires (2002) destaca alguns desses movimentos que debateram as implicações no turismo. Segundo ele, são importantes as seguintes reuniões dentro desse contexto: em 1976 ocorre um seminário sobre impactos sociais e culturais do turismo, promovido pelo Banco Mundial e Unesco; em 1980, uma conferência da Organização Mundial de Turismo (OMT), que é considerada um marco nas mudanças de direção do turismo; em 1981, é estabelecido em Bancoc, Tailândia, a Comissão Ecumênica em Turismo do Terceiro Mundo (ECTWT), que propõe apoio aos modelos de turismo alternativo desses países; em 1986 realiza-se um evento internacional em Bad Boll, Alemanha, que tinha como objetivos a construção de uma nova ordem do turismo; em 1989, na Polônia, ocorre um encontro sobre perspectivas teóricas em formas alternativas de turismo. Também em 1989, dois anos depois da publicação do Relatório Brudtland, realiza-se na Argélia um seminário sobre turismo alternativo da OMT, do qual surgiu pela primeira vez a proposta de “turismo sustentável”.



Uma das primeiras tentativas de definir o turismo sustentável foi proposta por Wall (1997). Para ele, o turismo sustentável é aquele que é praticado num local, visando ser viável ao longo do tempo, não degradando ou alterando o ambiente do patrimônio que usufrui, seja ele natural ou cultural. Mais que isso, não interfere na qualidade de vida da população envolvida, ao contrário, serve de base para a diversificação da economia local.

Na mesma linha, Swarbrooke (1999) tentou definir e operacionalizar o turismo sustentável. O autor reuniu algumas definições para sustentabilidade no turismo, dentre elas destaca-se o turismo sustentável como aquele “que é economicamente viável, mas não destrói os recursos sobre os quais dependerá o futuro do turismo, notadamente o ambiente físico e o tecido social da comunidade receptora” (SWARBROOKE, 1999, p.13).

Percebe-se que, tal qual a definição mais ampla de desenvolvimento sustentável, estas definições de turismo sustentável são também genéricas e não apontam os caminhos para se alcançar a sustentabilidade. Ficam mais num protocolo de intenções, sem apontar os meios.

Contudo, tais definições e os encontros que debatiam o tema, são importantes na construção do pensamento, à medida que fazem surgir ideias e propostas ligadas a uma nova ordem, a um novo modelo, de planejar e gerir os destinos turísticos – o turismo sustentável.

O desenvolvimento sustentável pode e deve ser pensado no setor turístico, pois está intimamente ligado à manutenção da qualidade do meio ambiente, do qual essa atividade depende. Equivocadamente, como destacado por Swarbrooke (1999), alguns setores do *trade* turístico sugerem que o Turismo Sustentável é simplesmente outro tipo de turismo, sinônimo de ecoturismo ou antítese do turismo de massa. Entretanto, é melhor entendê-lo como outro tipo de desenvolvimento do turismo que deve levar em conta não só o fator econômico, mas também os fatores ambientais e sociais. Nesse sentido, ele se configura como um novo paradigma na forma de se praticar ou planejar o turismo não devendo, portanto, considera-lo como um segmento de mercado.

Apoiada nas dimensões de sustentabilidade indicadas por Sachs (2004), o desenvolvimento sustentável do Turismo depende da: alteração na utilização dos recursos, gestão dos investimentos, orientação do desenvolvimento em nível institucional (governamental), política ambiental e turística adequada.

Swarbrooke (1999) compara conceitos gerais, estratégia de desenvolvimento e comportamento do turista em atividades sustentáveis e não sustentáveis, indicadas no quadro 1.4a, a seguir:

**Quadro 1.4a: turismo sustentável versus turismo não sustentável**

<u>Sustentável</u>	<u>Não Sustentável</u>
<b>Conceitos Gerais</b>	
Desenvolvimento (crescimento) lento	Desenvolvimento (crescimento) rápido
Implantação de atividades e equipamentos em longo prazo	Implantação de atividades e equipamentos em curto prazo

Enfoque qualitativo	Enfoque quantitativo
Controle local	Controle externo
<b>Estratégias de Desenvolvimento</b>	
Planejamento criterioso antes da instalação de atividades e equipamentos	Implantação de atividades e equipamentos sem considerar enfoque local ou regional
Baseado em conceitos ou premissas (ou princípios da sustentabilidade)	Baseado predominantemente “em projetos”
Promotores de desenvolvimento locais	Promotores de desenvolvimento no exterior
Capacitação e envolvimento dos moradores locais nas atividades planejadas – busca por alternativas de trabalho e renda da comunidade local	Preocupação “apenas” com a qualidade dos serviços prestados, independente da origem da mão-de-obra contratada. Normalmente há importação ou migração induzida de mão de obra
Arquitetura nativa	Sem preocupação com a utilização de técnicas construtivas locais para projetos arquitetônicos. Com frequência, são utilizados modelos importados.
<b>Comportamento do turista</b>	
Busca por trocas culturais com as comunidades receptoras	Com frequência tratam a comunidade local como meros serviços
Prepara-se e planeja sua viagem com antecedência	Compra “pacotes” prontos e deixa-se conduzir pelos guias contratados
Normalmente repete a visita	É improvável que volte.

Fonte: Raimundo (2017), modificado de Swarbrooke (1999, p. 22)

A partir desse quadro 1.4a, pode-se constatar que o turismo sustentável tenta quebrar aquele rápido “envolvimento e desenvolvimento” do modelo de Butler (1980), vide figura 1.1a, e que gera os problemas socioambientais. Ao contrário, está focado num planejamento criterioso, de longo prazo, e reforçando a necessidade de envolvimento local, acrescenta-se aqui, das comunidades receptoras nos processos de tomada de decisão sobre as atividades e equipamentos turísticos.

Numa abordagem também de não querer conceituar turismo sustentável, Molina (2001) aponta a necessidade de estruturar um modelo para torná-lo praticável:

os principais pontos deste modelo devem orientar o desenvolvimento de um acervo científico e de um instrumental tecnológico capaz de satisfazer metas econômicas e financeiras, de aumentar a eficiência dos sistemas produtivos mas, também, e no mesmo nível, daqueles relacionados ao uso sustentável dos recursos e à ampliação de valores culturais vinculados à ampliação da consciência ambiental (MOLINA, 2001, p.180)

Assim, ao invés de definir ou conceituar o turismo sustentável, é melhor trabalhar com seus princípios ou premissas. E Molina (2001, p. 183) aponta os princípios da sustentabilidade que o turismo precisa se basear. São eles: respeitar e cuidar da comunidade de seres vivos; melhorar a qualidade de vida humana; conservar a vitalidade e diversidade da Terra; reduzir ao mínimo o esgotamento de recursos não renováveis; manter-se dentro da capacidade de sustentação do local; modificar as atitudes e práticas pessoais; facultar às comunidades o cuidado de seu próprio meio ambiente; proporcionar um quadro nacional para a integração do desenvolvimento e da conservação; e forjar uma aliança mundial.

Na mesma linha, Ruschmann (1997) apresentou cinco princípios, ou características, para atingir o turismo sustentável: Pequena Escala de interferência; Respeito ao Meio Ambiente Natural; “Harmonia” entre visitantes e comunidades receptoras no que se

refere aos espaços sociais; Distribuição equitativa entre empreendimento e comunidades receptoras; e um Turista mais “responsável”.

Murphy; Price (2005) explicam como esses princípios da sustentabilidade devem embasar as ações do turismo e destacam que as atividades e equipamentos turísticos devem ter as seguintes dimensões:

- a) administração de recursos com cumprimento de regras mais justas, permitindo lucros aos investidores e às comunidades locais;
- b) equidade entre gerações e o respeito aos modos de vida e costumes;
- c) apelo estético, destacando a importância da diversidade de paisagens, não só naturais, mas urbanas e rurais;
- d) intrusão mínima, notadamente em ambientes sensíveis;
- e) avaliar os limites da natureza local em suportar interferências humanas, preservando os locais com sistemas básicos de suporte à vida<sup>23</sup>, na lógica dos serviços ambientais que estes locais prestam a sociedade.

Novamente, tais princípios são importantes, avançam em relação às definições propostas, mas, em alguns casos, ainda são genéricos. São necessárias estratégias e técnicas adicionais para orientar as ações na busca da sustentabilidade no lazer e turismo. E os campos de estudo do lazer e turismo, para buscar a sustentabilidade, precisam se relacionar com os diversos campos do conhecimento. Isso porque, o turismo ainda se encontra na busca por construir consenso quanto a ser entendido enquanto uma disciplina acadêmica, um campo científico de conhecimento ou uma linha de estudo (PANOSSO NETO, 2005).

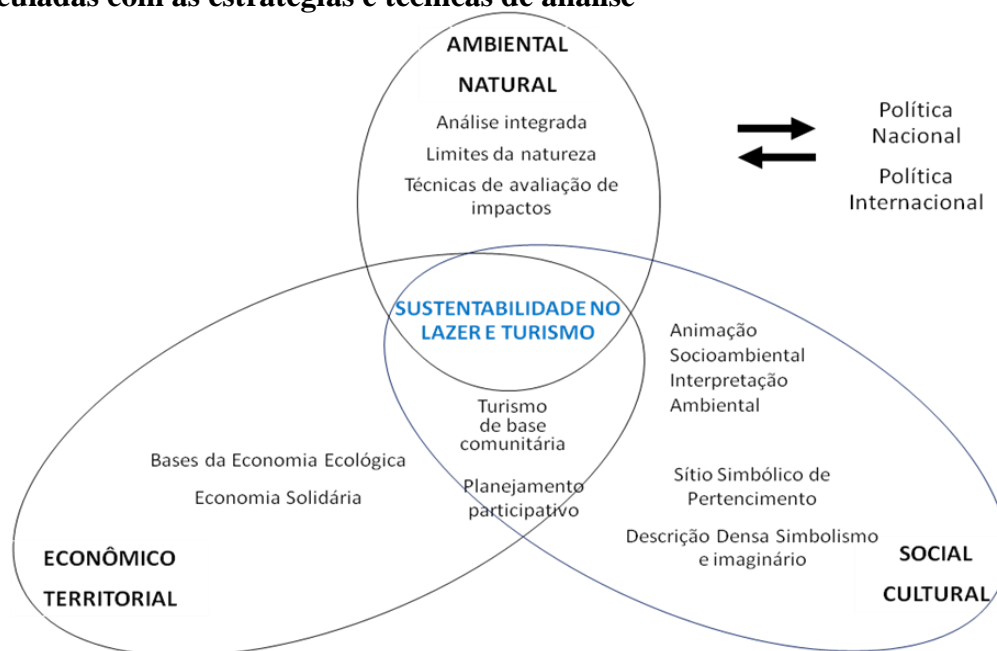
Embora se tenha buscado enquadramento do turismo dentro de debates contemporâneos, transformando-o em um problema de base epistemológica e buscando “o interesse teórico de conhecimento do fenômeno, ou então a sua apreensão metodológica, enquanto um objeto de conhecimento” (MOESCH, 2004, p. 22), prefere-se optar na discussão deste tópico entendendo o turismo, e também o lazer, por outro viés, como Tribe (1997), que o compreende como um campo de estudo multidisciplinar; mas não só pela perspectiva adotada pela OMT que não o vê como ciência, mas como uma prática econômica (GASTAL; MOESCH, 2007; NECHAR; PANOSSO NETO, 2014;), e sim eles precisam ser entendidos também enquanto prática sociocultural.

Nesse sentido, para alcançar a sustentabilidade do lazer e turismo, precisa-se recorrer a constructos teórico-metodológicos das ciências da natureza e da sociedade, adaptando-as às condições e exigências do lazer e turismo. A figura 1.4a, dividida em três blocos e considerando os princípios da sustentabilidade, destaca os princípios gerais e relaciona as estratégias e técnicas para alcançar o turismo e lazer sustentável.

---

<sup>23</sup>Limites da natureza referem-se aqui ao conceito de “sistemas básicos de suporte à vida” ou a “capacidade suporte dos ecossistemas”. Nesse conceito, a natureza é encarada como um sistema funcional, produtor de energia e matéria. A capacidade suporte do ecossistema analisa a capacidade de um ecossistema ou região em suportar um número máximo de população humana sob um dado sistema de produção, sendo esse sistema considerado como todos os sistemas baseados sobre recursos renováveis, como a agricultura, pecuária, pesca e extrativismo [acrescenta-se o turismo] e as várias combinações dessas práticas (JUNK, 1995, p.52)

**Figura 1.4a: Sustentabilidade no Lazer e Turismo - dimensões integradas e articuladas com as estratégias e técnicas de análise**



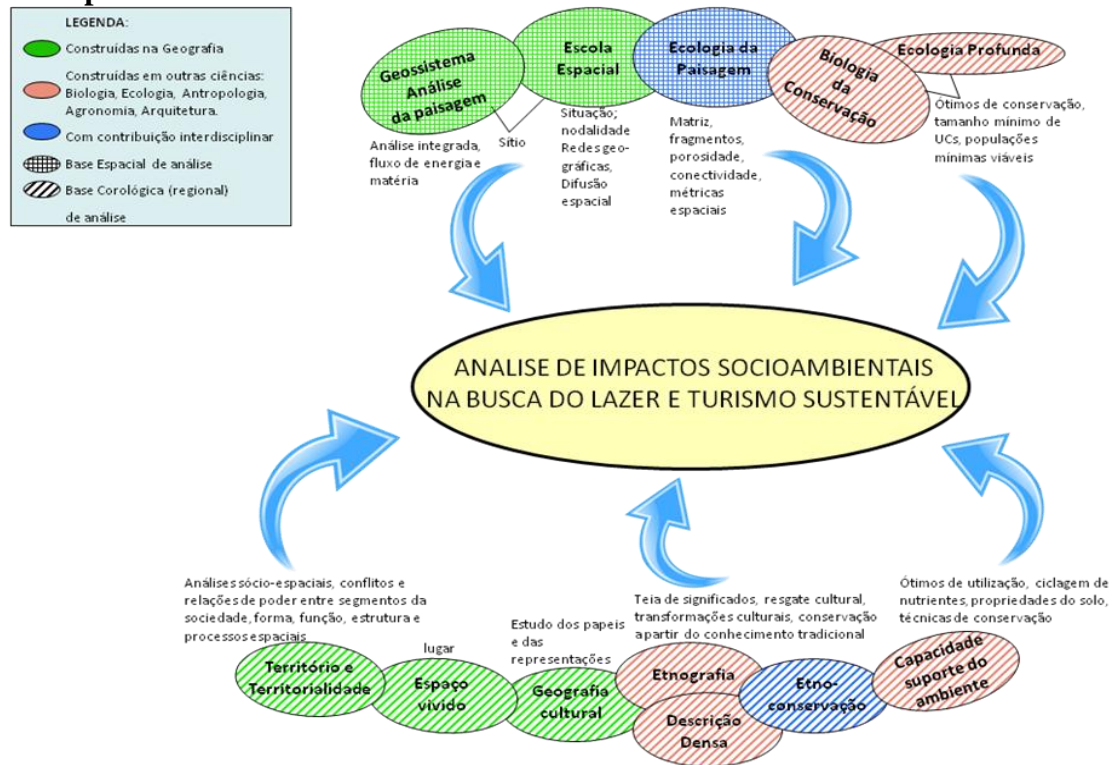
Fonte: modificado de Raimundo (2017)

Destacam-se, as seguir, como essas estratégias e técnicas foram construídas nas diversas ciências, como suas bases teórico-metodológicas e relacionando-as a busca do lazer e turismo sustentável.

Tais bases teórico-metodológicas focaram o funcionamento da natureza, do ponto de vista das relações ecológicas, mas também a apreensão simbólica que grupos socioculturais distintos da sociedade urbana mantinham com a natureza. A figura 1.4b apresenta as principais correntes do pensamento que foram sendo construídas considerando essa temática e objetivando a redução de problemas socioambientais promovidas pelo turismo e posteriormente pelo lazer. Elas podem ser divididas em dois grandes blocos: um primeiro focado no planejamento físico territorial, considerando escalas regionais de planejamento e na avaliação de impactos negativos produzidos no meio (as correntes destacadas na parte superior da figura 1.4b); e um segundo bloco, de escalas mais locais, focadas no entendimento dos atributos naturais e socioculturais de uma determinada localidade – parte inferior da figura 1.4b.

Nesse sentido, considerando as dimensões “ecológica” e “ambiental de Sachs (2004) e associando-as ao preconizado por Ruschman (1997), como uma “Pequena Escala de interferência e o Respeito ao Meio Ambiente Natural”, Molina (2001) como “respeitar e cuidar da comunidade de seres vivos” e “conservar a vitalidade e diversidade da Terra” e de Murphy; Price (2005) como “apelo estético, destacando a importância da diversidade de paisagens, não só naturais, mas urbanas e rurais” e “avaliar os limites da natureza local em suportar interferências humanas, preservando os locais com sistemas básicos de suporte à vida”; foram criadas técnicas cuja base de apoio era uma análise integrada (ou sistêmica) do ambiente, a fim de entender as partes que o compõe, destacando os fluxos de materiais e energia dentro do sistema e reduzir problemas ambientais.

**Figura 1.4b: Aportes teóricos de estudos das relações sociedade x natureza como busca para um lazer e turismo sustentável<sup>24</sup>**



Modificado de Raimundo (2010b)

Assim, nos anos 1970, e no bojo dos debates sobre desenvolvimento sustentável, surge na Europa a “Ecologia Profunda”, como uma forte corrente de conservação da natureza, em face da emergência da questão ambiental. Diegues; Arruda (2001) indicam que, para os idealizadores da Ecologia Profunda, a natureza deveria ser preservada, independente da contribuição que poderia trazer aos seres humanos.

Os adeptos dessa corrente do pensamento precisavam envidar esforços para conservação da natureza, como por exemplo, em práticas materializadas através de aquisição de terras para criação de parques e outras áreas protegidas, assim como realização de trabalhos técnico-científicos em áreas com baixas interferências antrópicas e de grande biodiversidade. Trata-se de uma luta contra o tempo daqueles que se esforçam para conservar a biodiversidade do planeta (TERBORGH; van SCHAIK, 2002). A visão cientificista e tecnológica era bastante forte nessa corrente de pensamento, sendo que elas deveriam apontar os problemas e soluções das interferências da sociedade na natureza e no uso de recursos naturais. Nesse contexto, a expansão do modelo de parques norte-americanos e de controle da população, cujo crescimento era considerado como maior fator de destruição da natureza (vivia-se a influência do Clube de Roma), passou a fazer parte do dogma da Ecologia Profunda (DIEGUES; ARRUDA, 2001).

<sup>24</sup> A legenda traz duas indicações: base espacial e base corológica de análise. Entende-se por base espacial de análise os estudos que têm como pressupostos o entendimento do arranjo geométrico das formas – a distribuição e organização dessas formas no espaço. E por base corológica de análise os estudos regionais que se dedicam aos processos e à dinâmica, sendo que as formas não são o ponto de partida nem os interesses centrais dessas abordagens.

A Ecologia Profunda não construiu um método de trabalho do que se dispunha a discutir, constituía-se mais numa base filosófica, ou visão de mundo, de entendimento da sociedade e a natureza.

A abordagem metodológica da Ecologia Profunda veio a ser pensada e desenvolvida ao longo da década de 1980 com a idealização da “Biologia da Conservação”. A ênfase dessa corrente, baseada nos pressupostos da Ecologia Profunda era a proteção, ou conservação da biodiversidade. Soulé (1985), um dos precursores dessa corrente, indicava que a Biologia da Conservação é uma ciência multidisciplinar que foi desenvolvida como resposta à crise com a qual a diversidade biológica se defrontava. Na mesma linha, Primack; Rodrigues (2001) indicam que a Biologia da Conservação é uma disciplina científica que foi desenvolvida para impedir os avanços da destruição de espécies no mundo. Para os autores, a Biologia da Conservação reúne pessoas e conhecimento de várias áreas para combater a crise da biodiversidade. “No futuro, as pessoas poderão olhar para nossa época como um período em que poucas pessoas determinadas salvaram inúmeras espécies e comunidades biológicas da extinção” (PRIMACK; RODRIGUES, 2001, p. 02). Para esses autores (p.6), a Biologia da Conservação possui dois objetivos: primeiro, entender os efeitos das atividades humanas nas espécies, comunidades e ecossistemas; e, segundo, desenvolver abordagens práticas para prevenir a extinção de espécies e, se possível, reintegrar as espécies ameaçadas ao seu ecossistema funcional.

Baseada também no modelo de biogeografia de ilhas, a Biologia da Conservação procura desenvolver seus estudos com a noção de equilíbrio dinâmico da riqueza das espécies (LÉVÊQUE, 1999) destacando, assim, a frequência e a amplitude dos processos de colonização e de dispersão de espécies de fauna e flora que tendem a aumentar a riqueza em espécie de um local e, por outro lado, dos fenômenos de extinção e de emigração que tendem, pelo contrário, a reduzir a riqueza de espécies (LÉVÊQUE, 1999, p. 58). Nesse sentido, a Biologia da Conservação desenvolve pesquisas referentes às espécies para determinar áreas de tamanho ótimo a fim de evitar a extinção dessas (DIEGUES; ARRUDA, 2001).

Assim, esses estudos apontam que para a determinação de uma população mínima viável (PVM) de uma determinada espécie é necessário um estudo demográfico detalhado da população e uma análise ambiental (sobre a degradação) da área. Alguns autores, como por exemplo, Pires (s.d.)<sup>25</sup> apontam que para vertebrados é necessária uma população entre 500 e 1000 indivíduos, enquanto que para invertebrados e plantas anuais, uma população de 10.000 indivíduos. Os estudos de biologia da conservação que enfocam as áreas mínimas indicam que, por exemplo, para mamíferos de pequeno porte, uma área adequada para perenização das espécies deveria ser algo entre 10.000 e 100.000 hectares. Outros estudos de biologia da conservação, como o de Green et al. (2014), focando também o tamanho da área, indicam que protegendo-se 30% da área de

---

<sup>25</sup> Disponível em: Pires, sd., <http://slideplayer.com.br/slide/1797595/>, acesso em 28/12/2016.

cada ecossistema existente numa região, garante-se a conservação de pelo menos 80% das espécies nele inseridas.

Algumas das ferramentas desenvolvidas por esta técnica para identificação dos *ótimos* de conservação e de extinções de espécies de fauna e flora, assim como a variabilidade genética, de espécies e de ambientes que compõem a biodiversidade de uma dada área transformaram-se em importantes ferramentas para análise de impactos das fragilidades e das potencialidades da natureza, nos quais as atividades de lazer e turismo se inserem, em diagnósticos e prognósticos para as áreas estudadas.

Estudos de Biologia da Conservação sobre populações mínimas viáveis e sobre a estrutura de ambientes naturais têm sido utilizados para avaliação de impactos de loteamentos e de equipamentos de lazer e turismo na Amazônia brasileira e em áreas remanescentes de Mata Atlântica no sudeste brasileiro. No Pontal do Paranapanema, nas divisas dos Estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul e Paraná, Cullen Jr et al. (2003) estudaram os *habitats* e a circulação de algumas espécies de fauna indicadoras de ambientes bem conservados, para dar subsídios à criação de novas unidades de conservação e para ordenar as práticas agrícolas e outras socioeconômicas, dentre elas as de visitação (lazer e turismo) nesta região. Estes autores conseguiram identificar e analisar os *habitats* de algumas espécies dependentes, como o mico-leão e a onça pintada, propondo áreas para conservação dessas espécies e o desenvolvimento de atividades de educação ambiental e de lazer nessas áreas como parte das estratégias de conservação.

Nessa linha, há uma importante contribuição da Geografia, ligada aos estudos da Paisagem. Segundo Monteiro (2000), um dos princípios de análise da paisagem é a “análise integrada” dos fatores físicos e biológicos, onde a paisagem é apreendida como sistema integrado de heterogeneidade vertical e horizontal, englobando o conhecimento científico de cada estrato ou elemento componente. Na década de 1960, e diante da apreensão mundial sobre a crise ambiental em destaque, tal preocupação de análise integrada ganhou força através de uma proposta baseada na teoria dos sistemas gerais. Essa visão foi batizada pelos geógrafos russos e franceses como “Geossistema”. Bertrand; Bertrand (2007) Bertrand (1972) e Sotchava (1978), entre outros autores, refletem em seus estudos a inter-relação dos componentes da paisagem formando um conjunto único e indissociável, tratando-se da paisagem total, considerando também a análise do maior número de fatores antrópicos que respondam pelo padrão de uso e ocupação de uma área em estudo. Importante destacar que para os geógrafos russos, o geossistema era entendido como síntese da natureza, ou seja, as relações entre os elementos abióticos e bióticos e sua expressão espacial. A sociedade não era considerada na identificação dos geossistemas. Já para os geógrafos franceses, o geossistema incorporava as “ações antrópicas” como um terceiro elemento da síntese geográfica. Assim, o geossistema podia ser definido pelo “potencial ecológico”, ou seja, os elementos abióticos; pela “exploração biológica” – os elementos bióticos -; e pelas “ações humanas” (BERTRAND; BERTRAND, 2007, BERTRAND, 1972).

Existem vários empregos de análises espaciais considerando esses sistemas. Silva (2006), por exemplo, estudou o turismo no município de Brotas (SP) à luz dos sistemas dinâmicos. Esse autor considerou e analisou o subsistema socioeconômico e o subsistema natural, discutindo as demandas, aspirações e necessidades socioculturais do primeiro subsistema e a fragilidade e potencialidades de uso do segundo subsistema frente às demandas do primeiro. Destacou-se nesse trabalho, a interdependência dos fatores e a necessidade de um mapeamento de síntese onde se apontaram as unidades ambientais. Trabalhos a luz de bases de geossistemas configuram atualmente numa importante ferramenta para o planejamento das atividades de lazer e turismo na natureza, como se apresentará no capítulo 2.1.

Ainda na Geografia, surge nos anos 1960 e 1970, uma abordagem denominada Escola Espacial, sob forte influência dos geógrafos norte-americanos. Segundo Ferreira (2003), a Escola Espacial embasa-se na obra de Schaefer, o qual indica que o geógrafo deve se ater ao arranjo espacial do fenômeno e não ao fenômeno em si. Deve-se, através desses preceitos, estudar a distribuição espacial (o estudo do onde) e sua difusão espacial no tempo, verificando a importância do arranjo geométrico dos fatos observados. Nesse sentido, segundo Sack (1974, apud FERREIRA, 2003, p. 20), através do “pensamento geométrico da Geografia, é possível identificar, separar e avaliar os efeitos das propriedades espaciais como fenômenos independentes e examiná-los à luz da análise espacial”.

O espaço à luz desta escola é entendido a partir das relações entre os objetos, relações estas que implicam em custos (dinheiro, tempo, energia) para se vencer a fricção imposta pela distância (PUMAIN, 2005, 1997; CORRÊA, 1995). A distância é assim, um dos três conceitos mínimos para se realizar os estudos geográficos sob essa ótica: os outros são orientação e conexão. Trata-se de três conceitos eminentemente espaciais. E Corrêa (1995, p. 22) acrescenta:

a orientação refere-se à direção que une pelo menos dois pontos, enquanto a distância diz respeito à separação entre pontos e a conexão à posição relativa entre pontos, sendo independente da orientação e da distância, pois é uma propriedade topológica do espaço.

A escola espacial recebeu críticas, como em Leff (2001) e no próprio Corrêa (1995) aqui mencionado. Pois segundo esses autores, o espaço era entendido numa visão limitada porque, privilegiava em excesso à distância, vista como variável independente. Nessa visão, segundo essas críticas, as contradições, os agentes sociais, o tempo e as transformações são inexistentes ou relegadas a um plano secundário. Harvey (1973, p. 41) também criticou os estudos de difusão espacial de inovações por sua irremediável tendência a ignorar a complexidade da dinâmica social, dela isolando os pretensos processos puramente espaciais, como por exemplo, a consideração do efeito-proximidade nas ondas de difusão.

Por outro lado, o próprio Corrêa (1995) em suas críticas reconhecia a importância desta escola de análise se ela se livrasse de alguns de seus pressupostos:

As representações matricial e topológica devem, no nosso entender, se constituir em meios operacionais que nos permitam extrair um



conhecimento sobre localizações e fluxos, hierarquias e especializações funcionais, sendo nesse sentido, uma importante contribuição que, liberada de alguns de seus pressupostos como a planície isotrópica, a racionalidade econômica, a competição perfeita e a a-historicidade dos fenômenos sociais, pode ajudar na compreensão da organização espacial [...] Os modelos fornecem-nos pistas e indicações efetivamente relevantes para a compreensão crítica da sociedade em sua dimensão espacial e temporal, não devendo ser considerados como modelos normativos como se pretendia (CORREA, op. cit, p. 23)

Considerando essas críticas, é interessante destacar um dos principais campos de aplicação da Escola Espacial - os estudos sobre difusão espacial, ou seja, como uma variável ou fenômeno geográfico se expressa no espaço ao longo do tempo. Estudos sob este enfoque aparecem na década de 1950, com o trabalho precursor de Hagerstrand (1952), que discutiu a difusão espacial de tecnologias agrícolas na Suécia. Presentemente estudos baseados nessa temática estão recebendo novos olhares, que não têm pretensões de estabelecer modelos e consideram as críticas pelas quais passaram os modelos de difusão das décadas de 1960 e 1970. Estudos como os da área da saúde e saneamento, com os processos de difusão espacial da propagação da dengue (FERREIRA, 2003); de cultura e esportes, com a difusão espacial do futebol para todo o Brasil, a partir dos grandes centros, como São Paulo e Rio de Janeiro (JESUS, 2000); de atividades econômicas, como o trabalho de Abramo (2001) a respeito da difusão espacial do mercado imobiliário; ou ainda sobre a difusão espacial do veraneio e do ecoturismo sobre áreas protegidas (RAIMUNDO, 2015a), todos eles apresentam-se como novos paradigmas de entendimento dos processos no espaço ao longo do tempo, e oportunos para análise da relação sociedade e natureza.

Embora a Escola Espacial não se atenha especificamente à análise de problemas ambientais ou da gestão de atividades de lazer e turismo no território, seus métodos podem ser utilizados para avaliação da distribuição e arranjo geométrico dos fatores ambientais (que influem na conservação ou na degradação ambiental) e, numa abordagem temporal, verificar como se dá o processo de difusão espacial de um determinado fenômeno, de conservação ou de degradação.

Contudo, é preciso evitar que a análise do arranjo das formas fique presa apenas à geometria. A forma é a pista inicial para a avaliação de um padrão espacial, mas ela não pode ser considerada em si mesma, sob o risco de atribuir a ela uma autonomia de que não é possuidora. Se assim se fizer, estar-se-á deslocando a forma para a esfera da geometria, caindo num “espacialismo estéril” (CORRÊA, 1995, p. 28).

Nesse sentido, é fundamental considerar as categorias de análise do espaço, conforme preconizado por Santos (1997), segundo o qual a produção do espaço deve ser analisada a partir de suas categorias fundamentais: estrutura, processos, função e forma, as quais devem ser consideradas em suas relações dialéticas. Assim:

forma, função, estrutura e processos são quatro termos disjuntivos associados, a empregar segundo um contexto de mundo de todo o dia. Tomados individualmente, representam apenas realidades parciais, limitadas, do mundo. Considerados em conjunto, porém, e

relacionados entre si, eles constroem uma base teórica e metodológica a partir da qual podemos discutir os fenômenos espaciais em totalidade [...] Em outras palavras, forma, função, processo e estrutura devem ser estudados concomitantemente e vistos na maneira como interagem para criar e moldar o espaço através do tempo (SANTOS, 1997, p. 52).

Com base nesses pressupostos, é possível avançar no entendimento da difusão espacial, aprofundando a análise do arranjo geométrico das formas, preconizado pela Escola Espacial e incorporando nessa análise as informações necessárias ao entendimento espacial como proposto por Santos (1997).

Considerando as informações até aqui relatadas sobre as correntes do pensamento – biologia da conservação, análise da paisagem, geossistemas e escola espacial –, aparecesse nos EUA nos anos de 1980 outra abordagem de entendimento da relação sociedade e natureza que incorporou os preceitos de todas essas correntes do pensamento: trata-se da “Ecologia da Paisagem”. Diferentemente de sua contemporânea – a Biologia da Conservação –, que de certa forma apresentava uma visão dicotômica entre sociedade e natureza, a Ecologia da Paisagem procura relacionar as atividades humanas com as questões ambientais ou naturais, realizados sobre bases espaciais (com as premissas da Escola Espacial) e de análise integrada dos fluxos de materiais e energias (proposta geossistêmica). Forman; Godron (1986) foram os precursores da Ecologia da Paisagem e entendem a paisagem como uma combinação heterogênea de ecossistemas complexamente estruturados, cuja dinâmica deve ser compreendida, buscando-se entender as regras da distribuição dos elementos da paisagem e dos ecossistemas – o fluxo de seres vivos animais e vegetais, o fluxo de energia, nutrientes minerais e da água – e as consequentes alterações ecológicas no mosaico paisagístico ao longo do tempo.

A Ecologia da Paisagem surge, enquanto disciplina, com a contribuição principalmente da Geografia e da Biologia, mas também com colaborações da arquitetura da paisagem, Engenharia Florestal, Agronomia e Pedologia (INGEGNOLI, 1997). Segundo Risser (1985), a Ecologia da Paisagem analisa a extensão dos ecossistemas e seus limites, especialmente aqueles limites que são influenciados pelas atividades humanas. É, assim, o desenvolvimento de uma rede de análise da paisagem que atende especificamente aos agroecossistemas e interações ecológico-econômicas.

Nessa análise, os atributos espaciais do comportamento do ecossistema são fortemente combinados com as atividades humanas que afetam as características espaciais e os movimentos de energia e matéria da paisagem. O que é importante destacar é que esses argumentos permitem testar as ideias sobre os ótimos na relação entre a diversidade natural e os tipos de usos da terra, ou seja, as características da paisagem mais adequadas na redução de pragas, as relações entre habitat e diversidade biológica, os usos inadequados, inclusive os ligados ao lazer e turismo, entre outras aplicações.

Assim, esses trabalhos têm sido utilizados na elaboração de Estudos de Impacto Ambiental, ou de avaliações ambientais mais expeditas, como as desenvolvidas por Cardoso-Leite et al. (2005), ou os de Sabino; Andrade (2003). Os primeiros

consideraram os pressupostos aqui mencionados de análise integrada dos fluxos e processos ecológicos e abordagens sobre fragmentação e conectividade das florestas e demais ambientes da Serra do Japi, no interior de São Paulo, caracterizando tais ambientes e avaliando suas pressões de uso, principalmente com a instalação de loteamentos e chácaras de lazer. Os segundo desenvolveram trabalho sobre a caracterização da ictiofauna em um rio de Bonito, Estado do Mato Grosso do Sul, destacando também suas fragilidades frente às atividades de visitação.

Nos anos 1980 e 1990, surge nas Ciências Agrônomicas uma revisão dos estudos de capacidade de carga<sup>26</sup> ou de capacidade de suporte, incorporando as limitações e fragilidades do ambiente, a qual se convencionou chamar de Capacidade Suporte do Ambiente. Numa análise parecida à da Ecologia da Paisagem, porém mais focada nos processos que no design (análise espacial), Junk (1995) define Capacidade Suporte do Ambiente como

a capacidade de um ecossistema ou região para suportar sustentadamente um número máximo de população humana sob um dado sistema de produção. Sistemas de produção são considerados todos os sistemas baseados sobre recursos renováveis, principalmente agricultura, pecuária, silvicultura, pesca e as várias combinações destas práticas. (JUNK, 1995, p. 52)

Na mesma linha, Fearnside (1986, p. 68-69) conceitua a Capacidade Suporte como

o número de pessoas que podem ser sustentadas, por prazo indeterminado, em uma área a um dado padrão de vida, sem haver degradação ambiental, dadas presunções apropriadas sobre tecnologia utilizada e os hábitos de consumo...[Desta forma, a] sustentabilidade agrícola requer um balanço razoável de nutrientes no sistema, incluindo compensação por perdas através de lixiviação, erosão e exportação de nutrientes nos produtos colhidos.

Posto dessa maneira, este campo do conhecimento procurou produzir estudos sobre o tamanho da área adequada que uma comunidade humana, ou família, despenderia para suprir suas necessidades sem gerar degradação ambiental. As técnicas que Junk e Fearnside, entre outros autores, estão focadas nas práticas agropecuárias tradicionais ou de baixa utilização de insumos, tecnologia e capital.

Essas premissas sobre capacidade suporte do ambiente foram adaptadas para as necessidades de manejo de impacto das atividades de lazer e turismo no meio ambiente, como no trabalho precursor de Cifuentes (1992). Na avaliação da capacidade suporte de um atrativo ou área destinada à visitação, são consideradas suas características e condições de dar suporte à vida natural, a satisfação e atitudes psico-sociológicas dos visitantes, ao grau de aceitação da comunidade local e a rentabilidade econômica. Inúmeros trabalhos seguiram essa linha, como os realizados por Fletcher (2001) ou Ruschman (2000) que destacam as variáveis ambientais e socioculturais para o estabelecimento de limites de interferência no ambiente das destinações turísticas. O

---

<sup>26</sup> Os estudos de capacidade de carga desenvolvidos na zootecnia e agronomia visam estabelecer os ótimos de produção de uma pastagem em relação ao rebanho ao qual serve de alimento. Quer dizer: qual é a quantidade de cabeças de um rebanho que um pasto consegue suportar sem prejuízos econômicos e mais recentemente ecológicos. Sobre esse assunto veja, por exemplo, o trabalho de Santos et al. (2002).

foco dessas análises é estabelecer um número máximo de visitantes numa área, antes que ocorram problemas socioambientais.

Assim, essa produção do conhecimento tem embasado técnicas e estudos mais específicos com vistas à redução de impactos negativos da visitação a essas áreas, aplicados ao planejamento de trilhas e atrativos em unidades de conservação ou mesmo nos parques urbanos. Tais técnicas foram desenvolvidas pelos Serviços de Parques do Canadá, dos EUA e da Austrália, entre outros países e se divulgaram pelo mundo por suas siglas, a saber:

- **CC** (*Capacidade de carga*);
- **VIM** (*Visitor Impact Management*)
- **LAC** (*Limits of Acceptable Change*)
- **VERP** (*Visitor Experience and Resources Protection*)
- **TOMM** (*Tourism Optimization Management Models*)
- **ROS** (*Recreational Opportunity Spectrum*)
- **VAMP** (*Visitor Activity Management Process*)

A necessidade de se impor um conteúdo no qual se aborde os elementos constituintes da paisagem e suas relações, muitas vezes é feita sem uma estruturação e objetivos firmados por quem planeja e executa o uso público nas unidades de conservação. Com frequência, devido a poucos recursos financeiros, a baixa capacitação de funcionários, assim como o não envolvimento de especialistas, as abordagens até aqui descritas, como a Biologia da Conservação e a Análise Geossistêmica, ficam difíceis de serem implantadas. A fim de resolver esse problemas, técnicas como o VIM e o LAC foram desenvolvidas para, ao invés de querer avaliar todos os componentes da paisagem, trabalhar com indicadores de impacto e com o monitoramento destes, como se verá a seguir.

As trilhas são os equipamentos de lazer e ecoturismo nas unidades de conservação e suas condições são parâmetros que devem ser controlados para atender as necessidades daqueles que as visitam. De acordo com MAGRO (1999) os impactos negativos mais comuns oriundos do uso público são demonstrados pela perda da vegetação e consequente erosão do solo, presença de lixo, contaminação de água, incêndios e distúrbio à fauna. No entanto, avaliar tais condições somente através da perspectiva quantitativa, como da capacidade de carga, não permite um manejo preocupado com a satisfação dos visitantes e com as oportunidades de recreação. Cole; Stankey (1998) afirmam que a capacidade de carga (CC) não possibilita uma gestão efetiva do turismo nos parques, uma vez que produz resultados relacionados apenas com os processos associados ao uso sem o comprometimento com a experiência do visitante.

Por outro lado o *Limits of Acceptable Change* (LAC) preconiza a experiência da visitação como ferramenta essencial para a o manejo das trilhas, através da escolha de indicadores e padrões que expressem condições aceitáveis de mudança. Trilhas que apresentem condições próximas ou ultrapassando seus limites podem prejudicar a qualidade da visitação, a segurança dos visitantes e gerar problemas de degradação ambiental.

Segundo Takahasi (1997), o LAC foi pensado a fim de atender as necessidades dos visitantes e, ao mesmo tempo, garantir a conservação da qualidade natural da área. Esta técnica foi desenvolvida em resposta à necessidade de melhorar o manejo dos impactos causados pelos visitantes em unidades de conservação. Para tanto, ela dá especial atenção às condições existentes e as aceitáveis para determinada área e como atingir estas condições. Este sistema é uma reformulação do modelo de capacidade de carga recreativa, que fracassou, principalmente por estimular nos administradores das unidades de conservação a preocupação: Quanto de visitantes é demais?

Ainda segundo Takahasi (1997), no LAC, há a aceitação de que o uso traz impacto, mas que é preciso trabalhar com o objetivo de reduzi-los ao máximo por ações acertadas de manejo, não devendo ser considerado uma ferramenta adicional no manejo e sim um processo que reestrutura todo o trabalho existente.

O LAC se preocupa com: i) as condições desejadas; ii) quanto de mudança pode ser tolerado em diferentes partes; iii) o efeito do uso, sendo secundária a questão da “quantidade de uso”; e iv) o constante monitoramento do processo

A técnica *Visitor Impact Management*<sup>27</sup> - VIM (GRAEFE et al., 1990) derivada do LAC, trabalha com o estabelecimento do uso de indicadores (que apontam se estão ocorrendo mudanças na paisagem) e o seu constante monitoramento. Foca-se nas relações entre indicadores-chave de impacto e os variados aspectos dos padrões de uso da visitação em áreas naturais (PASSOLD; MAGRO; COUTO, 2004).

Graeffe et al. (1990), indicam que a etapa de estabelecimento de indicadores é a mais importante e a qual necessita de apoio de especialistas da área. Estes autores sugerem alguns possíveis indicadores que podem nortear os trabalhos. O quadro 1.4b, traz uma lista desses possíveis indicadores.

Uma vez estabelecido os indicadores mais adequados, passa-se a uma fase de capacitação dos envolvidos nas atividades de lazer e turismo: monitores, operadores, agências e demais atores. Essa capacitação deve ser estabelecida para que todos os envolvidos tenham amplo entendimento sobre a técnica, do porque os indicadores foram estabelecidos e, principalmente, de como deve ser realizado o monitoramento destes indicadores. Com isso, espera-se que possíveis mudanças na paisagem natural do ambiente no qual as atividades de lazer e turismo estão sendo desenvolvidas seja rapidamente identificadas e ações para seu manejo sejam propostas com urgência.

O figura 1.4c apresenta as etapas de estabelecimento de indicadores e monitoramento da técnica “VIM”.

Considerando essas informações os profissionais que operam atividades de lazer e ecoturismo na natureza podem reduzir impactos negativos e propor ações de manejo quando surgirem problemas. A combinação do LAC com o VIM, como aqui indicado, oferece um roteiro de fácil entendimento e aplicação para estes profissionais.

---

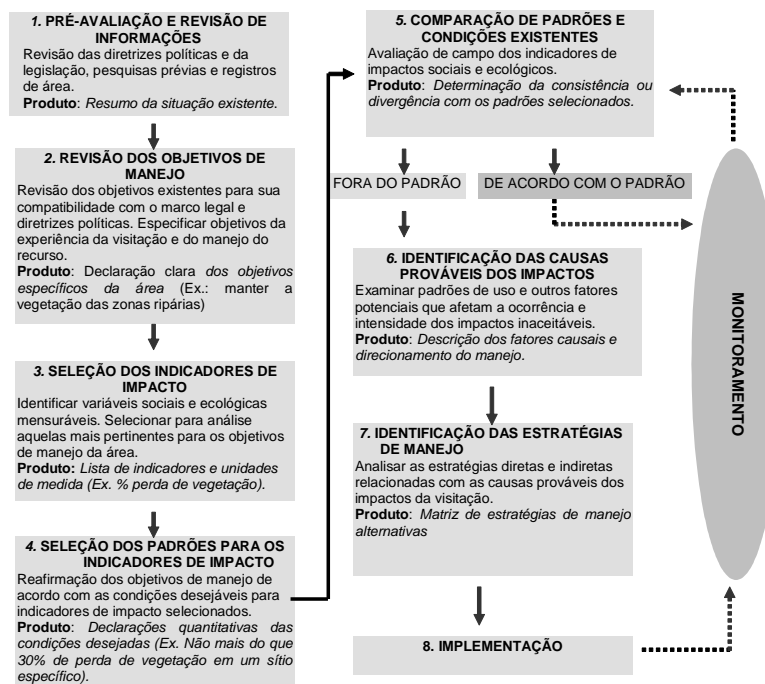
<sup>27</sup> Manejo do Impacto da Visitação, aporuguesamento já estabelecido pelos órgãos de manejo de áreas protegidas.

## Quadro 1.4b: lista de possíveis indicadores de impacto

Impactos Físicos	
Densidade do solo	Drenagem do solo
Compactação do solo	Química do solo
PH do solo	Produtividade do solo
Quantidade de serapilheira e camada orgânica superficial	Profundidade de serapilheira e camada orgânica
Área sem vegetação	Área de solo nu
Área total de camping	Número de fogueiras
Tamanho das áreas das fogueiras	Número de trilhas "sociais"
Erosão visível	
Impactos Biológicos	
Fauna do solo e micro flora	Densidade de cobertura do solo
% perda de cobertura vegetal	Composição de sp. de plantas
Diversidade de espécies de plantas	Proporção de sp. exóticas
Altura das plantas	Vigor das sp. selecionadas
Extensão de vegetação doente	Extensão dos danos às árvores
Nº de plântulas	Exposição das raízes das árvores
Abundância de sp. silvestres selecionadas	Presença/Ausência de fauna silvestre selecionada
Frequência de observação de fauna silvestre	Diversidade de fauna silvestres
Sucesso na reprodução da fauna silvestre	
Impactos Sociais	
Número de encontros com outros indivíduos por dia	Número de encontros por tipo de atividade
Número de encontros por meio de transporte	Número de encontros por tamanho de grupo
Número de encontros com outros grupos por dia	Percepção do visitante sobre lotação
Número de encontros por local de encontro	Nº de reclamações dos visitantes
Percepção do visitante sobre o impacto no ambiente	Quantidade de lixo na área
Satisfação do visitante	
Relatos de visitantes sobre comportamentos indesejáveis de outros visitantes	

Fonte: Graeffe et al. (1990)

Figura 1.4c: etapas de estabelecimento de indicadores e monitoramento da técnica “VIM”



Fonte: Freixedas-Vieira et al. (2000)

No Brasil, o ICMBio, órgão vinculado ao Ministério do Meio Ambiente e responsável pela gestão de unidades de conservação federais adotou como técnica mais adequada para gestão de suas áreas o NBV (Número Balizador de Visitação) (ZIMMERMANN, 2011), que é uma associação de Capacidade de Carga e VIM. Por sua vez, a Fundação

Florestal, órgão da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, e responsável pela gestão das unidades de conservação nesse Estado, definiu como base de suas atividades de redução de problemas da visitação em suas áreas, a técnica do VIM.

Admitindo-se essas informações, para atender aos princípios “ambiental” e “natural”, da figura 1.4a, as técnicas aqui destacadas merecem ser consideradas na busca da sustentabilidade do lazer e turismo, como se apresentará, através de estudos de caso no capítulo 2. Mas, novamente, elas precisam ser consideradas, ou associadas, com as outras dimensões.

Nesse sentido, retomando as dimensões da sustentabilidade estabelecidas por Sachs (2004) discute-se, a seguir, um segundo bloco de conhecimento, ligado às dimensões “social” e “cultural” e que no dizer de Ruschman (1997) devem considerar os conflitos entre visitantes e visitados, buscando uma “harmonia” entre eles no que se refere aos espaços sociais; e também estabelecer estratégias de mudanças de atitudes e comportamentos do visitante, transformando-o num “turista mais ‘responsável’”, ou dos princípios de Molina (2001) para o qual deve-se “modificar as atitudes e práticas pessoais”; e de Murphy; Price (2005) no que diz respeito à “equidade entre gerações e o respeito aos modos de vida e costumes”.

Trata-se do entendimento da relação de um dado grupo social com o meio em que vive e as necessidades e aspirações deste grupo frente à utilização de recursos naturais. Foca-se assim principalmente nos atributos socioculturais e nos valores ligados ao imaginário e ao simbolismo que os elementos da natureza desempenham para estes povos, assim como nas estratégias de gestão e governança entre os atores.

Nessa linha, o enfoque da interação “sociedade e natureza” a Geografia presentemente desenvolve trabalhos num ramo denominado Geografia Cultural. As origens dessa “nova” linha da Geografia encontram-se na própria formação dela enquanto ciência, no final do século XIX, com os estudos da Antropogeografia de Ratzel, na Alemanha e dos estudos de “Gênero de Vida”, de Vidal de Lablache. Moraes (1995) ao interpretar a visão dos geógrafos franceses do final do século XIX sobre esse assunto comenta que:

‘gênero de vida’ exprimiria uma relação entre a população e os recursos, uma situação de equilíbrio, construída historicamente pelas sociedades. A diversidade dos meios explicaria a diversidade dos gêneros de vida (MORAES, 1995, p. 69).

O conceito de “gênero ou modo de vida”, uma das raízes da Geografia Cultural, é firmado numa abordagem epistemológica distinta da presente. Na segunda metade do século XIX, essa temática organizou-se e tomou vulto na Geografia agrária francesa que desejava entender como o homem se adaptava às condições do meio natural, produzindo modificações de acordo com suas necessidades.

Brunhes (1948) foi um dos grandes sistematizadores do “gênero de vida”. Em sua obra emblemática e piloto, “Geografia Humana”, esse autor buscou, em diversas partes do mundo, compreender as maneiras como os povos interagem com o meio e produzem modificações na paisagem, marcadas pelas limitações e ofertas de recursos naturais no ambiente e pelas técnicas distintas construídas em cada sociedade. A natureza, em sua

visão, aparecia apenas como um palco, ou “O” palco, no qual os homens produziam suas interferências. Brunhes (op. cit.) justificava as grandes alterações produzidas pela sociedade na natureza como o “fator construtivo da destruição humana”, à medida que a produtividade e o desenvolvimentismo apareciam como os responsáveis pelas transformações e degradações ambientais na primeira metade do século XX ainda era insipiente.

O desenvolvimento tecnológico, a partir da segunda metade do século XX, contribuiu para a crise e quase desaparecimento da Geografia Cultural. Claval (2001, p. 48-49) indica que a Geografia Cultural entra em declínio porque desaparece a pertinência dos fatos de cultura para explicar a diversidade das distribuições humanas. Os métodos do gênero de vida não são feitos para sociedades modernizadas, que se generalizam pelo mundo. As sociedades concebidas a partir do gênero de vida desaparecem em todos os lugares do mundo, o que pareceu condenar as pesquisas de Geografia Cultural.

Contudo, o desaparecimento programado para Geografia Cultural não aconteceu, pois a homogeneização total não ocorreu (McDOWELL, 1996). Nesse contexto, Claval (2001, p. 50) indica que as técnicas tornaram-se demasiadamente uniformes para deter a atenção; e são as representações, negligenciadas até então, que merecem ser estudadas, daí resultam os “estudos dos papéis”. A reconstrução da Geografia Cultural, segundo Claval (2001), passa, portanto pela busca do sentido dos lugares e da percepção que os povos que os habitam têm deles, ou seja, o espaço vivido.

Nessa linha, outro método/técnica desenvolvido na Antropologia é a “descrição densa” de Clifford Geertz (2012), como recurso importante para entendimento das mudanças ocorridas no local estudado e suas perspectivas futuras. Aplicada ao lazer e turismo, seu intuito é analisar o olhar, do ponto de vista interpretativo, da comunidade local (comunidades, associações, gestores, instituições governamentais, lideranças, entre outros) diante da atividade de lazer e turismo, bem como buscar as relações dos moradores com o *trade* que trabalha na região e os turistas e que a frequentam, com seus distintos propósitos. Disso faz emergir uma teia de significados, como propõe Geertz (2012), de onde se permitiria relacionar os usos, os conflitos e as aspirações dos atores.

Para Geertz fazer etnografia (e uma descrição densa):

[...] é estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário, e assim por diante. Mas não são essas coisas, as técnicas e os processos determinados, que definem o empreendimento. O que o define é o tipo de esforço intelectual que ele representa: um risco elaborado para uma "descrição densa". (GEERTZ, 2012, p. 4)

Ao referir-se sobre cultura, entendida por este autor como uma “teia de significados e suas análises”, Geertz explica que os objetivos da descrição densa e teoria interpretativa da cultura são: “tirar grandes conclusões a partir de fatos pequenos, mas densamente entrelaçados; apoiar amplas afirmativas sobre o papel da cultura na construção da vida coletiva empenhando-as exatamente em especificações complexas” (GEERTZ, 2012, p. 19- 20).



Para tal, deve-se registrar todas as atividades com diversos materiais: cadernos de campo, máquina fotográfica e gravador digital, pois são instrumentos que ajudam a “escrever contra o esquecimento” Laplantine (2004) e também Geertz (2012, p. 15) que menciona as características da etnografia:

[...] ela é interpretativa; o que ela interpreta é o fluxo do discurso social e a interpretação envolvida consiste em tentar salvar o “dito” num tal discurso da sua possibilidade de extinguir-se e fixa-lo em formas pesquisáveis.

Como toda e qualquer pesquisa há inúmeros impasses e Geertz reconhece as limitações da etnografia interpretativa, pois:

[...] está sempre presente o perigo de que a análise cultural perca o contato com as superfícies duras da vida – com as realidades estratificadoras políticas e econômicas, dentro das quais os homens são reprimidos em todos os lugares (GEERTZ, 2012, p. 21).

Importante mencionar o papel de outro campo do conhecimento ligado às questões ambientais, assemelhando-se ao objeto de estudo da Geografia Cultural e da Etnografia/Descrição Densa e que foi construído no campo interdisciplinar do conhecimento. Trata-se da Etnociência e da Etnoconservação.

Para Diegues (2000, p. 16) pode-se falar em etno-bio-diversidade, isto é, a “riqueza da natureza, da qual participam os humanos, nomeando-a, classificando-a, domesticando-a”. Para esse autor, a biodiversidade pertence tanto ao domínio do natural e do cultural, mas é a cultura enquanto conhecimento que permite que as populações tradicionais possam entendê-la, representá-la mentalmente, manuseá-la e, frequentemente, enriquecê-la. O autor continua:

o que se propõe é a criação de uma nova ciência da conservação que incorpore o conhecimento científico e tradicional[...] [A Etnoconservação] é o estudo do papel da natureza no sistema de crenças e a adaptação do homem a determinados ambientes, enfatizando as categorias e conceitos cognitivos utilizados pelos povos em estudo. Pressupõe-se que cada povo possua um sistema único de perceber e organizar as coisas, os eventos e os comportamentos (DIEGUES, 2000, p. 18-19).

Postos dessa maneira, os objetivos da Etnociência se assemelham aos da Geografia Cultural e, em muitos casos à sua corrente precursora - o “gênero de vida” da geografia agrária francesa e pode ser levantado com os princípios da descrição densa.

Diegues (2000, p. 20) alerta que a Etnoconservação, como nova teoria e prática conservacionista, não é de domínio exclusivo de determinados cientistas nem do Estado, mas de um movimento que reúne cientistas de diversos campos, tanto das ciências naturais como das sociais, de lideranças das comunidades locais (tradicionais) e de representantes de várias organizações não governamentais a fim de implantar uma conservação real das paisagens, de proteger a diversidade biológica e também sociocultural.

Nesse sentido, a Etnoconservação, a Geografia Cultural e a Descrição Densa são similares em suas buscas e tendências. Poder-se-ia pensar numa semelhança entre ambas no sentido de que a Etnoconservação procura refletir e incorporar as

necessidades, o conhecimento e os desejos das comunidades locais, ditas tradicionais. A Geografia Cultural assemelha-se a esse enfoque na busca das representações - sua tendência mais recente -, procurando entender e espacializar os fenômenos ligados à construção dos lugares e das identidades dos povos. E a descrição densa traz um conjunto de procedimentos apropriados para alcançar isso.

A Etnoconservação, contudo, é um campo do conhecimento mais “aplicado”, com foco nas questões ambientais e na valorização das culturas; enquanto a Geografia Cultural e a Descrição Densa procuram desvendar as características das representações das comunidades (culturas) sobre o meio, sem necessariamente ter preocupações a respeito da conservação da natureza.

Estas correntes têm uma forte tendência de crescimento no lazer e turismo. Assim, têm aparecido para o planejamento do turismo os tais estudos, com a identificação de processos adaptativos de grupos humanos sobre a natureza, de Geografia Cultural e Etnoconservação sobre o estudo das representações de comunidades tradicionais – seu universo simbólico e imaginário – e para buscar as identidades desses povos e suas visões de mundo a cerca da natureza.

Considerando essas informações, há estudos ligados ao lazer e turismo que se tem utilizado das premissas da Geografia Cultural e da Etnoconservação. Furlan (2004), Maldonado (2001), Merlo (2000) e Calvente (1997) estudaram o comportamento, as crenças, os valores, as necessidades e aspirações da comunidade caiçara de Ilhabela, no litoral norte do Estado de São Paulo, frente aos embates de conservação da natureza e dos avanços do turismo. Rodrigues (2003, 2002) analisou o processo de planejamento participativo quando da elaboração do plano de manejo do Parque Estadual da Ilha do Cardoso, no litoral sul de São Paulo. Apesar das dificuldades e conflitos relatados por Rodrigues (op. cit.), tratou-se de uma das primeiras experiências de planejamento de áreas protegidas em São Paulo que considerou e materializou os interesses das comunidades humanas.

Este trabalho foi norteador para o Ministério do Turismo estabelecer um polo de ecoturismo e considerá-lo uma experiência positiva de turismo de base local. Nesses exemplos, há diferenças nos procedimentos de elaboração das pesquisas. Contudo, todas elas trazem em seu bojo uma caracterização sobre o modo de pensar e agir de comunidades humanas. Comunidades que fazem uma leitura dos atributos da paisagem, baseado numa cosmogonia em muito diferenciado dos valores e crenças dos cidadãos. Trata-se de um entendimento da paisagem como produto da ação de uma cultura sobre o meio. Um grupo social que apresenta técnicas, mas principalmente representações (visões de mundo) distintas dos habitantes da cidade ou de áreas mais modernizadas do campo.

Identificar os saberes e fazeres dessas comunidades constitui-se presentemente numa grande tarefa para os profissionais da área de lazer e turismo. Trata-se da identificação do que Guimarães (2002) chamou de Paisagem Viva e Paisagem Simbólica. Uma vez identificadas as características dessas Paisagens Vivas é preciso considerar que as novas introduções e transformações promovidas pelo lazer e turismo não as

descaracterizem significativamente, garantindo os atributos naturais e socioculturais das paisagens onde se inserem.

Todos eles focados em identificar as produções desses grupos sociais e que podem ser analisados quanto a seu aproveitamento turístico. É o que Yázigi (2001) chamou de “a alma do lugar” ou Zaoual (2006) de “Sítio Simbólico de Pertencimento”. No dizer deste autor

De modo essencial, cada sítio é uma entidade imaterial que impregna o conjunto da vida em dado meio. Ele possui um tipo de caixa preta feita de crenças, mitos, valores e experiências passadas, conscientes ou inconscientes, ritualizadas. Ao lado deste aspecto feito de mitos e ritos, o sítio possui também uma caixa conceitual que contém seus conhecimentos empíricos e/ou teóricos, de fato, um saber social acumulado durante sua trajetória. Enfim, os atores em dada situação operam com sua caixa de ferramentas que contém seu saber-fazer, técnicas e modelos de ação próprios ao contexto (ZAOUAL, 2006, p. 32).

São as relações de pertencimento, de identidade, de atração, prazer que as comunidades locais estabelecem com seus meios e que devem ser resguardados para que as forças do lazer e turismo mais massificado, por exemplo, não as descaracterizem; e, mais que isso, que podem ser inseridas no planejamento de destinações como diferenciais de visitação, desde que essas características socioculturais não sejam transformadas em esquetes de visitação, descontextualizado de suas características histórico-cultural de formação. “A ida de um viajante a um sítio é também uma possibilidade de compartilhar a experiência de sentido que ali se dá” (BARTHOLO, 2009, p. 52), pois “concretamente, a clientela procura verdadeiros sítios que combinam a autenticidade e a profundidade do intercâmbio intercultural de uma parte e a harmonia com a natureza e a memória dos lugares visitados em outro lugar” (ZAOUAL, 2009, p. 57).

Assim, essas construções teórico-metodológicas têm embasado técnicas e estudos mais específicos com vistas à identificação dos usos, dos interesses e dos conflitos entre os atores ligados ao lazer e turismo e, especificamente, a transformação de um turista, ou visitante, num cidadão mais “responsável” (RUSCHMAN, 1997).

É preciso destacar ações voltadas ao turista, ou visitante, para busca da sustentabilidade. Como indicado em 1.3, o ecoturismo, em sua definição oficial brasileira indica que ele deva buscar “a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente”. Nesse sentido, a interpretação ambiental (ou da natureza) e, mais recentemente a animação socioambiental são as técnicas mais consagradas para isso. O Ministério do Turismo definiu a interpretação ambiental como

Uma maneira de representar a linguagem da natureza, os processos naturais, a inter-relação entre homem e a natureza, de maneira que os visitantes possam compreender e valorizar o ambiente e a cultura local (BRASIL, 2006a)

Pressupõe-se que a interpretação ambiental permita uma reflexão mais ampla do visitante, não só sobre os aspectos da natureza, mas também sociais, culturais e econômicos no qual o local visitado se insere. Com isso, o papel do guia (ou intérprete da natureza) é fundamental, sendo ele

entendido não apenas como intérprete passivo da dinâmica natural mas, também como um agente engajado, capaz de incentivar a reflexão [...] O visitante e o turista precisariam também ser repensados como sujeitos políticos no seu ambiente de origem e não apenas como atores passivos no processo (BOTELHO et al., 2015, p. 193).

Assim, com foco nas mudanças de atitude e de comportamento do turista (visitante), discute-se a Interpretação Ambiental e a Animação Socioambiental como atividades mais desenvolvidas dentro de áreas protegidas, por se relacionar tanto com atividades de ecoturismo como com as atividades que envolvem a educação ambiental. A forma como é desenvolvida pode atuar diretamente nesses níveis, trabalhando diretamente com a qualidade da experiência do visitante, sendo comumente utilizados meios como estruturas de placas interpretativas, centro de visitantes e monitores e guias para a prestação de serviço de informação ou de condução dos visitantes.

Porém, com relação ao exercício desse tipo de atividade, Pelicioni; Toledo (2010, p. 304) colocam os seguintes problemas:

Atividades como essas, com finalidade turísticas ou educativas, estão crescendo e se diversificando a cada dia, e muitos programas de educação ambiental desenvolvidos em áreas naturais têm adotado essa estratégia, priorizando muitas vezes a transmissão de conteúdo de ecologia, ciências e biologia, enfatizando apenas o 'conservacionismo'. Além disso, por não exigirem grandes investimentos econômicos, essas atividades acabam sendo realizadas corriqueiramente também em espaços urbanos de lazer, em finais de semana ou feriados e, na maioria das vezes, por pessoas sem nenhum preparo na área ambiental (PELICIONI; TOLEDO, 2010, p. 304).

Nesse sentido, é necessário ir além da visão "meramente conservacionista", tentando abarcar a diversidade de assuntos da área visitada. A animação socioambiental, como derivação da animação sociocultural permite esse entendimento mais amplo.

A animação sociocultural vem sendo desenvolvida desde 1960, para acolher um conjunto variado de atividades que se distancia da maneira elitista, acadêmica e formal de produção do conhecimento (PUILG; TRILLA, 2004). Segundo estes autores, a animação sociocultural, desenvolvida por animadores, deve estar pautada nos seguintes princípios e conceitos:

- O conjunto de ações de toda natureza que um ou muitos animadores dirigem a indivíduos isolados, pequenos grupos ou coletividades mais amplas.
- Ações inspiradas numa pedagogia participativa, dialógica e não diretiva.
- Ações que visam promover aos destinatários atividades voluntárias, abertas a todos, que não exigem conhecimentos prévios, desinteressadas e livres.
- Atividades que podem ser artísticas, intelectuais, sociais, práticas ou físicas.
- Atividades orientadas para facilitar a emancipação pessoal ou coletiva, o desenvolvimento cultural, a formação permanente, a intercomunicação humana, a estruturação da vida social, a ocupação formativa do tempo livre, a criatividade e a redução da distância cultural entre os indivíduos.

Em resumo, são atividades que querem compensar, ajustar, catalisar e renovar os comportamentos, atitudes e ideias para permitir uma vida mais justa, rica, autônoma e feliz (PUIG; TRILLA, 2004, p. 160).

O profissional que atua nesta perspectiva no campo do lazer é o animador cultural (alguns também o chamam de animador sociocultural). Raimundo; Pacheco (2014), utilizando-se dessas informações da animação sociocultural, mas aplicada a temática ambiental, chamaram-na de “animação socioambiental”. A animação permite ao praticante do lazer e turismo obter uma postura ativa ao participar de uma atividade.

A atitude ativa, em primeiro lugar consiste em criar um estado total de disponibilidade, para viver integralmente a vida imaginária que lhe é oferecida, a fim de que sejam inteiramente liberados os mecanismos de projeção e identificação, sem o que não haverá uma participação efetiva. Esse é o momento do “sonho acordado” (DUMAZEDIER, 2004, p. 260)

Essa característica é fundamental para a prática da animação sociocultural, pois é de acordo com o nível de envolvimento dentro de uma atividade e pela intensidade em que se dá essa vivência é que se pode estabelecer o desenvolvimento do indivíduo por meio de uma atividade de lazer (ALVES, 2009). A ação do animador sociocultural deve relacionar temas de interesses culturais dos praticantes em seu momento de lazer. Nesse sentido, é muito importante a visão de conjunto oferecida pelo animador, ao qual cabe adaptar as atividades ou recorrer à monitoria de profissionais de diversas áreas, para orientação e implantação de atividades (MARCELLINO, 2005).

Na temática ambiental, tal fato reveste-se de maior importância, porque a natureza (ou o ambiente) não pode ser abordada de uma forma fragmentada. É preciso um esforço para entender o fenômeno natural/ambiental sobre as diversas partes que o compõe (física, biológica e mesmo humana), numa abordagem geossistêmica, como já apresentado. Nucci (2009) sugere o estudo da paisagem, que é composta por várias partes, para pensar nessa análise integrada. Para ele,

Como ponto de partida e com a intenção de enfrentar esse desafio, sugere-se entender a paisagem como um termo fundamental e de importante significado para a Geografia. Como um fato concreto e a feição (fisionomia) da estrutura, das inter-relações e da evolução que ocorrem em determinada área. (Nucci, 2009, p. 60).

Não é fácil aos profissionais entender essa síntese paisagística, sendo, por vezes necessária, uma equipe multidisciplinar. O profissional da área de lazer e turismo deve estar inserido nessa equipe, ou pelo menos, utilizar tais conhecimentos, por meio de levantamento bibliográfico, para serem ofertadas informações relacionais aos visitantes. Nesse sentido, a animação sociocultural tem uma forte aliada para isso, a interpretação da natureza ou interpretação ambiental.

A interpretação ambiental busca o contato direto com um ambiente natural que possibilite ao indivíduo uma oportunidade para desenvolver a percepção ambiental e assimilar conhecimentos. Isso visando à formação de uma consciência ecológica e cultural que contribua para o desenvolvimento de posturas e atitudes positivas diante do

ambiente e da sociedade (PIRES, 2005). Essa atividade tem um foco sobre as dimensões da experiência do visitante, e considera que ele não está preocupado apenas com a observação de um cenário ou objeto, mas também com a sensação e percepção de alguma coisa e do seu valor (WEARING; NEIL, 2009).

Para Wearing; Neil (2009) a interpretação ambiental deve orientar-se de acordo com o estado cognitivo e emocional do visitante, visando ampliar a consciência, intensificar o entendimento e com isso poder expandir a perspectiva e atitude de cada visitante.

Os estudos de Neiman (2007) no Vale do Ribeira (SP) indicam que o contato com a natureza parece ser um forte motivador para a mudança de atitudes em relação ao meio ambiente. Para este autor, práticas de interpretação ambiental que possibilitem esse contato constituem-se em atividades de alta relevância na transformação dos conhecimentos, valores e atitudes em direção a um comportamento pró-ambiental.

A interpretação ambiental baseada na experiência proporciona ao indivíduo a vivência na natureza e compreende um conjunto de elementos que vão das experiências interpretadas e representadas de forma particular individual ou grupal, expressas por sensações, pensamentos e sentimentos variados.

Os princípios da interpretação ambiental nascem a partir da obra de Freeman Tilden, dramaturgo e filósofo, que desempenhou seu trabalho no *National Park Service*, nos Estados Unidos. Para Tilden (2007<sup>28</sup>, p.33) a interpretação ambiental, pode ser definida da seguinte maneira: “Uma atividade educativa que aspira a revelar significações e relação pelo uso de objetos originais, pela experiência de primeira mão, e por meios de comunicação ilustrativa, antes que comunicar simplesmente a informação efetiva”.

Tilden (2007) aponta seis princípios básicos, como fundamentais para se desenvolver qualquer programa de interpretação ambiental:

- Qualquer interpretação que não faça, de algum modo, relação com o que está sendo mostrado ou descrito com alguma coisa íntima da personalidade ou experiência do visitante, será estéril.
- Informação, como tal, não é interpretação, mas sim é a revelação baseada no uso de informação. Mas são coisas totalmente diferentes. Entretanto, toda interpretação inclui informação;
- Interpretação é uma arte, as quais se combinam muitas artes, quer seja o material apresentado científico, histórico ou arquitetônico. Muitas artes estão entre muitos meios educativos;
- O objetivo fundamental da interpretação não é a instrução, mas a aprovação, despertando curiosidade, dando mais ênfase no que parece insignificante;
- Interpretação deve visar apresentar uma informação em sua totalidade ao invés de uma parte isolada e deve ser apresentada para a pessoa como um todo, mais do que apenas duas facetas;

---

<sup>28</sup> A primeira edição do trabalho de Tilden é de 1957 e devido a sua importância, ele tem sido reeditado a cada 10 anos: 1967, 1977, 1987, 1997 e a última edição, revista é de 2007.

- O discurso interpretativo para crianças (abaixo de 12 anos) não deve ser uma diluição da apresentação para um adulto. Mas deve adotar uma fundamental diferença. Isso requer uma separação do programa para diferentes públicos.

Considerando essas informações, é possível pensar em atividades com os visitantes, sobre a temática ambiental com a capacitação de monitores locais desenvolvidas com os recursos da interpretação ambiental.

Ham (1992), utilizando esses princípios de Tilden (2007, 1957) apresenta algumas características para a estruturação de um roteiro de interpretação ambiental. Para ele, a interpretação ambiental deve ser:

**Amena:** Apesar do entretenimento não ser a principal meta da interpretação, é uma de suas qualidades essenciais, no sentido de manter a atenção do visitante. O que se sobressai em toda interpretação excitante é ser informal e não formal como em sala de aula.

**Pertinente:** A informação tem significado e é personalizada. Sendo significativa, temos capacidade de relacioná-la com o contexto que conhecemos assim também sendo personalizada encontrando uma forma de vincular a informação transmitida com algo que o visitante conhece bem, ou com algo por qual se interessem.

**Organizada:** as ideias apresentadas dentro de um roteiro interpretativo devem seguir uma sequência lógica de pensamento. Como resultado, a informação apresentada é muito mais fácil de seguir, sendo possível apresentá-la em categorias, e por consequência, não parecer tão volumosa.

**Temática:** A interpretação deve ter um tema como ponto principal. Os temas ajudam os intérpretes a selecionar dentro da riqueza de seu conhecimento os poucos eixos e conceitos que colocarão em sua apresentação.

Assim, a partir das informações advindas de uma análise integrada da paisagem, o interprete, ou animador socioambiental, deve elaborar roteiros de interpretação da natureza (ou do ambiente) considerando os princípios e conceitos dessas duas técnicas (animação e interpretação).

Com isso, espera-se contribuir para as mudanças de atitudes e comportamentos do visitante, resultando num “turista mais responsável” (RUSCHMANN, 1997) e procurando através dessas atividades, transformar o visitante num cidadão mais crítico e criativo. Os estudos de caso do capítulo 3 apresentam o planejamento de atividades de lazer e turismo fazendo uso dessas técnicas e contribuindo para a busca do lazer e turismo sustentável.

Retornando às dimensões da sustentabilidade estabelecidas por Sachs (2004) discute-se, agora, o terceiro bloco de conhecimento, ligado às dimensões “econômica” e “territorial”, embora ainda se associe a dimensão “social”. O foco principal está na análise e avaliação de conflitos entre os atores sociais. Trata-se também de considerar as premissas de Ruschman (1997), como “harmonia” entre visitantes e comunidades receptoras no que se refere aos espaços sociais; e distribuição equitativa entre empreendimento e comunidades receptoras; ou de Molina (2001) como “facultar às

comunidades o cuidado de seu próprio meio ambiente”; ou de Murphy; Price (2005), como “equidade entre gerações e o respeito aos modos de vida e costumes” e “administração de recursos com cumprimento de regras mais justas, permitindo lucros aos investidores e às comunidades locais”.

Com isso, um ponto importante de análise é entender as relações de poder e as disputas existentes entre os atores sociais. E na Geografia, a categoria Território e Territorialidade, assim como as relações de Poder, respondem a esses interesses de pesquisa.

Para Raffestin (1993) o espaço é um tempo-relacional. Um produto de relações entre atores sociais, ou atores sintagmáticos, ou seja, aqueles que desempenham ou representam um programa de ação. Nessa relação entre atores emerge a ideia de poder e seus trunfos. Quer dizer, um poder exercido por um ator em relação a outro ou outros, baseado no controle ou na dominação, o qual se estabelece sobre as populações e sobre os recursos existentes num dado local. Considerando essa relação – o controle sobre populações e recursos de um espaço exercido por um grupo social – aparece a ideia de território.

Segundo Raffestin (op. cit., p. 53) os trunfos do poder raramente tem um sentido único, mas ele se configura de uma maneira relacional. Desta forma, a relação raramente é bilateral (entre apenas dois atores), mas multilateral, o que permite entender os conflitos entre alguns grupos, os enlaces ou parcerias com outros, as mediações, entre outras atitudes nesse campo relacional.

Para Moraes (1984), a origem do território como categoria de análise foi construída nas ciências biológicas. Nessas, o território era entendido como a área de ocorrência de uma dada espécie vegetal ou animal como, por exemplo, o território da mata de araucária. Posteriormente, segundo esse autor, as ciências humanas incorporaram o território para explicações de suas temáticas. Moraes (1984) explicando duas maneiras de entender o território, aponta que a primeira, na Geografia, Ratzel construiu a ideia de propriedade e posse de um espaço, como definição de um território, donde resultaria a formação de Estado Nacional. A segunda ideia é a noção de território para Karl Marx, para o qual, o território seria construído não pela posse ou propriedade, mas pelo uso. O território de um grupo indígena reside no fato dessa tribo ali caçar e exercer suas atividades cotidianas (MORAES, 1984, p. 91).

Aprofundando essa abordagem, Haesbaert (2004) faz uma extensa revisão sobre a definição de território. Para ele, o território, entre outras abordagens, pode ter uma vertente simbólica, de comunidades tradicionais, ou no imaginário da sociedade sobre seus valores e crenças; e uma vertente político-econômica, que foca as relações econômicas entre o local e o global.

Haesbaert (2004) amplia aqueles conceitos discutidos por Moraes (1984), apontando como o território é visto e trabalhado em alguns campos do conhecimento. Diz ele:

Enquanto o geógrafo tende a enfatizar a materialidade do território em suas múltiplas dimensões (sociedade e natureza), a Ciência Política enfatiza sua construção a partir das relações de poder...; a



Economia...percebe-o como um fator locacional ou como uma das bases da produção...; a Antropologia destaca sua dimensão simbólica, principalmente das sociedades ditas tradicionais...; a Sociologia o enfoca a partir das relações sociais ... e a Psicologia... incorpora-o no debate sobre a construção da subjetividade ou da identidade pessoal, ampliando-o até a escala do indivíduo (HAESBAERT, 2004, p. 37).

Assim, o autor, considerando os aportes dessas ciências, indica que é possível definir território constituído por três vertentes básicas: política, cultural e econômica.

Do ponto de vista simbólico, Haesbaert (op. cit.) chama essa abordagem de perspectiva *idealista* de território, a qual é empregada na análise de sociedades tradicionais – pré-industriais, agrícolas ou rústicas. Citando o antropólogo Maurice Godelier, Haesbaert indica que ocorre uma apropriação simbólica na definição de um território, pois:

o que reivindica uma sociedade ao se apropriar de um território é o acesso, o controle e o uso, tanto das realidades visíveis quanto dos poderes invisíveis que os compõem, e que parecem partilhar o domínio das condições de reprodução da vida dos homens, tanto a deles própria quanto a dos recursos dos quais eles dependem (HAESBAERT, 2004, p. 69).

Desta forma o território é considerado um signo cujo significado somente é compreensível a partir dos códigos culturais nos quais se inscrevem (HAESBAERT, 2004, p. 69). Daí resulta uma construção de identidade dos povos com relação aos lugares que habitam.

Nessa visão simbólica, aparece a ideia de territorialidade, que é a perspectiva do pertencimento ao território implicando na representação de uma identidade cultural e não necessariamente um polígono delimitado. Essa identidade supõe redes múltiplas, embasadas em ‘geo-símbolos’ e não em fronteiras definidas. Inscrevem-se, assim, nos lugares e caminhos que ultrapassam os blocos de espaços homogêneos e contínuos da ideologia geográfica (HAESBAERT, op.cit., p. 71).

Nessa linha, Calvente et al. (2004) indicam que

os territórios podem ser pouco sólidos, com limites instáveis. As ligações afetivas e de identidade entre um grupo social e o seu lugar são importantes para a gênese de um território ou para o interesse de mantê-lo, mas ainda não definem o território. O poder que define um território tampouco é propriedade de um indivíduo: o indivíduo pertence a um grupo e o poder é dado pelo grupo. Há uma interação entre noções de poder, dominação e competência (CALVENTE et al., 2004, p. 266).

Assim, segundo Haesbaert (2004, p. 71),

a visão utilitarista de território não dá conta dos principais conflitos do mundo contemporâneo. Por isso, o território é primeiro um valor, pois a existência, e mesmo a imperiosa necessidade para toda a sociedade humana de estabelecer uma relação forte, ou mesmo uma relação espiritual com o espaço de vida, parece claramente estabelecida.

Assim, o território “como lugar e a identidade, não podem ser compreendidos em si mesmos, há sempre uma mediação com os objetos ou a materialidade do lugar” (FURLAN, 2004, p. 226). Nessa abordagem, o Território simbólico se assemelha a outra categoria geográfica: o Lugar. O lugar é o espaço vivido, ou experienciado por um

grupo social, na construção de relações histórico-culturais que Tuan (1980) chamou de relações topofílicas<sup>29</sup>.

Outra abordagem, que Haesbaert (2004) chama de perspectiva *materialista*, é possível definir território com um enfoque econômico e político. Para compreender melhor essa abordagem, o autor cita o conceito de “Território Usado” de Milton Santos, no qual é possível entender os processos das relações estabelecidas entre o lugar em sua formação sócio-espacial local e o mundo (os agentes externos ao lugar).

Assim, em um embate entre essas forças, resultam atores hegemônicos e hegemonzados. Para os atores hegemônicos o território usado é um recurso e garantia de realização de seus interesses particulares; enquanto para os atores hegemonzados trata-se de um abrigo, buscando constantemente se adaptar ao meio geográfico local, ao mesmo tempo em que recriam estratégias que garantam sua sobrevivência nos lugares (HAESBAERT, 2004, p. 59). Além disso, nesse viés de embate que gera subordinação e centralidades de lugares, a perspectiva do território se configura em espaços não contíguos – os *territórios-rede* -, os quais são centrados no movimento e na conexão, o que inclui conexão em diferentes escalas. São, portanto, espaços descontínuos, mas intensamente articulados e conectados entre si (HAESBAERT, 2004, p. 77-79).

A partir da categoria Território, procura-se destacar os conflitos, os enlaces, as parcerias entre os atores de uma dada localidade em suas relações de poder. Nessa questão, pode-se avançar para outros instrumentos de análise, cujo foco está na participação dos atores e suas relações de poder.

Presentemente, os instrumentos de planejamento de uma dada área, como planos diretores, planos de manejo, planos turísticos, planos de gestão, entre outros, estabelecem a premissa da participação dos atores como estratégias para identificação das características e conflitos existentes numa área para poder propor ações mais próximas dessa realidade.

O planejamento participativo, com a comunidade local envolvida nos processos de tomada de decisão e considerando as aspirações e necessidades dessas comunidades, configura-se como uma das mais importantes dessas estratégias e ainda um desafio a ser atingido para o lazer e turismo sustentável.

Connor (1988) e Arnstein (2002) consideram que existe uma “escada” a ser vencida na construção de uma participação cidadã. Entendem-se aqui a participação cidadã como o envolvimento da comunidade local e outros *stakeholders* nos processos de tomada de decisão, com vistas à inclusão social de camadas menos favorecidas, com relação ao planejamento e gestão de atividades e equipamentos turísticos. Esse envolvimento pode ser expresso num processo, desde uma total dependência e subordinação em relação a outros agentes, como investidores externos e o poder público e, portanto, sem nenhuma inclusão; até o controle cidadão, ou seja, o controle das atividades e equipamentos turísticos geridos pela própria comunidade.

---

<sup>29</sup> Neologismo estabelecido por Tuan (1980) para indicar as relações de paixão, prazer, proximidade e afeição entre um grupo social e seus objetos espaciais, transformando-os em seus lugares de afeição, criando assim suas identidades, ou pertencimentos espaciais. É a territorialidade de um dado grupo.

E esse processo ainda está em construção e está longe de ser considerado adequado. Viana (2000) estudando alguns casos brasileiros onde foram realizadas estratégias de participação comunitária em planos de manejo, aponta que os resultados não foram satisfatórios. Para este autor, normalmente essa participação tem um caráter “cosmético” e “utilitarista”. No primeiro caso, são feitas reuniões mal organizadas apenas para legitimar decisões; enquanto no segundo caso a participação é eficiente na coleta de dados, mas, depois, raramente as populações locais são envolvidas no processo de tomada de decisões (Viana, 2000, p. 24).

Como forma de análise e de entendimento das relações de poder, Arnstein (2002) considera que existe uma “escada” a ser vencida na construção de uma participação cidadã. Esta escada, segundo esta autora é representada por oito degraus, ou seja, as fases de envolvimento e participação das comunidades locais nos processos de tomada de decisão, conforme figura 1.4d.

**Figura 1.4d: Oito degraus da escada da participação cidadã:**

8	Controle cidadão	Níveis de poder cidadão
7	Delegação de Poder	
6	Parceria	
5	Pacificação	Níveis de concessão mínima de poder
4	Consulta	
3	Informação	
2	Terapia	Não-participação
1	Manipulação	

Fonte: baseado em Arnstein (2002, p. 2-3)

Segundo Arnstein (2002),

os primeiros degraus da escada são (1) *Manipulação* e (2) *Terapia*. Esses dois degraus descrevem, níveis de “não-participação” que têm sido utilizados por alguns no lugar da genuína participação. Seu objetivo real não é permitir a população a participar nos processos de planejamento ou conduzir programas, mas permitir que os tomadores de decisão possam “educar” ou “curar” os participantes. Os degraus 3 e 4 avançam a níveis de concessão limitada de poder que permitem a [comunidade local] ouvir e ser ouvida: (3) *Informação* e (4) *Consulta*. Quando estes níveis são definidos pelos poderosos como o grau máximo de participação possível, existe a possibilidade dos cidadãos realmente ouvirem e serem ouvidos. Mas nestes níveis, eles não têm o poder para assegurar que suas opiniões serão aceitas por aqueles que detêm o poder. Quando a participação está restrita a esses níveis, não há continuidade, não há “músculos”, ou seja, não há garantia de mudança do *status quo*. O degrau (5) *Pacificação* consiste simplesmente de um nível superior desta concessão limitada de poder,

pois permite [à comunidade local] aconselhar os poderosos, mas retém na mão destes o direito de tomar a decisão final.

Subindo a escada estão níveis de poder cidadão com degraus crescentes de poder de decisão. Os cidadãos podem participar de uma (6) *Parceria* que lhes permita negociar de igual para igual com aqueles que tradicionalmente detêm o poder. Nos degraus superiores, (7) *Delegação de poder* e (8) *Controle cidadão*, o cidadão sem-nada detém a maioria nos fóruns de tomada de decisão, ou mesmo o completo poder gerencial. Arnstein (2002, p.3)

Esta escada com oito degraus, no dizer da própria autora, constitui-se numa simplificação, mas ela ajuda a demonstrar uma questão que tem passado despercebida: que existem estágios bastante diferentes de participação cidadã. Conhecer esta graduação possibilita cortar os exageros retóricos e entender tanto a crescente demanda por participação por parte das comunidades, como o leque completo de respostas confusas por parte dos empreendedores e investidores externos.

Para se atingir de fato um a participação política e social da comunidade visando o desenvolvimento local e inserção social e assim, alcançar os ideais de um desenvolvimento sustentado do lazer e turismo é preciso pelo menos ter conquistado o sexto degrau da “escada” proposta por Arnstein (2002): o da parceria. Segundo a autora, nesse estágio,

há efetivamente uma redistribuição de poder através da negociação entre cidadãos e tomadores de decisão. Ambos os lados concordam em compartilhar o planejamento e as responsabilidades de tomada de decisão através de estruturas, tais como conselhos paritários, comitês de planejamento e mecanismos de solução de conflitos. Após a definição de regras básicas através de algum tipo de [negociação consensuada], elas não podem mais ser modificadas unilateralmente (ARNESTEIN, 2002, p. 10).

Os estágios 7 e 8 são refinamentos e avanços que garantem o aumento do controle local nos processos de tomada de decisão para o planejamento e gestão do turismo.

Considerando essas informações, pode-se, resumidamente, pensar em algumas ações para o desenvolvimento das praticas de lazer e turismo, considerando as premissas da sustentabilidade e refletindo sobre esses degraus de participação. São elas:

- fortalecer as formas de organização das comunidades locais para participarem de processos de discussão e de tomada de decisão em projetos de lazer e turismo;
- apoiar a implantação de conselhos de gestão constituídos pelo Poder Público e pela sociedade civil;
- capacitar a comunidade local para participarem de projetos de lazer e turismo e de conservação do patrimônio natural e cultural;
- melhorar os canais de comunicação entre o *trade* e a comunidade local.

A participação adequada também precisa estar atrelada à dimensão “econômica” da sustentabilidade (SACHS, 2004), que se configura como uma das mais polêmicas.

O ponto central desta dimensão, diz respeito administração de recursos com cumprimento de regras mais justas, permitindo lucros aos investidores e às comunidades locais (MURPHY; PRICE, 2005) a uma distribuição equitativa entre empreendedores externos e comunidades receptoras (RUSCHMANN, 1997). Trata-se

de um desafio, pois no modelo “não-sustentável” o empreendedor externo deseja que o retorno de seu investimento seja maior e o mais rápido possível. Nesse modelo convencional, os custos da natureza e da sociedade local não são incorporados. Para tentar eliminar, ou pelo menos minimizar essas distorções, as principais estratégias e ferramentas da dimensão econômica da sustentabilidade do lazer e turismo são: empreendimentos projetados e investidores e comunidades sensibilizados com os princípios da economia ecológica e/ou economia solidária; turismo de base comunitária; e planejamento e gestão participativa, este último já apresentado.

A economia ecológica, segundo Constanza (1989) e Proops; Safolov (2004) entendem o sistema econômico como um subsistema de um todo maior – o ambiente. Além dos impactos na natureza, devem-se considerar os impactos na cultura local. Assim, capital (o investidor externo), recursos naturais e interesses e aspirações da comunidade local devem ser entendidos com essencialmente complementares. O risco de perdas irreversíveis é considerado relevante (e pode ser catastrófico); e no longo prazo, não é possível obter a sustentabilidade do sistema econômico sem estabilizar os níveis de consumo per capita, de acordo com a capacidade de carga do planeta e a redução de abismos econômicos entre os povos.

Mais que isso, a dimensão econômica precisa considerar também alguns recursos como sendo de uso comum, ou de domínio público, como destacado no tópico 1.3. Ou seja, um bem não excludível e rival, de modo que os agentes econômicos não podem estabelecer um uso que impeçam outros agentes de também usar esse bem, assim como essa utilização por um determinado agente, além de conflitar com os outros agentes, pode gerar externalidades ambientais negativas. E a definição do que deve ser considerado bem comum tem de ser negociada entre os usuários desses recursos, considerando aquelas premissas de participação cidadã, preconizada por Arnstein (2002).

Esse entendimento sobre os recursos gera uma discussão importante sobre a gestão dos recursos naturais. Ocorre presentemente uma série de concessões de uso, parcerias e mesmo privatizações de áreas protegidas, como por exemplo, no caso paulista, o projeto de lei nº 249/2013, que concede à iniciativa privada a gestão de 25 unidades de conservação e estações experimentais administradas pela Secretaria do Meio Ambiente. A privatização, ou mesmo algumas outras formas de concessão na lógica como indicadas nesse projeto de lei, não consideram os recursos naturais protegidos por uma unidade de conservação como um bem comum, fato que pode gerar a exclusão de usos por alguns atores e dos processos de gestão (participação) das comunidades locais, o que pode resultar em locais gentrificados.

Importante destacar que o turismo nunca pode ser entendido como uma atividade isolada, centrada na própria comunidade. Sempre haverá algum grau de dependência, ou relação, com os atores externos. Os turistas são elementos externos e agências, que formam grupos nos locais de origem dos turistas, também são obviamente externas. Outros investidores, ligados ao setor hoteleiro ou de alimentos e bebidas, entre outros, também podem ser (e são com frequência) externos. Assim, o desafio está na busca de

uma relação mais equânime entre os atores externos e a comunidade local. E, nesse sentido, as ações do turismo de base comunitária (TBC) tem se constituído numa abordagem relacionada à sustentabilidade do turismo, pois procura reduzir essas discrepâncias de interesses entre o externo e o interno.

Nessa lógica, a economia solidária, como elemento importante do TBC, é uma forma de produção baseada no associativismo e em cooperativas, com a produção, consumo e comercialização de bens e serviços realizada de modo autogerido, não exclusivo da comunidade, mas sob seu controle. A economia solidária foca-se nos excluídos de capital, e neles desenvolve-se não a competição, mas a solidariedade. Daí sua base ser realizada em associações ou cooperativas, pois nessa forma de organização substitui-se a falta de capital pela solidariedade.

A prática da solidariedade consiste precisamente nisso: na generosidade que não enseja que o grau de sacrifício de cada indivíduo seja medido para futuras compensações; no desprendimento que faz com que cada trabalhador abra mão de lazer ou de dinheiro não só para o bem comum, mas também para cobrir deficiências de companheiros (Singer, 2001, p 107).

Considerando essas informações, a dimensão econômica da sustentabilidade, tem seu foco na relação, mas não a dependência, das comunidades locais com investidores externos embasadas numa economia solidária. E esta é um dos marcos de um turismo de base comunitária. Segundo Silva; Ramiro; Teixeira (2009, p. 363-364), o turismo de base comunitária deve considerar as seguintes ações:

- contribuir para a geração de emprego e renda locais,
- fortalecer a governança local, em articulação com os demais atores envolvidos na atividade turística;
- diminuir os vazamentos de renda e fomentar o adensamento do mercado local;
- estruturar este segmento turístico, face a crescente demanda turística em níveis nacional e internacional;
- agregar valor a destinos turísticos, por meio da diversificação dos segmentos a serem ofertados;
- promover padrões de qualidade e de segurança da experiência turística, tanto para a comunidade anfitriã quanto para os visitantes.

No Brasil são poucas as experiências de sucesso da prática de um turismo de desenvolvimento local e sustentável. A maioria das tentativas apresenta alguma degradação do patrimônio natural e de um grau considerável de exclusão social. Vários estudos revelam que o acesso aos benefícios gerados com a atividade turística, por parte da população local, ainda é algo que não se verifica na prática (KINKER, 2002). Em geral, a população local que é cerceada por práticas predatórias é aquela com baixo poder aquisitivo, depende dessa exploração dos recursos naturais para sua subsistência – os atores hegemônicos, no dizer de Hasbaert (2004). A não difusão dos benefícios gerados para toda a sociedade faz com que muitos não percebam a importância da preservação do patrimônio natural e cultural, não reconhecido como um bem coletivo, mas sim como um entrave às suas práticas econômicas de subsistência. A antítese disso, ainda sendo testada, é o turismo de base comunitária.

Coriolano (2009) define turismo de base comunitária como

aquele em que as comunidades de forma associativa organizam arranjos produtivos locais, possuindo o controle efetivo das terras e das atividades econômicas associadas à exploração do turismo. Nele o turista é levado a interagir com o lugar e com as famílias residentes (CORIOLANO, 2009, p. 282).

Desta forma, trata-se de uma mudança nas bases filosóficas de planejamento e gestão do turismo que, segundo Mendonça (2009, p. 291) busca uma modificação na forma pela qual se dá a apropriação dos benefícios gerados pela atividade, à medida que a comunidade local torna-se participante ativa de seu próprio desenvolvimento.

Nesse sentido, o turismo de base comunitária se assenta nas relações de hospitalidade, da vontade de receber para intercambiar o que se tem de mais caro, que é o “sitio simbólico de pertencimento”, Zaoual (2006).

Reforçando as ideias sobre sustentabilidade, é importante pensarmos nos princípios do turismo de base local. Entre outros, Coriolano (2009, p. 287) aponta como principais: as aspirações e necessidades sentidas pela própria comunidade local; a participação e a cooperação. Pode-se relacionar a estes princípios, as ideias (ou degraus) da escada da participação cidadã, desenvolvidas por Arnestein (2002) já destacadas.

A esses princípios, Irving (2009) acrescenta a necessidade de ter uma base endógena da iniciativa e desenvolvimento local; uma participação e protagonismo social no planejamento, implementação e avaliação de projetos turísticos; uma escala limitada de impactos sociais e ambientais controlados; a geração de benefícios diretos à população local; a afirmação cultural e interculturalidade e o “encontro” como condição essencial.

Considerando esses princípios e bases, destacadas por Coriolano (op. cit.) e Irving (op. cit.) há exemplos pontuais em todas as grandes regiões brasileiras. Pode-se citar na Amazônia o exemplo de Mamirauá e de Silves; no nordeste a Praia do Canto Verde, no Estado do Ceará, no sudeste a Ilha do Cardoso, no Estado de São Paulo e no Sul a Acolhida da Colônia, em Santa Catarina.

Contudo, em nenhuma dessas localidades conseguiu-se atender ou mesmo considerar todos aqueles princípios de maneira integrada e, assim, garantir um desenvolvimento local e sustentável do turismo. Tais localidades conseguem trabalhar com alguns desses princípios, mas sua articulação ou total envolvimento é ainda um caminho longo e árduo, mas que merece ser perseguido.

Em Silves, na Amazônia, por exemplo, vencidos os problemas fundiários e os conflitos com grandes barcos de pesca, a comunidade se organizou em uma associação (ASPAC – Associação de Silves para proteção ambiental e cultural) (SANSOLO, 2009, p. 133).

A ASPAC, em parceria com outras associações, iniciou vários projetos de proteção aos rios e lagos da região, que desencadeou um efetivo aumento da participação comunitária. Isso gerou um aumento dos beneficiários de famílias que trabalhavam com o turismo, embora o incremento de renda ainda seja insuficiente (SANSOLO, op. cit., p. 135). Ocorreu qualificação dos moradores para melhor atenderem o turista (após reclamação destes com relação aos serviços prestados). Há ainda um interessante

processo de realização de reuniões que envolvem as comunidades no processo de tomada de decisão.

A praia de pescadores na Prainha do Cato Verde, no Estado do Ceará, viveu experiência similar. De acordo com Cruz (2009, p. 106), após os pescadores resolverem conflitos fundiários com o setor imobiliário, um executivo de uma empresa aérea (até 1992), sensibilizou-se com a causa dos pescadores e resolveu ajudá-los, capacitando-os em processos de planejamento participativo. O resultado foi um maior envolvimento da comunidade local e o sentimento de pertencimento. Foi a própria comunidade que optou por não desenvolver o turismo massivo.

Ainda de acordo com Cruz (op. cit.) as casas dos pescadores foram adaptadas para receberem turistas, com apartamentos independentes, simples, mas adequados. A pesca ainda é principal fonte de receita da comunidade, sendo o turismo uma atividade complementar. Mas a renda gerada pelo turismo dinamiza a economia local e fortalece os laços sociais entre os membros da comunidade (CRUZ, 2009, p. 106). Como visto, as experiências com o desenvolvimento local e sustentabilidade do turismo no Brasil ainda são embrionárias e pontuais, mas tem crescido. Casos no Estado de São Paulo serão discutidos no capítulo 4, apontando os avanços e deficiências para a gestão e governança do lazer e turismo como metas para uma sustentabilidade dessas práticas.

Assim, enquanto tendência, o Turismo de Base Comunitária no Brasil apresenta-se com forte crescimento, sendo uma das poucas alternativas dentro da atividade turística para reduzir as desigualdades sociais do país, valorizar as culturas locais, com o enaltecimento da diversidade cultural e orgulho étnico, assim como considerando o conhecimento tradicional – a etnociência – para a conservação da natureza e sua valorização ao turista.

A busca por práticas de lazer e turismo sustentável requer um envolvimento com o conhecimento interdisciplinar e de técnicas específicas relacionadas às dimensões da sustentabilidade, o que se constitui em uma grande complexidade. Uma equipe multidisciplinar é fundamental, com o profissional de lazer e turismo trabalhando em conjunto com outros das ciências naturais, sociais e econômicas.

O objetivo dessas equipes devem considerar as técnicas e estratégias aqui descritas. O empreendedor externo também deve considerar os limites da natureza em suportar interferências. Os especialistas das ciências naturais têm grande contribuição, principalmente com uso de abordagens geossistêmicas ou da biologia da conservação, assim como pelo estabelecimento de limites e do uso de indicadores destacados pelas técnicas do VIM e LAC. Devem-se considerar também os anseios, necessidades, os valores socioculturais das comunidades locais. Para isso, o envolvimento dentro de técnicas de planejamento participativo e fortalecendo os arranjos produtivos locais, considerando o TBC e os princípios da economia solidária, é de suma importância para nortear as ações, seja por investidores locais, seja por externos, com relação às atividades e equipamentos de lazer e turismo. E as potencialidades para as práticas de lazer e turismo não podem ser levantadas considerando os interesses de turistas e investidores. Ao contrário, os diagnósticos devem considerar as representações de



mundo das comunidades locais, como indicados aqui através da geografia cultural, descrição densa e etnoconservação. Todos os fatores associados dão elementos para que se trabalhe com mudanças de atitudes e comportamentos do visitante, contribuindo para uma formação mais crítica e criativa deles, a partir de técnicas da interpretação ambiental e da animação socioambiental.

Deve-se considerar que é muito difícil trabalhar com todas as 08 dimensões propostas por Sachs (2004) concomitantemente: ambiental, natural, social, cultural, territorial, econômica, de política nacional e internacional (figura 1.4a). É algo que para um profissional não é tarefa fácil (para não dizer impossível), pois a articulação dessas dimensões exige a necessidade de uma equipe multidisciplinar ou pelo menos uma busca por redes de relacionamentos com profissionais desses outros campos do conhecimento. Aos profissionais da área de lazer e turismo pode-se sugerir que trabalhem de início não com todas as dimensões, mas com aquelas que estão mais relacionadas às suas especialidades e campos de atuação. E, com o equacionamento dos problemas ligados ao seu cotidiano de atuação, comecem a abordar outras dimensões da sustentabilidade. O desafio é pensar em como articular, ou como podem ser correlacionadas as outras dimensões ainda não trabalhadas com as que já estão em curso. Um desafio que requer esforço na discussão com especialistas e profissionais de outros campos do conhecimento.

Cabe, portanto, aos profissionais da área de lazer e turismo avaliarem seus projetos e atividades verificando como essas oito dimensões são tratadas, o que deve ser feito de uma maneira integrada e não excludente. Todas devem estar interligadas na busca da sustentabilidade da atividade humana. Trata-se, no dizer de Edgar Morin (1991, p. 13), da necessidade de articulação da ciência antropológica com a ciência da natureza, sendo que esta articulação requer uma reorganização da própria estrutura do saber.

Os métodos e técnicas, discutidos nesse tópico, configuram-se como exemplos importantes, mas não esgotam o assunto. Cabe ao profissional da área do lazer e turismo, considerando esses trabalhos e outros relacionados, esforçar-se na busca da sustentabilidade em seus projetos e atividades.

Os próximos capítulos procuram apresentar, a partir das bases teóricas e conceituais aqui discutidas, além de algumas outras complementações; alguns estudos de caso na busca do lazer e turismo sustentável. Eles estão divididos em três blocos: i) os locais adequados para o desenvolvimento do lazer e turismo, destacados no capítulo 2; ii) as atividades nesses locais para o desenvolvimento de um lazer e turismo crítico e criativo, discutidas no capítulo 3; e iii) as estratégias de gestão para uma “boa” governança das atividades de lazer e turismo no ambiente, apresentadas no capítulo 4.

## **CAPÍTULOS 2- O LÓCUS PARA AS ATIVIDADES DE LAZER E TURISMO: a busca por um lugar ideal para as práticas de lazer e turismo na natureza / meio ambiente**

Nesse capítulo pretende-se lançar luz na relação dos visitantes (cidadãos em seu tempo livre e turistas) com os locais que frequentam. Trata-se de abordar as características ambientais relevantes e necessárias destes locais para que as atividades de lazer e turismo possam ser desenvolvidas adequadamente e, assim, apresentar as características dos locais para a busca da sustentabilidade no lazer e turismo.

O capítulo está dividido em duas partes. No tópico 2.1, discute-se as características dos locais para as práticas de lazer e turismo em áreas protegidas, ou unidades de conservação. No tópico 2.2, tais características são discutidas nas cidades, notadamente nos parques urbanos. Ambos os tópicos são estruturados relacionando os princípios da sustentabilidade do lazer e turismo, discutida no tópico 1.4, com a sua aplicação nos casos de estudos aqui apresentados.

Discutem-se, a seguir, os locais em áreas protegidas, destacando duas escalas de análise diferentes: a primeira, numa escala mais localizada, é discutida no Parque Estadual da Cantareira, na cidade de São Paulo, a aplicação das técnicas de mínimo impacto. E, posteriormente, no caso de estudo do Parque Estadual da Serra do Mar, Núcleo Picinguaba, é discutido a abordagem de uma escala abrangente (regional), considerando os atributos socioambientais do Núcleo.

### **2.1. LAZER E TURISMO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO<sup>30</sup>:**

De acordo com a legislação em vigor, especialmente o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), (BRASIL, 2000), para a implementação de áreas protegidas, ou unidades de conservação, torna-se fundamental a elaboração de Planos de Manejo. Estes são instrumentos capazes de assinalar as potencialidades e as fragilidades de cada área, suas necessidades de proteção e suas possibilidades de uso para diversos fins, inclusive para o lazer e turismo, indicados no Programa de Uso Público destes planos de manejo.

O programa de uso público precisa contemplar as motivações de turistas, mas também dos moradores do entorno ou interior dos parques, com os objetivos de conservação da natureza destas áreas protegidas.

Há vários estudos sobre a importância, os objetivos e as finalidades de Unidades de Conservação (UC). Robim (1999) e Milano (1997) apontam que uma área protegida tal como os parques, apresentam como objetivos e finalidades: proteção dos recursos naturais, para a qual a unidade de conservação foi criada; desenvolvimento de pesquisa sobre suas características socioambientais, a fim de melhorar o conhecimento a respeito destas características e também contribuir para o manejo da área; oferta de áreas para lazer, recreação e educação ambiental à comunidade.

---

<sup>30</sup> Para redação deste capítulo foram utilizados os seguintes artigos, escritos em autoria própria e em coautoria, que constam nas Referências Bibliográficas: Alves; Laranja; Raimundo (2014); Raimundo (2015a); Raimundo (2010a); Raimundo (2008b); Raimundo; Simões (2016).

Cervantes; Bergamasco; Cardoso (1992) apontam que o Programa de Uso Público deve propiciar lazer, recreação e educação ambiental para os visitantes (comunidade local e turistas), além de despertar uma consciência crítica para a necessidade de conservação dos recursos naturais em uma unidade de conservação. Este aspecto da “consciência crítica” será abordado no capítulo 3, que trata das atividades de lazer e turismo em espaços públicos.

Para atender a estes objetivos, algumas estratégias e atividades já estão consagradas, como o respeito às condições espaciais da área – seu zoneamento. As atividades e equipamentos do Programa de Uso Público de uma UC devem estar condicionados, segundo o IBAMA (BRASIL, 2002), em quatro zonas: zona primitiva, zona histórico-cultural, zona de uso extensivo e zona de uso intensivo. Na zona primitiva e na histórico-cultural as atividades de uso público devem ser bastante limitadas, com relação ao controle e tipos de atividades dos visitantes, devido às suas maiores fragilidades ambientais e/ou culturais, expressas pelos ambientes naturais mais bem conservados e por vestígios ou existência de manifestações da sociedade no passado.

As zonas de uso extensivo e a zona de uso extensivo são as mais utilizadas nas ações de planejamento e gestão do Uso Público. A diferença entre elas está, como diz os nomes dessas zonas, na intensidade de uso: a zona de uso intensivo comporta uma maior concentração de atividades e serviços, assim como a infraestrutura voltada ao atendimento do visitante, enquanto na zona de uso extensivo tais atividades são mais brandas e menos concentradas. As fragilidades das características biofísicas e socioculturais da área é que devem determinar o estabelecimento destas zonas. E o plano de manejo é o instrumento que referenda estas ações – o zoneamento e as atividades dos programas. E, em todas essas zonas estabelecidas, as atividades permitidas devem ser pensadas considerando os princípios de manejo do impacto da visita, ou seja, fazendo uso daquelas técnicas discutidas no capítulo 1.4, como Capacidade de Carga, VIM, LAC, entre outros.

Há, portanto, uma relação direta entre as atividades propostas para atendimento do público, as fragilidades socioambientais e sua distribuição espacial na área de uma unidade de conservação.

Com relação à infraestrutura, também é consagrado que as atividades do Programa de Uso Público sejam oferecidas num “Centro de Visitantes”. Segundo o IBAMA (BRASIL, 1999), trata-se de um local onde o visitante é recebido e lhe são proporcionadas informações sobre os serviços disponíveis (transportes, telefones, sanitários, passeios, serviço de guias, apresentações de filmes e palestras, serviços de hospedagem e campismo, áreas e atividades de recreação, serviços de alimentação, dentre outras); informação sobre as normas e benefícios da UC; interpretação das “informações” sobre os recursos naturais e culturais da área.

Posto dessa maneira, um programa de uso público, ajustado a um zoneamento e tendo no Centro de Visitantes seu centro irradiador de informações, deve propiciar ao visitante as atividades de encontro ou ligação com a natureza proporcionando uma sensibilização e entendimento sobre as características naturais e culturais da área, contribuindo, assim, para as ações de conservação da natureza.

Como exemplo da aplicação destas técnicas de manejo, notadamente o VIM, o Parque Estadual da Cantareira (PEC), Núcleo Pedra Grande, localizado no extremo norte da cidade de São Paulo, configura-se como uma experiência exitosa, pois garante a visitação de um grande número de pessoas oriundas da cidade, em seu tempo de lazer, mas também de turistas sem gerar problemas ambientais.

O programa de uso público deste parque, em sua zona de uso extensivo, procurou controlar os impactos negativos da visitação baseadas em duas dessas técnicas: o *Limits of Acceptable Changes* (LAC) e o Manejo do Impacto da Visitação (VIM). Tais técnicas se complementam e podem ser implantados por profissionais da área de lazer, educação física, entre outras, sem conhecimentos específicos ou mais aprofundados da dinâmica ambiental.

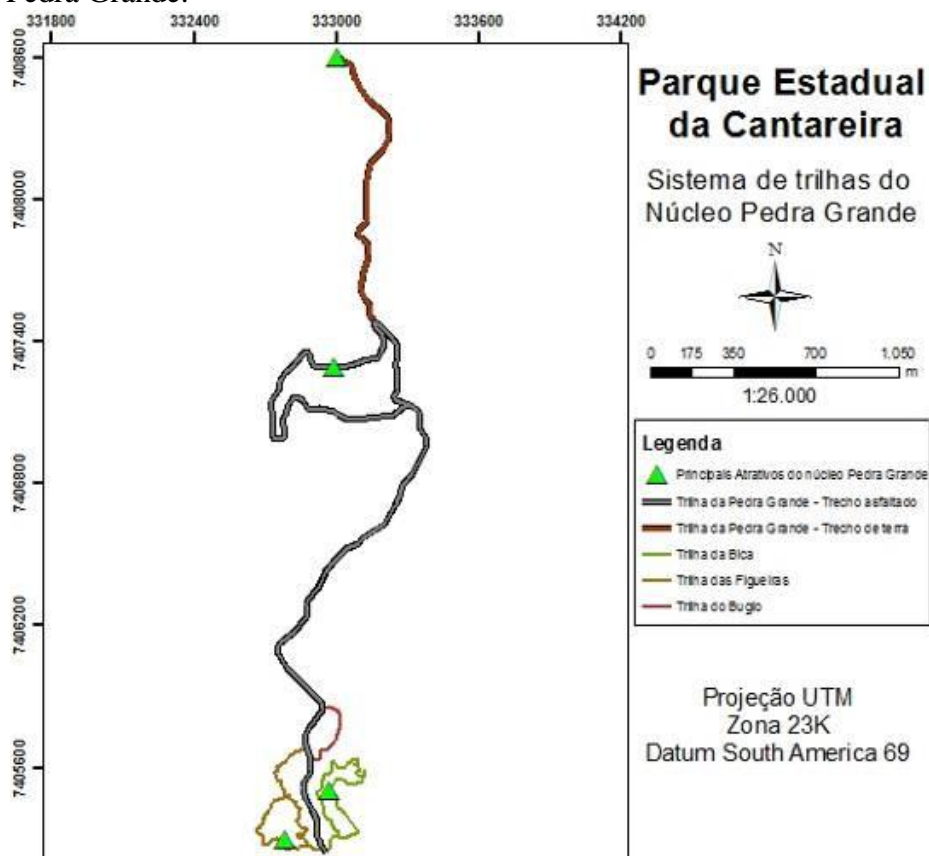
O núcleo Pedra Grande do PEC, possui um sistema de trilhas, sendo a Trilha da Pedra Grande a principal, que possui um trajeto total de 9,5 Km e possibilita o acesso ao Mirante da Pedra Grande, figura 2.1a, e mais a frente ao Lago das Carpas, onde o visitante pode realizar piqueniques e descansar, preparando-se para a volta, que é realizada pelo mesmo trajeto da ida. Existe também a trilha da Bica e das Figueiras que possuem trajetos menores de 1,0km a 1,5km, que apresentam como atrativos principais a bica d'água, representando os mananciais e a Figueira-Branca (*Ficus sp*) representando um exemplar da flora imponente e fundamental na interação com a fauna. A Figura 2.1b mostra o sistema de trilhas existentes no núcleo Pedra Grande.

**Figura 2.1a:** visitantes no Mirante da Pedra Grande, PE Cantareira (SP), contemplam o contato da floresta com a cidade. Foto Sidnei Raimundo



No PEC, para a aplicação da técnica de avaliação de impacto da visitação, foram escolhidos no máximo 10 pontos amostrais em cada uma dessas trilhas, sendo anotadas as informações e observações em cada ponto e censo e em uma planilha de monitoramento. Em seguida os dados foram comparados com os padrões de mudanças aceitáveis já estabelecidos. Os indicadores, seus padrões aceitáveis e os resultados da coleta de dados estão dispostos no Quadro 2.1a.

**Figura 2.1b: Sistema de trilhas ecoturísticas do Parque Estadual da Cantareira, Núcleo Pedra Grande.**



Fonte: ALVES; LARANJA, RAIMUNDO (2015, p. 768).

**Quadro 2.1a: dados de monitoramento do sistema de trilhas da Pedra Grande**

Análise dos dados de monitoramento coletados no sistema de Trilhas da Pedra Grande							
Trilhas	Indicadores						
	Largura da trilha (m)	Presença de Lixo (%)	Danos a infraestrutura (%)	Comportamento animal (%)	Nº de trilhas não oficiais (%)	Problemas de drenagem (%)	Danos aos recursos naturais (%)
	Padrões de alterações aceitáveis						
	10%	10%	10%	5%	10%	10%	10%
Pedra Grande	-----	90*	50	20	40	-----	30
Bica	1,70	60	0	0	30	60	30
Figueiras	1,21	40	0	0	40	90	20

\*Resultado difere da opinião do visitante

Fonte: ALVES; LARANJA; RAIMUNDO (2015, p. 774).

Cada indicador foi avaliado de fevereiro a maio de 2010, dando início à composição de um histórico de monitoramento de impactos da visitação no núcleo Pedra Grande.

Para a complementação dos dados técnicos de avaliação dos indicadores mencionados no Quadro 2.1a, foi realizada a aplicação de 64 questionários de avaliação da experiência dos visitantes. Tal questionário possuía todos os indicadores analisados nas

trilhas e teve como objetivo identificar a percepção da situação encontrada a partir do olhar dos visitantes, tentando diagnosticar sua experiência e se a presença do impacto, sendo negativa, influencia no desenvolvimento da sua atividade dentro do Núcleo. Os indicadores avaliados foram: Danos aos recursos naturais; Danos às estruturas; Trilhas; Limpeza; Infraestrutura e serviços; e Numero de visitantes.

Em cada indicador o visitante pode avaliar em uma escala de valores composta por ruim, aceitável, boa ou excelente, a condição encontrada no Núcleo. No total, a avaliação por parte dos visitantes mostrou uma adequação com o encontrado dentro do núcleo, pois a maioria das respostas assinalou padrão de valores “boa” e “excelente”. Porém, para alguns visitantes, algumas questões como a simples presença de lixo na borda da trilha foi obtido um resultado negativo na experiência, mesmo a manutenção do Núcleo ter sido bem avaliada, a atribuição do impacto foi feita ao mau comportamento por parte de outros visitantes.

Outras questões que apareceram foram o manejo com corte de algumas espécies de árvores, como o Pinheiro-do-Paraná (*Araucaria angustifolia*) que se localizam no primeiro trecho de subida da Trilha da Pedra Grande, que devido ao intenso período de chuvas ocorrido de dezembro de 2009 a março de 2010, alguns espécimes ofereceram perigo de queda e foram cortados. As evidências de corte desses exemplares e também de algumas árvores caídas nas trilhas trouxeram impactos na experiência dos visitantes.

A questão da sinalização foi um dos critérios mais observados pelos visitantes, inclusive das placas não serem bilíngues. A seguir, o quadro 2.1b sistematiza as principais observações que influenciaram os visitantes, a partir das respostas dos questionários.

**Quadro 2.1b: Observações sobre a experiência dos visitantes nas trilhas do PEC.**

<b>Experiência dos visitantes</b>	
<b>Observações realizadas pelos visitantes</b>	Evidências de corte/manejo com uso de ferramentas cortantes (facões, motosserra, etc.)
	Uso de motocicletas para fiscalização nas trilhas de uso público;
	Presença de lixo em pequena quantidade;
	Condições inadequadas da infraestrutura dos sanitários
	Problemas de drenagem
	Má sinalização e falta de placas interpretativas

Fonte: ALVES; LARANJA; RAIMUNDO (2015, p. 776).

Com relação ao nível de experiência da visita tendo as variáveis valorativas: comum, previsível, satisfatório, marcante e inesquecível, foi avaliado de forma positiva tendo o nível “marcante” e “inesquecível” como principais respostas dos questionários. Foi observado na aplicação que grande parte dos entrevistados que responderam com alto grau de satisfação são frequentadores do núcleo há algum tempo, sendo a experiência gerada através das várias visitas um fator que acentuou a escolha dos níveis marcante e inesquecível.

Assim, os resultados encontrados, considerando a metodologia adotada a partir do “Manual de Monitoramento de Impactos da Visitação” (SÃO PAULO, 2009b) demonstra-se prática na utilização em campo, com um sistema de aplicação simples, com o intuito de se obter um histórico do monitoramento de impactos da visitação públicas nas UCs do Estado de São Paulo. Porém, após a aplicação da técnica no

Núcleo Pedra Grande, pode-se observar uma série de ajustes que ela deva enfrentar para se adequar a realidade do uso e da gestão existente, sendo os padrões para cada indicador questionados em algumas oportunidades.

Devido a essa padronização da metodologia, existem restrições quanto ao número de pontos amostrais e censos possíveis de serem demarcados nas trilhas, que totaliza 10 pontos no máximo, devido à sistematização das planilhas de monitoramento, que não permite a extrapolação desses pontos. Com isso, a Trilha da Pedra Grande foi dividida em nove pontos amostrais, sendo que cada censo possui 1 km, tornou extensa a distância dos pontos para a proposta metodológica. Assim, a coleta de dados para o monitoramento se ateve em evidências encontradas no censo em cada ponto, utilizando da observação de campo para a complementação dos dados e possíveis explicações sobre a causa de algum impacto encontrado.

A partir dessa alteração, identificaram-se alguns indicadores com uma extrapolação dos padrões aceitáveis, que na sua maioria é colocado 10% dos pontos amostrais, porém na prática, tal indicador não apresentou necessidade de manejo, mostrando a necessidade da revisão de seus padrões. Esse trabalho demonstrou as possibilidades e o alcance de garantir um local adequado aos usuários das trilhas do parque, reduzindo os problemas ambientais nessas áreas. Contudo, ele precisa ser complementado por atividades que envolvam o visitante numa experiência mais crítica e criativa, atividades essas que serão discutidas no capítulo 3.

Outro exemplo importante da utilização de técnicas e estratégias de minimização de impactos da visitação é o do Parque Estadual da Serra do Mar (PESM), Núcleo Picinguaba (Ubatuba). Esse caso é importante por demonstrar a utilização de técnicas, numa escala mais abrangente, avaliando a área total do Núcleo, toda a paisagem sociocultural e as potencialidades e fragilidades para o uso público (de lazer e turismo).

Como destacado no tópico 1.4, foram utilizados os pressupostos da “Escola Espacial”, com ênfase no conceito de “Sítio”, complementado pela “Análise Geossistêmica”, assim como sobre ecologia da paisagem, corredores ecológicos e de etnoconservação. Através desses preceitos, estudou-se a distribuição espacial das características socioculturais e naturais do Núcleo.

O PESM estende-se do Litoral Norte do Estado de São Paulo, a partir da divisa com o Estado do Rio de Janeiro, até os municípios de Peruíbe e Pedro de Toledo no Litoral Sul, envolvendo parte de 23 municípios (litorâneos e de planalto). É o maior parque estadual paulista, com 323.390 hectares (ha), englobando escarpas e alguns promontórios da Serra do Mar, porções do Planalto Atlântico e segmentos restritos de planícies costeiras. Detém, assim, a maior parte das nascentes dos rios que vertem para o Atlântico, responsáveis pelo abastecimento de água das populações desses municípios, especialmente do litoral. No município de Ubatuba, o Parque abrange uma área de aproximadamente 47.500 ha, administrada pelo núcleo operacional cuja sede está localizada na região de Picinguaba, fronteira com o município de Paraty (RJ), situando-se, portanto, no grande eixo de desenvolvimento econômico do país, entre São Paulo e Rio de Janeiro e apresentando forte apelo para as práticas de veraneio e turismo.

Dentro dos limites do Núcleo Picinguaba são encontrados vários ecossistemas representativos da Mata Atlântica, desde manguezais e vegetação de planície litorânea com grande diversidade de espécies, até pequenas ocorrências de vegetação de altitude no alto de seus pontos culminantes, como a Pedra do Espelho (1.670 metros) e os Picos do Corcovado (1.150 metros) e Cuscuzeiro (1.275 metros). É o único trecho do Parque Estadual que abrange o nível do mar, incluindo cinco praias e também cinco vilas. São os bairros do Cambury, Sertão<sup>31</sup> da Fazenda, Vila de Picinguaba, Sertão de Ubatumirim e Aldeia Boa Vista, vide figura 2.1c, compostos predominantemente por moradores tradicionais, entre caiçaras, quilombolas e indígenas, num total de cerca de 1200 habitantes. Estes agrupamentos constituem-se num dos últimos redutos de todo o litoral paulista em que caiçaras ainda mantêm aspectos de sua cultura tradicional, praticando pesca artesanal e agricultura de subsistência.

**Figura 2.1c: principais localidades (vilas) da área do Núcleo Picinguaba.**



Fonte: Modificado de Raimundo (2008b)

O Plano de Manejo do PESH foi elaborado em 2005 e aprovado em 2006 e embora já devesse ter sido revisado em 2011 segundo a legislação, isto ainda não ocorreu. Mas é importante destacar que no plano foi estabelecida pela primeira vez, após 30 anos da implantação do Parque, uma estratégia de gestão das áreas ocupadas pelas populações tradicionais, em consonância com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e as atuais diretrizes do decreto que o implantou (Decreto Federal 6.040/2007). Apesar de estarem localizadas no interior de unidade de conservação de proteção integral, as comunidades tradicionais que ali vivem utilizam os recursos naturais da região há muito tempo.

Dentre as atividades de implantação do Plano de Manejo, o Programa de Interação Socioambiental aponta uma série de ações para viabilizar a gestão compartilhada dessas ocupações e, entre elas, a formulação de um Plano de Uso Tradicional no Sertão de Ubatumirim. No Cambury foi elaborado um micro-zoneamento em 2004, destinando, no interior do parque, áreas para o manejo tradicional das roças caiçaras (sistema de

<sup>31</sup> No litoral norte paulista a expressão “areia” é sinônima de praia e “sertão” refere-se à área de espessa floresta (Setti, 1985). Trata-se, no caso do “Sertão”, das comunidades relativamente afastadas das praias, localizadas nos anfiteatros da Serra do Mar.



coivara ou agricultura de “corte-e-queima”<sup>32</sup>) e um remanejamento na orla de áreas comunitárias voltadas à visitação, que englobam construções para o atendimento ao visitante (campings, restaurantes e pousadas). Este micro-zoneamento teve a aprovação dos Ministérios Públicos Federal e Estadual e constituiu-se numa importante ferramenta para redução dos conflitos sociais e para garantir espaços de conservação da natureza e de usos ligados ao lazer e turismo. Seus resultados foram incorporados no plano de manejo da unidade de conservação e têm sido replicados a outras áreas do Núcleo, como a Vila de Picinguaba, que está construindo um instrumento equivalente.

Em trabalho anterior (RAIMUNDO, 2015a), pode-se constatar que o ano de 1973 marca uma mudança significativa na área do Núcleo Picinguaba, com a abertura da BR-101, principal vetor de ocupação da área. E a criação do Parque Estadual da Serra do Mar, em 1977, configurou-se como um limitador destas ocupações e ofereceu obstáculos à rápida ocupação proporcionada pela pressão imobiliária, justificada no apelo ao turismo e à facilidade de acesso trazida pela BR-101.

A partir da década de 1970, ocorreu a consolidação da função turística da região, com um adensamento de caminhos da BR-101 para a orla marítima. A complexidade de relações, reforçada pelo aumento da rede de circulação, ampliou os atores sociais na região: aos especuladores, turistas, veranistas e migrantes atraídos pelo novo polo de desenvolvimento que o turismo passou a oferecer, representado pela paisagem da área (figura 2.1d) que se verificavam ao longo da década de 1970, somam-se, a partir do início dos anos 1980, os técnicos e ambientalistas, para a implantação do parque (Núcleo Picinguaba).

**Figura 2.1d: Mirante da Almada**, onde se avista a enseada de Ubatumirim, com as praias de Ubatumirim, no centro da foto e do Poruba, no canto superior esquerdo. A serra e o mar, próximos, sem urbanização, conferem à paisagem um forte apelo turístico, transformando a região numa das últimas fronteiras de ocupação turística do litoral paulista. A urbanização turística ficou limitada ao interior das vilas caiçaras pré-existentes. Foto Fausto P. de Campos.



Assim, ao mesmo tempo em que à melhoria da qualidade dos fluxos, devido à ampliação das estradas de terra e de asfalto, principalmente na orla marítima gerava um aumento significativo de atividades ligadas ao turismo e veraneio; ocorria, pela presença

<sup>32</sup> Nesse tipo de agricultura, o fogo desempenha um grande papel, pois as cinzas da floresta queimada fornecem nutrientes aos primeiros anos de cultura. Uma boa descrição desta técnica tradicional de agricultura pode ser encontrada em Gomes et al. (2013) e Neves et al. (2012).

do Parque Estadual, a diminuição desses usos quando se afastava da linha de costa nas áreas de domínio dessa unidade de conservação, principalmente nos sertões.

Localidades como a Vila da Almada, fora dos limites do parque, vão experimentar um processo de ocupação mais intenso que suas vizinhas ao norte – Picinguaba e Cambury – estas dentro dos limites do parque. Isso gera na Vila da Almada um intenso comércio de compra e venda de lotes, resultando na instalação de equipamentos de lazer e de turismo. Pode-se dizer que a Almada é a localidade que passa pelas maiores transformações na região devido a essas características: apresenta um acesso pavimentado, está fora dos limites do parque e possui um forte apelo às atividades de veraneio e turísticas.

A rodovia BR-101 e a vicinal asfaltada que a liga à Vila de Picinguaba melhorou os significativamente o acesso a esta vila, reduzindo o tempo de percurso e acidentes, o que acabou refletindo na valorização dos terrenos da orla nessa vila, reforçando a função da vila como espaços de veraneio e de turismo. Segundo Vianna; Brito (1992), metade das casas caiçaras foi vendida a turistas nos primeiros 12 anos de estabelecimento do Núcleo Picinguaba. E a função de conservação, atribuída ao parque, ficou subordinada a esta função de veraneio e turismo, dentro dos limites da vila, pois as ações de fiscalização não conseguiram coibir as ocupações mais intensas a partir da década de 1980.

Com isso, ocorreu na Vila de Picinguaba um embate entre o morador caiçara tradicional e a especulação imobiliária, fato que promoveu a desterritorialização dos primeiros. Os caiçaras transformam-se em atores hegemônicos, enquanto os veranistas em hegemônicos, na denominação de Hasbaert (2004). Alguns caiçaras conseguiram permanecer na área da vila, mesmo assim em posições mais interiorizadas – a retro-terra no dizer de Mourão (2003, 1971<sup>33</sup>).

Assim, parte das casas da Vila de Picinguaba que se encontra com frente para o mar são hoje rugosidades<sup>34</sup> espaciais, pois elas mantêm a forma das construções caiçaras da época anterior à abertura da BR-101, mas apresentam agora uma função de segunda residência, relacionada à nova vocação de veraneio e turística na vila, que ocorreu a partir da abertura desta rodovia. A antiga vila camponesa da Picinguaba apresenta hoje uma estrutura urbana, com uma série de serviços de abastecimento de água, coleta de lixo, entre outros, para atender a demanda de veraneio e turística.

As condições de acesso é fator importante nessa análise. A comunidade do Cambury, no extremo norte da área de estudo, praticamente não mudou seu padrão espacial de ocupação. Mesmo possuindo características paisagísticas semelhantes às vilas de Picinguaba e da Almada, a Vila de Cambury praticamente manteve seu padrão de ocupação desde a década de 1970, a não ser pelo oferecimento de serviços na estrada,

---

<sup>33</sup> Esse autor estudando, entre outros aspectos, a ocupação caiçara no sul de São Paulo, indica que a “retro-terra” é a porção mais interiorizada das vilas, que longe da faixa de praia, estende-se pelos fundos de vales dos principais rios, entre seu baixo e médio curso.

<sup>34</sup> Rugosidades são relíquias, são coisas, são objetos que vêm do passado, permanecem na paisagem, mas que servem ao presente [...] No espaço também o passado tem função presente. Estes objetos [que foram construídos no passado] que tem uma função presente se chamam rugosidades, e são um traço de união entre aquilo que foi como significado e os novos significados da vida social. (Milton SANTOS, 1995)

como bares. Isso não quer dizer que não ocorreu um processo de especulação imobiliária, pois como apontou Mansano (2004) ele foi intenso e trouxe em seu bojo a descaracterização sociocultural da comunidade.

Presentemente, a comunidade adaptou-se para absorver os turistas nos meses de verão, concentrados no *Réveillon* e no Carnaval. Mas é um fluxo menor em relação à Picinguaba e à Almada, devido às condições de acesso. A estrada que liga a vila à BR-101 continua com seus 08 km sem serem pavimentados. Em épocas de chuva torna-se intransitável. E é por isso que os moradores da vila reivindicam o asfaltamento da estrada, alegando que não usufruem mais intensamente das benesses que o turismo traz e, principalmente, como apontado por Silva (2004) pela necessidade de deslocamentos ao centro de Ubatuba em caso de emergência. A alegação dos responsáveis da Fundação Florestal pelo não asfaltamento desta estrada está associada ao temor de que os moradores caiçaras sucumbiriam à pressão imobiliária, que já existe na vila.

Com relação aos sertões, houve um decréscimo nos caminhos desde a década de 1970, indicando uma menor intensidade nos fluxos de pessoas e mercadorias nesse setor.

O Sertão da Fazenda possui uma concentração de usos. Tal fato pode ser explicado pelos mesmos processos indicados pelos equipamentos encontrados na Praia da Fazenda. Nesse sertão foi construída uma casa de farinha comunitária pela equipe do Parque Estadual da Serra do Mar, com a finalidade de resgatar a cultura caiçara local e ao mesmo tempo, incentivar a visitação nessa área. A casa de farinha apresenta esse uso de grande intensidade e, a partir dele, irradia atividades de menores intensidades, que se expressam pelas trilhas até alguns atrativos como cachoeiras partindo da casa de farinha comunitária.

É importante destacar também que nos sertões, as segundas-residências não são marcas tão intensas na paisagem, como frequentemente se observa na orla. Isso porque, neles, o Parque Estadual exerce uma obstaculização aos processos de difusão espacial, ao mesmo tempo em que estes espaços não oferecem um apelo tão forte quanto a praia para a especulação imobiliária. A função de conservação do parque consolidou-se no sertão antes que a pressão imobiliária se instalasse e se estruturasse como o fez na faixa de praia.

Assim, essa estrutura que vai construir novas territorialidades no norte de Ubatuba, resultantes das mudanças de função na região, que passa a ter uma vocação ligada ao turismo e veraneio. A implantação do Núcleo Picinguaba contribui significativamente para a consolidação de um turismo de segundas residências ou de veraneio na área.

Essas características oferecem um bom diagnóstico da situação atual das atividades de veraneio e turismo no Núcleo Picinguaba. E, considerando essas informações, mas objetivando uma redução de impactos negativos no ambiente oriundas dessas atividades; foi realizado um mapeamento da paisagem natural, a partir de uma análise integrada de seus componentes (geossistêmica). Tratou-se de uma análise e mapeamento do meio físico – o “potencial ecológico” - do conceito geossistêmico (BERTRAND; BERTRAND, 2007), indicando os locais de dinâmicas (vulnerabilidades) maiores e menores; o meio biológico – a “exploração biológica” - do

conceito geossistêmico -, com análise/mapeamento dos padrões de vegetação – seu grau de conservação -, desde vegetação degradada até pouco ou nada alterada.

Nessas análises e mapas foi possível observar a zonação e a transição dos atributos naturais da paisagem na área de estudo. Os critérios utilizados para classificação e agrupamento das classes de legenda do mapeamento foram os de dinâmica superficial, relacionados ao meio físico e os de grau de conservação da vegetação, do meio biológico, cujo agrupamento está demonstrado nas figuras 2.1e e 2.1f. Assim, a matriz de agrupamento, figura 2.1e, forneceu os subsídios para construção da legenda do mapa, figura 2.1f.

**Figura 2.1e: Matriz de agrupamento para estabelecimento das classes de legenda do mapa-síntese dos atributos naturais da paisagem.**

		GRAU DE CONSERVAÇÃO:					
		Maior (climácico)		Menor (degradado)			
<b>PADRÕES DA COBERTURA VEGETAL</b>							
		Primária arbórea porte alto	Primária arbórea porte médio	Secundária arbórea porte alto	Secundária arbórea porte médio	Secundária arbustiva	Secundária herbácea
<b>MORFOLOGIA</b>	Paredes rochosas						
	Vertentes convexas						
	Vertentes retilíneas						
	Morro isolado						
<b>DO</b>	Vertentes côncavas						
	Depósitos alveolares de meia encosta						
<b>RELEVO</b>	Rampas de colúvio e depósitos de talus						
	Deposições mistas na encosta						
<b>AMICA</b>	Planície e terraços colúvio-aluvionares						
	Planície aluvionar						
	Planície fluvio-marinha						
	Terraço marinho						

Fonte: Raimundo (2008b)

**Figura 2.1f: legenda do mapa-síntese dos atributos naturais da paisagem.**

**PROPOSTA DE LEGENDA**

AMBIENTES EM BIOSTASIA		AMBIENTES DE TRANSIÇÃO		AMBIENTES EM RESISTASIA	
Hiperdispersores conservados		Hiperdispersores secundários		Hiperdispersores degradados	
Hipodispersores conservados		Hipodispersores secundários		Hipodispersores degradados	
Intergrades conservados		Intergrades secundários		Intergrades degradados	
Acumuladores conservados		Acumuladores secundários		Acumuladores degradados	

Fonte: Raimundo (2008b)

Com essa divisão, pode-se avaliar as características de instabilidade e de estabilidade das unidades paisagísticas, agrupando-as, conforme figura 2.1f, em “ambientes em biostasia”, denominação de Erhart (1966), que designa locais em equilíbrio dinâmico, baseada na importância da cobertura vegetal como fator de estabilização dos solos; e “ambientes em resistasia”, que está associado a uma ruptura desse equilíbrio, causado

por fatores naturais ou antrópicos. Optou-se, ainda, em classificar os “ambientes em transição”, ou seja, que se situa numa posição intermediária. Percebe-se, com essa legenda, a transição e a distribuição espacial desses ambientes a área de estudo. O mapeamento dessas condições está representado pela figura 2.1g.

Da análise deste mapa, verifica-se que os ambientes “hiperdispersores conservados” são os de maior expressão areal. Ocupam todas as altas vertentes da Serra do Mar e formam um continuum de leste para oeste.

O caráter de alto grau de conservação é atestado pela presença da floresta arbórea primária e, portanto, em biostasia. A floresta primária é um indicativo de equilíbrio nesse setor das altas escarpas da Serra do Mar. Um equilíbrio muito fácil de ser rompido, mas que pode ser observado em toda a extensão dessas escarpas.

Nesses locais, devido a essas condições, pode-se pensar em trilhas para o ecoturismo, mas com controle das atividades baseadas no LAC e VIM. Na revisão do plano de manejo, pode-se pensar em classifica-los no zoneamento como: zona primitiva, onde as atividades devem ser monitoradas e a permissão de grupos de visitantes sempre com a presença de um guia. Além da própria trilha, é mais adequado que tais locais não recebam quaisquer equipamentos de infraestrutura voltados a visitação.

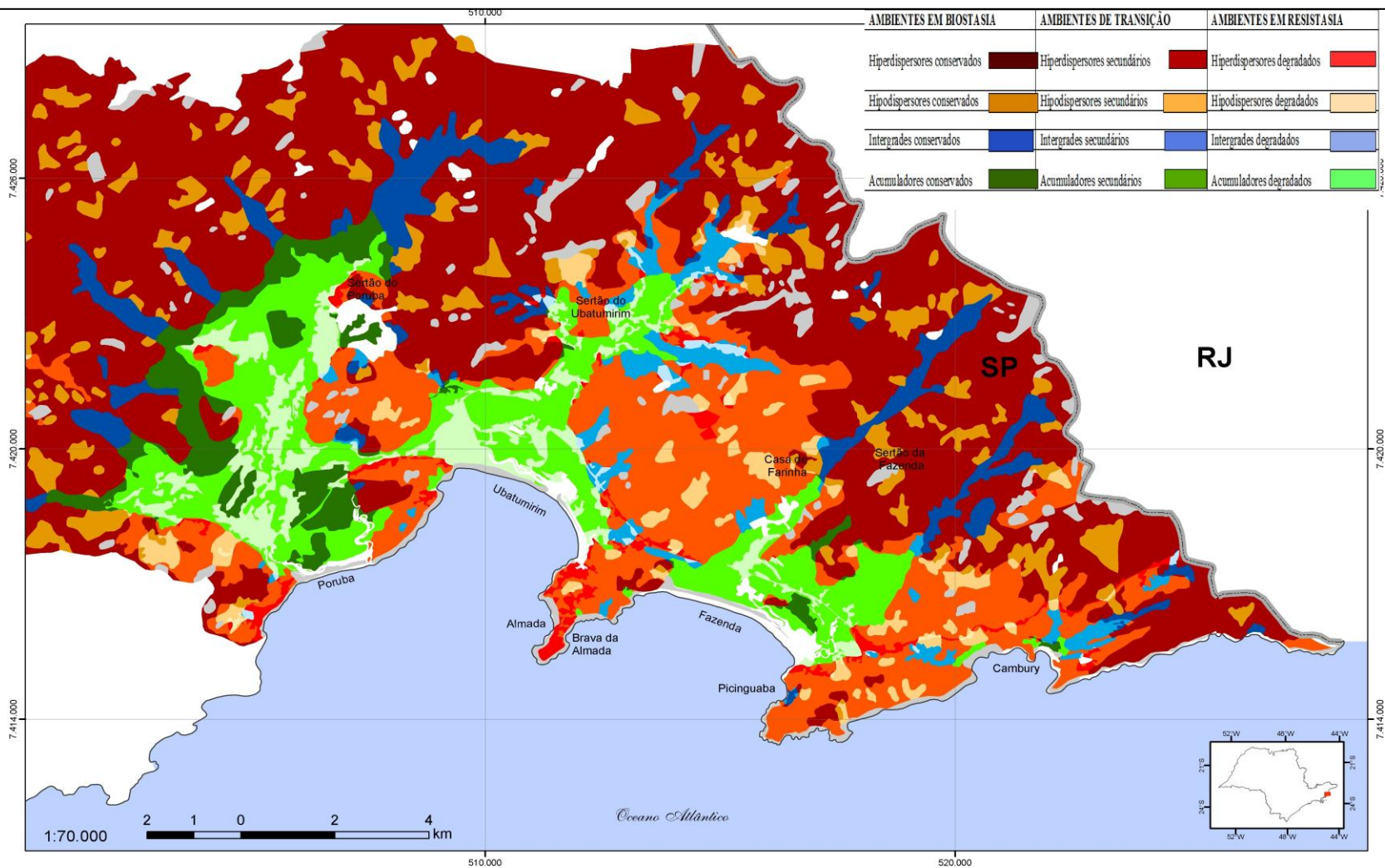
Nos ambientes hiperdispersores, há setores que apresentam características de “transição”. Tal condição é reflexo do uso humano desde a primeira metade do século XX, através de práticas camponesas caiçaras. Deduz-se que tais florestas já foram muito utilizadas no passado, seja como “corte-raso” nas demandas para roças do sistema de coivara, para cultivos anuais e perenes, seja pelo corte seletivo de alguma madeira, para fabricação de canoas, mourão de cercas, estrutura das casas de taipas, entre outras finalidades ou ainda, de uma maneira mais sutil, através da coleta de algum produto vegetal. Relatos dos moradores do Sertão de Ubatumirim atestam essas características.

Quando essas atividades reduziram-se em intensidade, provavelmente com a refuncionalização da região pela abertura da BR-101 e pelos impedimentos do Parque Estadual, a floresta entrou em processo de regeneração, apresentando presentemente essa fisionomia florestal secundária. Nesses locais, as trilhas para o ecoturismo podem e devem ser planejadas com elementos explicativos não só da natureza, mas também dos usos produzidos pelos caiçaras, num trabalho de etnoconservação, como o que está sendo desenvolvido atualmente na área sobre “Etnobotânica Participativa”<sup>35</sup>. Na futura revisão do plano de manejo, as zonas inseridas nessa área podem ser classificadas como histórico-culturais ou de uso extensivo. O controle não é tão restrito como na zona primitiva, que se traduz em grupos e frequência de visitantes maiores, assim como a instalação de infraestrutura mínima de apoio, como quiosques para descanso e sanitários.

---

<sup>35</sup> RODRIGUES, E. (coord.); RAIMUNDO, S.; FIGUEIRA, G.; GARCIA, R. Projeto de pesquisa: Etnobotânica Participativa: conservação e desenvolvimento local no Parque Estadual da Serra do Mar, Núcleo Picinguaba, Ubatuba, SP. (Processo FAPESP n° 2015/12046-0).

**Figura 2.1g – Mapa das unidades de paisagem natural (geossistemas) do Núcleo Picinguaba, do Parque Est. da Serra do Mar. Fonte: Raimundo (2008b)**



Os ambientes “hipodispersores” possuem características similares aos hiperdispersores. E a diferença entre eles está no arranjo e padrão espacial. Os hipodispersores configuram-se como poros (*patches*) na matriz hiperdispersora conservada. Trata-se, portanto, de um continuum de ambientes bem conservados nas encostas altas e médias da Serra do Mar e que merecem ser analisados como mosaicos desses ambientes com maior conservação.

Por outro lado, embora de menor expressão espacial, constata-se manchas degradadas e também de transição nesses ambientes hipodispersores e que suscitam uma análise mais pormenorizada. O sertão da Fazenda e os arredores do bairro do Cambury são locais onde a situação de degradação e de transição atingem suas maiores expressões. Como são áreas marginais às funções principais da região (turística/de veraneio), e nas quais a expressão da agricultura camponesa caíçara ainda se dá com uma intensidade maior que em outros setores da área de estudo, é de se supor que essas manchas alteradas (de transição ou degradadas) foram utilizadas para alguma prática mais intensa de agricultura, estando agora em pousio. Como também são áreas situadas na Serrania Costeira, devem ter sido utilizadas no passado para culturas perenes como a banana e café, ou culturas anuais, como feijão e milho, todas dependentes dos solos mais férteis da Serra do Mar em relação aos da planície costeira.

Nesses locais, as trilhas para o ecoturismo podem ter as mesmas características indicadas para o ambiente anterior, com elementos explicativos da natureza e cultura local. E pelas alterações existentes, permitem instalação de uma infraestrutura maior, como um centro de visitantes. Na revisão do plano de manejo, as zonas inseridas nessa área podem ser classificadas como de uso extensivo e, nos locais que permitem infraestrutura, como de uso intensivo.

Com relação aos ambientes intergrades (os colúvios<sup>36</sup>), estes se encontram em biostasia somente nas porções mais elevadas do terreno com essas características. São ambientes que estão sempre associados aos principais cursos d’água da região, localizando-se nas bordas destes rios. Os do Poruba e da Fazenda são os ambientes mais bem conservados (em biostasia). Já os de Ubatumirim e do Cambury apresentam manchas com características de transição e de degradado (resistasia). São áreas com um histórico de perturbação e não só aos usos atuais.

No bairro do Cambury, esses ambientes de transição, com vegetação secundária ou degradada, estão ligados aos processos de uso e pousio das roças de coivara caiçaras, com forte relação com usos mais recentes, ligados ao turismo e veraneio. A estrada de acesso à comunidade do Cambury, a partir da BR-101, se assenta em toda sua extensão por estes ambientes intergrades (principalmente na situação “de transição”). Ao longo desta estrada, e, portanto do vale, percebe-se a instalação de equipamentos e casas voltadas ao veraneio e turismo, como bares. As roças e outras formas de uso caiçara estão distantes dessa estrada.

---

<sup>36</sup> Colúvios são depósitos de materiais transportados por gravidade, vindos por torrentes ou movimentos do solo das partes altas das encostas depositando-se no sopé das vertentes da Serra do Mar.

Com isso, os ambientes intergrades nessa localidade podem evoluir de transição (situação que se encontram predominantemente hoje) para ambientes degradados (em resistasia). Esses fatos se agravam quando se considera que, do ponto de vista natural, os ambientes “intergrades em biostasia” (em tonalidade mais escura no mapa) apresentam uma reduzida expressão espacial nesse bairro, ocorrendo apenas nas altas cabeceiras do vale do Rio Cambury.

Para ordenar os usos nesses locais, mantendo as atividades tradicionais caiçaras e as ligadas ao lazer e turismo, é importante que tais usos não se estendam para os ambientes em biostasia, contíguos. Uma perspectiva importante é desenvolver um trabalho focado no ecoturismo a partir dos elementos da natureza, mas também do etnoconhecimento da cultura caiçara. O plano de manejo atual já contempla essa situação, classificando as áreas como Zona Histórico-Cultural Antropológicas (ZHCAn). Esta zona

abriga as comunidades tradicionais de caiçaras e quilombolas, onde foram definidos procedimentos para atender as necessidades básicas dos ocupantes do parque, mas com abordagem diferenciada em relação às perspectivas futuras: as áreas serão avaliadas na perspectiva de mudança de categoria de manejo num processo contínuo e compartilhado, considerando, uma vez que ainda se faz necessária uma avaliação mais abalizada sobre a pertinência social e ambiental da permanência destas comunidades em categorias de manejo de unidade de conservação de uso sustentável. (SÃO PAULO - Instituto Florestal -, 2006, p. 261)

Na revisão do plano, mesmo essas áreas sendo recategorizadas para uma unidade de conservação de uso sustentável (um reserva de desenvolvimento sustentável, por exemplo) ou se mantendo como uma zona no parque estadual (UC de proteção integral), as limitações ambientais devem ser respeitadas, como indicadas no mapa da figura 2.1g, evitando o aumento areal das atividades tradicionais e/ou de turismo e veraneio. Pois, enquanto se mantiverem com esse padrão de uso, ou seja, de maneira descontínua na paisagem, envoltos por uma matriz florestal; pode-se conciliar os objetivos de conservação da floresta e Serra do Mar em uma unidade de conservação de proteção integral com os usos, como recomenda a Zona Histórico-Cultural-Antropológica do Plano de Manejo do PESH. Nesse sentido, ampliam-se as possibilidades de lazer e turismo na área, com outros segmentos, como o turismo rural. Santos (2016) estudando as motivações e características da paisagem que levam os moradores da cidade a praticarem o turismo rural indicou que:

Turismo Rural remete a sítios, chácaras [...] no meio da natureza, onde se pode andar a cavalo e tomar banho de rio e [...] [tendo como] referência animais e plantações e tudo que eles possam proporcionar de experiências, como por exemplo, ordenhar, pegar os ovos, [...] ajudar na colheita, aprender sobre plantio [...] dentre outros (SANTOS, 2016, p. 18).

Excetuando-se as atividades com grandes animais, como cavalos e vacas, pois não fazem parte da cultura caiçara, todas as demais características ligadas ao imaginário dos adeptos do turismo rural podem ser encontradas nessas áreas do parque, ampliando as possibilidades de práticas de turismo.



Com relação aos ambientes acumuladores de água e sedimentos, na planície costeira, destaca-se a bacia do Poruba como aquela que apresenta as maiores manchas destes ambientes na situação “em biostasia”. Junto a serra, estão associados a ambientes intergrades e hipo e hiperdispersores, todos também em biostasia. Formam assim, um importante gradiente altitudinal de ambientes bem conservados, desde o topo da Serra até a planície costeira, fato esse só observado nesta bacia. Mais que isso, a bacia do Poruba é aquela que apresenta as maiores manchas de ambientes acumuladores conservados (em biostasia) isolados na planície, junto à praia.

Mas o que predomina nessas áreas é caráter arbóreo secundário, que pode ser explicado pela regeneração, principalmente das roças caiçaras. As planícies da área foram utilizadas mais intensamente pela agricultura camponesa caiçara, com os áreas de pousio estendendo-se por toda a planície. Nesse sentido, são os ambientes naturais mais modificados pela ação humana na área. Contudo, configuram-se como manchas de ambientes alterados, entremeadas aos ambientes “de transição” que dominam a paisagem nas planícies.

De acordo com essa análise sobre a planície, pode-se afirmar que as ocupações nesses ambientes acumuladores configuram-se como as principais “persistências espaciais”. As planícies costeiras nunca deixaram de ser ocupadas, seja pelas práticas tradicionais caiçaras, seja, posteriormente, pela instalação de equipamentos de turismo e de veraneio. Nelas, o veraneio, expresso na paisagem pelas segundas residências dominam as atividades. Contudo, desde que elas não aumentem suas áreas de expressão mantendo-se nas condições atuais, ou seja, como manchas isoladas e descontínuas, imersas numa matriz de ambientes mais bem conservados, elas não alteram significativamente os fluxos naturais da paisagem. Tais áreas estão classificadas no plano de manejo como Zona Histórico-Cultural Antropológicas. As segundas residências não se encaixam nessa situação, mas os caiçaras e suas produções materiais e imateriais estão presentes, pelo menos na “retro-terra” das vilas, e, portanto, merecem ter seus usos assegurados por esse zoneamento. Uma proposição para trabalhos futuros é incentivar o fomento às práticas e equipamentos de turismo (pousadas, restaurantes, entre outros) gerenciados pela comunidade local, num trabalho de turismo de base local (TBC), ao mesmo tempo em que se deve desestimular a especulação imobiliária, no processo de compra e venda de lotes, reduzindo as segundas residências, cujos usos são aqueles que promovem as maiores alterações socioambientais.

Considerando essas informações, as unidades naturais destacadas no mapa da figura 2.1g, expressam a dinâmica natural na área e devem ser utilizadas para propostas de reconfiguração espacial dos limites do parque, incorporando áreas que formam um *continuum* em biostasia e que, encontram-se fora dos limites do parque; mas também, na identificação de áreas de ocupação para o turismo e para as práticas caiçaras, evitando a ocupação concentrada em um determinado ambiente. Permitir-se-iam os diversos usos hoje praticados na área, mas eles seriam reorientados espacialmente a fim de garantir espaços mínimos dos quatro ambientes identificados (hiper e hipodispersores, intergrades e acumuladores) em situação de biostasia.

## 2.2. LOCAIS SUSTENTÁVEIS PARA O LAZER E TURISMO EM ÁREAS URBANAS<sup>37</sup>:

As grandes extensões de paisagens naturais de uma unidade de conservação garantem locais adequados para, além da proteção da natureza, das atividades de lazer e turismo, como apresentadas no tópico anterior – 2.1. Estas características refletem numa abordagem diferente dos espaços de conservação na cidade. Nos parques urbanos, tema deste tópico, as ações de planejamento têm de ser pensadas associadas aos serviços ecossistêmicos, principalmente aqueles ligados ao conforto ambiental para as pessoas que visitam essas áreas.

Contudo, antes de discutir as propriedades e funções atuais dos parques urbanos, é necessária uma ponderação sobre o marco histórico dos parques urbanos, modernamente e atualmente entendidos. As praças e parques sempre existiram ao longo da história da sociedade ocidental, como a *Ágora* na Grécia antiga ou os hortos da cristandade da Idade Média. Contudo, não se recuará tanto no tempo, pois tais concepções estão afastadas da ideia atual de parque urbano. O marco para esse entendimento, tal qual foi discutido para as Unidades de Conservação, é a Idade Moderna, com a invenção do Jardim Público (PANZINI, 2013), quando os parques urbanos passaram a representar um marco nas cidades. Segundo esse autor,

O termo ‘jardim público’ foi cunhado quando os guias de viajantes e os tratados começaram a utilizá-lo para indicar alguns jardins urbanos particulares, destinado a um uso relativamente coletivo. O jardim público provinha de uma amálgama entre espaços verdes e construção urbana... (PANZINI, 2013, p. 475).

É nessa lógica, da cidade e dos processos de industrialização e urbanização que viriam em seguida, que eles merecem ser entendidos. No dizer de Gomes (2013), os parques expressam de modo “combinado” e “conflitante” o imaginário dos habitantes da cidade. “Combinado porque une, agrega os aspectos da vida no campo, do mundo natural ao modo de vida do homem urbano; conflitante porque, à medida que une, nega o rural, as relações de trabalho no campo e da natureza selvagem” (GOMES, 2013, p. 64). Quer dizer, ao mesmo tempo em que o imaginário do homem urbano necessitava de ambientes “naturais” ele não queria mais a vida “atrasada” do campo.

Nesse sentido, o parque urbano da sociedade industrial, erguido sobre a tradição da praça pública ancestral, foi planejado para cumprir uma função utilitarista do lazer ao enfatizar a revigoração da força de trabalho por meio da recreação, com práticas físicas e mentais, social e culturalmente estabelecidas pelas elites. Isso porque, havia por parte destas um medo suscitado pelo caos urbano, a poluição, o amontoado da população, a precariedade das habitações, o acúmulo de mortos nos cemitérios e a má circulação do ar e da água pela cidade, que traziam a necessidade de se organizar o saneamento por meio de uma política de higiene pública.

---

<sup>37</sup> Para redação deste capítulo foram utilizados os seguintes artigos, escritos em coautoria, que constam nas Referências Bibliográficas: Raimundo; Sarti (2016); Pacheco; Raimundo (2015); Raimundo; Pacheco; Costa (2011).

O processo de uso e ocupação da Londres e de outras cidades industriais da primeira metade do século XIX foi rápido e intenso e gerou nos bairros pobres, um sentimento de imundície e desordem, pelo menos aos olhos das classes dominantes. No dizer de Ottoni (2002),

Com frequência, as habitações operárias situavam-se em vielas estreitas, sem contar com ventilação e iluminação razoáveis. Apresentavam altas densidades de usos para seus cômodos – o sistema de “cama quente” significava que um mal dormido era substituído por outro, ao terminar seu horário; seu sistema de higiene era precário, com valas ao céu aberto, contaminando cursos d’água mais próximos; a quase inexistência de lugares de estar nos cortiços provocava a transferência desta função para as ruas, que se tornavam apinhadas de gente. (...) Forma-se, dessa maneira, o conhecido quadro de epidemias e surtos de cólera que se expande nas cidades após 1830. (OTTONI, 2002, p.18)

Essa situação em Londres não era diferente em outras cidades europeias ou no mundo. As condições inadequadas de saneamento e salubridade vão favorecer a especulação imobiliária, justificando segregações sócio-espaciais nas cidades e particularmente na criação de parques urbanos, notadamente das áreas mais abastadas. Sobre os processos de exclusão sócio-espacial já alertava Engels, em 1845, ao escrever sobre a situação dos trabalhadores ingleses:

A própria cidade está construída duma maneira tão peculiar, que podemos habitá-la durante anos, sair e entrar nela cotidianamente sem nunca entrevermos um bairro operário nem sequer encontrarmos operários, se nos limitarmos a cuidar dos nossos negócios ou a passearmos. Mas isto se deve principalmente ao facto de os bairros operários — quer por um acordo inconsciente e tácito, quer por intenção consciente e confessa — estarem separados com o maior rigor das partes da cidade reservadas a classe media... (ENGELS, 1975, p. 80).

Segundo Bèguin (1991, p. 47), “o calor do encortiçamento, as drogas, a vadiagem pela rua, a promiscuidade, o anonimato das pensões, a preguiça que elege a sujeira mais do que o esforço” compõem as facetas de um conforto corporal “selvagem”, que eram vistos como negativos aos olhos dos médicos e das elites. Sob essa égide havia avaliações sobre o tipo e as condições de vida dos pobres. Estes, aos olhos das elites, se tornavam “incapazes de trabalhar e devendo, portanto, ser mantidos pela sociedade” (BÈGUIN, 1991, p. 47), o que implicaria em aumento dos gastos do Estado. Inversamente, o acesso ao conforto civilizado (casa, água corrente, ruas, praças e parques equipados e limpos) era considerado como fonte de poder sobre aquele que os utilizava. No dizer de Bèguin (1991), a maquinaria do conforto idealizado pela cultura dominante, controlava o comportamento social nos parques públicos, pois este era considerado como espaço extensivo da casa. Corroborando com essas ideias, Panzini (2013, p. 476) indica que a abertura dos parques ao público urbano “foi consolidando um modelo cultural: encontrar-se, passear de acordo com um ritual codificado, exibir a pompa e as roupas foram costumes que passaram dos primeiros parques aristocráticos para os parques urbanos”.

Na segunda metade do século XIX, os argumentos a favor do saneamento das cidades atingem seu ápice, com as reformas urbanas implantadas na gestão do Prefeito Hausmann, pós 1840, com as revoluções das classes trabalhadoras,

(...) nas capitais europeias seguiram, cada uma a sua escala, o grande modelo de cirurgia material e social constituída pela capital de Napoleão III, em que se destacou a figura tirânica de Hausmann, o gestor da Paris Burguesa e monumental surgida entre 1853 e 1870. (MARINS, 1998, p.134)

No Brasil o modelo higienista foi absorvido pelas elites e implantado em praticamente todas as cidades do início do século XX. A capital da república nesse período, a cidade do Rio de Janeiro, é um exemplo emblemático disso, devido às reformas urbanas implantadas na gestão do prefeito Pereira Passos, que havia vivido em sua juventude em Paris e visto as reformas de Hausmann. Essas mudanças eram plenamente justificadas pelas elites da época, devido à falta de saneamento das cidades.

o quadro precário das habitações das maiores faixas das populações urbanas cariocas se repetia nas demais capitais provinciais [...], tornava evidente as altas taxas de mortalidade [...] provocada pela sucessão de surtos de cólera-morbo, febre amarela, varíola, malária e em particular a tuberculose. (MARINS, 1998, p. 139-140)

Contribuiu para a implantação do modelo higienista nas cidades brasileiras, o imaginário das elites da república velha, que desejavam romper com as marcas da colônia e do império, representadas pela letargia e inoperância, que deixaram as cidades naquelas condições, daí as necessidades tecnocráticas de saneá-las. Assim, na mesma lógica de Paris e Londres, o Rio de Janeiro promove com as reformas de Pereira Passos, a partir de 1902, demolições de cortiços e estalagens do centro da cidade. A capital da república à época

foi palco de uma firme tentativa de reformar os costumes, aliando o controle e o redesenho dos espaços públicos ao ataque violentíssimo aos espaços privados e às propriedades edificadas [...]. Agora o acesso a Glória, Catete, Flamengo, Botafogo era rápido e elegante, tendo sido a Guanabara flanqueada com jardins e esculturas inspiradas em Paris. (MARINS, 1998, p.145-146)

Tal situação estendeu-se para a maioria das grandes cidades brasileiras.

os bairros centrais de Salvador e Recife sofriam as costumeiras acusações de concentrar populações contagiosas, que seriam capazes de ameaçar a prosperidade das capitais em razão de míseras e promíscuas condições habitacionais em que viviam. As demolições foram a solução adotada pelo aparelho estatal para livrar as capitais dos convívios que mesclavam ruas e casas. (MARINS, 1998, p. 166)

Já em cidades como Belo Horizonte e Goiânia, seguindo o mesmo modelo, o trabalho foi menor e menos custoso, pois não houve necessidade de remoção de populações pobres pré-existentes. As duas cidades constituíram-se em cidades projetadas, mas obedecendo a esse modelo.

Em Belo Horizonte, inaugurada em 1897, sob forte referenciamento das ideias zoneadoras francesas, o rígido controle proposto para a área central, fixado num sistema de lotes, avenidas e ruas dispostos numa malha quadrangular, circundada por uma avenida de mediação periférica, mostrava-se incapaz de reger a rápida expansão das habitações nos arrabaldes. (MARINS, 1998, p.170)

Na mesma linha, em Porto Alegre, um jornal do início do século indicava que “os arrabaldes estão aí, e devem ser habitados pelos proletários. Na cidade propriamente dita, só devem residir os que podem sujeitar-se às regras e preceitos da higiene” (MARINS, 1998, p.163).

Como visto, a “higienização” dos centros das cidades faz surgir bairros destinados às elites, inserindo-se neles os parques urbanos como espaços públicos onde o controle social era um elemento fundamental. Aparecem assim, no mundo e no Brasil projetos de ocupação de cidades inteiras ou de novos bairros inspirados nesse modelo saneador e que tinham em suas paisagens a vegetação em abundância, ornamentados por praças, jardins, ruas e veredas arborizadas. São exemplos de cidades-jardins as de Letchworth e Welwyn, projetadas por Ebenezer Howard na Inglaterra, além de Champigny-sur-Marne na França e Radburn e Greenbelt, nos EUA.

No Brasil, cidades como Goiânia, cujo projeto original é de 1933 (OTTONI, 2002) conceberam, desde sua implantação, a lógica das cidades-jardins e as propostas saneadoras. “Na parte sul da cidade (do projeto), bairros residenciais entrosavam-se com certa irregularidade na disposição das ruas e ‘cul-de-sacs’<sup>38</sup>, com o desenho do restante da cidade”. (OTTONI, 2002, p. 69).

Contudo, é na cidade de São Paulo, em sua porção mais central e oeste, que essa concepção de cidade-jardim, ou de bairros-jardins, adquire máxima expressão, por conta dos empreendimentos da Companhia City de São Paulo (*City of São Paulo Improvements and Freehold Co.*). Nessa cidade conseguiu-se uma mancha contínua de vizinhanças homogêneas ricas com o afastamento das populações pobres para a periferia. Assim, “a separação social processada mediante a distinção das áreas habitacionais, já particularmente experimentadas nos bairros abertos nos fins do século XIX, foi radicalizada pela experiência dos bairros-jardins”. (MARINS, 1998, p. 180). E “em 1913, começa a surgir o Jardim América, primeiro bairro da *Cia City*, projetado por B. Parker e R. Unwin, sucessores de E. Howard, o criador das cidades-jardins.” (MARINS, 1998, p.181).

A cidade de São Paulo vai apresentar essas características, por conta da força do capital imobiliário que adquiriu contornos específicos na cidade. Brito (2006) indica que a abolição da escravatura fez o capital agrário, baseado no escravo como mercadoria, se transferir para a terra, como principal renda da elite paulistana, conferindo aos negócios imobiliários importante papel na produção do espaço urbano paulistano.

Esses negócios imobiliários devem ser entendidos como empreendimentos que associavam a apropriação privada de terras públicas, a preparação do território para a produção e a dotação material dos núcleos urbanos de apoio à mesma. Eles se viabilizaram a partir de uma intensa articulação de caráter empresarial e político, com consequências importantes na definição do padrão de realização

---

<sup>38</sup> A tradução para o português seria "balão de retorno", espaço ampliado nos quais terminam as ruas sem saída e que permitem que haja a mínima interferência possível do tráfego sobre as residências.

do capitalismo no Brasil e dos parâmetros da relação público-privado em nossa sociedade (BRITO, 2006, p. 36).

Assim, os bairros jardins na cidade de São Paulo alcançaram áreas de boa parte das zonas oeste e sul: Jardim América, Jardim Europa, Alto da Lapa, Alto de Pinheiros, Alto do Butantã, Cidade-Jardim, Morumbi, entre outros menores. Contudo, nas periferias da cidade, como estratégia de vendas, a toponímia “jardins” foi mantida. Inúmeros loteamentos da cidade: Jardim Miriam, Jardim Campo-Limpo, Jardim Ideal, Jardim Fraternidade, formam uma cidade com cerca de 1200 bairros “jardins”. Um incauto acharia que a cidade teria uma enorme área verde pela quantidade de bairros que tem a corruptela de “jardim” como prefixo de seu nome. (OTTONI, 2002, p. 71).

Embora as cidades, e os parques urbanos nelas inseridos, estavam sendo planejados numa lógica bem orquestrada pelas e para elites, é importante apontar que os parques não eram pensados apenas para o desfrute da classe dominante. Panzini (2013) indica que na Paris de Hausmann, a antiga área de caça da nobreza se converteu no parque urbano de *Bois de Boulogne*, com 700 hectares, destinado às elites na zona oeste da cidade. Porém, foram planejados parques nas periferias da cidade, que se urbanizava.

[...] o parque [*Bois de Boulogne*] ficava longe demais da zona leste da cidade, onde viviam as classes operárias. O imperador, que tinha a pretensão de proteger as classes trabalhadoras, compensou-as realizando uma segunda área verde, o *Bois de Vincennes* (PANZINI, 2013, p. 498).

Assim, sob os marcos conceituais do higienismo desenvolve-se a ideia de melhores condições sanitárias associada à presença de árvores e espaços onde elas pudessem ser plantadas. Plantar árvores passa a ser uma recomendação de valorização social e política.

Associa-se a presença de árvores à purificação do ar e a criação de parques públicos ao combate das causas das epidemias. Nessa concepção, árvores e parques tornariam o ar da cidade melhor e proporcionariam maior incidência de luz natural. Da mesma maneira, passam a ser consideradas insalubres as áreas alagadas e margens de rios, merecendo a ação do Estado que, amparada pelo higienismo, promoveu aterramento, retificação, represamento, desvio, aprofundamento de canais, assim como a substituição ou a supressão da vegetação.

Curiosamente, mas complementando essa lógica, a função militar das muralhas ganharam espaços verdes a partir do século XVI. Nesse momento, as muralhas começaram a ser construídas com paredes inclinadas e recobertas com terra, para dar-lhes maior resistência (PANZINI, 2013). Rapidamente essa terra foi utilizada para plantar árvores, aumentando os espaços verdes da cidade. Aos poucos, esses locais perderam sua função militar, e já no século XIX a presença das árvores funcionava como um anel verde dos centros históricos de várias cidades europeias (PANZINI, 2013). Nesse momento, era (e é) aceitável a presença de animais domesticados, tais como ovelhas e gansos para pastagem e manutenção do gramado (THOMAS, 1996), compondo, assim, uma paisagem idílica e bucólica do campo na cidade.

O higienismo consolida-se num lento processo de incorporação de novos hábitos valorizados no meio social e cultural da urbanização das cidades do século XIX. Os

parques começam a ser vistos e projetados como objetos urbanos aos quais se associava a salubridade do ambiente e, por decorrência, um mecanismo de controle das emoções. Tal controle chega ao nível das práticas físico-esportivas, sociais, culturais e manuais pré-estabelecidas, controlando aquelas atividades permitidas e tolhendo aqueles que fossem contrárias aos controles das massas pela elite.

Tal concepção é ampliada no século XX com as ideias dos CIAM – Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna -, fortalecendo uma visão industrial, ou maquinista da cidade, que vai perdurar até os anos de 1960. Um marco deste período é a publicação da Carta de Atenas, em 1943, consagrando o pensamento de Le Corbusier que afirmava: o “urbanismo de hoje tem em consideração as condições de habitação, de trabalho, de repouso e de circulação” (LE CORBUSIER, 1977, p. 41).

Nessa abordagem, a cidade é o local de trabalho produtivo por excelência e, garantir os espaços de lazer, de circulação de pessoas e mercadorias é fundamental, assim como o é assegurar a locação das unidades de trabalho e aperfeiçoar as distâncias a serem percorridas. O cumprimento dessas funções no espaço seria viabilizado através da ocupação do solo, da organização da circulação e da legislação. Trata-se de uma concepção já obsoleta nos dias atuais, mas que condicionou as formas de implantação de parques urbanos nessa primeira metade do século XX.

Cranz apud Magnoli (1986) reforça essas concepções a partir de um movimento criado nos EUA: o “movimento de parques americanos”. Segundo este autor, esse movimento evolui desde meados do século XIX até o fim do XX, em quatro fases, todas elas utilizando-se de elementos constitutivos da paisagem – água, árvores, flores, caminhos, sebes, esculturas, edificações – mas em combinações distintas e diferentes predominâncias. Cada uma das fases indica metas sociais a atingir e formas de reagir aos problemas decorrentes da urbanização. As duas primeiras etapas dessa classificação apresentam as características dos parques urbanos inseridos nessa visão de pensar e planejar a cidade higienista.

Assim, na etapa um, de 1850 a 1900, a do “*pleasure garden*”, é caracterizada por uma sociedade que se urbaniza e industrializa a passos largos, o parque é a busca de uma aproximação com a natureza, simplificando seus elementos. Nele encontra-se a ascensão e a consolidação do paisagismo inglês. O parque visa a uma atmosfera bucólica, lembrando a vida no campo, em silêncio. É um lugar para contemplação. Exercícios físicos mais exigentes ou repetitivos ou que necessitem de memorização não são estimulados. São proscritos o alcoolismo, a prostituição e os jogos de azar, assim como outras manifestações da cultura popular e da moral dos imigrantes. O parque se transforma no lugar onde o comportamento em público para passear e fazer os piqueniques é controlado pelos protetores da moral e dos bons costumes, ou pelo menos, comportamentos transgressores são camuflados para se manterem dentro da ordem imposta, vide figura 2.2a.

A etapa dois, de 1900 a 1930, chamado de “*play-ground period*”, reflete a necessidade de espaços próximos às residências e aos locais de trabalho, relacionando-se às ideias de Le Corbusier, e ganham uma programação condicionada pelos “*play-grounds*”.

Difundem-se informações sobre higiene, saúde, alguma profissionalização, ginástica, atividades esportivas aos diferentes grupos, idades e sexos. Formula-se a distinção entre recreação “ativa”, para participação e “passiva”, para apreciação. A possibilidade de práticas de uso do tempo livre fez parte deste conjunto de valores de conteúdo utilitarista. Esse tempo, identificado originalmente como “recreação”, ganha novos contornos na medida em que é reificado, que se identifica com uma atividade que pode ser escolhida e que assume formas de comportamento mimético, de um “controlado descontrolo de controles emocionais” (GEBARA, 2002).

**Figura 2.2a: Pintura “Uma Tarde de Domingo na Ilha de Grande Jatte” – 1884 -**, de Georges-Pierre Seurat. O original se encontra no *Art Institute of Chicago*, EUA. A ilha de Grande Jatte, uma das ilhotas que se encontra no meio do rio Sena, era um dos pontos de encontro da população de Paris. Era também vista com maus olhos, pois apesar da proibição da prostituição a mesma realizava-se. O estratagema encontrado pelas cortesãs parisienses era fingirem que estavam pescando. Assim, tentavam enganar os policiais que se encontravam na ilha (BRITO, 2013)<sup>39</sup>. Na pintura, nota-se pelo menos uma senhora segurando uma vara de pescar, destacada pelo círculo.



Na cidade da primeira metade do século XX, esta massa de tempo pode ser um elemento de relacionamento com uma estrutura técnica (a cidade e seus espaços equipados), planejada pela arquitetura da época para influir igualmente na formação do cidadão e na sua estrutura simbólica. Não conveio, portanto, na visão hegemônica, deixar o uso desse tempo desconectado da função central: o trabalho. Os parques vão se constituir num equipamento com dupla finalidade, de descanso do trabalho, no tempo livre das pessoas; e de “recuperação” do equilíbrio psicofísico por conta de atividades de recreação nada críticas.

Contudo, no pós II guerra mundial, os parques e áreas livres de uso comum, outrora inseridos nos ideais da cidade industrial “maquinaria”, ganham novas configurações e

---

<sup>39</sup> Carla Brito (2013) Análise da obra: "Uma Tarde de Domingo na Ilha de Grande Jatte", de Georges Seurat. Disponível em: <http://estoriadahistoria12.blogspot.com.br/2013/07/analise-da-obra-uma-tarde-de-domingo-na.html>, acesso em 22/12/2016.



passam a assumir um caráter de resistência no confronto de diferentes percepções da vida urbana e, embora não tenham se libertado dos pressupostos higienistas, procuram responder à diversidade cultural, paisagística e ambiental.

Assim, entre 1930 a 1965, identifica-se a etapa três (CRANZ apud MAGNOLI, 1986), a “*recreation facility*”, a qual, segundo esse autor, é caracterizada pela distribuição da recreação assegurada a todos, em nível nacional, no cotidiano, em tal escala que se passa à implantação seriada e multiplicada de estádios, grandes piscinas, quadras, arquibancadas e painéis de jogos e esportes. “É massiva a participação na recreação considerada ativa [...] A padronização se estende por todos os lugares, por toda a nação, em todas as propostas” (CRANZ apud MAGNOLI, 1986, p. 118).

A partir de 1965 até 1986, data em que estas reflexões de Cranz foram publicadas, define-se a etapa quatro, onde a cidade é essencialmente vista como um todo formado de casas, fábricas, ruas, praças, parques, todos dotados de carga simbólica, a ser assumida como um espaço de vida diversificada.

Nessa última etapa, o Estado, associado a setores da iniciativa privada, implementa as políticas de revitalização urbana, refuncionalizando áreas outrora degradadas ou com uma ocupação marginal em “novas” áreas dotadas, frequentemente, de atividades e eventos ligados aos grupos econômicos que apoiaram essas operações urbanas. Os parques e áreas verdes ganham destaque nessa lógica ao serem erigidos como equipamentos que impedem a convivência de classes distintas. As classes menos favorecidas são novamente expulsas para bolsões mais distantes e os parques adquirem um papel de valorização do espaço, que tem na especulação imobiliária um de seus sustentáculos.

Com isso, e apesar da relativa vitória higienista em reconfigurar a ocupação da cidade, não impediu de todo a ação contínua de seus moradores em recriar espaços de sobrevivência que respondessem às suas necessidades objetivas e subjetivas.

[...] nunca o projeto higienista conseguirá esvaziar totalmente a rua das práticas e da presença popular. Por mais funcionais, por mais que se especializem, os espaços públicos são eternamente reinvidados, repossuídos, reinventados, por aqueles que dele fazem o jogo da vida (PECHMAN, 1994, p. 33).

A concepção higienista sofreu severas críticas e transformações com a introdução de novos conceitos. O quadro 2.2a faz uma comparação desses modelos – higienista e inovador – destacando as novas tendências.

Pela observação deste quadro 2.2a, percebe-se a necessidade de mudança de postura devido ao esgotamento do modelo higienista que levou a sérios problemas ambientais nas cidades. No item 1 e 2 deste quadro, foram criadas obras de engenharia colossais no modelo higienista, para que a água da chuva fosse levada o mais rápido para longe da cidade: retificação e canalização de rios, construção de “piscinões” para conter o transbordamento de água que, associada à constante impermeabilização do solo, levaram a uma artificialização da paisagem com conseqüente distanciamento dos cidadãos sobre o elemento água. O trabalho de Brocaneli (2007) é importante sobre a

necessidade de recuperação dos rios e da paisagem de fundo de vales na cidade de São Paulo restabelecendo, assim, a percepção da população sobre os recursos hídricos.

**Quadro 2.2a: Comparação das abordagens no tratamento da drenagem das águas no urbanismo brasileiro.**

Item	Higienismo	Conceitos Inovadores
1	Drenagem rápida das águas pluviais, transferência para jusante.	Favorecimento da infiltração, ao armazenamento e ao aumento do tempo de percurso do escoamento.
2	Redes subterrâneas, canalização dos cursos d'água naturais.	Valorização da presença de água na cidade, busca pela menor interferência ao sistema natural de drenagem.
3	Associação do sistema de drenagem com o sistema viário	Soluções técnicas multifuncionais: sistema de drenagem associado a áreas verdes, terrenos de esportes, parques lineares, entre outros.

Fonte: modificado de Nascimento, Baptista e von Sperling (1999)

Sobre o item 3 do modelo higienista (quadro 2.2a), ocorre uma das mais perversas apropriações do uso do solo urbano na questão ambiental, quando se associa sistema viário e drenagem das águas. A concepção higienista fez surgir nas cidades brasileiras um sem-número de vias marginais, que eliminaram da paisagem a possibilidade de ampliação de espaços públicos junto aos cursos d'água, afastando os cidadãos desses locais. Nesse sentido, este quadro, aponta no item 3 dos conceitos inovadores a necessidade de espaços multifuncionais, onde a questão ambiental se relaciona fortemente com o lazer, com a presença de extensas áreas para infiltração da água da chuva no solo que permite a existência de áreas para terrenos de esportes. Não só esporte, mas os demais interesses culturais do lazer ao ar livre, permitindo uma maior interação da população com a natureza (ou meio ambiente) de sua cidade.

Destacam-se nas metrópoles brasileiras a criação de parques lineares e nos fundos de vale<sup>40</sup>. Mais que isso, servem para aproximar seus cidadãos da temática ambiental, ajudando na transformação de um lazer passivo para um crítico e criativo. Nesse sentido, recuperar os rios serve não só à qualidade ambiental, mas também para dar às pessoas o direito de percepção sobre os recursos hídricos e de vegetação na cidade.

A cidade contemporânea não pode mais prescindir da presença da vegetação como componente do território e da paisagem em uma malha onde os benefícios sociais e culturais para a coletividade faz alçar a cobertura vegetal da cidade como um componente da qualidade de vida. Assim, na segunda metade do século XX, as propostas de praças de esporte e lazer, os parques de entretenimento, os lugares para manifestação política, as áreas verdes para melhorar o ambiente, entre outras, são usadas para o exercício de forças políticas no corpo social.

Ocorre uma valorização dos parques urbanos, como “local de recreação, de ponto de encontro e de resgate dos valores tradicionais e, conseqüentemente, como fundamental à retomada da escala humana nas cidades” (ABRAHÃO, 2008, p. 39). Adjetivos para cidades como sustentável, ecológica, entre outras, a partir de 1970 passam a ser evidenciadas e os parques urbanos resignificados. A cidade de Curitiba (PR) aparece como um marco deste período no Brasil, quando ganha as marcas de “cidade modelo”,

<sup>40</sup> O plano diretor atual da cidade de São Paulo, por exemplo, aprovado em 2015, estabeleceu a criação de 164 novos parques.

“capital brasileira de qualidade de vida”, “capital ecológica” (ABRAÃO, 2008, p. 39-40). Rechia (2007) estudando Curitiba, indicou que

a cidade adquiriu identidade cultural a partir da conexão do planejamento urbano, centrado em parques, com a acentuada preocupação quanto à preservação ambiental, passando a gerar um perfil peculiar da cultura local por meio dos usos cotidianos desses espaços. Assim, o ambiente urbano de Curitiba e de outras cidades do Paraná está marcado por um intenso planejamento que associa, entre outras dimensões, cultura, lazer, esporte e preservação da natureza. (RECHIA, 2007, p. 91)

Na escala mundial, a reestruturação urbana proposta para Barcelona (Espanha), por conta das olimpíadas de 1992, se configurou como modelo no plano denominado “Plano Barcelona 2000”. Segundo Abrahão (2008, p. 44), esse plano “tornou-se, a partir dos anos 1990, um paradigma para as intervenções urbanas que viriam a ocorrer posteriormente em todo mundo, por dar aos espaços públicos urbanos de titularidade pública uma imagem forte, inclusiva, de protagonismo [do poder público]”. No dizer desse autor, esse plano previa uma série de micro intervenções estratégicas no plano geral da cidade, e seu sucesso deveu-se menos aos acertos do desenho, mas mais pela vontade de querer ver a paisagem urbana mudar.

Com isso, os parques urbanos ganharam destaque que embora num modelo de cidade não totalmente alcançado, evidenciou “a introdução de um instrumento urbanístico fundamental [o parque urbano] para o resgate da cidade democrática contemporânea, seriamente ameaçada pela dissolução, fragmentação e privatização dos espaços” (ABRAHÃO, 2008, p. 45) e nas quais as atividades de lazer e turismo têm um papel fundamental para elevar os cidadãos numa perspectiva crítica, criativa e libertadora nesses e desses espaços públicos da cidade.

Os parques urbanos, no início do século XXI começam a ser pensados como pontos de encontro, onde a inter-culturalidade pode se expressar. Não é uma tarefa nem simples nem “dada”, mas conquistada cotidianamente.

Com isso, os espaços livres de uso público vêm assumindo no contexto das cidades contemporâneas, os pressupostos da cidade ideal ou sustentável. Nessa lógica, está se impondo a busca por parâmetros que extrapolem a compreensão de que os parques possam ser decorrência do atual estágio social, cultural, tecnológico e comportamental, segundo os valores do que seja “civilizado” no ocidente. O parque de hoje, recheado de símbolos, atrativos e entretenimentos, escondem a construção social e cultural das quais é produto.

Ligados aos ideais de conservação da natureza e de direito ao lazer e à cidade os parques urbanos são entendidos presentemente em sua materialidade e em seu simbolismo e se expressam a partir do entendimento de elementos como a floresta urbana, os serviços ecossistêmicos e as práticas de lazer e turismo nessas áreas.

Presentemente, é necessário entender o espaço público enquanto possibilidade de afirmação da individualidade e o exercício da alteridade, sob a perspectiva da cidade em movimento, onde parques, agora, são componentes de um sistema articulador de toda a

vegetação urbana, campo para a ampliação da cidadania e não mais um isolado objeto utilitário.

A questão suscitada pela existência de espaços livres de uso público nos domínios do sítio urbano, a possibilidade e qualidade do acesso e os usos que a população dá ou a legislação prevê, tem gerado certa dificuldade para o entendimento das áreas verdes, resultando em confusão sobre seu significado. Lima et al. (1994) captaram esta confusão, ao dizer:

as diferentes conceituações nas definições dos termos "área verde", "área livre", "espaço livre", "arborização urbana", "área de lazer", entre outros, têm se mostrado, no mínimo, preocupantes, quer no ensino ou na pesquisa, bem como no planejamento e gestão desses espaços, onde profissionais da área, constantemente, deparam-se com a necessidade de uma linguagem única que expresse, sem dar margem a erros, suas deliberações (LIMA et al, 1994, p. 540).

Considerando que a disponibilidade de espaços livres públicos deixa de ser um componente simbólico ligado apenas à ostentação do poder ou de status social para assumir importância como indicador de qualidade ambiental que repercute no conceito de qualidade de vida, é procedente a preocupação dos estudiosos em estabelecer critérios com os quais comparam os dados elaborados em diferentes cidades e contextos.

Interessante é observar a sistematização realizada por Guzzo (1999, apud LIMA et al, 1994), onde são conceituados: Espaço Livre - trata-se de conceito mais abrangente, integrando os demais e contrapondo-se ao espaço construído; Área Verde - onde há o domínio de vegetação arbórea, englobando as praças, os jardins públicos e os parques urbanos; Parque Urbano - é uma área verde com função ecológica, estética e de lazer, ocupando uma área maior que as praças e jardins públicos; Praça - é um espaço livre público cuja principal função é o lazer. Pode não ser uma área verde, quando não tem vegetação e encontra-se impermeabilizada; Arborização Urbana - diz respeito aos elementos vegetais de porte arbóreo dentro da cidade. Nesse enfoque, as árvores plantadas nas calçadas, fazem parte da arborização urbana, porém, não integram o sistema de áreas verdes; Área Livre e Área Aberta - são termos que devem ter sua utilização evitada, pela imprecisão na sua aplicação. Espaço Aberto, traduzido erroneamente e ao pé-da-letra do termo inglês "*open space*", deve ser evitada, preferindo-se o uso do termo espaço livre.

Quanto à função que os espaços livres públicos assumem no contexto do ambiente urbano, Wright (1976 apud ESCADA, 1992) propõe sua classificação em três grupos distintos, a saber: espaços livres para recreação, espaços livres para conservação de recursos naturais e espaços livres para o desenvolvimento da forma urbana. Além desses aspectos, as questões da acessibilidade, disponibilidade, distância, tempo necessário para o deslocamento e a proporção área/habitante tornam-se relevantes para o planejamento.

Tais categorias, tipologias e hierarquias estão de acordo com a concepção de função. Segundo Tankel (1976 apud MAGNOLI, 1986):

os parques urbanos são parte do sistema de espaços livres de edificação [e este pode ser entendido] como todo espaço (e luz) nas áreas urbanas e seu entorno que não está coberto por edifícios; a amplitude que se pretende diz respeito ao espaço e não somente ao solo e à água que não estão cobertos por edifícios; diz também respeito aos espaços que estão ao redor, na auréola da urbanização, e não somente internos, entre tecidos urbanos (TANKEL, 1976 apud MAGNOLI, 1986, p. 112).

Essa discussão vem reverberando sobre a população que reconhece a importância do assunto como fator para a qualidade de vida. Em decorrência disso, os usos previstos ou aqueles que a sociedade vai criando, abrem um campo de participação nas decisões que passa a ser importante componente político e com implicações na gestão dos espaços de uso público.

Diante dessas dificuldades de conceituação, melhor é trabalhar com as funções dessas áreas na cidade. Disso emerge a ideia dos “serviços” por elas prestados a sociedade, caracterizados como “serviços ambientais ou ecossistêmicos”. Andrade; Romeiro (2009) caracterizam serviços ecossistêmicos como,

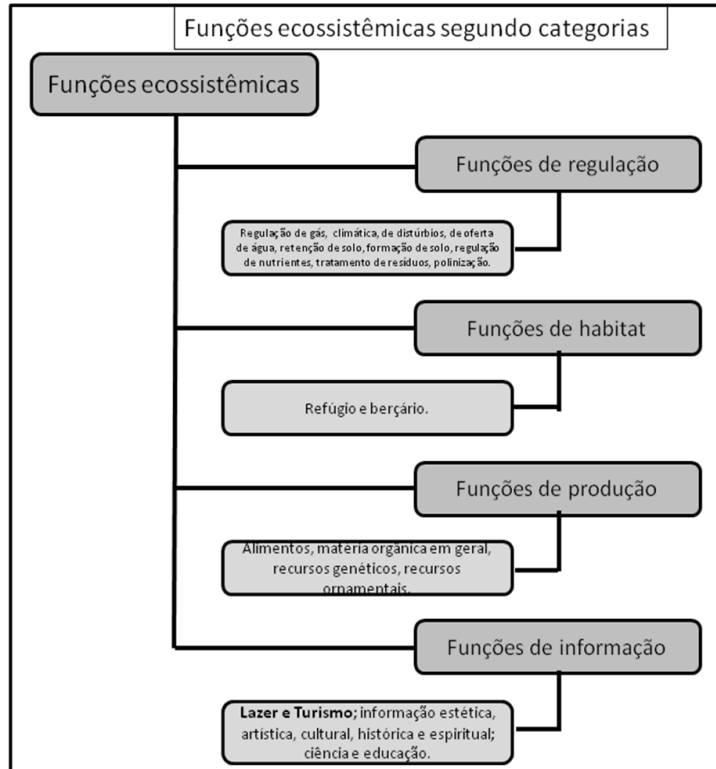
benefícios diretos e indiretos obtidos pelo homem a partir dos ecossistemas. São, em última instância, fluxos de materiais, energia e informações derivados dos ecossistemas naturais e cultivados que, combinados com os demais tipos de capital (humano, manufaturado e social) produzem o bem-estar humano.

As funções ecossistêmicas são reconceitualizadas enquanto serviços de ecossistema na medida em que determinada função traz implícita a ideia de valor humano. De modo geral, uma função ecossistêmica gera um determinado serviço ecossistêmico quando os processos naturais subjacentes desencadeiam uma série de benefícios direta ou indiretamente apropriáveis pelo ser humano, incorporando a noção de utilidade antropocêntrica. Em outras palavras, uma função passa a ser considerado um serviço ecossistêmico quando ela apresenta possibilidade/potencial de ser utilizada para fins humanos (ANDRADE; ROMEIRO, 2009, p. 9-10)

Dentre os serviços ecossistêmicos pode-se citar a provisão de alimentos, a regulação climática a formação do solo e de informação, conforme indicado na figura 2.2b. Sobre os parques urbanos e demais áreas verdes na cidade destaca-se sua função ecossistêmica de regulação, de produção e de informação, onde se encontra mais diretamente as atividades de lazer e turismo.

Na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), as florestas da área periférica devem ser entendidas como produtoras de água. Assim, configuram-se como prestadoras de um dos mais importantes serviços ecossistêmicos para a região, os de provisão de água superficial e subterrânea em seus aspectos qualitativos e quantitativos. A RMSP tem passado por séria crise de abastecimento de água, que poderia ser pior se a área vegetada fosse menor. As bacias hidrográficas que abastecem a região, como a do Alto Tietê apresentam complicações severas quanto à provisão de água. Esta bacia abriga uma população de mais de 19 milhões de habitantes (10.232 hab/km<sup>2</sup>) e tem a demanda mais crítica do Estado por recursos hídricos, pois seu consumo é maior do que o dobro de sua disponibilidade (incluindo as reservas de água subterrânea) (BICUDO et al., 2014).

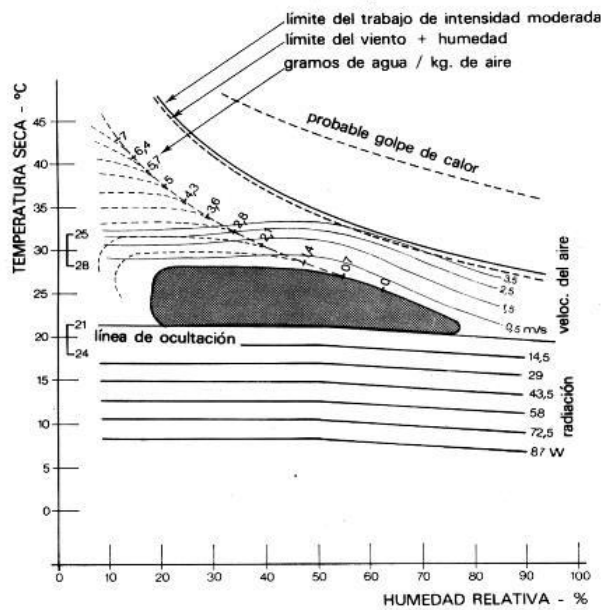
**Figura 2.2b: Funções ecossistêmicas divididas em categorias**



Fonte: Adaptado de Andrade; Romeiro (2009, p. 10)

Sobre os serviços de regulação, ressalta-se a função dos parques para atingir o conforto ambiental nas cidades. Na década de 1960, dois irmãos arquitetos – os Olgay – foram precursores nos estudos sobre as condições ambientais ideais para pessoas que trabalham ao ar livre. Seus estudos foram sintetizados na carta bioclimática, que indicava o conforto ambiental, conforme indicado pela figura 2.2c.

**Figura 2.2c: carta bioclimática expressando o conforto ambiental de trabalhadores ao ar-livre.**

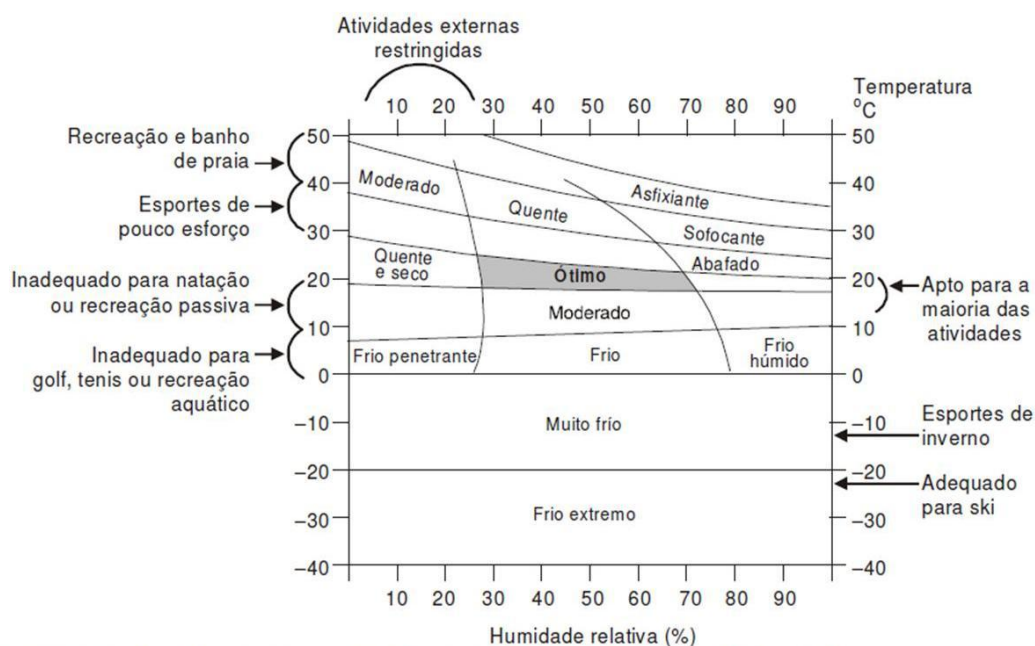


Carta bioclimática de Olgay (1963)

Como se percebe pela leitura desta carta, há um ótimo de conforto ambiental para pessoas que trabalham ao ar livre, expresso pela faixa em cinza da figura 2.2c. Esta faixa ideal é compreendida por uma umidade relativa situada entre 30 e 65 % e cuja temperatura situa-se entre 21 e 28°C. Fora desta faixa, a situação ambiental dos locais pode se tornar inadequada. Contudo, é preciso ressaltar que essa faixa não é estática, mas apresenta um dinamismo em função da velocidade do ar (vento) e da radiação. Trabalhos posteriores destacam também as características das pessoas (sua termo regulação – pessoas com problemas cardiovasculares, asma, bronquite, diabetes e reumáticos têm uma termorregulação diferente de pessoas saudáveis) e a função das vestimentas. A conjunção dessas variáveis influencia e altera as características de conforto ambiental, modificando a zona de conforto das pessoas. Porém, como o foco deste tópico é no local, não serão discutidas essas variáveis (termorregulação e vestimentas<sup>41</sup>).

Três décadas depois, Vera et al (1997) utilizaram as ideias da carta bioclimática dos irmãos Olgay, adaptando-a as condições de lazer e turismo, vide figura 2.2d. Como se pode perceber, a zona de conforto ambiental é a mesma da estipulada por Olgay (1963). Contudo, algumas práticas de lazer e esportes podem exigir um risco controlado e condições ambientais mais severas. Na carta de Vera et al (1997) há extremos ligados às baixas temperaturas ideais para sky e outros esportes de inverno, cujas temperaturas situam-se abaixo dos -10°C. Da mesma forma, recreação e banhos de mar, nesta carta, necessitam de temperaturas superiores a 30°C. Contudo, para fins da discussão desse tópico, considera-se a mesma faixa de “ótimo” de conforto ambiental, indicado nessa carta da figura 2.2d, como “apta para a maioria das atividades”, ou seja, as mesmas condições estipulada por Olgay (1963).

**Figura 2.2d: carta de conforto ambiental dos locais para práticas de lazer e turismo.**



Fonte: Vera et al (1997, p. 67)

<sup>41</sup> Sobre o papel da termorregulação e das vestimentas para o conforto ambiental veja, entre outros, os trabalhos de Lamberts et al (2004) e de Frota (2001).

Nesse sentido, os parques urbanos, devido à arborização, ou mesmo à vegetação rasteira, apresentam características para garantir um conforto ambiental para os moradores da cidade em suas atividades de trabalho e de lazer. Isso porque, na faixa tropical, onde se situa a maior parte do Brasil, tais condições são conquistadas pela presença da vegetação. Segundo Santamouris; Asimakopoulos (1996, p.46),

os campos apresentam grandes superfícies cobertas de vegetação, que possuem absorção solar elevada (aproximadamente 80%) e grande parte da radiação incidente nelas é utilizada para a evapotranspiração, resultando na redução da temperatura do ar e no aumento da umidade ao redor. Adicionalmente, parte da radiação solar absorvida pela terra é usada na evaporação da sua umidade, que mantém consequentemente temperaturas moderadas.

Demantova (2011) fez uma revisão da função de regulação dos serviços ecossistêmicos dos parques nas cidades. Segundo ela,

Em um parque mais de 85% da poluição do ar pode ser filtrada; em uma rua arborizada esse valor pode ser de 70% [...] estima-se que em Chicago (EUA), as árvores removeram 5500 toneladas de poluentes do ar, fornecendo nove milhões de dólares de qualidade do ar em um ano [...] Uma única árvore larga pode transpirar 450 litros de água por dia, [...] reduzindo as temperaturas e as ilhas de calor nas cidades [...]. Em áreas vegetadas apenas entre 5 e 15% das águas das chuvas escapam para fora do solo, com o restante evaporando ou infiltrando no solo. Em cidades sem vegetação cerca de 60% da água da chuva é [levada] por enxurradas a bueiros [...] Pacientes com os quartos voltados para um parque recuperaram-se 10% mais rápido e necessitaram 50% a menos de medicamentos para alívio da dor, quando comparado a pacientes que tinham seus quartos virados para um prédio (DEMANTOVA, 2011, p. 83).

Saldiva et al (2014) complementam essas informações, pois indicam que as árvores

São capazes de conter os poluentes de quatro maneiras: absorção pelos estômatos das folhas, deposição de gases e particulados nas folhas e cascas [...]. Estudos em diversas partes do mundo demonstram que árvores em áreas urbanas podem diminuir entre 1% e 70% a poluição atmosférica da região. Enquanto a redução de 20% da área vegetada de uma cidade pode aumentar em 14% a concentração de O<sub>3</sub>, o aumento de 20% para 40% da cobertura arbórea pode significar a diminuição de 1 ppb de O<sub>3</sub> a cada hora. Como a mortalidade por doenças cardiorrespiratórias e o câncer do pulmão estão associados à exposição prolongada ao material particulado, especialmente a sua fração mais fina (MP<sub>2,5</sub>), o adensamento da vegetação nas cidades influencia diretamente a qualidade de vida das pessoas (SALDIVA et al, 2014, s/p).

No que diz respeito à amenização de ruídos, a vegetação é igualmente importante, devido aos seguintes fatores: absorção do som (eliminação do som), difração (alteração da direção do som), reflexão (mudança de direção do som, ao redor de um objeto) e por ocultamento (cobertura do som indesejado) (Mascaró; Mascaró, 2002). Segundo Shibao (1984) a densidade da folhagem, a largura e espessura das folhas podem diminuir entre 3 e 8 decibéis o nível de ruído de uma área.

Assim, a vegetação arbórea, arbustiva e herbácea desempenha papel fundamental no Brasil tropical, regulando a temperatura e umidade do ar, diminuindo o som indesejado



e a poluição dos espaços abertos na cidade. Ela contribui significativamente para situar os locais naquelas zonas de conforto ambiental e cumprindo sua função ecossistêmica de regulação e de contribuição para melhoria da qualidade de vida das pessoas. Estratégias como arborização urbana de praças e avenidas, a criação de parques e demais áreas verdes e, mais recentemente, as instalações de telhados verdes e jardins verticais tem contribuído para o conforto ambiental nas cidades. O uso da vegetação nas cidades, tanto em zonas centrais quanto na periferia, já não é só um fator de salubridade, assumindo importância estratégica para se garantir condições de vida com qualidade. A vegetação urbana é um componente do qual não se poderá mais prescindir dentro de um quadro de mudanças climáticas que está muito além do poder de controle intra-urbano. Os parques urbanos como o do Trianon, na cidade de São Paulo, figura 2.2e são, então, grandes contribuidores dessas melhores condições de vida com qualidade.

**Figura 2.2e: Vista aérea do Parque Trianon, na região da Paulista na cidade de São Paulo.** Os elementos da natureza estão circunscritos aos poucos parques e áreas verdes da cidade, mas que contribuem para melhoria da qualidade de vida de seus habitantes pela prestação de serviços ecossistêmicos.



Fonte: extraído de <https://www.flickr.com/photos/jfcury2/5506831670/>

Há espaços verdes urbanizados resultantes do processo de avanço do tecido urbano sobre a vegetação primitiva. Esse processo, ora lento, ora avassalador; às vezes espontâneo, mas na maior parte das vezes induzido, legou áreas na forma de parques e praças densamente arborizados, fragmentos que testemunham a cobertura pretérita ou mesmo indivíduos isolados que resistem às ondas de ocupação. Eles podem estar em domínio público ou privado, mas sua função social independe da propriedade ou posse. Há espaços “urbanificados” (SILVA, 1981) que sucederam à remoção total da vegetação primitiva promovida por atividade agropastoril resultando em áreas verdes totalmente implantadas, seguindo as diretrizes e intencionalidades de um projeto. Jacobs (2000, p. 114) alerta que “muitos parques à beira de rios são quase sempre desenhados como se tivessem saídos de uma estamperia de tecidos” tal a artificialidade das soluções que frequentemente incorrem na falha de deixar de prever pontos de encontro.

Admitindo-se essas informações, enquanto tendência envida-se esforços agora, além da criação de novos parques, na conexão entre eles gerando uma área vegetada (florestada)

idealmente única na cidade. Tal conexão pode se dar por meio de fundos de vale (os parques de fundo de vale), ou de áreas não edificadas, como redes de transmissão elétrica, entre outros.

Com este entendimento, a floresta urbana galga o patamar de bem público “de uso comum do povo, essenciais à sadia qualidade de vida”, como preconiza a Constituição Brasileira (BRASIL, 1988) por se constituir da somatória das áreas públicas de uso comum do povo (ruas, praças, parques) e de áreas de domínio privado sobre as quais incide o interesse público pelo serviço ambiental que prestam à coletividade, com efeitos diretos e indiretos, passando a ter a tutela jurídica de patrimônio ambiental, como bem de interesse público (SILVA, 1981, p. 55).

O conceito de floresta urbana é entendido

como um sistema constituído por toda a vegetação e arborização urbanas, enfatizando os usos e benefícios sociais que podem atingir o conjunto da população abrigada na cidade, assumindo o status de bem público (SARTI, 2009, p. 47).

O planejamento da floresta urbana deve ser dinâmico e considerar os componentes do sistema urbano em mesmo nível de importância e valoração, buscando os entrelaçamentos de fluxos entre os diversos fatores que, na cidade, como um ambiente em constante mudança, precisa de certa elasticidade.

As pesquisas devem investigar quais componentes do sistema urbano são mais resilientes em relação a tais indicadores de mudança, condicionando a implantação da floresta urbana às interseções destes quesitos. Como o grau de complexidade de todos estes componentes é reconhecidamente intrincado e dinâmico, o monitoramento constante, simultâneo e em tempo real de cada componente, passa a ser de interesse estratégico. Devem-se considerar as interfaces passíveis de ocorrer quando se introduz componentes da paisagem que devem cobrir de dez ou mais décadas, dependendo da espécie, do local de plantio, do manejo e das condições ambientais.

Um dos problemas a afligir a eficácia do manejo da floresta urbana é a baixa longevidade das mudas, o que obriga a constantes reposições. A baixa longevidade exige trocas constantes, ampliando a produção de descartes. Mesmo quando a planta encontra condições favoráveis no início do ciclo vegetativo, necessita de décadas para se tornar plena. No mesmo lapso de tempo, a sociedade humana e, em nossas cidades de crescimento populacional cada vez mais veloz, muitas podem ter sido as mudanças no espaço, no ambiente, na paisagem, no perfil da população, na dinâmica do sistema de transportes e circulação de passageiros, no regime de chuvas, entre inúmeros outros fatores.

Com isso, instalar e realizar a manutenção de parques e áreas verdes conectados na ideia de uma floresta urbana exige tempo, recursos e paciência, mas é algo fundamental que os tomadores de decisão e os elaboradores de políticas públicas precisam se debruçar para melhorar a qualidade de vida nas cidades, oferecendo locais adequados para as práticas de lazer da sociedade.

Do ponto de vista das características que os parques urbanos apresentam na atualidade, eles merecem ser vistos como espaços multifuncionais, prestadores de serviços ecossistêmicos, como já destacados. Assim, a questão ambiental se relaciona fortemente com o lazer, com a presença de áreas com vegetação arbórea, arbustiva e herbácea, para infiltração da água da chuva no solo; características essas que possibilitam a existência de áreas para terrenos de esportes. Não só esporte, mas, se pensarmos na lógica dos conteúdos culturais do lazer (DUMAZEDIER, 1980; CAMARGO, 1986) permitem também os demais interesses do lazer ao ar livre, com uma maior interação da população com a natureza (ou meio ambiente) de sua cidade. Marcellino (2007) faz uma revisão desses conteúdos, definindo-os da seguinte forma:

O campo do domínio dos *interesses artísticos* é o imaginário – as imagens, emoções, e sentimentos; seu conteúdo é estético e configura a beleza do encantamento. [...]. Já nos *interesses intelectuais*, o que se busca é o contato com o real, as informações objetivas e explicações racionais. A ênfase é dada ao conhecimento vivido, experimentado. [...] as práticas esportivas, os passeios, a pesca, a ginástica e todas as atividades em que prevaleça o movimento, ou o exercício físico, incluindo as diversas modalidades esportivas, constituem o campo dos *interesses físicos esportivos*. O que delimita os *interesses manuais* é a capacidade de manipulação, quer para transformar objetos ou materiais [...] quer para lidar com a natureza, por exemplo, a jardinagem e o cuidado com os animais. Quando se procura fundamentalmente o relacionamento, os contatos face a face, a predominância deixa de ser cultural e passa a ser social, manifestando-se os **interesses sociais no lazer**. [...] Já o que caracteriza a satisfação dos **interesses turísticos** é a busca da quebra da rotina temporal ou espacial e o contato com novas situações paisagens e culturas. (MARCELLINO, 2007, p.14 grifo do autor)

Todos esses interesses expressam, portanto, possibilidades de atividades realizadas ao ar livre nos ambientes desses parques, com arborização adequada, presença de corpos d'água em alguns deles, prestando serviços ecossistêmicos e atingindo um conforto ambiental, o que permite uma maior sensibilização das pessoas em contato com a natureza. Os interesses culturais podem ser pensados como um recurso analítico para práticas de lazer e turismo, mas as pessoas frequentadoras de parques urbanos não necessariamente aspiram apenas por um desses interesses especificamente, excluindo outros.

Assim, embora as características de um parque urbano devam ser pensadas respeitando os princípios da sustentabilidade, é necessária, como complementação para se atingir uma práxis socioambiental, analisar também os sujeitos que praticam essas atividades ao ar livre, seja num parque urbano, seja numa unidade de conservação fora das cidades com motivações diversas, não necessariamente enquadradas pelos interesses culturais. O foco recai então, nas **atividades** desenvolvidas nessas áreas, as quais serão trabalhadas no próximo capítulo.

### **CAPÍTULO 3 – AS ATIVIDADES: A BUSCA POR PRÁTICAS CRÍTICAS E CRIATIVAS DO LAZER E TURISMO NA NATUREZA/MEIO AMBIENTE<sup>42</sup>**

A concepção de proteção da natureza, traduzida pelo modelo de parques criados nos EUA, como discutido em 1.2, gerou uma noção de atendimento ao visitante focada predominantemente nas características da natureza da área protegida. Isso parece lógico – as pessoas querem conhecer a natureza protegida por essas unidades. Mas, essa abordagem leva a um reducionismo das possibilidades de interação do público com o parque urbano ou unidade de conservação. É comum observar os centros de visitantes nesses locais carregados de informações sobre as características naturais sem uma maior conexão com a região, em suas características socioeconômicas e/ou nas relações com o público em geral. Sansolo et al. (2016) estudando os elementos que compõe o acervo dos centros de visitantes de três Núcleos do Parque Estadual da Serra do Mar (Picinguaba, Caraguatatuba e Itutinga Pilões), indicam que estes não contemplam as características mais abrangentes da região onde se inserem.

constatou-se uma falta de critérios comuns aos três núcleos em relação a implementação de políticas de educomunicação nos seus espaços educativos como os centros de visitantes e trilhas, que carecem de um alinhamento geral: os conteúdos expostos nos três centros de visitantes não partilham da mesma lógica de sinalização, informação conceitual, de imagens e da organização didática das informações (SANSOLO et al., 2016, p. 55).

Caraguatatuba, um dos Núcleos estudados, não trata das questões da infraestrutura e da conversão o uso e ocupação pelas novas demandas ligadas a descobertas do Pre-Sal<sup>43</sup>, boa parte delas afetando diretamente o Parque Estadual, como, por exemplo, a instalação de equipamentos de recepção de óleo e gás dentro dos limites do parque.

Mais que isso, focando no aprendizado, ou sensibilização dos visitantes, quanto à apreensão das informações trabalhadas nesses núcleos, os autores concluíram que elas são pouco eficazes, se distanciando dos objetivos do ecoturismo, ou seja, que “busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente [...]” (BRASIL, 1994). Sansolo et al. (2016) entrevistaram visitantes dos Núcleos do PESM, avaliando as respostas a fim de comparar o grau de entendimento deles sobre as características da UC antes e após a visita. Seus resultados foram tabulados considerando a seguinte classificação: 0 (zero) Já havia conhecimento; (1) Não houve aprendizado; (2) Houve aprendizado parcial; (3) Houve muito aprendizado. E atesta algo de certa maneira preocupante, apresentados na figura 3.1a, pois a grande maioria não obteve aprendizado sobre os temas discutidos, (predominando o item 1 – não houve aprendizado -, destacado pela cor vermelha na figura) o que demonstra que embora haja

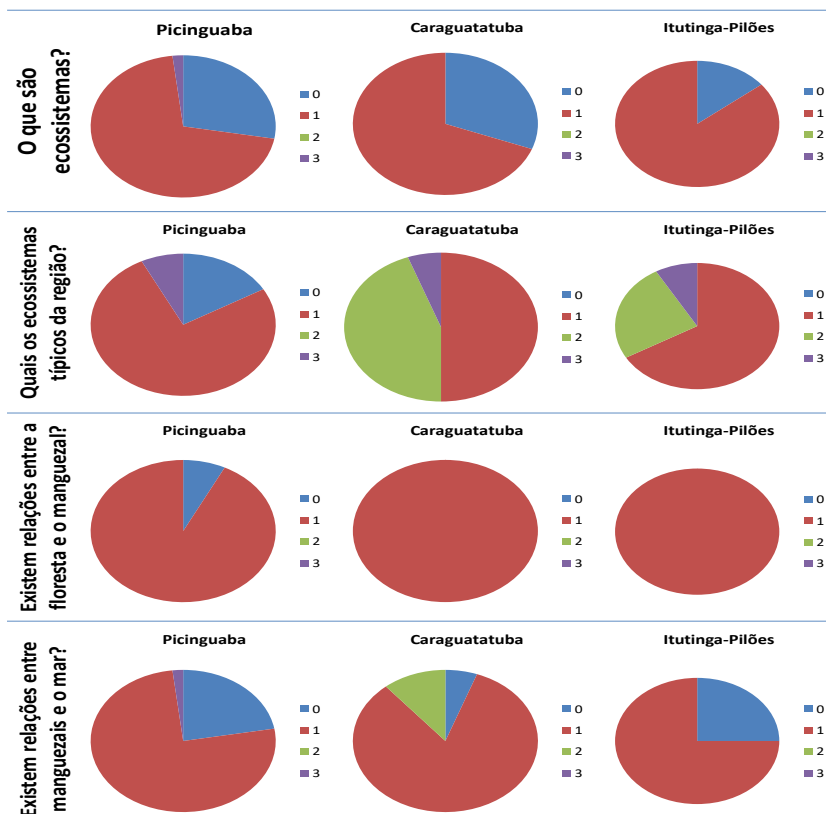
---

<sup>42</sup> Para redação deste capítulo foram utilizados os seguintes artigos, escritos em coautoria, que constam nas referências bibliográficas: Alves; Laranja; Raimundo (2014); Pacheco; Raimundo (2015); Raimundo; Pacheco (2014); Raimundo, S.; Pacheco, R.; Costa (2011); Sansolo et al. (2016).

<sup>43</sup> Área de reservas petrolíferas encontrada sob uma profunda camada de rocha salina, que forma uma das várias camadas rochosas do subsolo marinho. No litoral norte de São Paulo tais reservas se encontram a cerca de 300 km da linha de costa no poço denominado Mexilhão e são conectadas ao continente por oleodutos até o município de Caraguatatuba.

um esforço das equipes de uso público do parque em produzir esses materiais e informações, elas não tem alcançado grandes absorção ou percepção dos visitantes.

**Figura 3.1a: Grau de aprendizagem/sensibilização de visitantes dos Núcleos do PESM sobre as relações ecológicas da área.**



FONTE: SANSOLO et al. (2016, p. 50)

Diante destes fatos, as instalações e locais voltados ao público, seja num parque urbano ou numa unidade de conservação, devem ser pensadas como espaços multiusos, com a infraestrutura de trilhas, do centro de visitantes e demais áreas de apoio ao visitante. Neles, devem ser desenvolvidas atividades ligadas aos interesses culturais da comunidade local e turistas, como por exemplo, cursos de capacitação sobre a temática ambiental, peças de teatro e demais manifestações artísticas ligadas também à temática ambiental, dentre outras. Assim, além das características naturais dos locais, deve-se ter atenção com as atividades neles desenvolvidas, as quais merecem ser pensadas com os referenciais da animação sociocultural (aqui entendida como animação socioambiental) e da interpretação ambiental.

Nesse sentido, as indicações apresentadas neste capítulo destacam as características das atividades que podem ser desenvolvidas nesses locais, a partir de um trabalho de envolvimento da comunidade, procurando criar identidade com a natureza, ou ambiente, dos locais que habitam ou visitam.

Os estudos de caso apresentados, os Parques do Rodoanel, da Região Metropolitana de São Paulo e do Parque Estadual da Cantareira, na cidade de São Paulo, procuram demonstrar as possibilidades que o lazer e turismo têm, como as atividades pensadas a partir da realidade local e embasadas na interpretação da natureza e animação

socioambiental. Os Parques do Rodoanel são unidades novas, onde tudo pode ser pensado dentro de uma nova lógica. O Parque Estadual da Cantareira, criado em 1962, mas cujos primeiros esforços de conservação datam de 1886 é um parque estruturado e que tem a concepção biologizante (tradicional) de atividades do uso público.

Em uma situação ideal, pode-se imaginar que cada parque urbano ou unidade de conservação deveria desenvolver um programa de uso público que pudesse atender aos objetivos da interação dos sujeitos e comunidades usuárias dos espaços. No entanto, esta não é a realidade corrente. Os parques urbanos, por exemplo, são unidades de serviço público que, na maioria dos casos, não se enquadram no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e desta forma não precisariam, obrigatoriamente, contar com um Plano de Manejo no qual estivessem descritas as possibilidades de uso público em capítulo específico.

O que ocorre com relação aos parques urbanos é que, dada a especificidade ambiental e territorial de cada unidade, algumas delas podem ter maior ou menor necessidade de serem pensadas enquanto espaço de conservação ambiental. Independente desta maior ou menor potencialidade como unidade de “conservação”, é importante ressaltar que todos os parques deveriam ter ao menos um Plano de Manejo, a induzir as possibilidades de uso adequadas, mesmo a unidade estando inserida num território densamente ocupado e urbanizado. Ou seja, que permitissem ações que contribuíssem para a conservação da natureza, com a manutenção de áreas vegetadas ao longo de fundos de vale, conectando-as a outras áreas verdes, como mencionado no capítulo 2; e ao mesmo tempo, garantissem o uso das pessoas, em seu momento de lazer, e que estas pudessem ter acesso a uma diversidade de práticas lúdico-educativas com potencial de reflexão sobre as ações dos sujeitos na cidade e sobre a natureza.

Nestes casos, talvez seja ainda maior a necessidade de um documento que permita induzir formas de uso consideradas adequadas à realidade desses remanescentes de natureza que se configuram os parques urbanos ou mesmo algumas unidades de conservação.

Assim, o Programa de Uso Público deveria ser necessário a cada uma destas unidades, considerando suas especificidades. Desta forma, o Direito ao Lazer, como é aqui ressaltado, poderia ser explicitado, conhecendo-se de fato a realidade territorial e cultural de cada unidade, relacionando às possibilidades dos interesses dos próprios usuários e considerando as potencialidades e limitações ambientais de cada parque.

Para Cervantes; Bergamasco; Cardoso (1992), o Programa de Uso Público deve propiciar recreação e educação ambiental para os visitantes, além de despertar uma consciência crítica para a necessidade de conservação dos recursos naturais em uma unidade de conservação.

Posto dessa maneira, o programa de uso público foca-se no entendimento dos processos naturais existentes na unidade de conservação e apoia-se numa abordagem formal, ou pelo menos em ações ligadas a uma “educação ambiental”. Nessa abordagem, perde-se a oportunidade de trabalhar a vivência ambiental a partir do lazer, num processo de

educação não formal. Essa visão “tradicional” de pensar o uso público é reforçada por alguns especialistas da área. Milano (2001) indica que o Programa de Uso Público de uma unidade de conservação deve estabelecer as normas e diretrizes para sua execução, vinculadas ao componente educativo para a estimulação do aprendizado e “não o simples entretenimento”. Posto dessa maneira desvincula-se o aprendizado do entretenimento, como se fossem antagônicos. É possível aprender (ou se sensibilizar com algo) a partir de atividades lúdicas, sem necessariamente estar embasado num ensino formal.

Para escapar dessa visão reducionista, é preciso ter compreensão do lazer e turismo como fenômenos sociais complexos. Pode-se partir de um conceito funcionalista do lazer, atrelado às suas funções de diversão, descanso e desenvolvimento pessoal e social (DUMAZEDIER, 2004) tal como foi exaustivamente discutido na literatura brasileira deste campo de estudo. Contudo, essa abordagem por vezes não dá conta de pensar as possibilidades de usos que os cidadãos podem ter quando frequentam os parques.

Nesse sentido, parte-se de uma visão do lazer, e também de turismo, como fenômeno social complexo, contraditório, capaz de ao mesmo tempo proporcionar aos sujeitos momentos e vivências sociais enriquecedoras do ponto de vista educativo ou, por outro lado, com tendências à reprodução do socialmente estabelecido. Esta dialética é facilmente observada na dinâmica de utilização dos espaços públicos no Brasil e dos parques, em particular, quando nestes podem ser desenvolvidas abordagens sobre a temática ambiental como elemento integrador.

Portanto, não se trata de partir apenas dos “interesses culturais” dos sujeitos (MARCELLINO, 2007), mas também problematizar estes interesses diante dos usos possíveis num espaço particular de uso público como os parques. Percebe-se que a observação dos lazeres em parques urbanos pelas lentes dos “interesses culturais” tal como categorizados por Dumazedier (2004) podem conduzir a um estreitamento de visão das relações sociais contraditórias nestes embates entre sujeitos, comunidades e os parques.

Assim, destacam-se as situações vivenciadas na implantação dos parques do Rodoanel em São Paulo. No setor sul da cidade de São Paulo não há estradas. Ocorreu nessa região, severa conversão do uso e ocupação das terras, que eram até quatro décadas atrás essencialmente rurais para os usos urbanos atuais, vide figura 3.1b.

A ocupação das áreas da região obedece a um padrão com matriz urbana e remanescendo alguns alvéolos de áreas rurais ou naturais, como os parques criados à época de abertura do Rodoanel, entre 2011 e 2012. Nas áreas vizinhas a estes parques municipais, há ocorrência ainda de atividades agrícolas, com a produção de hortaliças, ou ainda ligadas ao imaginário de um mundo rural, como chácaras de final de semana e atividades de lazer náutico, nas Represas Billings e Guarapiranga. Estes “parques novos” foram projetados em áreas utilizadas historicamente pela população local para suas práticas de lazer: pequenas chácaras de final de semana, entrecortadas por terrenos vazios às margens das represas, utilizados para futebol, pesca, caça e outras atividades no interior das matas, como destacada na figura 3.1c. Contudo, não eram atividades

planejadas ou estruturadas para o atendimento do visitante, predominando a informalidade em parte destas práticas e, por vezes, gerando problemas ambientais.

**Figura 3.1b: Paisagem da periferia ao sul da RMSP**, notar o avanço de áreas urbanas sobre espaços naturais, onde foram criados parques às margens do Rodoanel. Foto: Sidnei Raimundo



**Figura 3.1c: Represa Billings em área próxima ao Parque Bororé.** Uso intensivo aos finais de semana sem a devida estrutura e segurança. Foto: Reinaldo T. B. Pacheco.



Há poucos equipamentos estruturados para o receptivo do visitante, localizando-se principalmente às margens da represa Billings (parques da Ilha do Bororé e de Varginha), com oferecimento de marina para barcos e restaurante; além de algumas outras chácaras que são alugadas ao público em geral. Constituem-se antes em espaços privados, o que demonstra a carência de espaços públicos estruturados na região para garantir o direito constitucional ao lazer e o uso democratizado de um bem comum e público.

Nesses parques de São Paulo tudo está praticamente por se construir nas questões que envolvem o uso público estruturado, planejado e responsável e que possa ao mesmo tempo garantir a conservação destas áreas aliada ao direito ao lazer e turismo.

Essa caracterização aqui apresentada foi realizada considerando as ideias de “interpretação da cultura” indicadas por Geertz (2012). Como indicado no tópico 1.4, o



autor sugere que se faça uma “descrição densa” da cultura local que possibilitaria uma interpretação sobre os significados das ações dos sujeitos nesta dada cultura. Para a compreensão dos aspectos relacionados ao lazer e a relação dos sujeitos com os “espaços naturais” próximos de cada comunidade, esta estratégia foi fundamental. A ideia de uma “descrição densa”, tal como proposto pelo autor, traz no seu bojo a necessidade de imersão de pesquisadores nas comunidades de tal forma a apreender esta cultura de lazer e de visitação. No entanto, devido ao tempo de contato mais escasso e embora não seja realizada uma “descrição densa” de cada comunidade, os trabalhos de observação realizados foram construídos de tal forma a permitir que os principais aspectos relativos ao uso do tempo de lazer comunitário e dos visitantes fossem verificados.

Foram levantadas as práticas de lazer da comunidade do entorno, destacando como tais práticas poderiam ser desenvolvidas numa área protegida. Pretendeu-se com isso, não causar uma ruptura entre estas práticas e os objetivos do parque, mas destacar aquelas que pudessem ser oferecidas em um parque municipal natural, imersos numa matriz urbana e, no caso, de baixa renda. Procurou-se a identificação da comunidade do entorno com as atividades de uso público oferecidas pelo parque, evitando atividades que não tenham relação com o cotidiano das comunidades do entorno.

No entanto, embora as representações sobre a paisagem natural ainda sejam bastante fortes na região, o cotidiano das comunidades apresentam outras características que por vezes geram conflitos mesmo em suas práticas de lazer.

Relatos de moradores próximos do parque, participantes da Associação dos Moradores da Ilha do Bororé (AMIB) indicam que as principais práticas de lazer são realizadas às margens da represa. Não há nenhum tipo de sinalização dos riscos, como indicações da profundidade da represa e sobre a qualidade da água. O uso é feito de forma irregular, com riscos para a prática de lazer e mesmo riscos de saúde pública.

Nesse local, visitantes tem sua prática de lazer completamente descontextualizada daquele imaginário bucólico ou rural. Ao contrário, estas práticas estão associadas ao consumo de bebidas e outras drogas, à dança e música reproduzida em alto volume nos bares e automóveis. Como extensão a estas práticas, há a possibilidade de banhos na represa. Contudo, afogamentos são frequentes e faz um destacamento do Corpo de Bombeiros manter um barco nos finais de semana para coibir abusos. A grande quantidade de visitantes gera toda sorte de conflitos.

Os bairros oferecem poucas escolas de Ensino Fundamental e Médio e nenhuma de Educação Infantil. Os Centros Educacionais Unificados (CEUS), grandes equipamentos públicos municipais construídos para funcionarem também como espaço de sociabilidade e lazer comunitários, ficam distantes. Programas como “Escola da Família”, que abrem as escolas estaduais aos finais de semana, foram abandonados, pois era caro o deslocamento da população entre os núcleos para a escola que mantinha o programa.

As margens das represas estão em grande parte privatizadas. Seja por segundas residências, clubes e associações e pelos condomínios e clubes esportivos. Pequenos proprietários transformam seus locais em chácaras de lazer para atendimento de um público da região. A procura por esse tipo de equipamento, mesmo privado, que apresentam uma estrutura de piscinas e churrasqueiras, vem crescendo, segundo moradores e proprietários, por conta da falta de áreas públicas estruturadas para esse tipo de prática. Algumas dessas pequenas propriedades oferecem uma estrutura de trilhas, piscina e utilização da margem da represa.

Há possibilidades de desenvolvimento de atividades com escolas e grupos de igrejas abordando conteúdos voltados para o ecossistema da região. Contudo, isso ainda é incipiente nestes ambientes privados e as pessoas têm procurado esses espaços apenas para diversão e descanso. Os parques poderiam oferecer atividades complementares para esses públicos, com objetivos focados na conservação da natureza.

Nas observações da dinâmica das práticas de lazer realizadas pelos moradores dos bairros vizinhos ao Parque do Itaim, nas margens da represa de Guarapiranga, verifica-se que os espaços da rua são usados por vários grupos de crianças nas suas brincadeiras como, por exemplo, andar de bicicleta, jogar futebol em campos improvisados, entre outras atividades nas ruas. Os adultos também foram observados fora das casas, conversando ou fazendo pequenos serviços domésticos. No tempo livre, os moradores relatam que saem da região para ir a alguns locais de compras como o Shopping Interlagos. Os bares são locais de convívio social, sendo eles utilizados para o bate-papo e tendo o consumo de bebidas alcoólicas como prática rotineira. Este problema é grave na região e conta com uma iniciativa da igreja católica denominada “pastoral anti-alcoolismo” que tenta coibir abusos.

Há uma carência de equipamentos e atividades de lazer oferecidas especialmente aos públicos, infantil, feminino e idoso. Ao analisar as questões de gênero, de modo mais específico, é possível notar que as mulheres não exercem atividades de lazer por falta de opções que contemplem, também, os filhos. Agrava-se a isso, a falta de tempo das mulheres, devido à dupla jornada de trabalho doméstico e remunerado. Os jovens com poucas opções permanecem por muitas horas em estabelecimentos do tipo *lan house*, em casa ou em bares com jogos de mesa.

A partir dos exemplos dos parques localizados no extremo sul da Região Metropolitana de São Paulo, percebe-se a carência de locais públicos planejados para a prática do lazer nas cidades brasileiras, notadamente nas periferias. Os parques constituem-se assim, em equipamentos fundamentais como lócus dessas práticas e nos quais as atividades do programa de uso público podem atender aos amplos objetivos da educação não-formal, conciliando objetivos de conservação ambiental ao acesso às práticas de cultura e lazer como direito da população. As comunidades do entorno dos parques se mostraram sensíveis ao desenvolvimento de atividades voltadas à sensibilização da natureza. Os parques podem cumprir importante papel na complementação destas atividades, contribuindo para diminuir a carência de atividades de lazer da comunidade e também contribuir para conservação dos ambientes a serem protegido nos parques.

Admitindo-se essas informações, o programa de uso público de um parque urbano precisa considerar as características locais, marcadas por um conjunto de representações que as comunidades têm sobre os parques (e sobre os ambientes que eles protegem) e ao mesmo tempo garantir o acesso a programas de educação não formal, com base nas práticas de interpretação e animação que podem ser desenvolvidos. Daí a necessidade de se pensar os Programas de Uso Público de parques urbanos como potenciais programas intersecretariais e intersetoriais. Não faz sentido, numa administração pública que se pretenda eficiente, que todas as atividades desenvolvidas em um espaço como um parque sejam de responsabilidade de apenas uma secretaria. Portanto, mesmo que os parques estejam sob administração direta das “secretarias” do verde e meio ambiente, torna-se fundamental uma articulação com os setores de esporte, lazer, turismo, educação, cultura, transportes, saúde e outros, na mesma região.

Assim, conservar a natureza e garantir o uso pelas populações em seu tempo livre é o elemento central na construção dos programas de uso público dos parques. E esta dupla função (conservar a natureza e garantir o lazer e turismo) deve ser pensada de forma interdisciplinar e intersetorial, com ênfase de uma animação socioambiental nestes espaços.

Considera-se que o conceito de “animação socioambiental” é bastante simples: trata-se de aproximar dois campos de estudo e de intervenção social que nascem e se desenvolvem de maneira separada: a animação sociocultural e a educação/interpretação ambiental. Embora sejam campos distintos de intervenção e de produção de conhecimento, podem ser ambos usados para pensar as possibilidades de interação humana nos parques.

A ideia é a de que esta interação se dê por meio dos princípios da animação sociocultural (diversidade cultural, participação social, educação não formal) e com conteúdos que explorem as relações com o meio ambiente, de forma ampla e criativa, sendo o meio ambiente considerado como um todo integrado pelas ações da natureza (forças abióticas e bióticas) em interação com a sociedade. E tais ações devem ser complementadas pelos conteúdos e técnicas da interpretação ambiental, como aqueles princípios destacados no tópico 1.4: ser uma atividade amena, pertinente, organizada e temática (HAM, 1992).

Nesse sentido, destacam-se os exemplos dos parques da cidade de São Paulo, nos quais é preciso planejar todas as atividades voltadas ao uso público, a partir desses princípios, revisando ou recriando para os parques já em pleno funcionamento e propondo ações já direcionadas para aqueles que estão em fase de implantação. Nesse sentido, é necessário ordenar as atividades já praticadas pela comunidade, orientada para uma animação socioambiental, mas que considere as possibilidades de uso em ações de baixo impacto à natureza, e reduzindo (ou eliminando) aquelas atividades que causem problema ao meio natural.

É sugerida uma infraestrutura básica para atender o visitante, mas procurou-se destacar a multiplicidade de atividades que podem ser desenvolvidas nessa infraestrutura, dentro de um trabalho de envolvimento da comunidade, focado na animação sociocultural e na

interpretação ambiental, para potencializar as interações positivas, considerando também o uso de técnicas de “mínimo impacto” para reduzir os impactos negativos das atividades de visitação ao Parque, como indicado no tópico 2.1.

Nessa linha o desenvolvimento das atividades deve ser feito prioritariamente por monitores locais, capacitados nessas duas técnicas. As bases da interpreta o ambiental devem ser pensadas para o desenvolvimento de atividades trabalhadas pelo animador sociocultural (ou socioambiental) e devem ser desenvolvidas pelos jovens das comunidades do entorno. Isso também permite contemplar outro objetivo do ecoturismo “forma o de uma consciência ambientalista através da interpreta o do ambiente, **promovendo o bem-estar das popula es**” (BRASIL, 1994, grifo meu).

Nos parques do sul da RMSP, os levantamentos junto aos moradores do entorno dos parques, notadamente os professores e diretores das escolas, apontaram que já   latente nas comunidades uma “consciência ambientalista”.   preciso, no Programa de Uso Público, estimular esses sentimentos pelo contato direto com os ambientes naturais. Práticas de interpreta o ambiental que possibilitem esse contato constituem-se em atividades de alta relevância na transforma o dos conhecimentos, valores e atitudes em dire o a um comportamento pró-ambiental (NEIMAN, 2007).

Nos relatos dos professores e alunos das escolas do entorno dos parques do sul da RMSP, há aspira es para estudos formais como estudos do meio que poderão ser largamente explorados como elemento de educa o ambiental com escolas e grupos organizados. O programa de uso público dos parques devem se preparar para essas demandas.

A partir das expectativas da comunidade, nota-se a indica o da necessidade de um espaço multiuso, como já apresentado, que deve ser útil nas atividades artísticas, apresenta es, festividades, oficinas para idosos, mulheres e reuniões dos bairros do entorno do parque. Há “desejos” por espaços para práticas esportivas e corporais, atividades manuais e intelectuais, atividades artísticas, sociais, bem como lúdico-recreativas diversas, além da expectativa de que o espaço do parque signifique um novo espaço de encontro e sociabilidade de maneira organizada e segura.

Assim, os parques necessitam de infraestrutura voltada ao atendimento do público, diferente dos tradicionais centros de visitantes, configurando-se em espaços onde a comunidade local possa desenvolver seus talentos e aspira es orientados pelos animadores “socioambientais”. E em todas essas atividades a ideia de conserva o da natureza deve ser incentivada, dependendo da atividade, ora de maneira mais direta, ora mais subliminar. Por exemplo, como há alguns grupos informais de teatro, orientados pelos professores de artes das escolas da região e que tem dificuldades de encontrarem locais para seus ensaios e apresenta es; sugere-se, com apoio do programa de uso público dos parques, peças teatrais desenvolvidas por estes grupos, com temáticas que eles priorizem, mas, por vezes, também peças como temas ambientais cujos ensaios e representa es podem ser feitos no centro de visitantes do parque.

Também podem ser desenvolvidos cursos e oficinas diversos ligados à questão ambiental, atividades manuais que possam ser trabalhadas tendo como foco a temática ambiental, entre diversas outras atividades.

Tal atitude visa evitar que a infraestrutura projetada não fique subutilizada. A oferta de serviços sem relação com a comunidade podem gerar rupturas entre os moradores do entorno e o parque, afastando-os da área. Para evitar esses problemas é preciso um trabalho constante de gestão junto às lideranças locais, desenvolvido pelos animadores socioambientais, para que o parque seja utilizado como extensão das atividades comunitárias e, nesse sentido, gere sensação de “pertencimento” na comunidade local. Os levantamentos apontaram que há uma série de atividades desenvolvidas nos bairros do entorno, sendo que parte delas não possui infraestrutura para o pleno atendimento, como as festividades nas igrejas e escolas. Assim, o que pode ser criado nos parques deverá, sobretudo, atender às necessidades da comunidade e que possam atender aos amplos objetivos da educação não-formal, conciliando objetivos de conservação ambiental ao acesso às práticas de cultura e lazer como direito da população.

Para implantar o programa de uso público desses parques, a partir desses princípios indicam-se, algumas instituições e atividades, são elas:

- *Escolas públicas*: atividades de Educação Ambiental (focada na interpretação ambiental e na animação sócio cultural) e no uso do centro de visitantes para educação formal e não formal. Os parques, para além de sua função de conservação do Patrimônio Natural Coletivo, possuem um potencial para constituir-se como um espaço educador. Neste sentido, é importante que o Programa de Uso Público apresente uma programação de atividades para educação informal e formal. Algumas escolas dos bairros visitados já possuem atividades e programação em torno da questão ambiental, e a aproximação com a área dos parques poderá potencializar a Educação Ambiental dentro destas escolas e das demais da região. O parque pode ser usado como um grande tema gerador trabalhado pelo currículo escolar.
- *Igrejas*: festas e cursos. Importante apresentar/ relacionar a questão ambiental nessas festividades e cursos. Isso porque, segundo o pároco de um dos bairros trabalhados: “A mesma pessoa que vem na missa da manhã, vem na da tarde, na da noite. Não é só uma questão de fé, tem a fé, mas é que não tem nada para fazer.” (Padre Marcos, Jardim Branca-Flor). O parque pode, portanto, contribuir para essa carência de opções de lazer, aproximando as pessoas em eventos como cursos e nas festas.
- *Artesão*: cursos de arte com rejeitos e sucatas, produção de brinquedos, ou atividades manuais voltadas às características naturais do parque, ou às questões ambientais mais amplas. O perfil socioeconômico das pessoas na região majoritariamente de operários, sendo alguns deles com habilidades e sensibilidades artísticas, como um serralheiro que produzia peças artísticas a partir de sucatas de metais; permitem a execução destes cursos pelos artesãos, usando a infraestrutura e apoio de animadores do parque.
- *ONG*: cursos de capacitação relacionados à questão ambiental.

- Com a comunidade em geral: práticas lúdicas e recreativas (físicas, manuais), pois essa demanda existe entre os moradores, segundo seus relatos: “O que eu gostaria é um espaço que dê para fazer *cooper*, fazer um exercício físico, eu acho que é super necessário”, ou “um playground, onde a gente teria atividade para criança até seis e sete anos”, ou ainda “Eu creio que a vontade maior seja corporal, para trabalharmos o corpo e a mente”<sup>44</sup>

Como visto as atividades a serem desenvolvidas junto à comunidade e pela comunidade foca-se na educação e vivência ambiental. A utilização das potencialidades naturais da área dos parques para a realização de atividades recreativas será, para a população, institucionalizar e regulamentar a prática que já faz parte do cotidiano dos moradores do entorno à área dos parques.

A complexidade das relações no interior e entorno das unidades de conservação remete à questão da sustentabilidade, na qual a Educação Ambiental tem papel de auxiliar na interlocução entre ambiente, sociedade e indivíduo, construindo práticas educadoras ambientalistas que trabalhem a transformação social na perspectiva de melhoria na qualidade de vida associada à conservação do patrimônio natural coletivo. É necessária, desta maneira, a formação de processos educadores contínuos e permanentes que vão além da temática dos recursos naturais, atingindo questões complexas que se alinham a princípios e valores na defesa de um ambiente saudável e ecologicamente equilibrado, bem como na sensibilização da importância destas áreas. Todos eles pautados pelo diálogo, sentimento de pertencimento, participação individual e coletivo, articulação com outros saberes.

Outro caso importante para a discussão das atividades de um programa de uso público é o do Núcleo Pedra Grande, do Parque Estadual da Cantareira (PEC), na zona norte da cidade de São Paulo. Ao contrário dos parques do rodoanel, ele é um parque voltado à visitação há muito tempo, mas estruturado sob um conceito tradicional de uso público.

As práticas de lazer e turismo nesse parque estão associados a “observação da fauna”, “apreciação natural da paisagem do núcleo” e “silêncio no decorrer da visita”. Tais características são demonstradas pelos visitantes como muito diferentes de outros parques que eles frequentam, como o Ibirapuera, Parque Estadual do Jaraguá e Parque Estadual Alberto Loefgrem (Horto Florestal), principalmente em relação ao número excessivo de visitantes que esses parques comportam nos finais de semanas. O Núcleo Pedra Grande possui uma visitação menor do que esses citados, além do percurso das trilhas não possibilitarem áreas que aglomerem muitos visitantes.

No PEC, é frequente o avistamento da fauna, notadamente o macaco bugio (*Allouatta clamitans*), devido a sua abundância no Parque. Outra característica apresentadas são “ruídos emitidos pela fauna”, ou o “ronco” ecoado na mata pelos bugios que é demasiadamente forte. Outras percepções dizem respeito ao “cheiro da mata” e “o contraste da paisagem avistada da Pedra Grande”. O “contato sensorial com elementos

---

<sup>44</sup> Relatos extraídos de RAIMUNDO, S; PACHECO, R.; MACHADO, J.; COSTA, B. M.; ALVES, C. J. S.; PEREIRA, L. H. F.; SANTOS, G. L. Relatório final do projeto: Programa de Uso Público das Áreas Protegidas do Rodoanel – RMSP, cooperação Dersa Desenvolvimento Rodoviário e Depto. de Geografia da FFLCH-USP, edital N° 171/09, 2012. Relatório não publicado.

da natureza”, também é grande, quando são apontadas algumas interações do visitante, como o ato de retirar seus calçados, ou em cima da Pedra Grande, ou na Bica d'água ou abraçar as árvores, que aparece como indicações de um contato mais intenso com o meio ambiente.

Assim, as experiências dos visitantes no PEC podem ser remetidas às diferentes funções que o lazer apresenta, atendendo às expectativas da função de desenvolvimento pessoal e social, frequente nos discursos dos visitantes.

A busca por descanso, através da experiência do contato com os elementos constituintes da natureza, remete a geração de condutas ambientais. E isso traz consigo, a questão da interiorização do visitante, a busca de relaxamento, onde a prática da meditação é citada como forma para alcançar essa experiência. Para a maioria dos visitantes, o parque sempre correspondeu às expectativas por eles almejadas antes da visita, muitas vezes até as superando, pelo contato com os elementos constituintes da paisagem do núcleo.

Como visto, as motivações e as experiências do visitante do PEC são muito distintas daquelas apresentadas sobre a das comunidades dos parques do Rodoanel. Os locais, obviamente, sempre apresentarão características distintas quanto às motivações dos visitantes e seus interesses. Contudo, independente dessas diferenças, as atividades de atendimento ao visitante merecem ser pensadas a partir das técnicas da animação e interpretação ambiental também num parque estruturado como o PEC. A seguir, destacamos um exemplo de ampliação de um dos meios de interpretação ambiental – as placas interpretativas ao longo das trilhas da Cantareira.

Por serem trilhas autoguiadas, é utilizada com frequência uma comunicação visual, como placas, para expor conteúdos de interpretação ambiental dentro dessas trilhas. Porém, é comum tais placas serem confeccionadas com informações interpretativas de forma descontextualizada, muitas delas apenas com a identificação da espécie (normalmente da flora) e seu nome científico, figura 3.1d. Essa forma, comumente utilizada em UCs, expõe informações de uma maneira não cativante ao olhar do visitante. Não se considera o entretenimento da comunicação visual, o qual deva responder a duas perguntas: “por quê?” e “para quê?” (HAM, 1992).

Procurando incorporar os princípios da Interpretação Ambiental, novas placas confeccionadas para a trilha da Bica foram elaboradas para contemplar além de conteúdos trabalhados ao longo da trilha, sensações e informações que tragam ao visitante assimilação das relações existentes no meio ambiente visitado e sua importância de conservação. A figura 3.1e mostra umas das placas confeccionadas pelos monitores ambientais para a Trilha da Bica, utilizando prancha de madeira, pirógrafos para gravar as palavras. A placa relaciona uma das espécies da fauna da região, o Bicho-Preguiça (*Bradypus variegatus*), dificilmente observado pelos visitantes, colocada ao lado de uma das espécies da flora com a qual ele interage, a Embaúba (*Cecropia* sp), sua principal fonte de alimentação. Também foi confeccionada uma ilustração com tinta acrílica, com a intenção de torná-la mais atraente ao visitante.

**Figura 3.1d: Placa “interpretativa” na trilha da Pedra Grande, Parque Estadual da Cantareira.** Ela não obedece aos princípios da interpretação, principalmente a de que a “interpretação deve visar apresentar uma informação em sua totalidade ao invés de uma parte isolada e deve ser apresentada para a pessoa como um todo” (TILDEN, 2007). A informação posta dessa maneira, não permite perceber as múltiplas interações dessa árvore (cedro rosa) com as demais variáveis socioambientais. Foto: Sidnei Raimundo.



**Figura 3.1e: Placa interpretativa implantada na trilha da Bica,** procurando observar aos princípios da interpretação ambiental, aqui, as interações entre fauna (bicho preguiça) e flora (embaúba). A placa encontra-se ao lado de um espécime de Embaúba, que o visitante pode ver, tocar e interagir, com a ilustração do bicho preguiça na placa, devido a maior dificuldade de avistamento deste animal.



Fonte: Alves; Laranja; Raimundo (2015, p. 773)

Na trilha das Figueiras, também foram projetadas novas placas interpretativas, utilizando a mesma técnica da Trilha da Bica. Para estabelecer o conteúdo das mesmas, a Equipe de Monitoria decidiu privilegiar informações que conduzam ao entendimento de algum processo ou interação do ecossistema. A informação e o desenho contidos nas placas também foram feitas com o intuito de se tornar visível, chamativa e atraente. A figura 3.1f mostra uma das placas implantadas na Trilha das Figueiras, destacando as relações do Palmito Juçara (*Euterpe edulis*), considerado uma espécie-chave da flora, que sofre ameaças de extração irregular em diversos locais e o Tucano-de-bico-verde



(*Ramphastos dicolorus*) que é uma das aves avistada frequentemente alimentando-se do seu fruto.

**Figura 3.1f: Placa interpretativa implantada na Trilha das Figueiras.** Na mesma linha da placa da figura anterior, são demonstradas as interações ecológicas da planta (palmitreiro) com os animais que dela dependem, como o tucano.



Fonte: Alves; Laranja; Raimundo (2015, p. 773)

Para as trilhas auto-guiadas (sem apoio de um monitor) as placas interpretativas constituem-se na melhor estratégia. Contudo, as informações nelas contidas precisam ser pensadas para atingir a heterogeneidade do público visitante. Embora tenham distintos interesses, os visitantes do PEC permitem a abordagem destas placas, figuras 3.1e e 3.1f, embasadas nas relações existentes na floresta. Outras placas, em complementação ao roteiro de visitação, podem ser construídas com outras abordagens e informações, não só as relações naturais desses ambientes, mas deles com a sociedade, como os serviços ecossistêmicos de provisão, regulação e informação da floresta protegida pelo parque. Ou ainda, aquela primeira placa do cedro rosa, figura 3.1d, poderia ser refeita, trazendo informações sobre sua utilização pela sociedade como para indústria moveleira, para construção de mourões, entre outras, ao mesmo tempo em que deve alertar para um uso sustentável devido às possibilidades de extinção da espécie.

As possibilidades da Animação Socioambiental e da Interpretação Ambiental se ampliam, quando o monitor (guia) é a peça chave no trabalho. As trilhas da Cantareira têm também esse perfil e os monitores são capacitados para buscar uma interação com o público tentando respeitar os princípios da interpretação ambiental. Um exemplo interessante é a brincadeira de perguntas que alguns desses monitores fazem com o público. Trata-se de perguntas iniciais aparentemente desconexas, mas que levam ao entendimento das relações. Por exemplo: no mirante da Pedra Grande, como destacado na figura 2.1a, do capítulo 2.1, diante da observação da paisagem de contato floresta x cidade, o monitor pergunta ao público: há torneiras em suas casas? O que causa uma aparente estranheza do público; em seguida ele faz outra pergunta: saí água dessas torneiras? Alguns visitantes, mergulhando na atmosfera dessas perguntas podem responder ironicamente: “se eu pagar as contas tem água”. Finalmente, o monitor questiona os visitantes, com uma última pergunta, está totalmente ligada ao que queria interpretar: de onde vem a água que sai das torneiras de suas casas? Nesse momento, os

olhares dos visitantes se entrecruzam, seus semblantes parecem constatar algo vindo do inconsciente, até ali não pensado por eles. Que eles se encontram numa floresta urbana, produtora de água e de outros serviços ecossistêmicos. É a oportunidade de transmitir alguma informação mais formal ao grupo, mas sempre atento à profundidade delas, pois como destacado anteriormente, “Informação, como tal, não é interpretação, mas sim é a revelação baseada no uso de informação. Mas são coisas totalmente diferentes. Entretanto, toda interpretação inclui informação” (TILDEN, 2007).

Essas questões levantadas pelos monitores ambientais da Cantareira estão associadas àqueles princípios da Interpretação Ambiental. Pois associam um elemento do cotidiano das pessoas (as torneiras) com a floresta produtora de água, obedecendo aos princípios “Qualquer interpretação que não faça, de algum modo, relação com o que está sendo mostrado ou descrito com alguma coisa íntima da personalidade ou experiência do visitante, será estéril” e “O objetivo fundamental da interpretação não é a instrução, mas a aprovação, despertando curiosidade, dando mais ênfase no que parece insignificante” (TILDEN, op. cit).

Relacionadas às atividades lúdicas, a experiência na natureza ganha expressões maiores, quando utilizadas técnicas da interpretação e animação ambiental. Isso porque o “lúdico é a expressão humana de significados da/na cultura referenciada no brincar consigo, com o outro e com o contexto” (GOMES, 2004, p. 145), nesse caso, com o contexto das áreas naturais. Mais que isso, “o lúdico contribui para a construção de concepções de lazer e sua compreensão revela-se como ponto de referência nas discussões do lazer no contexto brasileiro” (ISAYAMA; SILVA, 2014, p. 88). Assim, pode-se pensar numa educação pelas práticas de lazer. No dizer de Stoppa (2014, p. 19)

O lazer é possuidor de um duplo aspecto educativo – a educação pelo e para o lazer -, em sua relação com a Educação, como forma de desenvolver ações nas áreas que busquem considerar não apenas suas possibilidades de descanso e divertimento, mas também de desenvolvimento pessoal e social, não de uma perspectiva funcionalista (Marcellino, 2000<sup>45</sup>), mas como possibilidade de reivindicação social, ou resgate da cidadania, tudo por meio de uma participação cultural.

Considerando essas informações, já existe uma bibliografia adequada apresentando exemplos de atividades lúdicas que podem ser desenvolvidas ao ar livre, de maneira mais abrangente, como nos trabalhos de Ventosa-Pérez (2012, 1993), ou mais especificamente em áreas naturais, como nos trabalhos de Cornell (2008). Nessa linha, Mendonça (2005); Mendonça; Neiman (2003) e Brasil (2006b) são importantes obras sobre essas atividades na natureza no Brasil, potencializando o momento da visita, na tentativa de transformar o visitante numa pessoa mais responsável (RUSCHMANN, 1997), dotado de uma consciência mais crítica e criativa, em direção à conquista de uma práxis socioambiental.

Finalmente, para a busca dessa práxis, é necessário o envolvimento dos atores ligados ao lazer e turismo (visitantes e comunidades locais) nos processos de gestão e governança, os quais serão discutidos no próximo capítulo.

---

<sup>45</sup> Marcellino, N. C. Estudos do lazer: uma introdução, 2ªed., Campinas: Papirus, 2000.

## **CAPÍTULO 4 – GESTÃO E BOA GOVERNANÇA DO LAZER E TURISMO NA NATUREZA/MEIO AMBIENTE<sup>46</sup>**

Neste capítulo, como contribuição para o alcance do lazer e turismo sustentável, será realizada uma discussão das formas de gestão e da governança de unidades de conservação (UCs) no Estado de São Paulo, considerando suas relações com as comunidades locais que habitam o seu entorno ou interior, assim como as atividades ligadas ao uso público, de lazer e turismo.

Apresentam-se os casos de 06 áreas protegidas, de categorias distintas, no Estado de São Paulo. Acredita-se que a discussão desses casos permite uma avaliação melhor sobre o “estado da arte” da gestão e governança dessas áreas. E espera-se também que as ações aqui descritas possam auxiliar em processos sobre esse tema em outras partes do Brasil ou do mundo.

Os conflitos são de várias ordens (materiais e simbólicas) entre os atores internos e externos das áreas protegidas em São Paulo e no Brasil. As reivindicações das comunidades representam conquistas ainda pontuais, mas que vem ganhando destaque no enfrentamento das normas e políticas públicas que reforçam o modelo vigente no Brasil de conservação como santuários intocados (modelo dos EUA).

Os temas aportados estão associados à categoria geográfica “Território” e sua abordagem sobre territorialidade. Destacam-se algumas formas de analisar essa categoria, como suporte e contribuição às mudanças sociais e à busca ao lazer e turismo sustentável.

Complementarmente à noção de Território, discute-se a ideia de conflitos, mas em uma abordagem ambiental (conflitos ambientais) que se revestem de uma complexidade maior, pois estes nunca têm uma única fonte causadora. Eles terão sempre uma componente social e outra natural (HOMER-DIXON, 1991). Analisar os conflitos ambientais implica em entender as relações causais oriundas das necessidades e aspirações dos grupos sociais que atuam numa área e, ao mesmo tempo, dos limites e vulnerabilidade da natureza. Assim, o ponto de partida para o entendimento de uma boa gestão e governança passa pelo entendimento de conflitos ambientais, ou no caso desta pesquisa, conflitos socioambientais. A ideia de uma “boa governança” implica, portanto, em quebrar o *Status Quo* das estruturas atuais de poder, onde elites locais, associadas ou não a forças externas da globalização, podem oprimir e subjugar outros segmentos da sociedade, gerando desigualdades sociais, problemas ambientais e descaracterização cultural, entre outros fatores, refletindo nos desequilíbrios de acesso a recursos e nos processos de tomada de decisão.

---

<sup>46</sup> Para redação deste capítulo foram utilizados os seguintes artigos, escritos em coautoria, que constam nas Referências Bibliográficas: Castro; Raimundo (2015); Ferreira; Raimundo (2016); Martins; Scotolo; Matheus; Castro; Valle; Ferreira; Raimundo (2015); Matheus; Raimundo (2016); Matheus; Raimundo (2015); Raimundo; Mello-Thery (2013); Scotolo; Valle; Castro; Raimundo (2015); Valle; Raimundo (2015).

Para Carvalho; Scotto (1995), conflitos socioambientais são expressos pela luta de interesses opostos, que disputam o controle dos recursos naturais e o uso do meio ambiente comum. Em sua definição, essas autoras consideram para o entendimento dos conflitos a existência de práticas que colocam em oposição intenções, interesses ou sentimentos quanto a um objeto (ou conjunto de objetos) determinados. Nesse sentido, afirmam que conflito ambiental “é resultado de uma relação de forças entre grupos que se manifestam no espaço público e às diferentes categorias de percepção sociais e políticas dos atores.” (CARVALHO; SCOTTO, 1995, p.14). Para Vianna (1996), os conflitos podem ser analisados a partir de antagonismos, sob o ângulo de cada uma das partes envolvidas, que, genericamente, considera a outra parte como causadora do problema. Posto dessa maneira, essa definição de conflito ambiental se assemelha, ou reforça o entendimento dos trunfos do poder, destacado no tópico 1.4, sobre Território.

Mas a sociedade contemporânea se caracteriza pela diversidade de olhares, sendo ela pluralista e desigual. Numa abordagem marxista, Herculano (2006) indica que os conflitos precisam ser aflorados na sociedade para serem percebidos como momentos de ruptura e criação de identidades. Quer dizer, uma conscientização da contradição vivida e, a partir daí, uma identificação dos problemas pelo próprio grupo e as contradições com outros grupos.

E numa tentativa de sistematização de conflitos ambientais (ou socioambientais) esta autora destaca que eles aparecem por conta de quatro diferentes usos que a sociedade faz da natureza: i) como suporte da vida (água, ar, alimento...); ii) como depósito de dejetos; iii) como fonte de matérias-primas; e iv) como espaços de amenidades (belezas cênicas, lazer e turismo). E, a partir de uma bibliografia baseada em estudos de caso, Herculano (op. cit.) estabelece uma tipologia para caracterizar os conflitos ambientais:

- a) conflitos oriundos da chegada do estranho causando ruptura no modo de vida local. Nesse aspecto, é similar à abordagem territorial de cunho materialista, ou seja, de conflito entre o local e o global. O advento do turismo, como indicado no tópico 1.1 exemplifica este tipo de conflito, nas relações entre visitantes e visitados (comunidades locais) e desses com o *trade* turístico;
- b) conflitos oriundos da percepção da presença de riscos crônicos e de deterioração dos sistemas de vida. Como exemplo, podem-se citar as manifestações de populações que ocupam áreas contaminadas, com o descarte de materiais potencialmente perigosos – organoclorados combustíveis fósseis, entre outros, e suas reivindicações e estratégias para remediar o problema;
- c) conflitos oriundos da ocorrência de acidentes e da luta por sua remediação. Como os casos de vazamentos de petróleo em águas oceânicas e nas praias. Difere-se aqui do destacado em “b” apenas no sentido de algo que já ocorreu e algo que pode ocorrer.
- d) conflitos decorrentes da transformação da paisagem, das alterações climáticas e das perdas das formas de vida. A expansão das transformações do modelo de turismo do pós-segunda guerra que dominou as práticas até os anos 1970 pode ser considerado um exemplo desse tipo de conflito; e
- e) conflitos decorrentes das implicações de uma escolha para a regulação de gestão (perfil dos atores, aplicabilidade e eficácia das ações). Este tipo está associado a uma fase na qual a sociedade já está organizada em conselhos ou

comitês para a gestão de assuntos socioambientais. Conselhos são arenas participativas, onde a expectativa é de que as decisões sejam tomadas levando em conta o melhor argumento obtido em um processo de discussão pública (COELHO; NOBRE, 2004). A arena não diz respeito ao espaço físico ou institucional em si, mas sim aos padrões de interação dos atores envolvidos em uma política. A partir das expectativas e preferências os atores vão mobilizar o conflito, as alianças e as negociações (Id., Ibid.). Os participantes nessa arena são simultaneamente independentes e interdependentes, no sentido de que uma solução não pode ser imposta, mas se o grupo não chegar a uma solução todos perdem (COELHO; NOBRE, 2004).

Destacam-se os resultados positivos e negativos decorrentes dos conflitos socioambientais, baseado em Homer-Dixon (1991) e Herculano (2006):

- Negativos: Desterritorialização de populações locais; Soluções parciais que atendem apenas um segmento da sociedade envolvido nos conflitos; e Procrastinação de decisões.
- Positivos: Criação de categorias de lutas e sua organização em redes e alianças; e Criação de novas institucionalidades.

É nessa linha dos resultados positivos, que aparecem a partir dos negativos, que devem ser perseguidas as estratégias para a gestão e boa governança de espaços naturais em termos de sua conservação e para o lazer e turismo. Trata-se da análise do território como cenários de recorrentes conflitos, motivados pelas divergências com relação aos interesses econômicos e socioculturais, assim como aos ideais de conservação ambiental traduzidos pelas noções patrimoniais de diferentes atores sociais, como governos, comunidades, ONGs, empresas, visitantes e pesquisadores.

No Brasil, as áreas naturais apresentam diferentes características com relação ao direito de propriedade, grau de proteção, intensidade de uso e forma de gestão. Além das unidades de conservação, existem os territórios indígenas e quilombolas, além das reservas legais inseridas em propriedades privadas e assentamentos da reforma agrária. Na mesma linha existem as Áreas de Preservação Permanente (APPs), como aquelas que acompanham as margens dos cursos dos rios ou que se localizam em encostas íngremes, entre outros locais. Todas essas porções, UCs, Reservas em Terras Particulares, APPs e Terras Indígenas ou Quilombolas fazem parte do que se denomina aqui como áreas naturais.

Esses territórios são cenários de recorrentes conflitos. Nota-se uma considerável produção acadêmica a respeito da conservação do patrimônio natural e cultural e do desenvolvimento socioeconômico em áreas naturais brasileiras. No entanto, há uma lacuna de conhecimento no que tange ao envolvimento e participação de comunidades localizadas em áreas naturais e aos processos de tomada de decisão e desenvolvimento de atividades em seu território, inclusive quando se trata de atividades turísticas.

Este capítulo analisou o envolvimento e a participação comunitária nas seguintes áreas naturais do Estado de São Paulo: Reserva de Desenvolvimento Sustentável da Barra do Una, município de Peruíbe; Área de Proteção Ambiental Bororé-Colônia, no município de São Paulo; comunidade caiçara do Marujá, localizada no Parque Estadual da Ilha do Cardoso, em Cananéia; o Parque Estadual Turístico do Alto do Ribeira (PETAR), nos

municípios de Apiaí e Iporanga; o Quilombo Ivaporunduva, em Eldorado e a comunidade do Bonete, no entorno do Parque Estadual de Ilhabela (PEIb) no município de Ilhabela, vide figura 4.1a. Estas áreas têm em comum o desenvolvimento de atividades turísticas e a forte relação com a legislação ambiental vigente. O desenvolvimento do turismo e seus resultados em cada uma das áreas estão associados à categoria de manejo implantada, à qualidade das relações estabelecidas entre a UC e a sociedade civil, aos espaços e formas de participação existentes, bem como ao nível de organização da comunidade local.

**Figura 4.1a. Localização das áreas pesquisadas para avaliação de gestão e governança em UCs.**



Fonte: RAIMUNDO et al. (2014)<sup>47</sup>

Com isso, abarcou-se uma diversidade de categorias de unidades de conservação e áreas naturais correlatas em mais de uma região do Estado de São Paulo. Pretendeu-se compreender como ocorre a gestão participativa das comunidades locais, no tocante às atividades de visitação (turismo, educação ambiental, e demais formas de lazer na natureza) bem como identificar e qualificar as formas e espaços de participação, avaliando os processos de tomada de decisão e os agentes envolvidos na governança local.

A ênfase está em discutir as questões da participação na gestão do turismo a partir das perspectivas dos residentes locais, e também em análises sobre o planejamento do Uso Público nessas áreas naturais.

#### **4.1. GOVERNANÇA EM ÁREAS NATURAIS**

A história da proteção da natureza no Brasil é marcada por avanços e recuos. As áreas protegidas se multiplicaram pelo território nacional, fruto da evolução que ocorreu no

<sup>47</sup> Turismo de base comunitária e a gestão de áreas naturais – estudo de casos no estado de São Paulo. Mesa redonda temática n° 5, Encontro Nacional de Turismo de Base Comunitária, Juiz de Fora (MG), 2014. Disponível em <http://www.ufjf.br/entbl2014/programacao/mesas-redondas-tematicas/>

plano institucional, legal e de políticas públicas. Porém o efetivo funcionamento destas áreas é impedido por indefinições e por condicionantes históricos, como as limitações financeiras e de recursos humanos e os problemas ligados à ausência de uma estratégia clara de integração das áreas protegidas à dimensão local e às questões globais. Apesar desses conflitos gerarem muitos efeitos negativos para a consolidação destas áreas protegidas, alguns autores como Medeiros, Irving, Garay (2006) acreditam que eles têm contribuído para incentivar o processo participativo na criação e gestão das unidades de conservação e para o desenvolvimento de modelos inovadores de gestão e parcerias. A compreensão da perspectiva social intimamente associada à proteção da natureza, somada ao fortalecimento dos canais de diálogo entre os diferentes atores sociais e setores nacionais e internacionais, é fundamental para fortalecer o sistema de áreas protegidas no Brasil (MEDEIROS, IRVING, GARAY, 2006). No entanto, o desafio da participação da sociedade na gestão do patrimônio natural ainda é grande, tornando necessário aprofundar a discussão sobre a interação da sociedade com a gestão pública.

A Lei nº 9.985/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), indica que um de seus objetivos é “favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico” (Art. 4º) e preconiza que esteja assegurada “a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação” (Art. 5º). Tal participação deverá ocorrer, conforme esta lei, através de conselhos gestores, consultivos ou deliberativos (Art. 29º), a depender do tipo de unidade de conservação criada.

A interação entre sociedade civil e gestão pública é tema complexo e o conceito de governança nos ajuda a compreendê-lo. O termo governança se popularizou a partir da década de 1990 e possui diversas interpretações sobre seu significado. Na abordagem do conceito adotado neste capítulo, governança trata de como interagem o governo e as diversas organizações sociais, e também como se relacionam com os cidadãos e como são tomadas as decisões (GRAHAM, AMOS, PLUMPTRE, 2003). Diz respeito à interação entre estruturas, tradições e processos que determinam como se dará o exercício do poder e da responsabilidade, como se dará o processo de tomadas de decisão e como os cidadãos e as lideranças sociais serão ouvidos (id. Ibid.).

Ainda que existam diversos conceitos de governança, em geral, todos os autores concordam que governança diz respeito à tomada de decisões sobre os caminhos a seguir (IRVING, et.al., 2006; SANTOS JUNIOR, AZEVEDO; FREY, 2004; GRAHAM; AMOS; PLUMPTRE, 2003; COMISSÃO SOBRE GOVERNANÇA GLOBAL, 1996). O processo de governança envolve múltiplas categorias de atores, instituições, inter-relações e temas, cada um dos quais, suscetível a expressar arranjos específicos entre interesses em jogo e possibilidades de negociação, expressando aspectos de interesse de coletividades, com ênfase na prevalência do bem comum (JACOBI, 2012). Assim, em essência, governança trata de poder, relações e prestações de conta. Quem influencia? Quem decide? Como os tomadores de decisão são responsabilizados? (GRAHAM; AMOS; PLUMPTRE, 2003).

A categoria Território configura-se também como importante elemento de análise para essa questão, pois como se refere Souza (1995), território é “um campo de forças ou uma teia de relações sociais que possuem uma complexidade interna e, ao mesmo tempo, um limite ou alteridade entre os grupos sociais – os membros da coletividade local e os estranhos ou de fora.” (SOUZA, 1995, p. 86).

O território, formado a partir das transformações decorrentes das relações sociais estabelecidas em um espaço físico e condicionado pelas relações de poder (RAFESTTIN, 1993), é palco de divergências entre grupos com objetivos opostos e, portanto, constitui-se como espaço de oportunidades para o surgimento de ideias, projetos e políticas que o modifique. A governança trata destas relações de poder sob a ótica de como o poder é exercido tendo em vista o bom cumprimento dos objetivos de gestão da área e a participação de todos os envolvidos.

De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento -PNUD - (sigla em inglês UNDP), o termo governança

engloba a interação entre as estruturas, os processos, as tradições e sistemas de conhecimento, que determinam a forma pela qual se exerce o poder. A responsabilidade e as tomadas de decisão, e na qual os cidadãos e outros interessados diretos expressam sua opinião<sup>48</sup>.

Conceituar o que consiste uma boa governança é desafiador. O PNUD publicou uma lista com treze características de boa governança, que por sua vez foram agrupadas em cinco grandes princípios por Grahan, Amos e Pumptre (2003). O Quadro 4.1a apresenta na primeira coluna os cinco princípios de boa governança e na segunda coluna, resumidamente, oito das treze características de boa governança nos quais os princípios foram estabelecidos.

**Quadro 4.1a. Princípios de boa governança.**

<b>Legitimidade e voz</b>	<b>Participação</b> - todos os homens e mulheres devem ter voz nas tomadas de decisões, quer seja diretamente ou através de instituições intermediárias legítimas que representam a sua intenção. Essa participação ampla é construída sobre a liberdade de associação e de expressão, bem como sobre as capacidades para participar de forma construtiva. <b>Orientação para o Consenso</b> - boa governança implica em mediar diferentes interesses para chegar a um amplo consenso sobre qual o melhor interesse <b>do grupo</b> (grifo meu) e, se possível, sobre as políticas e procedimentos necessários para se alcançar tais interesses <sup>49</sup> .
<b>Direcionamento</b>	<b>Visão estratégica</b> – os líderes e a sociedade em geral devem ter uma perspectiva ampla e de longo prazo sobre boa governança e desenvolvimento humano, bem como uma noção do que é necessário para se chegar a esse desenvolvimento. Há também uma compreensão do contexto histórico, cultural e social que configuram as complexidades nas quais esta perspectiva está atrelada.
<b>Desempenho</b>	<b>Responsividade</b> - instituições e processos que tentam servir todas as partes interessadas. <b>Eficácia e eficiência</b> - processos e instituições devem produzir resultados que

<sup>48</sup> Livre tradução do Acuerdo de Durban. Durban (IUCN, 2003) apud Irving, et al. (2006).

<sup>49</sup> Importante destacar que o consenso é um momento de encontrar alternativas para conflitos aflorados e não, como por vezes é observado, como forma de pacificação dos envolvidos, notadamente os menos favorecidos (Arnestein, 2002). Entende-se que o conflito faz parte da sociedade e das relações que se estabelecem em função dos diversos interesses que existem sobre o território, sendo, portanto, necessário entendê-lo e buscar a construção conjunta entre as partes envolvidas de estratégias de enfrentamento.



	satisfaçam as demandas fazendo o melhor uso dos recursos.
<b>Prestação de contas</b>	<b>Responsabilidade</b> - os tomadores de decisão no governo, no setor privado e na sociedade civil organizada são responsáveis perante o público, bem como perante as partes institucionais interessadas. A prestação de contas é diferente entre as organizações e depende, entre outros fatores, do fato da decisão ser interna ou externa.
	<b>Transparência</b> - a transparência é construída sobre o livre fluxo de informações. Processos, instituições e informações devem estar diretamente acessíveis a todos os interessados, bem como deve ser fornecida informação suficiente para entendê-los e monitorá-los.
<b>Equidade</b>	<b>Equidade</b> - todos os homens e mulheres têm a oportunidade de melhorar ou manter seu bem-estar.
	<b>Imparcialidade na aplicação de leis e normas</b> – normas legais e leis devem ser justas e executadas de forma imparcial, em particular as leis sobre os direitos humanos.

Fonte: Graham, Amos e Plumptre, 2003.

Estes princípios ajudam a construir a forma de análise da governança do turismo nas áreas naturais pesquisadas. Todos esses princípios tratam da relação entre grupos, na qual os elementos de participação são fundamentais, ou seja, sobre como e porque participar, quais são as oportunidades e os desafios da participação, como é possível criar e/ou se apropriar de espaços efetivos de participação e como obter resultados efetivos a partir da participação. A participação não é um fim, mas um processo contínuo. O próximo tópico examina com mais profundidade essas variáveis nos casos estudados no Estado de São Paulo.

#### **4.2. ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO EM ÁREAS NATURAIS DE INTERESSE TURÍSTICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

No Brasil a participação é muito recente, relacionada ao processo de redemocratização a partir da década de 1980 e à importância que vem sendo dada ao tema internacionalmente. Cada vez mais há um reconhecimento da importância da participação em todas as fases que envolvem as políticas públicas, de maneira que as ações empreendidas sejam de fato efetivas na construção do desenvolvimento social.

É indiscutível a importância da participação, principalmente se a considerarmos como instrumento de boa governança. De acordo com Bandeira (1999, p.31), a participação deve ser vista como importante ferramenta de integração entre os diversos atores sociais, fortalecendo a articulação e a tomada de decisões visando o alcance dos objetivos de interesse em comum. Dagnino (2004) complementa, afirmando que a participação tem papel decisivo no processo de formação e consolidação de identidades regionais, que facilitam a construção de consensos entre os atores sociais, imprescindíveis para o desenvolvimento. Integração, consenso e aprendizagem coletiva são elementos fundamentais no processo de participação e desenvolvimento social.

De acordo com Abers et al. (2009), os estudiosos da democracia deliberativa defendem que é fundamental a multiplicação de espaços nos quais os indivíduos e grupos possam interagir e fazer escolhas coletivas. De acordo com os autores, esse processo de interação contribui para que as pessoas tenham outra percepção sobre seus próprios interesses e reconheçam os interesses dos outros. Além disso, a mobilização tanto individual quanto coletiva se dará de acordo com o acúmulo de capital social presente na localidade, ou seja, os laços de confiança e reciprocidade estabelecidos, que tornam

possíveis a mobilização dos indivíduos para a ação coletiva (PUTNAM, 2002). “Assim, o capital social de uma associação, grupo ou comunidade amplia sua capacidade de ação coletiva e facilita a cooperação mútua necessária para a otimização do uso de recursos materiais e humanos disponíveis” (FERNANDES, 2000, p. 86).

Nesse contexto, os espaços de participação pressupõe a igualdade de forças, a tomada de decisão de forma compartilhada, a divisão de responsabilidades, a valorização da contribuição de cada indivíduo ou instituição participante e, principalmente, a possibilidade de definição de ações ou até mesmo políticas públicas e recursos financeiros direcionados para as necessidades e interesses da sociedade. Isso não significa que não haja conflitos ou contradições. Os conflitos e interesses distintos existem, entretanto a possibilidade de negociação constante também se faz presente.

Se considerarmos o contexto das áreas naturais no Estado de São Paulo, nas quais estão inseridas comunidades locais, sejam tradicionais ou não, os espaços de participação são de suma importância para que essas comunidades possam de alguma maneira participar da gestão de seu território.

Entre os espaços colegiados de gestão participativa, ou que deveriam ser geridos de forma participativa, em unidades de conservação são os conselhos consultivos para unidades de proteção integral e conselhos deliberativos para as unidades de uso sustentável. Tratam-se de espaços coletivos de participação, discussão, negociação, tomada de decisão e compartilhamento de experiências previstos no SNUC (IRVING, et al., 2006), vide figura 4.1b.

**Figura 4.1b: reunião do conselho da RDS da Vila Barra do Una, na sede da Associação Amigos de Bairro da comunidade. Foto: Paulo Ferreira.**



A gestão do turismo também é realizada nestes fóruns, ou em grupos de trabalhos criados para discutir especificamente este tema, mas que se reportam ao conselho. Entretanto, pelo seu caráter, em tese, de igualdade, diversidade, autonomia, transparência e negociação de interesses, a gestão participativa por meio de conselhos de unidades de conservação é considerada um grande desafio e as experiências apontam

entraves para a sua legitimação como o real poder de deliberação, a representação efetiva e os conflitos entre conhecimento técnico e o saber popular.

Ainda que apresente muitos limites, o conselho é um espaço que dá voz aos atores e onde os conflitos são postos em discussão. Sobre esse assunto, Irving (2006) afirma que os conselhos devem ser encarados como espaços de engajamento da sociedade no planejamento e gestão das unidades de conservação, e, portanto, um mecanismo de participação, controle social e espaço de exercício da cidadania. De acordo com a autora, trata-se de uma instância em potencial para que se alcance a governança e o exercício da cidadania.

Nesse sentido, os conselhos tem um grande potencial de transformação política, já que permitem a entrada e a relativa “participação” de indivíduos e grupos antes completamente ausentes do processo. O conselho tem como função principal ser um espaço de discussão e negociação dos principais problemas enfrentados pelas UCs, além de solução das demandas socioambientais que envolvem as unidades. Representa, dessa maneira, o espaço de interlocução da sociedade civil com o poder público e de mediação dos conflitos.

No entanto, Abramovay (2001) destaca que apesar da proliferação de formação de conselhos gestores, tem prevalecido a precariedade dos processos de participação:

vê-se a existência de conselhos gestores apenas como contrapartida à exigência legal, ocorrendo de forma fragmentada, com desenhos institucionais distintos e sem interesse político (ABRAMOVAY, 2001, p.121).

O caso do PETAR, no Vale do Ribeira (SP), serve para demonstrar esse aspecto. O Conselho Consultivo do parque realiza reuniões bimestrais desde a sua criação em 2008. Porém, a percepção dos conselheiros é de que a participação é limitada, uma vez que o mesmo é apenas consultivo e muitas das decisões são tomadas na sede do órgão gestor, sem serem submetidas à apreciação do Conselho. Conforme estabelecido pela legislação federal, o Conselho do PETAR possui representação paritária entre órgãos públicos e sociedade civil. Entretanto, como lembra Mussi (2007), apenas números iguais de representantes do governo e da sociedade civil não garantem condição de igualdade, já que as atividades do Conselho fazem parte do expediente dos funcionários públicos, que têm maior acesso aos dados e às informações e possuem suporte logístico, como transporte e ajuda de custo. Já a maioria dos representantes da sociedade civil não tem apoio em nenhum desses aspectos.

Situação semelhante ocorre na APA Bororé-Colônia, na Região Metropolitana de São Paulo, onde a gestão propriamente não é feita pelo conselho gestor deliberativo, mas sim pelo Departamento de Unidades de Conservação da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente - DUC-SVMA. O conselho, que do ponto de vista legal é deliberativo (SÃO PAULO – cidade -, 2006), na prática atua como consultivo. No DUC há um reduzido quadro de funcionários (bem como de instalações), ficando a gestão da APA com uma equipe reduzida, quando não, apenas o presidente do conselho, que é o gestor da APA, realiza a gestão. Do ponto de vista legal existe o instrumento de representatividade e gestão participativa, mas na prática há grandes limitações para o exercício da

participação da sociedade na gestão da APA. O turismo tem sido discutido em um grupo de trabalho específico, fundado recentemente que se reporta ao conselho.

O conselho consultivo do Parque Estadual da Ilhabela – PEIb -, litoral norte de São Paulo, também enfrenta grandes desafios para efetivar a boa governança. Ainda que a gestão do Parque e seus conselheiros representantes da sociedade civil busquem acordos que visam minimizar os impactos negativos às comunidades tradicionais (caiçaras), muitas das decisões tomadas a respeito das futuras ações no Parque são apenas comunicadas aos conselheiros e aos representantes das comunidades tradicionais. Esses, que muitas vezes têm suas participações limitadas por não possuírem suporte logístico, organizam-se em associações comunitárias a fim de conquistarem apoios, suportes e recursos capazes de suplantarem suas necessidades. No Bonete, comunidade caiçara no entorno do PEIb, existem duas associações: Associação da Sociedade do Bonete de Ilhabela (Assobi), fundada informalmente em 1998 e que atualmente encontra-se desmobilizada; e a Associação Bonete-Sempre, fundada e formalizada em 2013 e atuante na comunidade. Ainda que tenham propostas divergentes, ambas as associações enxergam o turismo como uma atividade fundamental para o desenvolvimento local e propõem ações que buscam melhorar tanto a qualidade de vida da população local quanto à infraestrutura turística.

Nas áreas naturais geridas por comunidades tradicionais, o espaço colegiado utilizado muitas vezes é a associação local, responsável tanto pelas questões comunitárias quanto pelas de turismo. Este é o caso da Associação Quilombo Ivaporunduva, no Vale do Ribeira. A assembleia geral é soberana na Associação; é o principal espaço de discussão e de decisão da comunidade. Portanto, as principais decisões com relação à organização do turismo são tomadas nas assembleias, que possibilitam “a participação de todos, mesmo aqueles que não estão diretamente envolvidos com o turismo opinam sobre esta atividade, que de alguma forma atinge a comunidade em geral” (ETEANM, 2013, p. 11). Foi em assembleia que ocorreram decisões como incentivar o desenvolvimento do turismo na comunidade, a formação de uma coordenação de turismo e também se optou pelo “Ecoetnoturismo<sup>50</sup>” tendo como público-alvo os estudantes que realizam estudos do meio na comunidade (ETEANM, 2013).

Cabe destacar que a existência de espaços de participação e decisão coletiva, anterior ao desenvolvimento do turismo, propiciou uma base de sustentação para a implantação da atividade de forma cooperativa. Para que todos interessados possam trabalhar, existe um rodízio, o trabalho é remunerado por meio do pagamento de diárias. A participação das mulheres é efetiva no turismo. Elas são a maioria no grupo de turismo e atuam na cozinha e na limpeza e como monitoras e coordenadoras de turismo.

Os mais velhos participam como orientadores; são eles que têm maior conhecimento sobre a história e sobre o modo de vida tradicional. A participação das pessoas mais velhas também ocorre por meio da confecção de artesanato que é comercializado na pousada, ou mesmo por meio de vivências organizadas nas casas/sítios dos mais

---

<sup>50</sup> Turismo voltado ao conhecimento do modo de vida de comunidades tradicionais quilombolas, aliado a conservação da natureza (MARTINS, 2009).

"antigos" da comunidade. Os jovens também participam do turismo e são estimulados a partir de atividades de estágio ou como monitores mirim, este último voltado para adolescentes. Portanto, grande parte da comunidade está envolvida com o turismo, de forma direta ou indireta.

O grupo de turismo também realiza reuniões para discutir e avaliar as atividades de recepção dos visitantes. Além disso, parte da renda do turismo alimenta um fundo comunitário, também gerido de forma coletiva (ETEANM, 2013).

No caso do Parque Estadual da Ilha do Cardoso (PEIC), é notável a importância tanto do conselho gestor quanto da associação local. Apesar de contar com um conselho gestor consultivo, já que se trata de um parque estadual, este representa um espaço importante de gestão e tomada de decisão. A maior parte das decisões, em especial às relacionadas ao uso público e ao turismo, passa pelo aval dos conselheiros. No caso da comunidade do Marujá, especificamente, a gestão do turismo é realizada, sobretudo pela AMOMAR (Associação dos Moradores do Marujá), responsável pela Operação Verão, que abrange o planejamento e execução de ações específicas para o ordenamento do turismo na comunidade durante o verão, juntamente com a gestão do parque, quando a localidade recebe fluxos elevados de turistas. A AMOMAR foi fundada em 1998 pelos moradores e já no primeiro ano de existência integrou as discussões da Primeira Fase do Plano de Manejo através do Plano de Gestão Ambiental do Parque Estadual da Ilha do Cardoso (BECCATO, 2004; Mendonça et al., 1998). A associação, que integra o Conselho Consultivo do parque, foi responsável por ações de ordenamento do turismo junto à gestão do parque, como o controle do fluxo turístico através do estabelecimento do número máximo de barracas e quartos de pousadas permitidos no Marujá.

Tornando-se o turismo uma importante alternativa econômica para a vila de Barra do Una, na Reserva de Desenvolvimento Sustentável homônima, as discussões em torno deste assunto passaram a fazer parte recorrente nas reuniões realizadas pela comunidade, convocadas pela Associação de Amigos do Bairro da Vila de Barra do Una - AMBU. Esta associação tem em seu corpo, principalmente, os moradores que detêm estatuto jurídico de tradicionais. Outra entidade que congrega pessoas com interesses comuns no bairro é a Associação dos Moradores e Ocupantes da Barra do Una - AMO -, composta por uma boa parte de proprietários de segunda residência que se unificaram com vistas a defenderem seus direitos. Estes grupos mantêm forte conexão com os tradicionais ao lutarem por objetivos semelhantes, em geral, a permanência na localidade.

Os encontros são geralmente realizados no centro comunitário do bairro. Atualmente o conselho procura viabilizar lutas sobre o futuro da RDS, pois, desde 2008 se inserem numa UC de uso sustentável.

#### **4.3. ANÁLISE DAS ÁREAS DE ESTUDO A PARTIR DOS PRINCÍPIOS DE GOVERNANÇA DOS ASSUNTOS LIGADOS A TURISMO**

##### ***Barra do Una***

A participação política ocorre, principalmente, por meio de duas associações SABU (fundada em 2002), composta pela maioria dos moradores tradicionais e AMO (fundada

em 2007), composta pelos ocupantes, detentores de segunda residência, mas aberta também aos tradicionais. Todas foram fundadas com propósitos iniciais de defesa pela permanência na região. O espaço de discussão é o centro comunitário da região onde são realizadas reuniões, em geral, com participação e moderação de gestores da Fundação Florestal, que tratam do destino do local.

Participam moradores de variadas faixas etárias: jovens, mulheres e idosos (estes últimos em número menor) que frequentam e se caracterizam também como lideranças. A expressiva participação nas reuniões comunitárias é reflexo da extrema importância do turismo para a comunidade, constituindo-se como a principal fonte de renda para a maioria dos moradores.

Em alguns eventos, como nas festas, há significativos trabalhos coletivos na comunidade. Também há organização comunitária na recepção de grupos escolares. Todavia, o turismo no local é, em sua maioria, organizado individualmente e pautado pelo imediatismo de se discutir ações apenas às vésperas da temporada de veraneio. Sendo assim, constata-se que não é considerado o princípio de Direcionamento conforme estabelecem Graham; Amos; Plumtre (2003), uma vez que praticamente inexistem planejamentos ou continuidade de ações, sendo estas apenas sazonais.

Os moradores e as lideranças locais apontam a Fundação Florestal como uma instituição centralizadora e que conduz isoladamente todos os projetos que envolvem o turismo. Moradores dizem que, quando a FF propõe algum projeto de turismo, este já vem “pronto”, como “receita de bolo”. A falta de transparência também se reflete em acordos, chamados de “Acordos de Boca”, com pouca funcionalidade, como os relacionados à pesca. Todavia, o ex-gestor não vê problemas quando são feitos acordos mais flexíveis, como por exemplo, no que toca ao turismo de veraneio, não gera problemas acordar que um proprietário oferecerá um prato típico ou um monitor fará uma trilha. Mas, em geral, a pouca transparência na gestão de toda UC também é ponto negativo na relação entre a comunidade e a Fundação Florestal, sendo que as lideranças locais reivindicam o uso mais correto dos recursos financeiros, entre eles os investimentos que o Banco Interamericano de Desenvolvimento aporta na área. O novo centro de visitantes da RDS foi projetado pelos técnicos da FF e sua localização também pensada por esses técnicos, sem uma participação mais efetiva da comunidade. Observando estas constatações, considera-se que dois princípios não são contemplados: primeiro, o princípio do Desempenho, pois, há pouca eficácia nos acordos, sejam informais ou formais; em segundo, o princípio de Responsabilidade, uma vez que a comunidade pouco dialoga e a transparência é inadequada nas ações do órgão gestor da unidade.

Embora, tenha se consolidado como RDS, estabelecida para proteger também a população tradicional, a unidade de conservação não contempla todos os proprietários de casas no bairro. Os veranistas não recebem apoio dos organismos estatais, como a Fundação Florestal, pois são apontados como proprietários ilegais. Neste caso, passaram a se organizar para defender seus direitos de permanência, e até mesmo constituíram uma cooperativa jurídica, pois temem serem retirados da área sem indenização (pois há

levantamentos da FF indicando que a área é devoluta, ou seja, pertencente ao Estado). Estes proprietários de segundas residências são apoiados por muitos moradores tradicionais, que assinalam sua importância econômica para a vila, haja vista que muitos trabalham como caseiros ou fazendo reparo em suas casas.

O ex-gestor da EEJ<sup>51</sup>, confirma a importância econômica dos “veranistas”:

Primeiro que o turismo sempre aconteceu ali. Antes da Estação [Ecológica], durante a Estação, sempre aconteceu. Na Barra, comprovadamente, você tem três atividades. Uma delas é a pesca, que hoje é um grupo reduzido, ainda remanescendo e com forte dependência para geração de renda; o turismo, que é a grande fonte de renda da comunidade; e a relação veranista-tradicional, que também gera recursos pra eles, na medida que eles cuidam das coisas... Então, têm estas três atividades. Elas, dentro do que tá previsto na lei, dão condição pra você fazer os acordos... Até que se resolva a questão fundiária.

Em 2007 foi formado o primeiro Conselho Deliberativo da RDS, a princípio com o dilema da divisão entre tradicionais versus veranistas. Neste momento muitos projetos e ações foram feitas junto à Fundação Florestal, ao Ministério do Turismo, à Ongs e às ações comunitárias coletivas. Há muita referência positiva no que toca a mais abertura de diálogo de alguns gestores. Embora não seja uma opinião consensual, como aponta uma das lideranças da AMO, a respeito da atuação do Conselho:

O conselho era deliberativo. Na prática ele funcionava muito bem. Estava tendo discussão sobre o plano de manejo, prioridades foram identificadas, saneamento básico, transporte, comunicação, educação, internet, outras coisas, iluminação pública, tudo isso estava sendo discutido no conselho.

Mas, quando o assunto “luta por permanência” começou a adentrar as pautas das reuniões do conselho, esse começou a esvaziar-se até que em 2009 uma Ação Direta de Inconstitucionalidade derrubou o primeiro Mosaico.

Para o grupo de veranistas praticamente não há o princípio da Legitimade e Voz, uma vez que esse princípio nunca se fez presente na história das instituições das unidades de conservações da região da Juréia-Itatins. Contudo, a partir da instalação da RDS os outros grupos sociais tiveram uma participação, mas ainda insipiente, pois as decisões são tomadas geralmente em gabinetes.

### ***Petar***

A principal forma de participação das comunidades locais na gestão do parque se dá por meio do Conselho Consultivo do PETAR. Ele foi criado formalmente em maio de 2008, por meio da Portaria FF n.º 053/2008, que dispunha sobre a sua criação e a organização, e renovado em 2013. O Conselho é paritário, ou seja, formado por um número igual de representantes de órgãos governamentais e da sociedade civil organizada, totalizando 24 membros, conforme apresentado no Quadro 4.1b, e presidido pela Fundação Florestal, na pessoa do responsável pelo expediente do Parque. Importante lembrar que, conforme

---

<sup>51</sup> Estação Ecológica de Juréia Itatins. Era a única UC na região, até 2008, quando foi desmembrada em UCs de Proteção Integral e de Uso Sustentável, como a RDS da Vila Barra do Una, formando o Mosaico da Jureia.

mencionado anteriormente, a simples igualdade de números não garante a equidade entre governo e sociedade.

**Quadro 4.1b: Relação dos membros do conselho consultivo do PETAR.**

<b>Membros da sociedade civil organizada</b>	
1	Associação dos Artesãos do Alto Vale do Ribeira
2	Instituto Amigos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica
3	Grupo Voluntário de Busca e Salvamento
4	Associação Caboclas do bairro Ribeirão
5	Associação dos Remanescentes de Quilombo do bairro Bombas
6	Associação do bairro Caximba e Banhado Grande
7	Associação Ação Morro do Ouro
8	Associação de pousadas e <i>camping</i> de Iporanga
9	Sociedade Brasileira de Espeleologia
10	Associação dos moradores do bairro Serra
11	Associação Serrana Ambientalista
12	Associação dos monitores ambientais e culturais de Iporanga e região
<b>Membros representantes de órgãos governamentais</b>	
1	Fundação Florestal
2	Coordenadoria de fiscalização ambiental da Secretaria do Estado de Meio Ambiente
3	Instituto Florestal de SP
4	Prefeitura Municipal de Iporanga
5	Instituto Geológico
6	Polícia ambiental de Apiaí
7	Polícia ambiental de Jacupiranga
8	Serviço Geológico do Brasil (CPRM)
9	Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp)
10	Prefeitura Municipal de Guapiara
11	Prefeitura Municipal de Apiaí
12	Secretaria de Estado da Educação

Dos representantes da sociedade civil, a grande maioria é composta por associações da própria região do entorno, com apenas duas exceções, a Sociedade Brasileira de Espeleologia, sediada em Campinas, e o Instituto Amigos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, cuja sede localiza-se no município de São Paulo.



O Conselho Consultivo do PETAR se reúne bimestralmente, desde sua criação em 2008, e trata de diversas questões relacionadas à gestão do Parque (SÃO PAULO, 2010). As reuniões ocorrem majoritariamente no Núcleo Ouro Grosso, local de mais fácil acesso do Parque, localizado no Bairro da Serra, o que contribui para a participação das comunidades e, conseqüentemente, para tentar alcançar o princípio de legitimidade e voz.

De acordo com os funcionários da Fundação Florestal, esse instrumento é bastante efetivo e possibilita a participação da comunidade. Porém, entre os representantes da sociedade civil que fazem parte do Conselho Consultivo, a primeira percepção é de que eles não participam da gestão do PETAR, apenas do Conselho. Um dos representantes criticou o fato de o mesmo ser apenas consultivo e que, em alguns casos, as decisões são tomadas na sede da Fundação Florestal, sem a participação dos atores locais.

[...] eles [o gestor] levam as questões para o Conselho e o Conselho se manifesta e é acatado pela administração. Só que algumas vezes não, algumas decisões são tomadas em São Paulo. [...] o Conselho é consultivo ele não é deliberativo, então ele não tem poder de deliberar para que a gestão do Parque tome alguma ou outra atitude [...] mas consultivo é pouco.

Com isso fica claro que, com relação ao princípio “desempenho”, apenas algumas decisões operacionais são colocadas em práticas como, por exemplo, dias de funcionamento e restrições para uso de trilhas. Porém, a discussão de questões estratégicas é limitada. Por outro lado, alguns critérios desse princípio foram bem avaliados, como o bom relacionamento dos membros do conselho com o gestor e a estruturação e formalização do conselho.

Outra forma de participação na gestão se dá de maneira informal, por meio de consultas realizadas pelos gestores às lideranças locais e por meio de cobranças e questionamentos feitos pelos envolvidos à gestão da UC, conforme declara outro representante:

Informalmente, nós somos amigos de todos os gestores, de quase todo mundo. Então, por estar aqui, muitas vezes eles consultam a gente, o que você acha, fecha no Natal para os funcionários descansarem? Não vai impactar o turismo? A gente faz uma análise de como está o Natal [...] acaba tendo uma gestão participativa do PETAR. Quando eles tomam alguma atitude ‘Agora é proibido cruzar tal ponte’, acho que eles sempre ouvem. [...] ou se eles criam, a gente vai lá, a gente questiona.

Além do Conselho Consultivo, é importante destacar a participação da sociedade civil na elaboração dos instrumentos de gestão da unidade, tanto no Plano de Manejo do PETAR quanto nos Planos de Manejo Espeleológicos. De acordo com registros do Plano de Manejo (SÃO PAULO, 2010), foram realizados mais de 30 dias de reuniões e oficinas, que contaram com a participação de 595 pessoas durante a sua elaboração. Com relação aos Planos de Manejo Espeleológico (SÃO PAULO, 2012), foram realizadas 10 reuniões de planejamento participativo, além da criação de um *website* e a publicação de informativos para divulgação dos resultados parciais das pesquisas. Nota-se, a partir desses exemplos, uma preocupação dos executores dos Planos em envolver,

de alguma forma, a sociedade civil na elaboração dos instrumentos que terão influência direta na região. Essa mesma preocupação não foi identificada com relação à elaboração dos atos normativos, elaborados, na maior parte das vezes, na sede da Fundação Florestal, com o objetivo de ser aplicável a todas as Unidades de Conservação por ela administradas.

A realização de reuniões e a divulgação dos resultados desses Planos denotam um maior comprometimento com a publicidade das ações realizadas. A transparência, conforme estabelecido por Graham; Amos; Plumptre (2003) é parte integrante da prestação de contas (*accountability*), porém, essa transparência não se aplica às demais ações realizadas pela Fundação Florestal, ficando restrita apenas aos Planos de Manejo. Inexistem publicações sistemáticas sobre a gestão das UCs, que apresentem informações sobre os orçamentos das Unidades de Conservação, os recursos arrecadados com ingressos e a venda de produtos florestais, o número de funcionários, entre outras questões. Estão disponíveis apenas publicações esporádicas sobre projetos específicos, na maioria das vezes retratando as ações positivas desenvolvidas, como é o caso do Projeto de Ecoturismo na Mata Atlântica (SÃO PAULO, 2013e).

### **Marujá**

A comunidade do Marujá está organizada através da Associação dos Moradores do Marujá – AMOMAR, criada em 1998, concomitantemente ao processo de elaboração e execução do plano de manejo do PEIC, que definiu, entre outros assuntos, os princípios e normas gerais da atividade turística para a comunidade. Com lideranças locais fortes e representativas na comunidade, a Amomar participa ativamente do conselho gestor desde a sua criação, e é responsável pela gestão do turismo na comunidade.

No que se refere ao turismo, os assuntos são postos em votação durante as assembleias da associação e todos os participantes têm direito a voto, caracterizando um processo de decisão coletivo na comunidade. A participação nessas assembleias é livre, sendo aberta a toda a comunidade. Assuntos mais polêmicos, que envolvem um número maior de atores ou que necessitem do respaldo ou mesmo a autorização da Fundação Florestal são levados pela Amomar ou até pelos próprios moradores às reuniões do conselho gestor.

Considerando o princípio de Legitimidade e Voz, nota-se que a comunidade participa dos processos de decisão referentes ao turismo na comunidade, tendo a Amomar como intermediadora das relações estabelecidas entre a comunidade e a gestão do parque. No âmbito da comunidade, as decisões são coletivas, ainda que nem toda a comunidade participe ativamente de todas as assembleias promovidas pela associação.

Quanto ao princípio de Direcionamento, destaca-se que a comunidade se utiliza do Plano de Manejo para garantir alguns direitos, tanto de permanência na área quanto de autonomia para tomada de decisões em assuntos como a visitação na comunidade. Além do Plano de Manejo, a comunidade conta com parcerias e apoios de universidades e ONGs para o desenvolvimento de diversos projetos locais, a exemplo do Plano Estratégico do Marujá, elaborado com o apoio de pesquisadores da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP -, e que estabeleceu, entre outras estratégias, a

permanência dos moradores no bairro, mesmo na revisão do plano de manejo<sup>52</sup>. A existência de fortes lideranças na comunidade é um dos aspectos que explica, de alguma maneira, todas as conquistas da comunidade em termos de direitos, de autonomia e de resistência. Seu capital social, portanto, é elemento fundamental para dirimir conflitos territoriais e alcançar os anseios da comunidade.

A gestão coletiva do turismo no Marujá, desde o seu planejamento na década de 1990, realizado com a participação da comunidade, visa garantir a todos os moradores o acesso aos benefícios trazidos pela atividade turística. Nota-se o princípio da Equidade nessa tentativa de socializar os ganhos da atividade para toda a comunidade. A quantidade limite de turistas em cada estabelecimento de hospedagem, por exemplo, é pensada de maneira que haja uma distribuição proporcional entre os moradores que recebem turistas, de maneira que todos meios de hospedagem possam recebê-los.

Ainda que a comunidade não tenha o poder de tomar sozinha boa parte das decisões referentes ao uso público – já que, por estar inserida no interior do Parque Estadual, precisa do respaldo da Fundação Florestal – a Amomar é responsável por gerir os acordos já firmados e estabelecidos em anos de relacionamento com a gestão pública. Trata-se de uma conquista da comunidade em relação à sua situação enquanto comunidade tradicional inserida em uma unidade de conservação de proteção integral. Analisando esse contexto sob a ótica dos princípios de governança, o princípio da Responsabilidade é contemplado, já que a comunidade deve prestar contas à gestão do parque, ainda que seja responsável pela gestão do turismo local.

No entanto, é preciso ressaltar que outros assuntos, em especial aqueles relacionados às edificações, envolvendo construção e reforma, são motivos de conflito entre a comunidade e a gestão do parque e para os quais acordos entre ambas as partes são mais difíceis de serem conquistados. A ampliação ou reforma da infraestrutura existente é historicamente negada pela Fundação Florestal, sob o argumento de que tal ampliação impacta negativamente (reduz) os ecossistemas protegidos pelo Parque. Assim, embora haja avanços nos processos de participação, ele é construído sempre como conquista da comunidade, desde reivindicações mais comezinhas até outras que, aparentemente, colidam com as recomendações de parte da legislação ambiental, que não assegura plenamente os direitos das comunidades tradicionais em UCs de Proteção Integral.

### ***Bororé***

A comunidade do Bororé se organiza em algumas entidades, sendo a Associação dos Moradores da Ilha do Bororé – AMIB, criada em 1996, e a Associação de Turismo da Ilha do Bororé – ATIBORÉ, fundada em 2004. Essas são as duas organizações mais atuantes nessa interface entre o turismo e a APA. Ambas possuem cadeira na atual gestão do Conselho Gestor da APA, sendo que a AMIB ocupa a cadeira destinada as Associações de Moradores do Bororé e a ATIBORÉ ocupa a cadeira destinada a Associação Empresarial de Turismo.

---

<sup>52</sup> As demais estratégias do Plano Conjunto – AMOMAR/UNICAMP – podem ser vistas em PAIVA-SOBRINHO; ROMERA: LIMA (2012).

A ATIBORÉ existia antes da criação da APA e era resultado de uma parceria entre empreendedores e moradores do Bororé ligados ao turismo, ao SEBRAE-SP (Serviço de Apoio as Micro e Pequenas Empresas do Estado de São Paulo), a Subprefeitura de Capela do Socorro e a SVMA (Secretaria do Verde e do Meio Ambiente) (GONÇALVES, 2010). Entretanto, em meados de 2006, a associação estava desmobilizada e com a criação da APA em 2006, a ATIBORÉ voltou a se mobilizar e, com o apoio do SEBRAE, passou a executar ações para fomentar o desenvolvimento turístico da região (Id. Ibid).

Considerando o princípio de legitimidade e voz, no âmbito da comunidade, a divergência de opiniões já gerou atritos entre a AMIB e ATIBORÉ que levaram ao rompimento momentâneo de relações entre as organizações. Somando a este fato a interrupção de atividades pela qual passou a ATIBORÉ, percebe-se que tais disputas acirram os embates territoriais das associações locais na APA e, nesse sentido, diluem a capacidade de reivindicação dos moradores, devido a essa fragmentação de entidades. Com relação à voz, no Conselho da APA todos têm espaço para se pronunciarem, inclusive aqueles que não possuem cadeira no Conselho, porém não acontece um debate substantivo. A busca pelo consenso é a estratégia proposta pelo gestor - que é o mediador e condutor da reunião. O controle da agenda é feito pelos agentes públicos e a sociedade civil parece estar de acordo.

Com relação ao princípio do direcionamento, e também já dialogando com o princípio do desempenho, o que se percebe são avanços e retrocessos nas experiências da comunidade do Bororé no Conselho da APA, principalmente no encaminhamento de propostas e soluções para os problemas encontrados. Em 2008 a Câmara Técnica de Turismo Sustentável da APA Bororé-Colônia se integrou com a Câmara Técnica de Turismo Sustentável da APA Capivari Monos, que é contígua, em uma união que perdurou até meados de 2013 e que tinha por foco analisar o potencial turístico da região, estimulando o desenvolvimento da atividade (GONÇALVES, 2010). Com o apoio do SEBRAE e de representantes do turismo, em 2007 foi criado o “Plano de Desenvolvimento Territorial” (PDT) que objetivava o desenvolvimento turístico da APA. Este foi apresentado para o Conselho da APA e sofreu críticas no começo, mas depois foi bem aceito, entretanto o plano parou por um ano, e quando o Conselho tentou resgatá-lo, em julho de 2010, não empreendeu sucesso (Id., Ibid.).

Os representantes do Conselho acreditam que o PDT não avançou, pois sua execução ficou a cargo dos empresários da região, não havendo um recurso público que pudesse ser utilizado para tanto. Nesse sentido, o princípio de equidade não foi atendido, pois os empresários não eram obrigatoriamente oriundos ou representantes das comunidades locais. Entretanto, atualmente o cenário é outro. Em janeiro de 2014, por meio de um ato do Poder Público Municipal, foi instituída na região o Polo de Ecoturismo de São Paulo (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2014), que possui um Conselho Gestor específico, o CONGETUR. Não há dados públicos divulgados na página oficial do Polo

de Ecoturismo de São Paulo<sup>53</sup> sobre os recursos disponíveis para a sua implantação e execução, ferindo o princípio de transparência. Porém, segundo os conselheiros, os valores superam a casa dos vinte milhões de reais. A questão é que nem o Conselho Gestor da APA Bororé-Colônia, nem a AMIB ou a ATIBORÉ estão representadas no CONGETUR, tão pouco estão participando das reuniões ou realizando alguma forma de articulação. Até o momento o Polo desconsiderou o “Plano de Desenvolvimento Territorial” elaborado no âmbito do Conselho. A falta de articulação entre os fóruns de participação tem dificultado a concretização do capital social. Existe concorrência entre redes paralelas para a definição de uma política pública e as redes acabam por fragmentar o Estado em segmentos justapostos (MASSARDIER, 2006).

No que diz respeito à eficácia e eficiência do que é deliberado no Conselho da APA existem muitos desafios, como foi brevemente apontado. Gonçalves, em levantamentos de 2010, fez uma reflexão importante ao mencionar que “a capacidade de deliberação do Conselho da APA está ligada à descentralização política e hierarquia de influência sobre o território no contexto da Região Metropolitana de São Paulo.” (GONÇALVES, 2014, p.146). O caminho burocrático entre o que é deliberado no Conselho da APA se tornar uma ação concreta é longo, pois, em geral, envolve múltiplas instâncias políticas (Id., Ibid.). O autor acreditava que, com o amadurecimento e com a experiência adquirida pelo Conselho, a questão da deliberação encontraria menos entraves políticos e poderia vir a ser estabelecido um protocolo. Mas, passado quatro anos de sua constatação, quando entrevistado para este trabalho Gonçalves<sup>54</sup> afirmou que o Conselho, na prática, ainda não é deliberativo.

A ausência de orçamento e a carência de recursos humanos também são grandes entraves para o que é deliberado no Conselho se concretizar. A gestão da APA é feita de fato pela Divisão de Unidades de Conservação da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente (DUC/SVMA) que, embora conte com um quadro de funcionários, é responsável por outras UCs municipais como a APA Capivari Monos, os Parques Naturais Municipais Bororé, Varginha, Itaim, Jaceguava, Cratera do Colônia e do Carmo, e no momento apenas o gestor da APA Bororé-Colônia é o responsável pela UC. A descontinuidade de gestor na APA também é um aspecto que enfraquece seu desempenho, pois interrompe ações que estavam em desenvolvimento.

### ***Bonete***

A comunidade do Bonete não possui um espaço formal para discussão de assuntos ligados ao turismo, contudo existem espaços formais e informais onde o assunto é eventualmente discutido. São eles: a Associação da Sociedade do Bonete de Ilhabela (Assobi), que foi criada em 1998 e que em meados de 2014 se desmobilizou; a Associação Bonete Sempre, fundada e formalizada em meados de 2013 e que pretende uma cadeira no conselho consultivo do Parque Estadual de Ilhabela (PEIb); O Instituto

---

<sup>53</sup> <[http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/governo/gt\\_de\\_parelheiros/](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/governo/gt_de_parelheiros/)>. Acesso em 29 nov. 2015.

<sup>54</sup> Diego Lustre Gonçalves foi entrevistado em maio de 2014 quando exercia o cargo de Gestor da APA Bororé Colônia e presidente de seu Conselho Gestor.

Bonete, criado por não moradores interessados na conservação da cultura tradicional local e; o próprio conselho do PEIb.

Exceto pelos dirigentes dessas entidades e por alguns poucos moradores e simpatizantes, a comunidade pouco se mobiliza e/ou participa de ações em defesa de seus interesses, sejam eles relativos à gestão do turismo, sejam eles ao desenvolvimento da comunidade. Há divisões internas como: religiosas (evangélicos e católicos), etária (jovens e anciãos), progressistas (a favor de ligação do bairro à sede do município, via estrada a ser construída) e tradicionais (contrários à construção desta estrada). Estes embates pulverizam as ações e distanciam os moradores de um sentido de comunidade.

Quando há a necessidade de se debater algum assunto de interesse comunitário, são feitas reuniões, mas as discussões são “calorosas” e a população dificilmente chega a um consenso, tornando esses encontros cada vez mais esvaziados, o que mostra a fragilidade do princípio de legitimidade e voz e, nesse sentido, apresenta um fraco capital social.

Uma alternativa às discussões que geram pouco entendimento são as reuniões feitas com os conselheiros da Associação Bonete-Sempre. Segundo seu presidente, os conselheiros da Associação são membros de diferentes famílias do Bonete e, portanto, durante tais reuniões é possível discutir os assuntos em pauta sob as perspectivas das diversas famílias locais.

As questões encaminhadas pela Associação Bonete-Sempre ao conselho do PEIb costumam tratar da necessidade da comunidade em ter acesso à energia elétrica e da não aceitação de parte dos moradores à abertura de uma estrada que conecte o Bonete à área urbanizada da ilha, assim como da não aceitação, pela maioria dos moradores, sobre a proposta da Prefeitura Municipal de Ilhabela em urbanizar o bairro do Bonete. Apesar da Associação Bonete-Sempre ainda não ter cadeira no conselho consultivo do Parque, seus membros frequentam algumas reuniões a fim de levarem ao conhecimento dos representantes dos setores públicos e dos demais representantes da sociedade civil os assuntos discutidos nas reuniões da Associação e, assim, buscam o apoio do conselho e da Fundação Florestal no cumprimento da legislação vigente, impedindo os avanços da urbanização naquele território e colaborando para a manutenção das atividades tradicionais. As divergências de interesses com a prefeitura municipal têm culminado na busca de apoio junto à defensoria pública. Percebe-se, portanto, a Associação Bonete-Sempre trabalhando em busca do princípio de honestidade/equidade, ainda que ela não represente toda a comunidade do Bonete e suas propostas e ações não sejam aceitas por todos os moradores locais, o que em algum momento futuro pode gerar conflitos.

Tendo o PEIb um conselho consultivo, as pautas, incluindo as demandas levadas pelas lideranças locais do Bonete, são discutidas entre os representantes do poder público e da sociedade civil e são encaminhadas pela gestora do Parque para a Fundação Florestal, que é a instituição que delibera os assuntos relativos ao PEIb..

O princípio do direcionamento não parece estar contemplado no Bonete, já que questões específicas sobre a gestão do turismo na comunidade pouco aparecem nas pautas das

reuniões nem tampouco existe um planejamento estratégico do turismo elaborado pela própria comunidade. O Bonete já contou com um projeto de turismo de base comunitária desenvolvido pelo Centro de Experimentação em Desenvolvimento Sustentável do Litoral Norte de São Paulo (CEDS/LN), entretanto, após o encerramento das oficinas para a elaboração de um roteiro de visitação, a comunidade pouco se articulou para executar o roteiro, que deixou de ser comercializado. O SEBRAE também já esteve presente na comunidade oferecendo cursos gratuitos de capacitação em turismo e, apesar do volume de inscrições, as aulas não tiveram quórum mínimo para continuarem sendo ministradas. Os conflitos internos da comunidade e as propostas “*top-down*” destes projetos de turismo e visitação, parecem ser os principais empecilhos para se alcançar uma boa governança no bairro.

O princípio de desempenho na comunidade é ambíguo. O baixo capital social existente no Bonete tem dificultado a concretização de projetos e planos estratégicos para a comunidade. Contudo, os autóctones do Bonete planejam suas atividades e pequenos empreendimentos voltados ao atendimento dos visitantes individualmente ou em seus núcleos familiares e têm se mostrado satisfeitos com os resultados econômicos advindos das atividades turísticas, apontando poucos impactos negativos, como o barulho e o lixo produzidos durante a alta temporada (meses de verão), e mostrando interesse no aumento do número de turistas durante a média e a baixa temporada. Não obstante, a comunidade tem crescido em número de casas de veraneio e terrenos de famílias tradicionais foram vendidos para forasteiros – incluindo os terrenos em frente à praia e os morros adjacentes que envolvem a praia do Bonete – modificando a paisagem e a cultura local, comprometendo o fornecimento de energia elétrica e aumentando o despejo de poluentes no Rio Nema, único manancial de água doce da comunidade.

### **Quilombo Ivaporunduva**

A Associação Quilombo de Ivaporunduva é formada pelos moradores da comunidade. Possui uma coordenação composta por seis membros (coordenador, tesoureiro, secretário e seus suplentes) e conta com um conselho fiscal formado por três integrantes efetivos e um suplente, com mandatos de dois anos.

Existe um estatuto que norteia a atuação da Associação e de seus membros, e o regimento interno encontra-se em fase de elaboração. Anualmente, a comunidade define um plano de ações que inclui propostas para o desenvolvimento dos trabalhos e atividades econômicas da comunidade, bem como onde e como os recursos financeiros da comunidade serão investidos (ETEANM, 2013).

A partir dos dezoito anos de idade, a participação na associação é obrigatória e aos dezesseis é facultativa (ETEANM, 2013). A atuação das mulheres quilombolas junto aos trabalhos da associação é bem significativa, inclusive enquanto lideranças.

Considera-se que a forma de gestão proposta no Quilombo Ivaporunduva atende aos princípios da governança propostos por Graham; Amos; Plumptre (2003), uma vez que os espaços de participação nessa comunidade permitem que todos, ou, pelo menos, um grande número de moradores, inclusive os jovens, expressem sua opinião e participem das tomadas de decisão.

Percebe-se um direcionamento das ações de forma contextualizada e a partir de uma compreensão da realidade e da realização dos trabalhos de forma coordenada. Também está presente a preocupação com o desempenho, com a responsabilidade e com a transparência, na medida em que se priorizam o planejamento participativo, a avaliação e o monitoramento de resultados. Essa dinâmica permite o enfrentamento dos desafios e uma constante busca da realização do que se planejou.

As atividades turísticas da comunidade também foram e estão sendo pensadas, planejadas e organizadas a partir desse contexto, o que resultou na produção de um turismo diferenciado que apresenta um forte componente de justiça e equidade social, resultado do planejamento, do amadurecimento comunitário e da construção coletiva.

É importante destacar que a discussão da gestão do território e demais recursos pelos moradores do Ivaporunduva se dá entre iguais, uma vez que o modo de vida e a renda são semelhantes e o poder de decisão também é equilibrado. Existem acordos baseados em arranjos culturais e as regras de uso dos recursos naturais são, geralmente, acordadas pelos moradores nas assembleias e parte delas estão regulamentadas por meio do estatuto da Associação.

Como discute Ostrom (1990) em seu estudo sobre as possibilidades de organização e de autogestão de grupos que vivem uma relação de interdependência, devido ao uso dos recursos naturais e a fim de obter benefícios do uso desses recursos de forma contínua, o que se verifica, no caso do Ivaporunduva, é o esforço e o exercício constante dos moradores para a gestão coletiva da terra e, portanto, dos recursos naturais ali presentes.

#### **4.4. SITUANDO AS ÁREAS NATURAIS DO ESTADO NOS DEGRAUS DE PARTICIPAÇÃO CIDADÃ**

Como se procurou mostrar no tópico anterior observa-se que as áreas naturais analisadas encontram-se em diferentes graus de participação, de acordo com os contextos e realidades específicos de cada localidade. Ao analisarmos essas diferenças pela Escada de Participação Cidadã, como sugere Arnstein (2002) discutida no tópico 1.4, é possível verificar que cada uma das áreas encontra-se em um degrau diferente, evidenciando que o caminho para a participação efetiva depende de muitos passos e muitos fatores internos e externos ao ambiente aos quais as áreas estão inseridas. De qualquer maneira, fica claro que não se trata de algo estático, mas que está em constante movimento, podendo ocorrer inclusive retrocessos.

No caso do PEIC, é preciso considerar duas situações específicas. A Amomar está inserida no degrau “Parceria”, já que ocorre de fato um compartilhamento de poder com a gestão do parque no que diz respeito aos assuntos relacionados a uso público e turismo. No entanto, o Conselho Gestor do PEIC ainda encontra-se um pouco atrás na Escada, entre os degraus de “Pacificação” e “Parceria”, na medida em que o poder de decisão, por se tratar de um conselho consultivo, continua nas mãos da gestão da Fundação Florestal e não propriamente dos conselheiros.

Ao relacionar a experiência da participação do Ivaporunduva com a estrutura de escada de participação social proposta por Arnstein (2002), visualiza-se o quilombo entre os



últimos estágios, os quais contemplam poder para influenciar os resultados do processo. Certamente os quilombolas do Ivaporunduva estão caminhando para a participação plena, - não que não haja possibilidade de retroceder - pois, a forma de organização adotada em sua relação com agentes externos, pode propiciar divergências/conflitos na criação de políticas públicas direcionadas por agentes externos para os interesses locais.

Na RDS Barra do Una, quando se pensa na escada proposta por Arnstein (op. cit.), a gestão tem se estacionado no degrau informação; em seu histórico ocorreram poucas ações participativas, havendo alguns exemplos, diminutos de concessões. Sua posição nesse degrau é reflexo de um “vai-e-vem” de ações entre o poder judiciário, legislativo e executivo sobre as formas de proteção da região<sup>55</sup>. Ou ainda, as constantes tocas de gestores da área e a RDS também necessita da formação de um conselho deliberativo. Assim, estando longe da produção de um plano de manejo que possa orientar as atividades de turismo, o local sequer possui um conselho, o que deixa um futuro incerto para os moradores em sua relação com a unidade de conservação.

O Parque Estadual da Ilhabela se localiza entre os degraus de informação e consulta. Por possuir um conselho consultivo, muitas das decisões que envolvem a área do Parque são decididas pela Fundação Florestal. Alguns conselheiros afirmaram que, em algumas reuniões, as decisões sobre as pautas são apenas informadas e não debatidas. Entretanto, a gestão do Parque se preocupa em consultar periodicamente seus membros, assim como os moradores tradicionais que vivem dentro ou nos limites do Parque e levar à Fundação Florestal seus anseios, assim como as expectativas do conselho.

Já a Associação Bonete-Sempre se localiza no degrau Consulta. Ainda que os membros dessa instituição estejam trabalhando ativamente para melhorias na comunidade, a participação de todos os membros ainda é pequena e restrita a algumas reuniões de consulta sobre quais ações devem ser realizadas e priorizadas.

O conselho gestor da APA Bororé-Colônia, e, nesse âmbito, a comunidade do Bororé, também estão localizadas no degrau Consulta. Apesar de ser deliberativo, o que é encaminhado no conselho em geral não se concretiza, pois demanda ação de outros órgãos do poder público para se materializar. No geral a gestão da unidade de conservação acaba ficando mais a cargo da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente que é seu órgão gestor, e personifica-se na figura da gestora da APA-BC, que é a única funcionária da área protegida. Os conselheiros não se apropriaram efetivamente do conselho como espaço político e, nesse sentido, não ampliaram sua atuação para além das fronteiras das reuniões do colegiado.

Admitindo-se essas informações, a Figura 4.1c, a seguir, apresenta a situação das entidades estudadas no presente tópico.

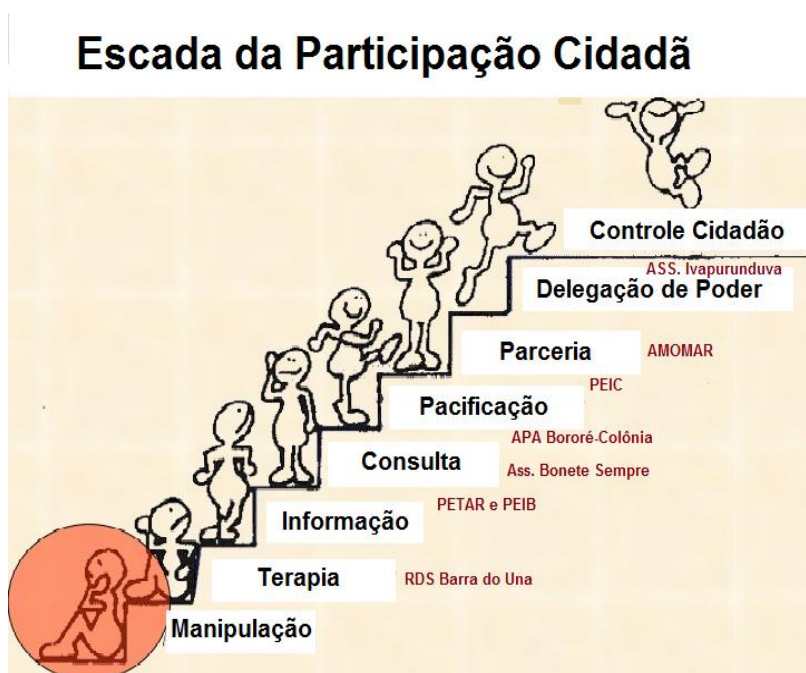
As experiências paulistas nessas diversas categorias de áreas naturais permitem afirmar que a pauta da inclusão social no Brasil é muito recente e merece ser pensada no sentido

---

<sup>55</sup> Além de uma ADIN (ação direta de inconstitucionalidade) em 2007, que derrubou o recém-criado mosaico da Juréia, em dezembro de 2013, uma nova (ADIN) foi expedida pelo Ministério Público, alegando que o Mosaico (incluindo a RDS Barra do Una) era inconstitucional. No entanto, tal ADIN foi julgada como improcedente no dia 04/06/2014.

de se delinear os contextos e rumos desejados. A participação da sociedade na gestão das áreas protegidas tem permanecido na esfera pública de maneira periférica ou experimental. A despeito da existência de instrumentos legais para a governança do turismo nas áreas naturais, na prática, a aplicação e o exercício desta interação entre estruturas ainda reflete muito pouco na participação das comunidades locais, nas tomadas de decisões e no exercício efetivo do poder.

**Figura 4.1c: Situação das entidades pesquisadas com relação a sua posição na escada de participação cidadã** (Conforme Arnstein, 2002).



Fonte: Raimundo et al. (2016)<sup>56</sup>

Os pactos firmados entre os atores nas áreas de estudo significaram acomodações temporárias aos conflitos do momento. Isso porque, como aponta Simões (2010), uma vez atingido minimamente os objetivos de um consenso, são geradas novas necessidades desencadeando novas rodadas de negociações para atingir outro patamar de envolvimento e participação. Com isso, se aceita que os conflitos e divergências aqui destacados não apresentem uma solução definitiva. Ao contrário, o afloramento, discussão e solução de um conflito resultam em novas possibilidades de negociação. E o avanço nas negociações depende diretamente da capacidade de governança instalada na localidade.

Assim, é importante observar que um conjunto de conflitos impede um tipo de desenvolvimento, mas não necessariamente impede o desenvolvimento (MANÇANO, 2005). Os desafios para a gestão do turismo nas áreas naturais são imensos e merecem ser estudados em toda sua complexidade de modo a produzir resultados que contribuam

<sup>56</sup> RAIMUNDO S.; MARTINS, A.; SCÓTOLO, D.; MATHEUS, F.; CASTRO, J.; VALLE, P.; FERREIRA, P. Relatório Final do Projeto de Pesquisa: Participação Política e Turismo na Gestão de Áreas Naturais no Estado de São Paulo. Janeiro de 2016 (Edital MCTI/CNPq/MEC/CAPES Nº 43/2013).

para as comunidades locais historicamente hegemônicas (HAESBAERT, 2004) aumentarem sua participação cidadã na tomada de decisões.

As estruturas formais de governança preconizadas com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, em especial os Conselhos Gestores, em teoria representam avanços tendo em vista uma gestão democrática do território, mas na prática, ainda estão longe de cumprir com a proposta da governança. Nesse sentido, os outros indicadores de uma boa governança ainda estão longe de serem alcançados nas áreas estudadas.

Assim, considerando os princípios de governança apresentados por Graham; Amos; Plumptre (2003), a análise dos processos de gestão do turismo em áreas naturais demonstraram lacunas, pois embora seja fomentada a existência de espaços e mecanismos capazes de permitir que os atores presentes no território possam expressar suas opiniões; as arenas ainda são desequilibradas, pois ainda não ocorre a colaboração coletiva que resultem em processos decisórios favoráveis às comunidades, pelo menos nas áreas estudadas situadas nos “degraus” mais baixos da escada de participação.

Os instrumentos de gestão participativa têm limitações, precisam ser mais bem desenvolvidos e carecem de alguns rearranjos para atingirem os objetivos aos quais se propõem. Da mesma forma a sociedade precisa de lideranças, precisa exercer a cidadania e não se enganar com espaços que existem, mas que camuflam as decisões. Existe um grande desafio posto em foco, a educação para a participação, os processos formativos constituem um caminho para preparar a sociedade para qualificar sua participação em espaços que permitem o exercício da governança. Por isso, a capacitação deve ser desenvolvida nas comunidades. Não apenas a capacitação sobre um tema, ou setor produtivo, por exemplo, produção de artesanato, ou dos setores como hospedagem e restaurante. A capacitação, que leve a um exercício de cidadania e contribua para o desenvolvimento local, diz respeito a construção de lideranças, que saibam de seus papéis nesses espaços e arenas de negociação. No caso específico do turismo, a capacitação para o Turismo de Base Comunitária.

A partir das análises evidencia-se que as comunidades locais têm forte interesse em participar da gestão das áreas naturais. Além disso, é possível perceber que aquelas comunidades em que existe a articulação dos moradores locais entre eles e com os diferentes atores que influenciam em seu território têm encontrado resultados mais condizentes com suas necessidades e objetivos de desenvolvimento. Portanto onde as comunidades estão organizadas, como no caso do Marujá e do Ivaporunduva, a relação entre as instituições atuantes no local é melhor. Nas áreas naturais onde a comunidade tem autonomia e governabilidade, há avanços; quanto mais empoderada está a comunidade, maiores serão as chances de influenciar a gestão e menores serão as possibilidades da atuação de gestores com poder discricionário.

Ao passo que aquelas áreas em que o capital social é frágil, há dificuldades na consolidação dos seus objetivos. Tal fato afasta da ideia de que a participação dos autóctones na gestão do turismo é elemento fundamental para o desenvolvimento de atividades capazes de atingir os objetivos locais de desenvolvimento, minimizando os

impactos negativos na paisagem e na cultura local e maximizando benefícios trazidos pelo turismo.

A participação em algumas dessas áreas tem ocorrido em diferentes níveis, frequentemente via associações locais que deliberam sobre os assuntos que dizem respeito à organização de atividades em seu território, inclusive sobre o ordenamento e a distribuição do turismo. Isso porque nessas áreas o turismo tem se apresentado como importante atividade econômica e, também, corroborando em conquistas socioeconômicas para seus moradores. Desta forma, observa-se a existência de outros espaços de participação que não os conselhos consultivos, caracterizados até mesmo como espaços informais. Ou seja, participação em vários fóruns sociais, como reuniões de igrejas, nas festividades, no encontro descompromissado nos bares locais, entre outros, que permitem a troca de informações e o estabelecimento de acordos, mesmo que informais, para o desenvolvimento da cidadania e do empoderamento local.

Por mais que avanços e exemplos bem sucedidos tenham sido trazidos nesta reflexão, o modelo de gestão de UC continua apontando falhas e limites. Embora haja um novo direcionamento na gestão pública brasileira, com a criação de governanças participativas, seus efeitos são ainda tímidos. Isso não apenas porque a descentralização política é recente, por vezes com retrocessos, mas também transparece o fato de que o Estado, continuando na defensiva, atua restando a repartição justa de poder. Isto se mostra mais evidente, quando se trata de populações mais pobres, no que tange à distribuição de terras, onde se localizam recursos naturais significativos, cada vez mais disputados, representando verdadeiros trunfos (RAFFESTIN, 1993) nos jogos de poder.

Para finalizar este capítulo, sugerem-se algumas linhas de pesquisa que são prioritárias e podem contribuir significativamente para avanços no enfrentamento dos problemas aqui apresentados:

- Posse de terra. Levantamento fundiário e demais pesquisas para identificação de posseiros, pretensos proprietários, terras devolutas, entre outras categorias. As comunidades que detêm a posse sobre seus territórios, como a do Quilombo de Ivaporunduva, são aquelas que têm maior poder de negociação com os demais atores. Outras, como a da Vila Barra do Una, onde o território é ainda palco de muitas incertezas, ele é constantemente foco gerador de conflitos. O direito ao território também foi apontado por comunitários durante a Roda de Conversa sobre Turismo de Base Comunitária no estado de São Paulo<sup>57</sup> como um importante pressuposto para o desenvolvimento do turismo em comunidades.
- Continuidade das ações de conservação de áreas das UCs e do lazer e turismo. Entre 2014 e 2015 algumas unidades de conservação trocaram de gestor mais de duas vezes. Os princípios ligados à governança das UCs ficam muito comprometidos diante deste quadro. É necessário um quadro de funcionários mais comprometidos

---

<sup>57</sup> Realizada dia 23 de junho de 2015, em São Paulo, com a participação ativa dos integrantes do Grupo de Pesquisa em Territorialidades, Políticas Públicas e Conflitos na Conservação de Patrimônios da EACH-USP.

com os princípios da boa governança (e nesse sentido, precisam ser capacitados para tal função) a fim de garantirem uma maior perenidade (princípio do direcionamento) das ações.

- Falta de lideranças nas comunidades. Na mesma linha, as localidades que apresentavam lideranças e processos já consolidados, foram aquelas em que os critérios de boa governança estavam mais bem avaliados, ou estavam nos degraus mais altos da escada de participação cidadã. Nesse sentido, pesquisas que contribuam para formação de lideranças são uma das atividades prioritária para as áreas de estudo. E, mais que isso, trabalhos de extensão nas comunidades locais que objetivem a formação de lideranças também são muito importantes.
- Ampliação da consciência do turista com relação ao território. A definição de ecoturismo, conforme Embratur/Ibama (BRASIL, 1994) indica que para que a atividade seja adequada é necessário uma consciência ambientalista por parte dos ecoturistas, por meio da interpretação ambiental, como destacado no capítulo 4, para além dos aspectos naturais, discutir a inserção socioeconômica da UC em sua região.
- A participação de outros setores da gestão pública, não só os técnicos das secretarias de meio ambiente, como de educação, saúde, esporte, turismo, entre outras, precisam ser desenvolvidas e, nessa linha, há a necessidade de desburocratizar as instâncias de decisão sobre os assuntos da UC. Dependendo da complexidade dos assuntos e conflitos, há várias instancias de negociação entre os diversos setores da gestão pública, que, por vezes, tomam decisões conflitantes entre eles e deles com os anseios da comunidade local. Os conselhos com caráter deliberativo precisam ser reforçados.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sem a pretensão de esgotar os assuntos aqui debatidos, conclui-se este trabalho procurando, a partir de toda a discussão apresentada, apontar caminhos para o alcance de uma práxis socioambiental voltada ao lazer e turismo na busca de uma sustentabilidade dessas práticas.

Do ponto de vista da gestão de áreas naturais voltadas ao lazer e turismo, percebe-se o distanciamento das formas de gestão quando considerados os princípios para uma boa governança. O caminho é árduo para alcançar esses princípios, mas merece ser trilhado, pois a partir deles é que serão reduzidas as diferenças entre interesses externos e internos sobre a gestão dos recursos e suas aplicações no campo do lazer e turismo. Como apontado, para garantir um equilíbrio de forças no planejamento e gestão de ações voltadas ao lazer e turismo é preciso equacionar: a propriedade da terra, garantindo-a as comunidades locais; capacitar gestores e lideranças locais não só sobre temas relacionados ao lazer e turismo, mas principalmente sobre os espaços e arenas de discussão para que os conflitos aflorem, mas sejam discutidos em bases adequadas: com legitimidade e voz de todos, conhecimento sobre os “direcionamentos” da área – os instrumentos de ordenamento -, com responsabilidade, equidade e prestação de contas por todos.

Assim, os menos favorecidos poderão ter acesso a processos de tomada de decisão sobre suas necessidades atuais e aspirações futuras. As estratégias de planejamento participativo, o respeito a outras bases econômicas, como a da economia ecológica e solidária contribuem para mudança desse quadro. Nessa linha, estruturas de gestão baseadas nas ações do Turismo de Base Comunitária podem também ser significativas para essa mudança de *Status Quo* e alcance da práxis socioambiental dos sujeitos envolvidos, garantindo uma inserção social dos menos favorecidos. Uma inserção que transcenda, como apontado, o caráter econômico, mas considere também as formas de organização, participação e decisão daqueles que sempre foram alijados nos processos de tomada de decisão.

Nesse sentido, é fundamental que a gestão e boa governança considerem os parques urbanos e as unidades de conservação como bens comuns (não excludível e rival), de domínio público, e não como uma mera mercadoria. Nesse olhar como mercadoria, tais áreas tolhem um bem a que todos têm direito para sua sobrevivência, material e simbólica. E garantir o direito ao lazer e turismo é uma das estratégias para conquista de uma práxis socioambiental como a que aqui se defende para alcance da sustentabilidade. Os processos de concessão de uso a que as unidades de conservação e parques urbanos estão passando presentemente podem dificultar o acesso da população menos favorecida, não lhes garantindo esse direito constitucional de lazer. A privatização desses espaços pode funcionar em alguns locais e para alguns serviços, mas, com frequência, geram processos de gentrificação e impedem a inter-culturalidade de usos e perfis de pessoas tal almejada nas práticas de lazer e turismo.

O planejamento e gestão respeitando esses princípios para uma boa governança conduzem a pensar nas atividades voltadas ao uso público (aos visitantes desses espaços

de reencontro com a natureza). Os órgãos oficiais de planejamento do uso público indicam algumas técnicas para que os visitantes de áreas protegidas e parques urbanos possam aprender sobre a natureza neles contidas.

Contudo, é preciso avançar para que a práxis socioambiental seja atingida. Isso porque, os programas atuais de uso público ainda são limitados, ou com uma visão reducionista, sobre as características desses locais. É preciso que as atividades junto aos visitantes sejam estruturadas baseadas nos princípios da Interpretação Ambiental, que permita uma reflexão mais ampla do visitante, não só sobre os aspectos da natureza, mas também sociais, culturais e econômicos, entre outros, no qual o local visitado se insere.

E é preciso evitar uma abordagem formal, pois as características de uma visita, o momento fortuito e/ou efêmero dela, não condiz com as atuais atividades estruturadas numa mera “transmissão de informação” sem necessariamente uma reflexão sobre os temas tratados. O momento do lazer dos visitantes é um momento “mágico” e, nesse sentido, as atividades podem e devem ser pensadas baseadas na animação sociocultural, que no presente trabalho, foi apresentada como animação socioambiental, ou seja, na estruturação de atividades considerando a diversidade cultural, participação social e educação não formal.

Com isso, coloca-se o visitante em um estado de espírito não para o recebimento de informações, passivo; mas sim, interagindo com o local visitado a partir de um conjunto de atividades que seja amena, pertinente, organizada e temática. Com isso, permite-se uma educação pelo lazer e turismo, mas como uma educação não formal, gerando nos visitantes uma reflexão mais ampla sobre as questões apresentadas, com vistas a uma transformação individual e social sobre os temas socioambientais apresentados.

Essas técnicas não se constituem em um pacote pronto e acabado de atividades a serem desenvolvidas num parque urbano ou unidade de conservação. O ponto de partida para que as atividades junto aos visitantes tenham êxito é relacioná-las ao universo material e simbólico dos públicos que frequentam a área – comunidades do entorno ou turistas. Para tal, um levantamento e proposições a partir de uma “descrição densa”, do “sítio simbólico de pertencimento” e do “etnoconhecimento” das práticas de lazer e turismo das comunidades se fazem necessárias, sob pena de as atividades propostas não terem vínculos locais e não gerarem um sentimento de pertença ou identidade.

Com relação aos locais, é preciso pensá-los a partir dos serviços ecossistêmicos que fornecem a sociedade, onde o lazer e turismo têm papel importante. As características dos parques urbanos precisam ser consideradas em seus aspectos de serviços de regulação e provisão, numa análise mais geral, pois assim garantem o conforto ambiental para os cidadãos. Com isso, o serviço ecossistêmico de informação, onde se situa o lazer e turismo, pode ser praticado de uma forma mais adequada. Para alcançar essas características deve-se considerar um trabalho de paisagismo, da vegetação e de corpos d'água, baseado em princípios mais inovadores, vencendo os problemas do higienismo. Assim, deve-se pensar o design de parques urbanos a partir de soluções técnicas multifuncionais, sistema de drenagem associado a áreas verdes, terrenos de esportes ou outros interesses culturais do lazer, parques lineares, entre outros. Para tal é

necessário considerar os parques urbanos conectados dentro da cidade, por uma floresta urbana.

Numa Unidade de Conservação as ações são diferentes, pois estas são espaços remanescentes da natureza da região. Além dos serviços ecossistêmicos destacados para os parques urbanos, elas têm um papel fundamental como protetoras da biodiversidade nativa. O conforto ambiental almejado para os parques urbanos não é um objetivo principal das unidades de conservação, pois elas protegem os remanescentes que garantem tal característica. O trabalho nesses locais, embora também se deva pensar para os parques urbanos, é na redução de possíveis problemas que a visita traz a eles. As técnicas mais consagradas de manejo do impacto da visita utilizadas no Brasil são a Capacidade de Carga e o VIM/LAC. A primeira, como discutido ao longo do trabalho, já se encontra obsoleta, pois não possibilita uma gestão efetiva do lazer e turismo nos parques, uma vez que produz resultados relacionados apenas com os processos associados ao uso sem o comprometimento com a experiência do visitante.

Assim, deve-se envidar esforços para a implantação do VIM e LAC nessas áreas. Contudo, como essas técnicas foram desenvolvidas em países principalmente de clima frio e temperado, é necessário uma “tropicalização” para as áreas brasileiras. O esforço é estabelecer com especialistas das ciências da natureza e da sociedade, além do etnoconhecimento local, os indicadores de impacto da área, ou seja o saber científico e o saber tradicional popular correlacionados para ampliação do entendimento sobre os limites socioambientais da área. Cada área tem sua característica distinta, onde há, portanto, indicadores igualmente diferentes. Não se podem utilizar indicadores que são adequados para uma área como um modelo para outras. É preciso uma análise integrada (geossistêmica) dos fatores naturais a fim de verificar seus limites e a partir do qual se estabelecem os indicadores, para, com a capacitação do *trade* que vai operar o lazer e turismo do local, organizar as atividades de monitoramento do impacto da visita.

Seja num parque urbano, ou numa unidade de conservação, a observação dessas condições permitem o estabelecimento de locais mais resilientes, garantidores dos serviços ecossistêmicos e nos quais o visitante possa ter condições de melhor se relacionar com a natureza, contribuindo também para o alcance da práxis ambiental.

As atividades e locais precisam considerar os interesses dos atores do lazer e turismo, que apresentam necessidades e aspirações distintas. Os turistas, ou visitantes, razão de ser das atividades de lazer e turismo, precisam ser sensibilizados pelo direito ao lazer/turismo, por meio de uma educação não formal, que seja crítica e criativa, buscando uma mudança de atitudes e de comportamento frente às questões socioambientais.

Para as comunidades locais é preciso garantir sua participação nos espaços e arenas de tomada de decisão, como destacado nos processos de gestão e boa governança.

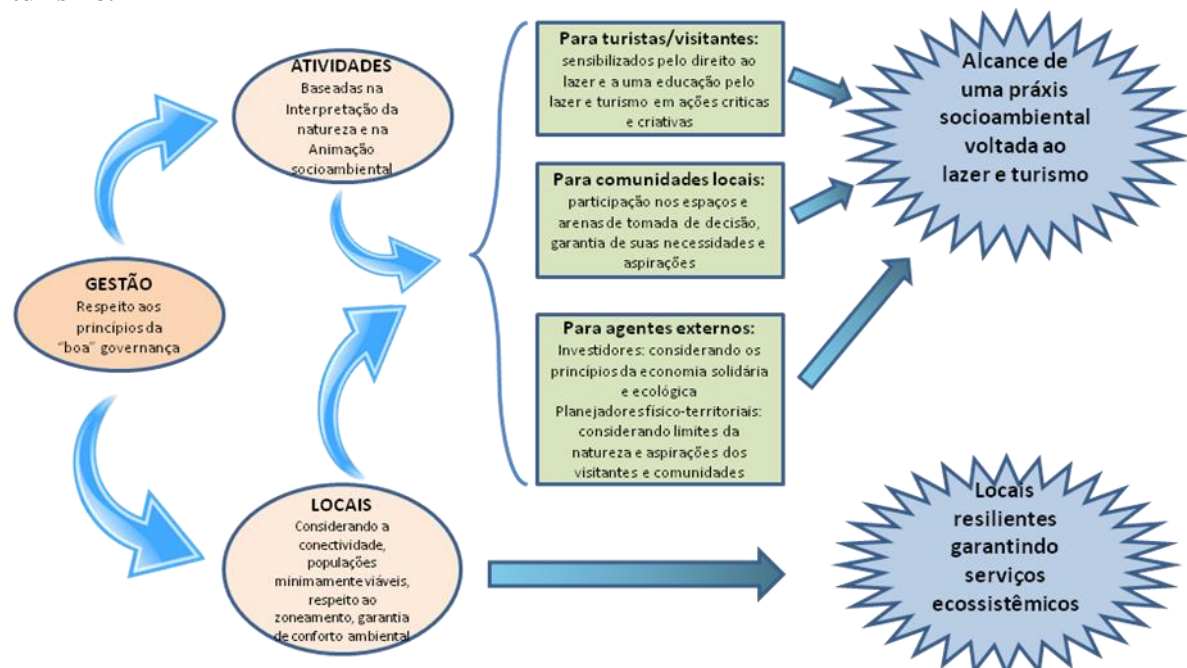
E para os agentes externos, sejam eles investidores ou planejadores, haja vista que o turismo sempre vai se relacionar em algum grau de dependência com esses atores, é importante considerarem os princípios da economia ecológica e solidária. Isso porque,



no caso dos investidores, as bases do modelo neoclássico da economia são incompatíveis com a sustentabilidade do lazer e turismo. É preciso considerar os limites da natureza e as aspirações das comunidades locais e estas variáveis podem reduzir (e frequentemente reduzem) as taxas de retorno e os investimentos quando comparados ao da economia neoclássica. Um trabalho de capacitação para investidores, a partir dessas ideias é um caminho oportuno, pois se podem eleger aqueles investidores mais sensíveis à causa socioambiental e a busca do lazer e turismo sustentável e começar um trabalho com eles. Os ganhos, econômicos e sociais, futuros, podem servir de estratégias de divulgação para atrair outros investidores, ainda não sensíveis à causa do turismo e lazer sustentável. É, portanto, também um trabalho de militância na busca de alterações nas quais a sociedade atual se encontra.

Portanto, essa tríade de atores ligados ao lazer e turismo precisa ser considerada para a busca de uma práxis socioambiental e para o lazer e turismo sustentável. A figura CF1, apresenta o fluxo de ações para as ideias aqui colocadas.

**Figura CF1: fluxo de ações para atingir a práxis socioambiental voltada ao lazer e turismo.**



Fonte: Elaboração própria.

Admitindo-se as ideias aqui apresentadas, abrem-se novas perspectivas para as pesquisas em lazer e turismo. O campo interdisciplinar se mantém como tradicionalmente ocorrem com esses dois campos do conhecimento (lazer e turismo), mas a busca por uma práxis socioambiental necessita de um esforço para o entendimento das necessidades e aspirações dos diversos agentes e também para garantia dos locais com características sustentáveis. Equipes interdisciplinares são importantes, pois o profissional para dar conta de todas as variáveis e conhecimentos aqui sugeridos demandaria uma formação mais longa. Na verdade, não se trata de formação específica, mas de um esforço de síntese que relacione os conhecimentos

específicos das ciências da natureza e/ou da sociedade envolvidas no processo de análise, em direção à sustentabilidade do lazer e turismo.

A partir disso é que se pode moldar (planejar) o desenvolvimento de projetos, atividades e equipamentos de lazer e turismo. Com isso, o mercado, por vezes considerado como o principal ator, ou seja, os interesses dos investidores mais capitalizados; é conduzido a um componente da análise. Não se trata de desconsiderá-lo, mas também de não deixar os demais atores ficarem a sua mercê. E as pesquisas em lazer e turismo precisam suplantar esse modelo buscando, mesmo dentro do modo de produção capitalista, uma sustentabilidade do lazer e turismo. Formas não capitalistas, como o associativismo e cooperativas, como destacado para o turismo de base comunitária, podem ser um caminho importante para quebrar a lógica dominante.

É papel da academia questionar esses modelos e propor novas abordagens, quem sabe, participando/colaborando de revoluções técnico-científicas como as que aconteceram no final do século XVIII, ou na segunda metade do século XX, na tentativa de buscar o paraíso perdido, esse mito medieval, que a sociedade atual re-significou nas ideias e ideais de sustentabilidade. Contudo, o paraíso de uns pode ser o “inferno” de outros e a academia precisa buscar respostas para reduzir ou eliminar a polissemia ainda presente sobre sustentabilidade.

Reforçando e finalizando: as ideias aqui discutidas merecem ser pensadas para a busca da sustentabilidade do lazer e turismo. Elas podem levar a um “paraíso reduzido” para aqueles que sempre foram hegemônicos nas relações de poder, mas, considerando as ideias aqui apresentadas, configura-se como um paraíso possível para todos, com a inclusão social, com a redução de desigualdades socioeconômicas, daqueles que sempre foram hegemônicos, assim como com a redução de problemas na natureza/meio-ambiente para todos os envolvidos.

O desafio e a responsabilidade são grandes e só se ampliaram, pois a ONU definiu o ano de 2017 como o “ano internacional do turismo sustentável para o desenvolvimento”. Como discutido no tópico 1.3, quando em 2002 o mesmo aconteceu com o ecoturismo, num momento atual, com graves problemas como: abuso de drogas; imigração descontrolada e o problema de refugiados; a instabilidade política e social em muitos países, entre eles o Brasil; guerras e terrorismo; pobreza, fome, falta de água potável; entre tantos outros; novamente é preciso reconhecer a força que o turismo possui, como tentativa da ONU de buscar “união entre os povos e maior conscientização sobre o rico patrimônio das diversas civilizações”, conforme destaca as justificativas da Organização para designar o tema de 2017. Nesse sentido, espera-se que as discussões apresentadas no presente trabalho sejam caminhos importantes para alcançar os anseios das Nações Unidas para um mundo melhor.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABERS, Rebecca (Org.) **Água e Política: atores, instituições e poder nos Organismos Colegiados de Bacia Hidrográfica no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2010.
- ABERS, R. ; FORMIGA-JOHNSON, R.; RANK, B; KECK. M.; LEMOS, M. Inclusão, deliberação e controle: três dimensões de democracia nos comitês e consórcios de bacias hidrográficas no Brasil. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 12, n. 1, p. 115-132, 2009.
- ABETA. Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura. **Perfil do turista de aventura no Brasil e do ecoturista/ Ministério do Turismo; Ilustrações de Eduardo Caçador Pontes**. São Paulo: ABETA, março de 2010. 96p. : il. ISBN: 978-85-62714-10-8
- ABRAHÃO, Sérgio Luiz. **Espaço público: do urbano ao político**, São Paulo: Annablume, 2008, 196p.
- ABRAMO, Pedro. **Dinâmica espacial e instabilidade do mercado imobiliário: a ordem-desordem urbana**. Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho. Curso de Gestão Urbana e de Cidades. Tradução: Eloá Jacobina. Belo Horizonte – Brasil – 14 a 25 de maio de 2001, 24p.
- ABRAMOVAY, R. “Conselhos além dos limites”. **Estudos Avançados**, São Paulo, 43 (15): 121-140, 2001.
- ACOT, Pascal. **História da Ecologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- ACERENZA, Miguel Ángel. **Administração do turismo**. Bauru, SP: EDUSC, 2002.
- ACSELRAD, H.; MELLO, C.; BEZERRA, G. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond. 2009.
- ADORNO, Theodore; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1985.
- ALENCAR, S. L.; RAIMUNDO, S. Turismo em Boa Viagem (PE): Espaços, Sujeitos E Conflitos. In: **VI Congresso Ibero-americano de Estudos Territoriais e Ambientais (CIETA)**, 2014, São Paulo (SP). Turismo em Boa Viagem (PE): Espaços, Sujeitos e Conflitos. São Paulo: FFLCH, 2014. p. 1740-1752.
- ALENCASTRO, L. F. Império: a corte e a modernidade nacional. In: L.F. de Alencastro. (Org.). **História da vida privada no Brasil (v. 2) - Império: a corte e a modernidade nacional**. 1ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 11-94.
- ALIER, J. M. **O ecologismo dos pobres**. São Paulo: Contexto, 2014, 384p.
- ALLEN, R. 1980. "How to Save the World", Kogan Page - IUCN/UNEP/WWF London, 150p.
- ALVES, C. J. S. **Percepção ambiental no Parque Estadual da Cantareira - SP**. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Lazer e Turismo) - Escola de Artes, Ciências e Humanidades - Universidade de São Paulo, 2009. Orientador: Sidnei Raimundo.
- ALVES, C. J. S.; LARANJA, D. H. R.; RAIMUNDO, S.. Lazer e Turismo e a prática do manejo e monitoramento da visitação pública como estratégia de gestão dos recursos no Parque Estadual da Cantareira (SP). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, v. 7, p. 762-778, 2014.
- ALVES, C.J.S.; RAIMUNDO, S. Percepção ambiental e as práticas do lazer em contato com a natureza no Parque Estadual da Cantareira Núcleo Pedra Grande, São Paulo (SP). **Olam: Ciência & Tecnologia (Rio Claro. CD-Rom)**, v. 9, p. 335-360, 2009.
- ANDRADE Daniel C.; ROMEIRO, Ademar R. **Serviços ecossistêmicos e sua importância para o sistema econômico e o bem-estar humano**. Texto para Discussão. IE/UNICAMP, n° 155, fev. 2009.
- ARAÚJO, R. C. B. **As Praias e os Dias: história Social das Praias do Recife e de Olinda**, 2007.
- ARNSTEIN, Sherry R. A Ladder of Citizen Participation, **JAIP**, Vol. 35, No. 4, 2002, pp. 216-224 (first edition, 1969).
- ARRUDA, Rinaldo Vieira. Populações Tradicionais e a Proteção dos Recursos Naturais em Unidades de Conservação - **Anais do I Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação** - Curitiba PR 15 a 23/11/1997 - Org.: SMA PR - Fundação O Boticário Instituto Ambiental do Paraná, 1997, pp. 351-367.

- BANDEIRA, Pedro. **Participação, Articulação de Atores Sociais e Desenvolvimento Regional**. IPEA- Texto para discussão Nº 630. Brasília, 1999.
- BARBOSA, Gisele Silva. O desafio do desenvolvimento sustentável. **Revista Visões** 4ª Edição, Nº 4, Volume 1 - Jan/Jun 2008.
- BARBOSA, Y. M. **História das Viagens e do Turismo**. São Paulo: Editora Aleph, 2002. (Coleção ABC do Turismo)
- BARTHOLO, Roberto. Sobre o sentido da proximidade: implicações para um turismo situado de base comunitária. In: Bartholo, Roberto; Sansolo, Davis; Bursztyn, Ivan (orgs.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Brasília: Letra e Imagem, 2009 pp.45-54
- BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**, tradução Plínio Dentzien. — Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003
- BECCATO, Maria Angélica Barbosa. **Elaboração participativa de uma proposta de reestruturação do Sistema de Tratamento de Esgoto da Comunidade do Marujá – Parque Estadual Ilha do Cardoso/SP**. Dissertação (Mestrado), Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2004.
- BÉGUIN, François. As maquinarias inglesas do conforto. **Espaço & Debates**, São Paulo, v. 11, n.34, 1991, p. 39-54.
- BELLIA, Vitor - **Introdução à Economia do Meio Ambiente**, IBAMA, Brasília - 1996.
- BELLO, Célia Vieira Vitali. **Uma proposta para o desenvolvimento sustentável, com enfoque na qualidade ambiental voltada ao setor industrial**. Mestrado em Engenharia de Produção. Universidade Federal de Santa Catarina, 1998.
- BERNALDEZ, F. G. Ecological consequences of the abandonment of traditional land-use systems in Central Spain. **Options Méditerranéennes** 15:23–29, 1991.
- BERNALDEZ, F. G. Turismo y medio ambiente. *Revista Valenciana d'Estudis Autònoms*, nº 13. **Segunda Época**, Generalitat Valenciana, 1992. p.138-165
- BERTRAND, Georges. Paisagem e Geografia Física Global. Esboço Metodológico. Tradução de Olga Cruz. **Instituto de Geografia da USP**, 1972, 27p.
- BERTRAND, Georges; BERTRAND, Claud. 2007. **Uma Geografia transversal e de travessias: o meio ambiente através dos territórios e das temporalidades**. Organizador Messias Modesto dos Passos. Maringá (PR): Ed. Massoni, 332p.
- BICUDO, Denise C. e vários autores. Serviços de Provisão e de Regulação da Água e Bem-Estar Humano. IN: **Resumo executivo: Serviços ecossistêmicos e bem-estar humano na Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo** / Elaine Rodrigues (coordenação). 1. ed. - São Paulo: Instituto Florestal, 2014 Isbn: 978-85-64808-04-1.
- BOTELHO, Eloisa; MACIEL, Gláucio; GONÇALVES, Rafael; IRVING, Marta. Reflexões sobre educação ambiental e turismo nos parques nacionais brasileiros. In: Marta Irving; Camila Rodrigues; Andrea Rabinovici; Helena Costa (orgs.). **Turismo, áreas protegidas e inclusão social: diálogos entre saberes e fazeres**. Rio de Janeiro: Folio Digital, 2015, pp. 177-203.
- BOTTOMORE, T. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1997.
- BOYD, Stephen. Parques Naturais: vida selvagem e cultura. In: LEW, A.; HALL, C. M.; WILLIAMS, A. M. **Compêndio de Turismo**, tradução de Luis Couceiro Feio et al., Lisboa: Instituto Piaget, 2004 pp. 527-540, (coleção Ciência e Técnica).
- BOYER, M. **História do Turismo de Massa**. Bauru, São Paulo: Edusc/Edufba, 2003 (Coleção Turis)
- BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Biodiversidade e Florestas. **Diretrizes para Visitação em Unidades de Conservação**. Diretoria de Áreas Protegidas. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2006a. 61p. (Áreas Protegidas do Brasil, 3)
- BRASIL - Ministério do Meio Ambiente. **O desafio do Movimento *Sharing Nature* na Educação Ambiental Contemporânea**. Série Documentos Técnicos, nº 6 Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental Brasília 2006b, 21 p.
- BRASIL. **Decreto Federal n.º 4.340**, de 22 de agosto de 2002. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2002/d4340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4340.htm)>. Acesso em 24/03/2016.

- BRASIL. **Lei nº 9.985**, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19985.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm)>. Acesso em 15/04/2016.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente – MMA. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA. **Manual do chefe**. Brasília: MMA/IBAMA, 1999.
- BRASIL. **Diretrizes para uma Política Nacional do Ecoturismo**. Brasília: Ministério da Ind. Com. e Turismo – MICT; Ministério do Meio Ambiente, 1994.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.
- BRESSAN, Delmar. **Gestão racional da natureza**. São Paulo: Hucitec, 1996, 111p.
- BRITO, Mônica Silveira. **Modernização e tradição: urbanização, propriedade da terra e crédito hipotecário em São Paulo, na segunda metade do século XIX**. Tese - Pós Graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Dez/2006, 248p.
- BROCANELI, Pérola F. **O ressurgimento das águas na paisagem paulistana: fator fundamental para a cidade sustentável**, FAU-USP (Doutorado), 2007.
- BRUHS, Heloisa T. No ritmo da aventura: explorando sensações e emoções. IN: MARINHO, A.; BRUHS, H; **Turismo, lazer e natureza**, Barueri (SP): Manole, 2003m pp. 29-52
- BRUNDTLAND, Gro Harlem (et al.). Report of the World Commission on Environment and Development: “**Our Common Future**”. Submitted to the General Assembly of the United Nations, during its 42nd Session in the fall of 1987.
- BRUNHES, Jean. **Geografia Humana**. Editorial Juventud SA. Barcelona, 1º edição [traducción de Joaquina Comas Ros ; revisión de Salvador Llobet], 1948, 351p.
- BUSSOLOTTI, J. M.; GUIMARÃES, Solange; ROBIM, Maria de J. Por uma reflexão epistemológica do conhecimento científico na seleção de áreas protegidas. **Olam: Ciência & Tecnologia** (Rio Claro. CD-Rom), v. 8, 2008, p. 88-97.
- BUTLER, R.W. The concept of the tourist area life-cycle of evolution: implications for management of resources. **Canadian Geographer** 24 (1), 5-12, 1980.
- CALVENTE, Maria Del Carmen M. Ilhabela: turismo e território. In: Diegues, A C. (org.) **Ilhas e sociedades insulares**. São Paulo, Nupaub-USP. 1997, pp 93-110.
- CALVENTE, Maria Del Carmen M.; MARTINEZ, Maria Tereza; MALDONADO, Wanda; FUSCALDO, Wladimir. Caiçaras, mestres, professores e turistas: a resistência da territorialidade em um processo de transformação do território. IN: Antônio C. Diegues (org.) **Enciclopédia Caiçara**, Vol. 1. São Paulo: Hucitec: Nupalb: CEC/USP, 2004, pp. 263-273.
- CALVEZ, Hector. **El clima, el hombre en la urbanización**. Barcelona, 1981
- CAMARGO, H. L. **Uma Pré-História do Turismo no Brasil: recreações aristocráticas e lazeres burgueses (1808-1850)**. São Paulo: Aleph, 2007 (Série turismo)
- CAMARGO, L. O. L. **O que é lazer**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CARDOSO-LEITE, Eliana; PAGANI, M. I.; MONTEIRO, R.; HAMBURGER, D. Ecologia da paisagem: mapeamento da vegetação da Reserva Biológica da Serra do Japi, Jundiaí, SP, Brasil, **Acta bot. bras.** 19(2): 233-243
- CLAVAL, Paul. A geografia cultural; tradução de Luiz Fugazzola Pimenta & Margareth de Castro Pimenta, 2 ed., - Florianópolis: Ed. da UFSC, 2005, 453 p
- CARTER, Erlet. Ecoturismo: teoria e prática. In: LEW, A.; HALL, C. M.; WILLIAMS, A. M.. **Compêndio de Turismo**, tradução de Luis Couceiro Feio et al., Lisboa: Instituto Piaget, 2004 pp. 541-555, (coleção Ciência e Técnica).
- CARVALHO, I.; SCOTTO, G. (coord.). Conflitos sócio-ambientais no Brasil, Rio de Janeiro: Graphos, **IBASE** – Projeto Meio ambiente e Democracia/Fundação Heinrich-Böll-Stifung e. V. 1995.
- CASTRO, J. F.; RAIMUNDO, S. Challenges in implementing a Municipal Natural Park in a Petrochemical Pole: the case of the Natural Park Municipal Cotia-Pará, Cubatão (SP), Brazil. In: Magro, T. C.; Rodrigues, L. M.; Silva Filho, D. F. ; Polizel, J. L.; Leahy, J.. (Org.). **Protected Areas and Place Making: How do we provide conservation, landscape management, tourism, human health and regional development?**. 1ed. Piracicaba (SP): Piracicaba: ESALQ, 2013, v. 1, p. 73-78.

- CASTRO, J.; RAIMUNDO, S. Políticas Públicas na Governança do Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental Bororé-Colônia. In: **7º Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade**, 2015, Brasília (DF). Anais do 7º Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, 2015. v. APO-04.
- CEBALLOS-LASCURAIN, Hector. O ecoturismo como um fenômeno mundial. In: Kreg Lindberg & Donald Hawkins (editores). **Ecoturismo: um guia de planejamento e gestão**, tradução de Leila Cristina de M. Darin, São Paulo: Ed. Senac São Paulo, 1995, pp. 23-30.
- CERVANTES, Ana Lucia; BERGARMASCO, Airton; CARDOSO, Cássia. Diretrizes para o programa de uso público do Instituto Florestal do Estado de São Paulo – SMA. IN Anais do **2º Congresso Nacional sobre Essências Nativas**. Revista do Instituto Florestal, Parte 4, Ed. Especial, março de 1992, pp.1076-1080.
- CHIESURA, A. The role of urban parks for the sustainable city. **Landscape and Urban Planning** 68 (2004) 129–138.
- CIFUENTES, Miguel. **Determinación de capacidad de carga turística en áreas protegidas**. CATIE. Serie Técnica. Informe Técnico No. 194. Turrialba, Costa Rica, 1992, 23p.
- COELHO, Vera Schattan P.; NOBRE, Marcos. (orgs). **Participação e deliberação: Teoria Democrática e Experiências Institucionais no Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Editora 34, 2004.
- COLE, David N.; STANKEY, George H. Historical Development of Limits of Acceptable Change: Conceptual Clarifications and Possible Extensions. In: McCool, Stephen F.; Cole, David N., comps. **Proceedings—Limits of Acceptable Change and related planning processes: progress and future directions**; Missoula, MT; Ogden, UT: U.S. Department of Agriculture, Forest Service, Rocky Mountain Research Station, May 20-22, 1998.
- COMISSÃO SOBRE GOVERNANÇA GLOBAL. **Nossa Comunidade Global**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- CONNOR, D. A New Ladder of Citizen Participation. **National Civic Review**, 77, 3, May-June, 1988
- CORBIN, Alain. **O território do vazio: a praia e o imaginário ocidental**, tradução Paulo Neves, São Paulo: Cia das Letras, 1989, 385p.
- CORIOLOANO, Luzia Neide M.T. O turismo comunitário no nordeste brasileiro. IN: Bartholo, Roberto; Sansolo, Davis; Bursztyn, Ivan (orgs.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Brasília: Letra e Imagem, 2009 pp. 277-288
- CORNELL, Joseph. **Vivências com a natureza**, tradução: Arianne Brianezzi, Claudia Nardi, Julia Dojas, Rita Mendonça, 3º Ed. São Paulo: Aquariana, 2008, 181p.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço, um conceito-chave da Geografia. IN: **Geografia: conceitos e temas** / Iná Elias de Castro, Paulo César da C. Gomes, Roberto Lobato Corrêa (orgs.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, pp 15-48
- COSTANZA, R. What is ecological economics? **Ecological Economics** 1:1-7, 1989.
- CREST (Center for Responsible Travel). **Transforming the Way the World Travels**. The Case for Responsible Travel: Trends & Statistics, CREST: Washington, D.C. April 2015
- CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. Turismo, produção do espaço e desenvolvimento desigual: para pensar a realidade brasileira. IN: Bartholo, Roberto; Sansolo, Davis; Bursztyn, Ivan (orgs.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Brasília: Letra e Imagem, 2009 p.p. 92-107
- CUENCA CABEZA, M. Ocio y Formación - Hacia la Equiparación de Oportunidades Mediante la Educación de Ocio. **Documentos de Estudios de Ocio**. Bilbao: Universidade de Deusto, 1999.
- CULLEN Jr, Laury ; BELTRAME, Tiago Pavan ; LIMA, J. F. ; VALLADARES-PADUA, C. B. ; PADUA, S. 2003. **Trampolins ecológicos e zonas de benefício múltiplo: ferramentas agroflorestais para a conservação de paisagens rurais fragmentadas na Floresta Atlântica Brasileira**. Natureza Conservação, Curitiba, PR, v. 1, n. 1, p. 37-46,.
- DA MATTA, R. O Brasil como Morada: apresentação para Sobrados e Mocambos. In FREYRE, G. **Sobrados e Mocambos: Decadência do patriarcado rural e desenvolvimento**

- do urbano. 15ª. Ed ver. São Paulo: Global, 2004. (Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil – v. 02)
- DAGNINO, Evelina. “¿ Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?”. In: MATO, D. **Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización**. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004.
- DEMANTOVA, Graziella C. **Redes técnicas e serviços ambientais: integrando qualidade ambiental e de vida nas cidades**. São Paulo: Annablume, 2011, 232p.
- DIEGUES, Antônio C.; ARRUDA, Rinaldo. **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001, 176 p. (Biodiversidade n 4).
- DIEGUES, Antônio Carlos S. Etnoconservação da natureza: enfoques alternativos. In: Diegues, A. C. (org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: Ed. Hucitec, 2000a, 290p.
- DIEGUES, Antônio Carlos S. Saberes tradicionais e etnoconservação. In: Diegues, A. C.; Viana, V. (orgs.). **Comunidades tradicionais e manejo de recursos naturais da mata atlântica**. São Paulo: Nupaub-USP, 2000b, pp. 09-22.
- DIEGUES, Antônio Carlos S.. As áreas naturais protegidas, o turismo e as populações tradicionais. In SERRANO, C.; BRUHNS, H. (orgs.). **Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente**. Campinas: Papirus, 1998, pp. 85-102.
- DIEGUES, Antônio Carlos S. **Populações tradicionais em unidades de conservação: o mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Nupaub-USP, série documentos de pesquisa, nº 1, 1993. 66p.
- DIEGUES, Antônio Carlos; NOGARA, Paulo **O nosso lugar virou parque: estudo sócio-ambiental do Saco do Mamanguá – Parati – Rio de Janeiro**. São Paulo: Nupaub/Cemar-Usp, 1994, 187p.
- DORST, Jean. **Antes que a natureza morra: por uma ecologia política**, tradução Rita Buongermino. São Paulo: Edgard Blucher, 1973, 394p.
- DUARTE, Lílian C. B. **Política externa e meio ambiente**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003, 73p.
- DUDLEY, N. Guidelines for Applying Protected Area Management Categories. Gland, Suíça: IUCN, 2008.
- DUMAZEDIER, J. **Lazer e cultura popular**. Tradução de Maria de Lourdes Santos Machado. 3 ed. São Paulo: Perspectiva. 2004.
- DUMAZEDIER, J. **Valores e conteúdos culturais do lazer**. São Paulo: SESC, 1980.
- ENGELS, Friedrich. **A situação da Classe Trabalhadora em Inglaterra**. Porto: Afrontamento, 1975.
- ERHART. H. A teoria bio-resistásica e os problemas biogeográficos e paleobiológicos. **Notícia geomorfológica**. Campinas, 6(11): 59-61, 1966.
- ESCADA, M. I. S.. **Utilização de técnicas de sensoriamento remoto para o planejamento de espaços livres urbanos de uso coletivo**. São José dos Campos, 1992. 133p. Dissertação (Mestrado em Sensoriamento Remoto) – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, Secretaria de Ciência e Tecnologia.
- ESCOLA TÉCNICA ENGENHEIRO AGRÔNOMO NARCISO DE MEDEIROS; INSTITUTO DE PSICOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Resultados do Projeto de Pesquisa Experiências de Turismo de Base Comunitária no Vale do Ribeira/SP – Quilombo do Ivaporunduva (Eldorado/SP)**. Iguape, 2013. (Relatório de pesquisa)
- ESTANCIONE, L. M. B.; FRACALANZA, A. P.; RAIMUNDO, S. Unidades de conservação no Estado de São Paulo: análise histórica, política e administrativa das áreas de proteção ambientais terrestres. In: Pedro Roberto Jacobi. (Org.). **Aprendizagem social e áreas de proteção ambiental**. 1ed.São Paulo: Annablume, 2015, v. 1, p. 49-72.
- FEARNSIDE, P. M. Um modelo estocástico para a estimativa da capacidade de suporte em parte de área de colonização da Rodovia Transamazônica. Centro de Investigacion y Promocion Amazónica (CIPA). **Instituto Andino de Estudios en Promocion y Desarrollo (INANDEP)**. Dessarrollo Amazónica: una perspectiva latinoamericana, 1986, pp. 59-111
- FERNANDES, Antônio Sérgio Araújo. **A comunidade cívica em Walter e Putnam**. Lua Nova [online]. 2000, n.51, pp. 71-96. ISSN 0102-6445.

- FERNANDEZ, Fernando. **O poema imperfeito**: crônicas de biologia, conservação da natureza e seus heróis. Curitiba: Ed. da UFPR, 2000. 260p.
- FERREIRA, Marcos César. **Procedimento metodológico para modelagem cartográfica e análise regional de epidemias de dengue em sistema de informação geográfica**. (Tese de Livre-Docência), Departamento de Geografia, Instituto de Geociências, UNICAMP, 2003, 225p.
- FERREIRA, P. T. A.; RAIMUNDO, S. Conflitos e possibilidades para um desenvolvimento do turismo de base comunitária na Vila de Barra do Una em Peruíbe (SP). **Caderno Virtual de Turismo** (UFRJ), v. 16, p. 150-167, 2016.
- FLETCHER, John. Capacidade de Carga. In Cooper, Chris et al. (orgs.). **Turismo**: Princípios e práticas. São Paulo: Bookman, 2001, pp. 222-232
- FOLADORI, Guillermo. **Limites do desenvolvimento sustentável**; tradução de Marise Manoel. Campinas: Ed. da Unicamp, São Paulo: Imprensa Oficial, 2001, 210p.
- FORMAN, Richard T.T.; GODRON, Michel. **Landscape Ecology**. New York: John Willey & Sons, Inc. 1986, 619p.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. 4ª. Ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.
- FREIXÊDAS-VIEIRA, V.M.; PASSOLD, A.J.; MAGRO, T.C. Impactos do Uso Público: um guia de campo para utilização do método VIM. In: **Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação**, 2., campo grande, 2000. Anais do... Campo Grande: Rede Nacional Pró Unidade De Conservação E Fundação O Boticário De Proteção À Natureza, 2000. p. 296-305.
- FREY, K. Governança Urbana e Participação Pública. In: **ANPAD anais**. Disponível em: <[http://www.anpad.org.br/periodicos/arq\\_pdf/a\\_629.pdf](http://www.anpad.org.br/periodicos/arq_pdf/a_629.pdf)>. Acesso: 26 abril 2014.
- FREYRE, G. **Sobrados e Mocambos**: Decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. 15ª. Ed ver. São Paulo: Global, 2004. (Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil – v. 02)
- FROTA, Anésia Barros. **Manual de conforto térmico**: arquitetura, urbanismo / Anésia Barros Frota, Sueli Ramos Schiffer. — 5. ed. — São Paulo: Studio Nobel, 2001.
- FURLAN, Sueli Ângelo. Lugar e cidadania: implicações socioambientais das políticas de conservação ambiental. IN: Antônio C. Diegues (org.) **Enciclopédia Caiçara**, Vol. 1. São Paulo: Hucitec: Nupalb: CEC/USP, 2004, pp. 225-252.
- GASTAL, S.; MOESCH, M. M. **Turismo, política pública e cidadania**. São Paulo: Aleph, 2007 (Coleção ABC do Turismo).
- GEBARA, Ademir. Sociologia configuracional: as emoções e o lazer. In: BRUHNS, Heloisa Turini (Org.). **Lazer e ciências sociais**: diálogos pertinentes. São Paulo: Chronos, 2002. p. 77-91.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**: por uma teoria interpretativa da cultura. In: A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: Editora LTC, 2012.
- GOMES, C. L. Lazer – concepções. In: Gomes, C. L. (org.). **Dicionário crítico do lazer**. Beo Horizonte: Autêntica, 2004, 227p.
- GOMES, Laurentino. 1808. **Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil**. São Paulo, 2009.
- GOMES, Marcos Antônio Silvestre. **Os parques e a produção do espaço urbano**. Jundiaí: Paço Editorial, 2013, 176p.
- GOMES, E.P; SUGIYAMA, M.; ADAMS, C.; PRADO, H.; OLIVEIRA JR., C. J. F. A sucessão florestal em roças em pousio: a natureza está fora da lei? **Scientia Forestalis** (IPEF), v. 41, p. 343-352, 2013.
- GONÇALVES, D. L. **Monitoramento de Áreas de Proteção Ambiental através de indicadores de sustentabilidade**. 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia Física) – Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- GONÇALVES, D. L. **O conceito de desenvolvimento sustentável na gestão pública: um estudo sobre a APA Municipal Bororé-Colônia**. Trabalho de graduação individual (Graduação - Bacharel) – Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.



- GRAEFE, A. R., F.R. KUSS, and J.J. VASKE. "Visitor Impact Management: The Planning Framework" Washington, DC: **National Parks and Conservation Association**, 1990, 105p, (Vol. 2).
- GRAHAM, J.; AMOS, B.; PLUMPTRE, T. Governance Principles for Protected Areas in the 21st Century. Durban, **UICN**. 2003.
- GREEN, Alisson; MAYPA, Aileen; ALMANY, Glen; WHITE, Alan. Larval dispersal and movement patterns of coral reef fishes, and implications for marine reserve network design. **Biological Reviews** 90(4) · November 2014. DOI: 10.1111/brv.12155
- GUATURA, Inah Simonetti. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC – Lei nº 9.985, de 18/07/2000. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, II**, 2000, Campo Grande, Anais: Vol. I Conferências e Palestras. Campo Grande: Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2000, p. 26-35.
- GUERASIMOV, I. **Problemas metodológicos de la ecologización de la ciencia contemporânea**, in Sociedade y el Medio Natural. Editorial Progreso, Madrid/Moscou, 1980.
- GUIMARÃES, S. T. L. **Paisagens: aprendizados mediante as experiências: Um ensaio sobre interpretação a valoração da paisagem**. 2007. 160 f. Tese (Livre-Docência) – Instituto de Geociência e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2007.
- GUIMARÃES, Solange T. L. Reflexões a respeito da paisagem vivida, topofília e topofobia à luz dos estudos sobre experiência, percepção e interpretação ambiental. **GEOSUL**, Florianópolis, v. 17, n. 33, 2002, p. 117-141.
- HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, 400p.
- HAGERSTRAND, Torsten. The propagation of innovation waves. Lund: Gleerup. **Lund Studies in Geography**, Serie B, N°4, 20p. Também in Readings in Cultural Geography (1962). Philip L. Wagner and Marvin W. Mikesell (eds), The University of Chicago Press. 1952, pp 355-368
- HALL, C. M.; MULLER, D. K. Introduction: second houses, curse or blessing? Revisited. In: Hall, C. M. & Muller, D. K. (ed.) **Tourism, Mobility, and Second Homes: Between Elite Landscape and Common Ground**. Chanel View Publ., 2004, 3-14.
- HALL, C.M.; PAGE S. J. **Managing Urban Tourism**. Pearson Education: Harlow. 2002.
- HALSETH. G. The “cottage” privilege: increasingly elite landscape of second homes in Canada. In: Hall, C. M. & Muller, D. K. (ed.) **Tourism, Mobility, and Second Homes: Between Elite Landscape and Common Ground**. Chanel View Publ., 2004, 35-54.
- HAM, S. H. **Interpretacion ambiental: uma guia practica para gente com grandes ideas y presupuestos pequenos**. Colorado, USA: North America Press, 1992. 473p.
- HARVEY, David. **Social Justice and the City**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1973, 336 p
- HAUFF, Shirley N. **Relações entre Comunidades Rurais Locais e Administrações de Parques no Brasil: Subsídios ao Estabelecimento das Zonas de Amortecimento**. (Tese de doutorado). Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Agrárias – Centro de Ciências Florestais e da Madeira. Programa de Pós-Graduação em Engenharia Florestal, 2004. 184p + anexos.
- HERCULANO, Selene. Lá como cá: conflito, injustiça e racismo ambiental. **UFF/ICHF-LACTA**, 2006.
- HOBSBAWM, E. J. **Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- HOMER-DIXON, Thomas. On the Threshold: Environmental Changes as Causes of Acute Conflict, **International Security**, Fall 1991 (Vol. 16, No. 2)
- IGNARRA, L. R. **Fundamentos do Turismo**. 2ª. Ed ver. Ampl. São Paulo: Pioneira Thompsom Learning, 2003.
- INGEGNOLI, Vittorio. **Fondamenti di ecologia del paesaggio: studio dei sistemi di ecosistemi**. Milano: CittàStudi, 1997, 127 p., 1 edição 1993.

- IRVING, M. de A.; COZZOLINO, F.; FRAGELLI, C.; SANCHO, A. Construção de governança democrática: Interpretando a gestão de parques nacionais no Brasil. In: IRVING, M. de A. (org.). **Áreas protegidas e inclusão social: construindo novos significados**. Rio de Janeiro: Fundação Bio-Rio, Aquarius, 2006. p. 41-75.
- IRVING, Marta de Azevedo. Turismo, áreas protegidas e inclusão social: uma triangulação necessária em planejamento, no caso brasileiro. In: Marta Irving; Camila Rodrigues; Andrea Rabinovici; Helena Costa (orgs.). **Turismo, áreas protegidas e inclusão social: diálogos entre saberes e fazeres**. Rio de Janeiro: Folio Digital, 2015, pp.51-79.
- IRVING, Marta de Azevedo (org.). **Áreas Protegidas e Inclusão Social: Construindo Novos Significados**. Rio de Janeiro, Aquarius, 2006.
- IRVING, Marta de Azevedo. Reinventando a reflexão sobre o turismo de base comunitária: inovar é possível? IN: Bartholo, Roberto; Sansolo, Davis; Bursztyn, Ivan (orgs.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Brasília: Letra e Imagem, 2009 p.p. 108-121
- ISAYAMA, H. F.; SILVA, M. S. Lazer, educação e cidadania: um diálogo a partir do Programa Escola Integrada. In: Sampaio, Tania M. S. (org.) **Lazer e cidadania: partilha de tempo e espaços de afirmação de vida**. Brasília (DF): Ed. UCB, 2014, pp. 73-103.
- JACOBI, P. R. Governança ambiental, participação social e educação para a sustentabilidade. In: PHILIPPI, A. et al. (Orgs.) **Gestão da Natureza Pública e Sustentabilidade**. São Paulo: Manole, 2012. p. 343-361.
- JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- JESUS, Gilmar M. de. Considerações Teórico- Metodológicas sobre a Difusão do Futebol. Scripta Nova. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Universidad de Barcelona, Nº 69 (23), 1 de agosto de 2000, 12p.
- JONES, Geoffrey. **Multinationals and Global Capitalism: From the Nineteenth to the Twenty First Century**. London: Oxford Scholarship Online: April 2005, 352p
- JUNK, Wolfgang J. **Capacidade suporte de ecossistemas: Amazônia como estudo de caso**. In Tauk-Tornisielo et al. (orgs.). **Análise ambiental: estratégias e ações**. São Paulo: T. A. Queiroz/Fundação S. F. Malu, Rio Claro – Centros de Estudos Ambientais – Unesp, 1995. p 51-62.
- KALTHERBORN, B.P. The alternative homes: motives of recreation home use. **Norsk Geografisk Tidsskr**, 1998, 121-134.
- KEEN, D.; HALL, C. M. Second home in New Zealand. In: Hall, C. M. & Muller, D. K. (ed.) **Tourism, Mobility, and Second Homes: Between Elite Landscape and Common Ground**. Chanel View Publ., 2004, 174-195.
- KINKER, Sônia. **Ecoturismo e conservação da natureza em parques nacionais**. Barueri: Papirus, 2002.
- KNAFOU, Remy. Turismo e território: para um enfoque científico do turismo. In Rodrigues, A. B. (org.). **Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1995, pp. 62-74.
- KREIMANN, R.; STUART, R. **Agua y ciudadanía en Nicaragua: el caso de los Comités de Agua Potable (CAPS)**. Managua: CEAP, 2009.
- KRIPPENDORF, Jost. Les devoreurs de paysages: le tourisme doit-il détruire les sites qui le font vivre?. Lausanne: 24 **Heures**, 157 p. (Série Visages sans frontières), 1977.
- LAMBERTS, R. ; DUTRA, L.; PEREIRA, F. O. **Eficiência Energética na Arquitetura.. 2. ed**. São Paulo: PW editores, 2004. v. 1. 188p .
- LAPLANTINE, F. **A descrição etnográfica**. Tradução de João Manuel. Ribeiro Coelho e Sergio Coelho. São Paulo: Terceira Margem, 2004.
- LE CORBUSIER. **A maneira de pensar o urbanismo**. Lisboa: Europa-América, 2 ed., 1977.
- LEFF, Enrique. **Epistemologia Ambiental**. Tradução de Sandra Valenzuela – São Paulo: Cortez, 2001, 240 p.
- LÉVÊQUE, Christian. **A biodiversidade**; tradução: Valdo Mermeslstein. Bauru, SP: Edusc, 1999, 46 p
- LIMA, Ana Maria Liner Pereira; CAVALHEIRO, Felisberto; NUCCI, João Carlos; SOUSA, Maria Alice de Lourdes Bueno; FIALHO, Nilva de Oliveira; DEL PICCHIA, Paulo Celso

- Dornelles. Problemas de utilização na conceituação de termos como espaços livres, áreas verdes e correlatos. **Anais do II Congresso Brasileiro de Arborização Urbana**. São Luís/MA, 18 a 24 de setembro de 1994, pp. 539-553.
- LIMA, R. M. M. A Construção Social-Histórica do Turismo como Prática Moderna. Turismo: **Estudos & Práticas** (RTEP/UERN), Mossoró/RN, vol. 2, n. 2, pp. 66-85, jul./dez. 2013
- LOHMANN, G; PANOSSO NETTO, A. **Tourism Theory: Concepts, Models and Systems**. Boston, MA: CABI/FAPESP, 2016, 244p.
- LOPES, José Sérgio L. Sobre processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas da participação. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 31-64, jan./jun. 2006
- LOREJAN, Sueli; RAIMUNDO, S. (et al.). Planos de Manejos das Unidades de Conservação - Núcleo Cubatão do Parque Estadual da Serra do Mar - Plano de gestão ambiental, fase 1. **Revista: Documentos Ambientais**, São Paulo, SMA, e caderno 05 do suplemento do Diário Oficial do Estado, de 28 de março de 1998., São Paulo, 1998, p. 1-163.
- MACHADO, R.; SOUZA, V. C.; PIRES, B. C. C.; RAIMUNDO, S.; NOGUEIRA, S. M. B. Diagnóstico dos serviços ecossistêmicos culturais. Lazer e turismo: uma reflexão sobre o ecoturismo, turismo rural e turismo de aventura. In: Elaine Rodrigues. (Org.). **Serviços ecossistêmicos e bem-estar humano na Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo** (sumário executivo). 1ed.São Paulo: Instituto Florestal, 2014, v. 1, p. 13-13
- MAGNOLI, Miranda Martinelli. O parque no desenho urbano. In: **SEMINÁRIO SOBRE DESENHO URBANO NO BRASIL**, 3, 1986, Brasília (DF). *Anais...* São Paulo: Pini, p.112-20, 1986.
- MAGRO, T. C. **Impactos do uso público em uma trilha no planalto do Parque Nacional do Itatiaia**. 133 p. Tese (Doutorado) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, 1999.
- MALDONADO, Wanda. T. P. de V. **Da mata para o mar: a construção da canoa caiçara em Ilhabela/SP**. (Dissertação de Mestrado). PROCAM - Interunidades em Ciência Ambiental/USP. 2001, 152p.
- MANÇANO, B. F. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais. **Revista Del Observatorio Social de America Latina**, Buenos Aires, v.6, edição 16, p. 273-283, 2005. Editora Clacso
- MANKIW, N.G. **Introdução à Economia: princípios de Micro e Macroeconomia**. Rio de Janeiro: Campus, 2001.
- MANSANO, Cândice. Do “tempo dos antigos” ao “tempo de hoje”: o caiçara de Camburi, entre a terra e o mar. IN: Antônio C. Diegues (org.) **Enciclopédia Caiçara**, Vol. 1. São Paulo: Hucitec: Nupalb: CEC/USP, 2004, pp. 193-224.
- MARCELINO, N. C.. Apontamentos para a elaboração de um repertório de atividades de recreação e lazer. In: MARCELLINO, N. C. (Org). **Repertório de atividades de recreação e lazer: para hotéis, acompanhamentos, clubes, prefeituras e outros**. 3 ed. Campinas: Papirus, 2005.
- MARCELLINO, Nelson C. Lazer e cultura: algumas aproximações. In: MARCELLINO, N. C. **Lazer e cultura**. Campinas. Alínea, 2007. p. 9-30.
- MARETTI, Claudio C.; RAIMUNDO, Sidnei; SANCHES, R. (et al.). A construção da metodologia dos planos de gestão ambiental para unidades de conservação em São Paulo. In Unilivre; RNPUC & IAP (orgs.). **Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, Anais do...** Curitiba, o Boticário & Sema- IAP, Vol. II, 1997. pp 206-217.
- MARINHO, Alcyane. Da aceleração ao pânico de não fazer nada: corpos aventureiros como possibilidade de resistência. IN: MARINHO, A.; BRUHS, H; **Turismo, lazer e natureza**, Barueri (SP): Manole, 2003, pp. 1-28
- MARINS, Paulo César Garcez. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. IN: Novaes, Fernando (coord.), Sevckenko, Nicolau (org.), **História da vida privada no Brasil**: 3, São Paulo: Cia das Letras, 1998, pp. 131-214.
- MARTINS, A. B. M. Produção do turismo no Vale do Ribeira. In: MARTINS, A. B. M.; SANTOS, A. de O.; PAIVA, V. (Eds.). **Promovendo os direitos de mulheres, crianças e**

- jovens de comunidades anfitriãs do turismo no Vale do Ribeira.** São Paulo: Instituto Ing-Ong de Planejamento Socioambiental; São Paulo, 2009.
- MARTINS, A. B. M.; SCOTOLO, D.; MATHEUS, F. S.; CASTRO, J. ; VALLE, P. F.; FERREIRA, P. T. A.; RAIMUNDO, S. Governança do turismo em áreas naturais. In: Silvia Helena Zanirato. (Org.). **Participação política: atores e demandas.** 1ed. São Paulo: Annablume, 2015, v. 1, p. 129-154.
- MARX, Karl. **Introdução à Contribuição para a Crítica da Economia Política:** produção, consumo, distribuição, troca (circulação). 1859, s.l.
- MASCARÓ, L.R.; MASCARÒ, J.L. **Vegetação urbana.** Porto Alegre: UFRGS, 2002.
- MASSARDIER, Gilles. Redes de políticas públicas. In: SARAIVA, Enrique e FERRAREZI, Elisabete (Org.). **Políticas Públicas: Coletânea – Volume 2.** Brasília: ENAP, 2006.
- MATHEUS, F. S.; RAIMUNDO, S. O envolvimento das comunidades locais nas políticas de uso público em áreas protegidas no estado de São Paulo. **Anais Brasileiros de Estudos Turísticos**, v. 5, p. 45-54, 2015.
- MATHEUS, F. S.; RAIMUNDO, S. Public use and Ecotourism Policies in Brazilian and Canadian Protected Areas : Utilisation publique et politique d'écotourisme dans les aires protégées brésiliennes et canadiennes. **Etudes Caribeennes**, p. 34-20, 2016.
- MATHIESON, Alister; WALL, Geoffrey. **Tourism economic, physical and social impacts.** Longman, Harlow, 1982. 208p.
- MÁZON, T., LAGUNA, E. D.; HURTADO, J. A. Mortgaged tourists: the case of the south coast of Alicante (Spain). IN: Roca, Zoran (ed.) **Second Home tourism in Europe: lifestyle issues and policy responses.** Surrey: Ashgate Publishing Limited. 2013, pp. 33-52
- McCORMICK, John. **Rumo ao Paraíso: A História do Movimento Ambientalista.** Tradução de Marco Antonio Esteves da Rocha e Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1992, 214p.
- McDOWELL, Linda, A transformação da geografia cultural. In: Gregory, Derek; Martin, Ron & Smith, Graham (orgs.) **Geografia humana: sociedade, espaço e ciência social,** tradução de Mylan Isaack. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 1996, pp.159-178.
- MEDEIROS, R.; IRVING, M. de A.; GARAY, I. Áreas protegidas no Brasil: interpretando o contexto histórico para pensar a inclusão social. In: IRVING, M. de A. (org.). **Áreas protegidas e inclusão social: construindo novos significados.** Rio de Janeiro: Fundação Bio-Rio, Aquarius, 2006. p. 15-40.
- MELLO, Vico de, DONATO, Manuella. O pensamento iluminista e o desencantamento do mundo: Modernidade e a Revolução Francesa como marco paradigmático. *Revista Crítica Histórica* Ano II, Nº 4, Dezembro/2011, pp. 248-264.
- MENDONÇA, Ana Lucia; CAMPANHÃ, Rinaldo; CAMPOLIM, Marco; MARETTI, Claudio; RAIMUNDO, S. Planos de Manejos das Unidades de Conservação - Parque Estadual da Ilha do Cardoso - Plano de gestão ambiental, fase 1. **Revista: Documentos Ambientais,** São Paulo, SMA, 1998 e caderno 08 do suplemento do Diário Oficial do Estado, de 28 de março de 1998., São Paulo, p. 1-164, 1998.
- MENDONÇA, Ana Lúcia; CAMPANHÃ, Rinaldo; MARETTI, Claudio Correa; RAIMUNDO, S.; SANCHES, Rosely Alvim. Plano de Gestão do Parque Estadual da Ilha do Cardoso: avaliação de uma Experiência de Planejamento Participativo. In: **Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação,** 1997, Curitiba (PR). I Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, 1997
- MENDONÇA, Rita. **Conservar e criar - natureza, cultura e complexidade.** São Paulo: Ed. Senac, 2005, 256p.
- MENDONÇA, Rita; NEIMAN; Zysman. **À sombra das árvores - transdisciplinaridade e educação ambiental em atividades extraclasse,** São Paulo: Ed. Chronos, 2003, 125p.
- MENDONÇA, Tereza Cristina de Miranda. Turismo socialmente responsável da Prainha do Canto Verde: uma solução em defesa do local herdado. IN: Bartholo, Roberto; Sansolo, Davis; Bursztyn, Ivan (orgs.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras.** Brasília: Letra e Imagem, 2009 p.p. 289-301

- MERCER, David. Turismo e gestão de Recursos. In: LEW, A.; HALL, C. M.; WILLIAMS, A. M.. **Compêndio de Turismo**, tradução de Luis Couceiro Feio et al., Lisboa: Instituto Piaget, 2004 pp. 515-525, (coleção Ciência e Técnica).
- MERLO, Márcia. 2000. **Memória de Ilhabela: faces ocultas, vozes no ar**. São Paulo: EDUC: Fapesp, 188p.
- MEYER-ARENDDT, Klaus. O turismo e o ambiente natural. In: LEW, A.; HALL, C. M.; WILLIAMS, A. M. **Compêndio de Turismo**, tradução de Luis Couceiro Feio et al., Lisboa: Instituto Piaget, 2004 pp. 475-488, (coleção Ciência e Técnica).
- MILANO, M. S. Unidades de conservação: técnica, lei e ética para a conservação da biodiversidade. In: BENJAMIM, A. H. (coord.). **Direito ambiental das áreas protegidas: o regime jurídico das unidades de conservação**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.
- MILANO, M. S. Unidades de Conservação. Conceitos básicos e princípios gerais de planejamento, manejo e administração. In: **Curso de Manejo de Áreas Naturais Protegidas**. Curitiba: UNILIVRE. 1997, p.1-60.
- MILLER, Kenton R. Evolução do conceito de áreas de proteção – oportunidades para o século XXI. IN: **Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação (1)1997: Anais**. Curitiba: IAP: Unilivre: Rede Nacional Pro Unidade de Conservação, 2v. 1997. pp. 3-22.
- MOESCH, M. M. **Epistemologia social do turismo**: São Paulo; tese (doutorado em Relações Públicas, Propaganda e Turismo) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, 2004.
- MOLINA E. Sergio. **Turismo e ecologia**. Tradução de Josely Baptista, Bauru (SP): Edusc, 2001, 222p.
- MONTEIRO, Carlos Augusto de F. A questão ambiental no Brasil: 1960-1980. Série Teses e Monografias nº 57. São Paulo: **Igeog-USP**, 1980, 135p.
- MORAES, Antônio Carlos Robert. **Geografia: pequena história crítica**. 14ª edição. São Paulo: Hucitec, 1995, 138p.
- MORAES, Antônio Carlos Robert. O que é território. **Revista Orientação** nº 5. São Paulo: Igeog-USP, 1984, p. 91.
- MORIN, E. **La méthode** 4. Les idées, leur habitat, leur vie, leurs moeurs, leur organization. Paris, Seuil. 1991
- MORSELLO, Carla. **Áreas protegidas públicas e privadas: seleção e manejo**. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2001. 344p.
- MOURÃO, Fernando. A. **Os pescadores do litoral sul de São Paulo**. São Paulo: Nupalb/CEC Hucitec, 2003, 264p.
- MOURÃO, Fernando. A. **Os pescadores do litoral sul de São Paulo**. (Tese de doutorado), FFLCH, da Universidade de São Paulo, 1971, 233p.
- MULLER, D. K. Second Homes and outdoors recreation: a Swedish perspective on second home use and complementary spaces. In: Roca, Zoran (ed.) **Second Home tourism in Europe: lifestyle issues and policy responses**. Surrey: Ashgate Publishing Limited. 2013, pp 121-140.
- MULLER, D. K. Second homes in Sweden: patterns and issues. In: Hall, C. M. & Muller, D. K. (ed.) **Tourism, Mobility, and Second Homes: Between Elite Landscape and Common Ground**. Chanel View Publ., 2004, 244-259.
- MULLER, D. K., HALL, C. M. & KEEN, D. Second home tourism impact, planning and management. In: Hall, C. M. & Muller, D. K. (ed.) **Tourism, Mobility, and Second Homes: Between Elite Landscape and Common Ground**. Chanel View Publ., 2004, 15-30.
- MURPHY, P. E. **Tourism: a community approach**. New York: Metheum, 1985.
- MURPHY, P; PRICE, G. Tourism and sustainable development. IN: Theobald, W. (org.) **Global tourism**. Elsevier: MA, 3rd ed., 2005.
- MUSSI, Sultane M. **O processo de Gestão Participativa e Educação Ambiental em conselhos de Unidades de Conservação: O caso do Parque Nacional da Serra dos Órgãos**, Teresópolis, RJ. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.
- NASCIMENTO, Elimar; ARAÚJO, Helena. O jogo da inclusão e exclusão na dinâmica da sociedade moderna. In: Marta Irving; Camila Rodrigues; Andrea Rabinovici; Helena Costa

- (orgs.). **Turismo, áreas protegidas e inclusão social: diálogos entre saberes e fazeres.** Rio de Janeiro: Folio Digital, 2015, pp. 81-112.
- NASCIMENTO, N. O.; BAPTISTA, M. B.; von SPERLING, E. Problemas de Inserção Ambiental de Bacias de Detenção em Meio Urbano. In: **Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental**, 20. Rio de Janeiro, RJ, Maio1999, pp. 1-9.
- NEFEDONA, T.; PALLOT, J. The multiplicity of second home development in the Russian Federation: a case of seasonal suburbanization. In: Roca, Zoran (ed.) **Second Home tourism in Europe: lifestyle issues and policy responses.** Surrey: Ashgate Publishing Limited. 2013, pp 91-120.
- NEIMAN, Z. **A educação ambiental através do contato com a natureza.** Tese (Doutorado em psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. 239 f.
- NEVES, W.; RIBEIRO F°; ADAMS, C.; MURIETA, R; PEDROSO Jr.; N. Coivara: cultivo itinerante na floresta tropical. **Ciência Hoje**, v. 50, 2012, pp. 26-30.
- NUCCI, João Carlos. Ecologia e Planejamento da Paisagem. IN: dos Santos, Douglas, Nuci, João Carlos (orgs.). **Paisagens Geográficas: um tributo a Felisberto Cavaleiro.** Campo Mourão: Editora da Fecilcam, 2009, pp.: 50-64
- O'DONNELL, J. **A Invenção de Copacabana: culturas urbanas e estilos de vida no Rio de Janeiro (1890-1940).** Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- OLGYAY, V. **Arquitetura y clima.** Barcelona, Ed. Gustavo Gili, 1998 (edição original de 1963, Design with climate).
- OLIVEIRA, L. F.; PACHECO, R.; RAIMUNDO, S. Apresentação e Introdução. In: Oliveira, L. F.; Pacheco, R.; Raimundo, S. (Org.). **Textos Selecionados do Encontro Nacional de Lazer e Recreação**, 23. 1ed. Várzea Paulista (SP): Fontoura Editora, 2012, v. 1, p. 11-20.
- OLMOS, Fábio et al. Correção política e biodiversidade: a crescente ameaça das “populações tradicionais” à Mata Atlântica. IN: **Ornitologia e conservação: da ciência às estratégias /** Editado por Jorge Luiz b. Albuquerque...[et al.], Tubarão: Editora Unisul, 2001. pp. 279-312.
- OSTROM, Elinor. **Governing the commons: The evolution of institutions for collective action.** Cambridge university press, 1990.
- OTTONI, Dacio Araújo Benedicto. **Cidade-jardim: formação e percurso de uma idéia.** São Paulo: Hucitec/Annablume, 2002, pp. 10-99.
- PACHECO, R.; RAIMUNDO, S. Parques urbanos e o campo dos estudos do lazer: propostas para uma agenda de pesquisa. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, v. 1, p. 43-66, 2015.
- PAIVA SOBRINHO, Ranulfo; ROMEIRO, Ademar Ribeiro; LIMA, Lucas Ferreira. Construção da visão de futuro e fornecimento de subsídios para revisar o plano de manejo da comunidade do Marujá: aplicação da componente social do processo sócio-técnico MACBETH. Civinet: Fundag, 2012, 60p.
- PANOSSO NETO, A, NECHAR, M. C. Epistemologia do Turismo: escolas teóricas e proposta crítica. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, São Paulo 8(1), PP. 120-144, jan/mar, 2014.
- PANOSSO NETO, A. **Filosofia do turismo: teoria e epistemologia.** São Paulo: Aleph, 2005.
- PANZINI, Franco. **Projetar a natureza: arquitetura da paisagem e dos jardins desde as origens até a época contemporânea.** Tradução de Leticia Andrade, São Paulo: Ed. do Senac, São Paulo, 2013.
- PARIS, C. Second home ownership since the global financial crisis in the United Kingdom and Ireland. In: Roca, Zoran (ed.) **Second Home tourism in Europe: lifestyle issues and policy responses.** Surrey: Ashgate Publishing Limited. 2013, pp 3-32.
- PASSOLD, Anna Julia; MAGRO, Teresa. C.; COUTO, Hilton do. Comparing Indicator Effectiveness for Monitoring Visitor Impact at Interval State Park, Brazil: Park Ranger-Measured Versus Specialist-Measured Experience. In: **Second International Conference on Monitoring and Management of Visitor Flows in Recreational and Protected Areas**, Rovaniemi. Policies, Methods and Tools for Visitor Management. Proceedings of the Second International Conference on Monitoring and Management of... Saari jarvi : Finnish Forest Research Institute, 2004, pp. 51-56

- PECHMAN, Robert Moses. Os excluídos da rua: ordem urbana e cultura popular. In: BRESCIANI, Stella (org.). **Imagens da Cidade** - séculos XIX e XX. São Paulo: Marco Zero: ANPUH/SP: FAPESP, 1994.
- PELICIONI, M. C. F.; TOLEDO, R. F. Educação para o turismo: turistas e comunidade. In: PHILLIPI JUNIOR, A.; RUSCHMANN, D.V.M. (Org.). **Gestão ambiental e sustentabilidade no turismo**. Barueri, São Paulo: Manole, 2010, p. 301-312.
- PEREIRA, Maria Eliza; GIOIA, Silvia. Séculos XVIII e XIX: revolução na economia e na política. In: Maria Amália Andrely et al. (orgs.) **Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica**. Rio de Janeiro: Garamond, 2014, pp. 255-292.
- PFORR, C., WESLEY, A. Historical Dimensions of Coastal Tourism, In DOWLING, R., PFORR, C. (ed.) **Coastal Tourism Development**. New York: Cognizant Corporation, 2009, pp. 15-29.
- PIRES, P. dos S. **Dimensões do ecoturismo**. São Paulo: Ed. Senac, 2002, 270 p.
- PLOG, S. C. Why destination areas rise and fall in popularity. *Cornell Hotel and Restaurant Administration Quarterly* 4, 1974, 55-58.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 2014. **Dados das Subprefeituras de Capela do Socorro e Parelheiros**. Pesquisa geral na homepage. Disponível em: <[http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/subprefeituras/dados\\_demo graficos/index.php?p=12758](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/subprefeituras/dados_demo graficos/index.php?p=12758)>. Acesso: 08 março 2014.
- PRIMACK, Richard B.; RODRIGUES, Efraim. **Biologia da conservação**. Londrina: E. Rodrigues, 2001, 328 p.
- PROOPS, J.; SAFONOV, P. (eds.) **Modelling in Ecological Economics**, Edward Elgar. Cheltenham (UK), 2004.
- PUIG, J. M.; TRILLA, J. **A pedagogia do ócio**. Porto Alegre: Artmed, 2004, 196p.
- PUMAIN, Denise. Transferring concepts for urban modelling: capture or exchange? IN: Portugali J. (ed) **Complex artificial environments**, Springer, 2005, pp. 71-84.
- PUMAIN, Denise. Vers une théorie évolutive des villes. **L'Espace Géographique**, 2, 1997, pp.119 -134.
- PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia: a experiência a Itália moderna**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- RAIMUNDO, S. Lazer e meio ambiente: abordagens e perspectivas de pesquisa. IN: Isayama, Helder (org.) **A Pesquisa e a Pós-graduação no campo do Lazer**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, (no prelo).
- RAIMUNDO, S. Sustainability in Tourism. In: Guilherme Lohmann; Alexandre Panosso Netto (Org.). **Tourism Theory: Concepts, Models and Systems**. 1ed. Oxfordshire (UK); Boston (USA): Cabi, 2017, v. 1, p. 132-138.
- RAIMUNDO, S. Visões da natureza pela sociedade ocidental: aportes para uma abordagem interdisciplinar no turismo. In: Seminário Internacional Turismo, Natureza e Cultura: **Diálogos Interdisciplinares e Políticas Públicas** (2016: Rio de Janeiro) [livro eletrônico] Anais do... / Organizadores: Marta de Azevedo Irving, Lia Calabre. – Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2016. E-book 224 p. ISBN 978-85-7004-340-5
- RAIMUNDO, S. Conflitos entre residências secundárias, áreas protegidas e comunidades tradicionais na costa sudeste do Brasil. **Ambiente & Sociedade** (Online), v. 18, p. 291-310, 2015a.
- RAIMUNDO, S. Desafios do turismo no mundo contemporâneo. **Revista NovaAmérica**, Rio de Janeiro, p. 50 - 54, 01 jun. 2015b.
- RAIMUNDO, S. A review of `Second homes tourism in Europe: lifestyle issues and policy responses-. **TOURISM GEOGR**, v. 16, p. 532-534, 2014.
- RAIMUNDO, S. Desenvolvimento local e sustentado do turismo: experiências brasileiras. In: Marcelino Castillo Nechar; Ana Letícia Tamayo Salcedo. (Org.). **Entorno del turismo: turismo, una visión multidimensional**. 1ed. Toluca, México: Instituto Literario N° 100, 2012, v. 4, p. 229-248.
- RAIMUNDO, S. As atividades de aventura e suas implicações na gestão ambiental: considerações sobre os impactos positivos e negativos dessas práticas na natureza. In:

- Dimitri Woo Pereira. (Org.). **Entre o urbano e a natureza**: a inclusão da aventura. 1ed. São Bernardo do Campo (SP): Editora Lexia, 2011a, p. 141-158.
- RAIMUNDO, S. Paisagem, Turismo e Análise Ambiental. In: Reinaldo Miranda de Sá Teles. (Org.). **Turismo e Meio Ambiente**. 11ed. Rio de Janeiro: Editora CAMPUS/Elsevier, 2011b, v. 1, p. 21-44.
- RAIMUNDO, S. The Relationships between Protected Areas, Traditional Communities and the Tourism Industry: The Conflicts and Proposals of Use to Reduce the Problems in the Atlantic Rainforest, São Paulo, Brazil. **Journal of Tourism and Hospitality**, v. 9, p. 40-55, 2011c.
- RAIMUNDO, S. Embate de forças entre turismo / veraneio, unidades de conservação e comunidades tradicionais: uma análise no extremo norte do litoral paulista, Brasil.. In: Forum da Associação Mundial para a Formação em Turismo e Hotelaria, **AMFORTH: Turismo de Experiência e Formação Profissional**, 2010, São Paulo. Anais do Associação Mundial para a Formação em Turismo e Hotelaria, AMFORTH:. São Paulo (SP): Ed do Senac, 2010a.
- RAIMUNDO, S. Estudios de las Relaciones entre Sociedad y Naturaleza, y su Aplicación en Investigaciones Sobre Ocio y Turismo. In: Marcelino Castillo Nechar; Alexandre Panosso Netto. (Org.). **Epistemologia del Turismo**. 1ed. Cid México - Mexico: Trillas, 2010b, p. 154-173.
- RAIMUNDO, S. Abordagem Geográfica nas Atividades de Lazer e Turismo. In: Beatriz Gelas Lages. (Org.). **Lazer e Turismo**: conceitos e reflexões. 1ed. São Paulo: Plêiade, 2009, v. 1, p. 199-224.
- RAIMUNDO, S. Turismo e Conservação da Natureza no Núcleo Picinguaba do Parque Estadual da Serra do Mar - SP. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, v. 01, p. 01-32, 2008a.
- RAIMUNDO, S. Análise integrada dos fatores naturais no extremo norte do litoral paulista como ferramenta para o planejamento ambiental da área. **Geografia. Ensino & Pesquisa**, v. 2, p. 2193-2207, 2008b.
- RAIMUNDO, S. A Paisagem Natural Remanescente na Região Metropolitana de São Paulo. **São Paulo em Perspectiva** (Impresso), v. 20, p. 19-31, 2006.
- RAIMUNDO, S. Os sistemas naturais: seu entendimento, potencialidades e fragilidades para o desenvolvimento do turismo. *Videre Futura*, São Paulo (SP), v. 1, n.1, p. 301-312, 2000.
- RAIMUNDO S.; MARTINS, A.; SCÓTOLO, D.; MATHEUS, F.; CASTRO, J.; VALLE, P.; FERREIRA, P. **Relatório Final do Projeto de Pesquisa: Participação Política e Turismo na Gestão de Áreas Naturais no Estado de São Paulo**. Janeiro de 2016 (Edital MCTI/CNPq/MEC/CAPEs Nº 43/2013).
- RAIMUNDO, S.; MATHEUS, F. S. A gestão e o desenvolvimento do ecoturismo nas áreas protegidas estaduais de São Paulo, Brasil. In: Fernando Perna; Pedro Gouveia; Francisco Serra; José Santos; Paulo Águas. (Org.). **Economia, Ambiente e Sustentabilidade no Turismo**. 1ed. Algarve (Portugal): UAIg ESGHT. Universidade do Algarve, 2013, v. 1, p. 17-30.
- RAIMUNDO, S.; MELLO-THERY, N. A. Territorialidades, políticas públicas e conflitos na conservação de patrimônios. In: Silvia Helena Zanirato. (Org.). **Mobilização e mudança social**: experiências de participação política na sociedade contemporânea. 1ed. São Paulo: Annablume, 2013, v. 1, p. 63-84.
- RAIMUNDO, S.; PACHECO, R. Parques Naturais do sul da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP): os desafios para uma animação socioambiental. In: José Dantas Lima Pereira; Marcelino de Sousa Lopes; Marina Alexandra Maltez. (Org.). **Animação Sociocultural**: turismo, patrimônio, cultura e desenvolvimento local. 1ed.Chaves, Portugal: Intervenção, 2014, v. 1, p. 123-132.
- RAIMUNDO, S; PACHECO, R. Dilemmas and challenges to implementation the use public programme of protected area in São Paulo Metropolitan Region, Brazil. In: Magro, T. C.; Rodrigues, L. M.; Silva Filho, D. F. ; Polizel, J. L.; Leahy, J.. (Org.). **Protected Areas and Place Making**: How do we provide conservation, landscape management, tourism, human health and regional development?. 1ed. Piracicaba (SP): Piracicaba: ESALQ, 2013, v. 1, p. 103-107.



- RAIMUNDO, S.; PACHECO, R.; COSTA, B. M. Construindo um programa de uso público para unidades de conservação em áreas metropolitanas: a experiência dos Parques Naturais Municipais de Itapeperica da Serra e Embu das Artes - RMS (SP). **Olam: Ciência & Tecnologia** (Rio Claro. Online), v. 11, p. 196-221, 2011.
- RAIMUNDO, S.; PACHECO, R.; MACHADO, J. ; COSTA, B. M.; ALVES, C. J. S.; PEREIRA, L. H. F.; SANTOS, G. L. Planejamento de unidades de conservação em um grande centro urbano: Parques Naturais Municipais de São Paulo. In: Oliveira, L.F.; Pacheco, R.; Raimundo, S.. (Org.). **Textos Selecionados do Encontro Nacional de Lazer e Recreação**, 23. 1ed. Várzea Paulista (SP): Fontoura Editora, 2012, v. 1, p. 105-118.
- RAIMUNDO, S.; SARTI, A. C. Parques urbanos e seu papel no ambiente, no turismo e no lazer da cidade. **RITUR - Revista Iberoamericana de Turismo- RITUR**, Penedo, vol. 6, n.2, 2016, p. 3-24, 2016.
- RAIMUNDO, S.; SIMOES, E. Dilemas e desafios para instalação de sistemas agroflorestais no interior e entorno do Parque Estadual da Serra do Mar - Núcleo Picinguaba (SP). **Campo - Território**, v. 11, p. 464-490, 2016.
- RAIMUNDO, S.; STIGLIANO, Beatriz Veronese; NUCCI, João Carlos; CÉSAR, Pedro de Alcântara Bitencourt. Planejamento do Ecoturismo em Áreas Protegidas. In: Regina Araújo Almeida; Édson Leite; Maria Ataíde Malcher. (Org.). **Ecoturismo: Livro do professor e do aluno**. Brasília (DF): Ministério do Turismo - AVT/IAP, 2007, v. 4, p. 86-113.
- RAIMUNDO, S.; VILANI, João Paulo. Estudos para Determinação da Capacidade de Carga do Rafting no Núcleo Santa Virgínia - PESM. In: **II Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação**, 2000, Campo Grande (MS). II Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, 2000.
- RECHEZ, J. C.; STRAUSS, L. Um tempo novo para os operários: as férias pagas. In: CORBIN, A. (org.) **História dos tempos livres: o advento do lazer**. Portugal: Teorema, 2001 (Série Especial)
- RECHIA, Simone. Curitiba cidade-jardim: a relação entre espaços públicos e natureza no âmbito das experiências do lazer e do esporte. **Rev. Bras. Cienc. Esporte**, Campinas, v. 28, n. 3, p. 89-107, maio 2007.
- RISSER, P. G. Toward a holistic management perspective. **BioScience**, vol. 35, nº 07, 1985, pp. 414-418.
- ROBIM, M. de J. **Análise das características do uso recreativo do Parque Estadual da Ilha Anchieta: uma contribuição ao manejo**. Tese (Doutorado em Ecologia e Recursos Naturais). Centro de Ciências Biológicas e da Saúde. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos (SP), 1999, 161p.
- ROCA, Zoran. Introduction. In: Roca, Zoran (ed.) **Second Home tourism in Europe: lifestyle issues and policy responses**. Surrey: Ashgate Publishing Limited. 2013, pp. XIX-XXV
- RODMAN, J. "What is living and what is dead in the political philosophy of T.H. Green", *The Western Political Quarterly* 26, (1973). pp. 566-586.
- RODRIGUES, C. L. Na safra do Turismo. In: Adyr A. B. Rodrigues. (Eds.). **Ecoturismo no Brasil: Possibilidades e Limites**. São Paulo: Contexto v. 1, 1º Ed. 2003, PP. 89-99
- RODRIGUES, C. L. Conflitos territoriais e Gestão Participativa. In: Rojas J.R.. (Org.). **Diez experiencias de cogestión entre Municipalidades, Áreas Protegidas y Sociedad Civil em América Latina**. 1ed. Granada: UIM, 2002, v. 1, p. 149-163.
- ROTMANS, Jan, VRIES, Bert de. **Perspectives on global change: the targets approach**. Cambridge, UK: Cambridge University, 1997
- RUSCHMANN, D. V.D. M.; ROSA, R. G. A sustentabilidade como estratégia de desenvolvimento em empreendimentos turísticos – O caso da Ilha de Porto Belo / SC. In: **Anais do IV SeminTUR – Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul**. Caxias do Sul: UCS, 2006.
- RUSCHMANN, Doris V. M. Gestão da Capacidade de Carga Turístico-Recreativa como Fator de Sustentabilidade Ambiental - O caso da Ilha João da Cunha. In: Beatriz Helena Gelas Lage; Paulo Cesar Milone. (Org.). **Turismo - Teoria e Prática**. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2000, v. 1, p.

- RUSCHMANN, Doris van D. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**, Campinas: Papirus (coleção turismo), 1997, 199p.
- SABINO, José; ANDRADE, Luciana Paes de. Uso e conservação da ictiofauna no ecoturismo da região de Bonito, Mato Grosso do Sul: o mito da sustentabilidade ecológica no rio Baía Bonita (aquário natural de bonito). **Biota Neotropica** 2003. v3 (n2) – <http://www.biotaneotropica.org.br/v3n2/pt/abstract?point-of-view+BN00403022003>
- SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004, 151p.
- SALDIVA, Paulo H. N. Diagnóstico dos serviços ecossistêmicos de regulação: controle da qualidade do ar. IN: **Resumo executivo: Serviços ecossistêmicos e bem-estar humano na Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo** / Elaine Rodrigues (coordenação). 1. ed. - São Paulo: Instituto Florestal, 2014 Isbn: 978-85-64808-04-1.
- SALVADOR, F. V. **História do Brasil (1500-1627)**. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1975 (Coleção Memória Brasileira)
- SANSOLO, Davis Gruber. Centralismo e participação na proteção da natureza e desenvolvimento do turismo no Brasil. IN: Bartholo, Roberto; Sansolo, Davis; Bursztyn, Ivan (orgs.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Brasília: Letra e Imagem, 2009 p.p. 122-141
- SANSOLO; D. RAIMUNDO, S.; BUSSOLOTTI, J; SIMÕES, E. **Relatório Final do Projeto: o contexto territorial e ambiental no programa de uso público do Parque Estadual Serra Do Mar** (Processo FAPESP: 2013/20035-3), 2016, 116p. (rel. não publicado).
- SANSOLO, D. G.; RAIMUNDO, S; SIMOES, E. ; BUSSOLOTTI, J. M.; CARVALHO, D. A.; ISSAGAWA, C. T.; ALARCON, J. A. F. O contexto territorial e ambiental do programa de uso público do Parque Estadual da Serra do Mar: a visão institucional. In: **XI ENANPEGE - Encontro Nacional de Pós-Graduação em Geografia: A diversidade da geografia brasileira: escalas e dimensões da análise e da ação**, 2015, Presidente Prudente (SP). Anais do XI ENANPEGE - Encontro Nacional de Pós-Graduação em Geografia: A diversidade da geografia brasileira: escalas e dimensões da análise e da ação. Presidente Prudente (SP): Ed. da UNESP, 2015. v. 1.
- SANTAMOURIS, M., ASIMAKOPOULOS, D. Desing Source on Passive Solar Architecture Energy Conservation in Buildings. Athens: **CIENE**, 1996.
- SANTOS JUNIOR, O. A.; AZEVEDO, S.; RIBEIRO, L. C. Q. Democracia e Gestão local: a experiência dos Conselhos Municipais no Brasil. In: **Governança democrática e poder local**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2004.
- SANTOS, Milton. **Espaço e Método** – 4º edição. São Paulo: Nobel, 1997, 88p (Coleção Espaços).
- SANTOS, Milton, Jornal: **Informa** nº 55, São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1995.
- SANTOS, Natália Elisa dos. **O turismo rural no imaginário dos cidadãos: análise das motivações dos visitantes para pensar o turismo no espaço rural**. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Lazer e Turismo) - Escola de Artes, Ciências e Humanidades - Universidade de São Paulo, 2016. Orientador: Sidnei Raimundo.
- SANTOS, Rosely Ferreira dos. **Planejamento ambiental: teoria e prática**. São Paulo: Oficina de Textos, 2004.
- SANTOS, Sandra Aparecida; COSTA, C.; CRISPIM, S. M. A.; PELLEGRIN, L. A.; RAVAGLIA, E. **Estimativa da capacidade de suporte das pastagens nativas do Pantanal**, subregião da Nhecolândia. Corumbá: EMBRAPA-CPAP, 2002, 28p. (EMBRAPA - CPAP. Boletim de Pesquisa, 27).
- SÃO PAULO (Estado). **Visitação nas Unidades de Conservação de Proteção Integral administradas pela Fundação Florestal**. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, Secretaria do Meio Ambiente, Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo, 2013a.
- SÃO PAULO (Estado). **Projeto de desenvolvimento do ecoturismo na Região da Mata Atlânticas no Estado de São Paulo 2006-2013**. São Paulo, Governo do Estado de São Paulo, Secretaria do meio Ambiente, 2013b.

- SÃO PAULO (Estado). **Plano de Manejo Espeleológico**. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, Secretaria do Meio Ambiente, Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo, 2012.
- SÃO PAULO (Estado). **Plano de Manejo do Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira**. Não Aprovado. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, Secretaria do Meio Ambiente, Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo, 2010 (relatório não publicado)
- SÃO PAULO (Estado). **Decreto nº 54.079**, de 4 de março de 2009. Disponível em <<http://www.ambiente.sp.gov.br/legislacao/decretos/decreto-no-54-079-de-4-de-marco-de-2009/>>. Acesso em: 01/06/2013. 2009a.
- SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente. **Manual: plano de monitoramento e gestão dos impactos da visitação**. São Paulo; SMA, 2009b.
- SÃO PAULO (Estado). **Unidades de Conservação da Natureza**. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, Secretaria do Meio Ambiente, Fundação para a Conservação e Produção Florestal do Estado de São Paulo, 2009c
- SÃO PAULO (Estado). Instituto Florestal (DRPE). **Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra do Mar**. Relatório Não Publicado, 441p. + anexos. 2006.
- SÃO PAULO (Cidade). **Lei nº 14.162**, 24 de maio de 2006. Cria a unidade de conservação área de proteção ambiental municipal Bororé-Colônia. Diário Oficial da Cidade de São Paulo, São Paulo, 25 de maio 2006.
- SARTI, Antonio Carlos. **Floresta urbana**: propostas de gestão e subsídios para políticas públicas em Rio Claro (SP). 2009. 178 f. Tese (Doutorado em Geografia – Organização do espaço) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2009.
- SCOTOLO, D.; VALLE, P. F.; CASTRO, J.; RAIMUNDO, S. Análise da governança na gestão do turismo em áreas naturais do estado de São Paulo - estudo comparativo entre o Marujá, o Bonete e o Bororé. In: **7º Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade**, 2015, Brasília (DF). Anais do 7º Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, 2015. v. APO-02.
- SCOTTO, Gabriela; CARVALHO, Isabel C.; GUIMARÃES, Leandro. **Desenvolvimento sustentável**. Petrópolis RJ: Vozes, 2007, 107p.
- SELWOODS, J.; TONTS, M. Recreational second homes in the south west of Western Australia. In: Hall, C. M. & Muller, D. K. (ed.) **Tourism, Mobility, and Second Homes: Between Elite Landscape and Common Ground**. Chanel View Publ., 2004, 149-161.
- SERRANO, Célia M. T. Uma introdução à discussão sobre turismo, cultura e ambiente. In Serrano, C.; Bruhns, H. (orgs.). **Viagens à natureza**: turismo, cultura e ambiente. Campinas: Papirus, 1998, pp. 11-26.
- SETTI, Kilsa. 1985. **Ubatuba nos cantos da praia**: estudos do caiçara paulista e sua produção musical. São Paulo: Ed. Ática, São Paulo, 293p.
- SHIBAO, K. (coord.). Atenuação da poluição sonora por meio da vegetação florestal. Brasília: ANAC, 1984. Disponível em: <http://www2.anac.gov.br/portal/media/IAC4104.pdf>
- SILVA, Charlei A. da. **Análise sistêmica, turismo de natureza e planejamento ambiental de Brotas**: proposta e metodológica. (Tese de doutorado). Instituto de Geociências-UNICAMP, 2006, 347p.
- SILVA, José Antonio da. **Direito urbanístico brasileiro**. São Paulo: *Revista dos Tribunais*, 1981.
- SILVA, Katia T. P.; RAMIRO, Rodrigo C.; TEIXEIRA, Breno S. Fomento ao turismo de base comunitária a experiência do Ministério do Turismo do Brasil. IN: Bartholo, Roberto; Sansolo; Davis Gruber; Bursztyn, Ivan (orgs.). **Turismo de Base Comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. pp – 359-496.
- SILVA, Simone Rezende da. **Camburi, território de brancos, negros e índios no limite do consenso caiçara: transformações de uma população tradicional camponesa**. (Dissertação de mestrado). São Paulo, Depto de Geografia – FFLCH – USP. 2004, 212 p + anexos.

- SIMÕES, Eliane. **O Dilema das decisões sobre populações humanas em Parques**: Jogo compartilhado entre técnicos e residentes no Núcleo Pinguaba. Tese (Doutorado), Campinas, NEPAM - Doutorado em Ambiente e Sociedade -, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.
- SINGER, Paul. Economia solidária versus economia capitalista. **Sociedade e Estado**. 16,1-Brasília June/Dec. 2001.
- SOTCHAVA, Viktor B. Por uma Teoria da Classificação dos Geossistemas de Vida Terrestre. São Paulo: **IGEOG-USP**, nº 14, 1978, 24p (comunicação apresentada na Reunião do Setor de Problemas Físico-Geográficos Complexos – 9 de fevereiro de 1972).
- SOULÉ, Michel. What is conservation biology? **BioScience** 35:727-734, 1985.
- SOUZA, Marcelo de. O território: sobre espaço e poder, autonomias e desenvolvimento. IN: **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Russel. 1995.
- STIGLIANO, Beatriz Veronese; NUCCI, João Carlos; CÉSAR, Pedro de Alcântara Bitencourt; RAIMUNDO, S. Introdução ao Ecoturismo. In: Regina Araújo de Almeida; Édson Leite; Maria Ataíde Malcher. (Org.). **Ecoturismo: livro do professor e do aluno**. Brasília - DF: Ministério do Turismo - AVT/IAP, 2007, v. 4, p. 8-41.
- STOPPA, Edmur A. Animação sociocultural e desenvolvimento local – reflexões sobre a pesquisa e experiência realizadas em São Paulo, Brasil. In: Pereira, José D.; Lopes, Marcelino de S.; Maltez, Marina A. (coord.) **Animação sociocultural: turismo, patrimônio, cultura e desenvolvimento local**. Chaves, Portugal: Ed. Intervenção, 2014, 412p.
- SWARBROOKE, J. **Sustainable tourism management**. Wallingford, UK: CABI, 1999.
- TAKAHASHI, Leide Yassuco. Limite aceitável de câmbio (LAC): manejando e monitorando visitantes. In: Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, 1997, Curitiba. **Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação**. Curitiba: Instituto Ambiental do Parana (IAP) / UNILIVRE/ Rede Nacional Pró Unidades de Conservação, v. 1. 1997, pp. 445-464
- TERBORGH, John; van SCHAIK, Carel. Por que o mundo necessita de parques? In: **Tornando os parques eficientes**: Barel Spergel; John Terborgh... [et al.] (orgs.). Curitiba: Ed. UFPR / Fundação o Boticário, 2002, pp. 25-51.
- THOMAS, Keith. **Homem e o mundo natural**: mudanças de atitude em relação as plantas e aos animais (1500-1800). São Paulo : Companhia das Letras, 1988, 454 p.
- TILDEN, F. **Interpreting our heritage**. 40 ed. Carolina do Norte, USA: The University of North Carolina Press, 2007. (first edition, 1957)
- TOLLENARE, L. F. **Notas Dominicanas**. Recife: Departamento de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Pernambuco, 1978 (Coleção Pernambucana, v. XVI)
- TRIBE, J. The Indiscipline of Tourism. **Annals of Tourism Research**, Grã-Bretanha, 24(3), pp. 638-657, 1997.
- TUAN, Yi-fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente, tradução de Livia de Oliveira. São Paulo / Rio de Janeiro: Difel, 1980, 288p
- TULIK, O. **Turismo e Meios de Hospedagens**: casas de temporada. São Paulo: Roca, 2001.
- UNEP/WTO. **Quebec Declaration on ecotourism**. www.ecotourism2002.org
- URBAN, Teresa. **Saudades do Matão**: relembando a história da conservação da natureza no Brasil, Curitiba: Editora da UFPR; Fundação O Boticário de Proteção à Natureza; Fundação MacArthur, 1998. 374p.
- URRY, J. **The Tourist Gaze**: Leisure and Travel in Contemporary Societies, 2nd edn. Sage Publications, London, 2002.
- VALLE, P. F.; RAIMUNDO, S. Análise da participação no contexto das políticas públicas ambientais voltadas para unidades de conservação no estado de São Paulo: – breves apontamentos do histórico de gestão do Parque Estadual Ilha do Cardoso. In: **7º Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade**, 2015, Brasília (DF). Anais do 7º Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, 2015. v. APO -0.
- VEBLEN, T. **A Teoria da Classe Ociosa** (Um Estudo Econômico das Instituições). São Paulo: Abril Cultural, 1974.
- VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável**: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2005, 226p.

- VENTOSA-PÉREZ, Victor J. **Métodos activos y técnicas de participación para educadores y formadores**. Madrid: Editorial CCS, 2012, 266p.
- VENTOSA-PÉREZ, Victor J. **Fuentes de La animación sociocultural en Europa**. Madrid: Editorial Popular, 1993, 206p.
- VENTURI, Luis Antonio Bittar. Recurso natural: a construção de um conceito. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, Nº 20, pp. 09 - 17, 2006.
- VERA, J. F.; PALOMEQUE, F. L. MARCHENA, M. J; ANTON, J. **Análisis territorial del turismo**. Barcelona. Ed. Ariel. 1997, 435 p.
- VIANA, Virgílio M. Envolvimento sustentável e conservação das florestas brasileiras. In: Diegues, A. C.; Viana, V. (orgs.). **Comunidades tradicionais e manejo de recursos naturais da mata atlântica**. São Paulo: Nupaub-USP, 2000 pp. 23-28.
- VIANNA, Lucilia P. **Considerações críticas sobre a construção da idéia de “População tradicional” no contexto das Unidades de Conservação**. (Dissertação de mestrado). Depto de Antropologia, FFLCH-USP, 1996. 232p.
- VIANNA, Lucilia P.; BRITO, Maria Cecília W. Vila de Picinguaba: o caso de uma comunidade caiçara no interior de uma área protegida. IN: **Anais do II Congresso Nacional de Essências Nativas**, São Paulo, 1992, pp. 1067-1073.
- VILLANI, João Paulo; SANCHES, Rosely Alvim; MARETTI, Claudio; RAIMUNDO, S. Planos de Manejos das Unidades de Conservação - Núcleo Santa Virgínia do Parque Estadual da Serra do Mar Plano de gestão ambiental, fase 1. **Revista: Documentos Ambientais**, São Paulo, SMA, 1998 e caderno 01 do suplemento do Diário Oficial do Estado, de 28 de março de 1998., São Paulo, p. 1-128, 1998.
- WALL, G. **Is ecotourism sustainable?** Environmental Management, v. 21, n. 4, 1997, p. 483-491
- WEARING, S.; NEIL, J. **Ecotourism: Impacts, Potential and Possibilities**. Butterworth Heinemann, Oxford and Melbourne, 2<sup>nd</sup> edition, 2009 (first edition, 1999), 256p.
- WILLIAMS, D.R.; KALTENBORN, B.P. Leisures places and modernity: the use and meaning of recreational cottages in Norway and USA. In: Crouch, D. (ed.) **Leisure Tourism Geographies: practices and geographical knowledge**. Routledge, London, 1999, pp.214-230
- YAZIGI, Eduardo Abdo. **A alma do lugar: turismo, planejamento e cotidiano em litorais e montanhas**. São Paulo: Contexto, 2001, 301 p
- ZANIMETTI, J. M. Vacation homes in France since 1962. In: Roca, Zoran (ed.) **Second Home tourism in Europe: lifestyle issues and policy responses**. Surrey: Ashgate Publishing Limited. 2013, 141-164.
- ZAOUAL, Hassan. Do turismo de massa ao turismo situado. IN: Bartholo, Roberto; Sansolo, Davis; Bursztyn, Ivan (orgs.) **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Brasília: Letra & Imagem, 2009, pp 55-75.
- ZAOUAL, Hassan. Nova economia das iniciativas locais: uma introdução ao pensamento pós-global. Trad. Michel Thiollent. Rio de Janeiro: DP&A: Consulado Geral da França/COOPE/UFRJ, 2006. 256 p. Tradução de Nouvelle économie des initiatives locales
- ZIMMERMANN, Andrea (coord.). **Roteiro metodológico para manejo de impactos da visitação: com enfoque na experiência do visitante e na proteção dos recursos naturais e culturais**. ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade), Ministério do Meio Ambiente, 2011, 88p.

# ANEXO

## **ANEXO 1: marcos regulatórios, desenvolvidos pela Secretaria de Meio Ambiente e pela Fundação Florestal, visando normatizar o uso público nas áreas protegidas do Estado de São Paulo, conforme Matheus; Raimundo (2013).**

### **● Resolução SMA n.º 59/2008**

Principal ato normativo de uso público no estado de São Paulo, versa sobre diversos assuntos relacionados ao tema, tendo sido publicada após a instituição do SIEFLOR, e tem como um de seus objetivos a adequação da gestão do uso público ao novo Sistema.

Entre os assuntos tratados nessa resolução, destaca-se a instituição dos seguintes elementos: o Plano Emergencial de Uso Público, com o objetivo de regulamentar a visitação pública nas UCs que não possuem Plano de Manejo; o Plano de Gestão de Riscos e de Contingências, de modo a minimizar os riscos à visitação; o desenvolvimento de parcerias com instituições públicas ou privadas ou com as comunidades tradicionais locais para a oferta de serviços de apoio ao uso público; o monitoramento dos impactos da visitação; a adequação das estruturas a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida; a autorização para a atividade de monitores ambientais no interior das UC.

### **● Resolução SMA n.º 61/2008**

Cria o Conselho Consultivo de Ecoturismo da SMA como instrumento para auxiliar a implantação das ações para o desenvolvimento do ecoturismo no Estado, tendo em vista o potencial para a atividade nas UCs paulistas.

Apesar da criação desse fórum para a discussão do tema junto à sociedade, foram realizadas apenas duas reuniões em 2008, sendo que as ações do conselho estão paralisadas desde então.

### **● Portaria Normativa F.F. n.º 73/2009**

Primeira portaria editada pela Fundação Florestal para regulamentar artigos da Resolução SMA n.º 59/2008. Tem como objetivo estabelecer o roteiro para elaboração do Plano Emergencial de Uso Público para as Unidades de Conservação, entendido como “o instrumento de caráter provisório que, nas Unidades de Conservação já criadas, com atividades consolidadas de visitação pública e sem Plano de Manejo aprovado, regulamenta os usos públicos”. Tal solução foi criada, uma vez que, de acordo com o SNUC, a visitação pública nas unidades deve seguir as normas e restrições dos respectivos planos de manejo.

### **● Decreto estadual n.º 57.401/2011**

Nos mesmos moldes das estratégias internacionais e daquelas adotadas pela administração federal, a SMA lançou em 2011 o Programa de Parcerias para as Unidades de Conservação. Esse programa tem como principais objetivos: assegurar a participação das populações locais e de organizações privadas; assegurar a sustentabilidade econômica e a autonomia administrativa e financeira das Unidades de Conservação; favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico.

Um dos principais resultados desse programa foi a transformação da Gerência de Visitação Pública e Ecoturismo da Fundação Florestal no Núcleo de Novos Negócios e Parcerias para Sustentabilidade, conforme O novo Núcleo tem como atribuições, além da gestão da visitação nas UC, a prospecção de novos negócios que gerem receita para a Fundação Florestal, como concessões de serviços turísticos e pagamento por serviços ambientais.

### **● Portaria Normativa F.F. n.º 152/2011**

Estabelece roteiro para elaboração do Plano de Gestão de Riscos e de Contingências, com base na Resolução SMA n.º 59/2008. Essa Portaria o define como o documento que identifica os

riscos que possam ocorrer quando do uso público na Unidade de Conservação e que indica as medidas necessárias à prevenção e remediação desses riscos.

A portaria estabelece também a adoção do Manual de Elaboração de Plano de Gerenciamento de Riscos e do Manual de Elaboração de Plano de Contingência como instrumentos para subsidiar a confecção dos mesmos.

● **Portaria Normativa F.F. n.º 153/2011**

Regulamenta a atividade de *rafting* nas UCs administradas pela FF. No instrumento normativo estão previstas normas e procedimentos que operadoras, praticantes autônomos e usuários deverão seguir durante a atividade nos rios no interior de Unidades de Conservação. Tais procedimentos foram baseados nas normas ABNT NBR 15370 - Condutores de *rafting* – Competências de pessoal e NBR 15285 - Condutores — Competência de pessoal.

● **Portaria Normativa F.F. n.º 166/2012**

Elaborada com base na Resolução SMA n.º 59/2008, dispõe sobre o sistema de cobrança de ingressos nas UCs e outros serviços.

Foram estabelecidas três faixas de valores de ingresso, que variam de R\$ 6,00 a R\$ 12,00<sup>58</sup> de acordo com a infraestrutura disponível aos visitantes e o número de atrativos abertos a visitação. Outros pontos que valem ser ressaltados dizem respeito à isenção de cobrança a diversos públicos, incluindo visitantes rotineiros e moradores do entorno. Além disso, são estabelecidos os valores para hospedagem no interior de algumas áreas protegidas, bem como para a utilização de salas para reunião e churrasqueiras.

Essa portaria foi uma evolução da portaria anterior (FF n.º 154/2011), que estabelecia um único valor de ingresso para todas as UCs que realizam cobrança, independente dos serviços e estrutura disponível.

---

<sup>58</sup> U\$ 2,81 a U\$ 5,63, no câmbio de 04 de junho de 2013, onde cada dólar valia 2,13 reais.